

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S. A.

Sede social: Lugar do Espido, Via Norte, Maia

Matriculada na C.R.C. da Maia

sob o nº Único de Matrícula e Identificação Fiscal 506 035 034

Capital Social: 812 107 574,17 euros

Sociedade Aberta

RELATÓRIO ANUAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 2016

21 março 2017

Índice

Relatório de Gestão

Anexos ao Relatório de Gestão e Participações Qualificadas

Anexo a que se refere o artº. 447 do Código das Sociedades Comerciais

Anexo a que se refere o artº. 448 do Código das Sociedades Comerciais

Participações qualificadas

Declaração emitida nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº. 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários

Relatório do Governo da Sociedade

Demonstrações Financeiras Separadas

Demonstração de Posição Financeira

Demonstração de Resultados

Demonstração do Rendimento Integral

Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas anexas às Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração Consolidada de Posição Financeira

Demonstração Consolidada de Resultados

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

Demonstração Consolidada de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria e do Conselho Fiscal

Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual

Relatório do Conselho Fiscal

Sonae Indústria, SGPS, SA

Sociedade Aberta

Capital Social € 812 107 574.17

Matriculada na C.R.C. da Maia sob o nº Único
de Matrícula e Identificação Fiscal 506 035 034

SONAE INDÚSTRIA

Relatório de Gestão 2016

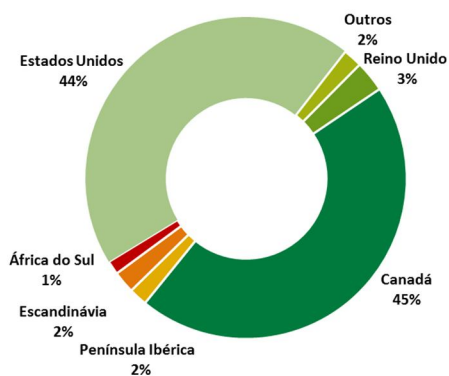
21 março 2017

ÍNDICE

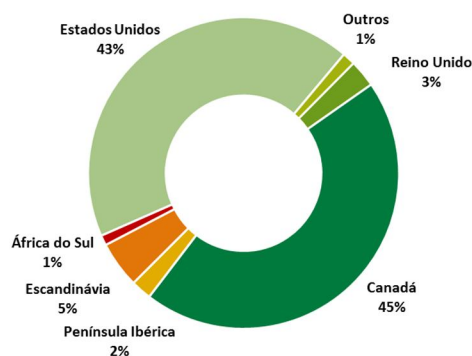
PRINCIPAIS INDICADORES	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
1. A SONAE INDÚSTRIA	5
1.1. NEGÓCIO	5
1.2. PRODUTOS.....	7
1.3. ESTRATÉGIA.....	9
1.4. INICIATIVA IMPROVING OUR WORK (IoW).....	10
1.5. PRINCIPAIS EVENTOS EM 2016	12
2. ANÁLISE SETORIAL.....	13
3. ANÁLISE DE ATIVIDADE	16
3.1. VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE	16
3.2. ANÁLISE FINANCEIRA CONSOLIDADA	17
3.2.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	17
3.2.2. INVESTIMENTO.....	18
3.2.3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA	19
3.3. RESULTADOS INDIVIDUAIS DA SONAE INDÚSTRIA, SGPS	20
3.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	20
3.5. INDICADORES PROPORCIONAIS (NÃO AUDITADOS E PROFORMA)	21
3.6. PERSPETIVAS FUTURAS PARA 2017	22
3.7. INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES E EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO	23
3.8. TRANSAÇÕES COM AÇÕES PRÓPRIAS	24
3.9. POLÍTICA DE DIVIDENDOS	24
3.10. EVENTOS SUBSEQUENTES	24
4. GESTÃO DE RISCOS	25
4.1. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS DE CRÉDITO.....	25
4.2. RISCOS DE MERCADO	25
4.3. RISCOS LEGAIS.....	27
4.4. RISCOS OPERACIONAIS.....	27
5. RESPONSABILIDADE CORPORATIVA (NÃO AUDITADO)	28
5.1. RELATÓRIO SOCIAL	28
5.2. RELATÓRIO AMBIENTAL.....	34
6. NOTAS FINAIS E AGRADECIMENTOS.....	38
ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	39
ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	39
ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	40
PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	40
DECLARAÇÃO EMITIDA NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº1 DO ARTIGO 245º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS	41
GLOSSÁRIO.....	42

PRINCIPAIS INDICADORES

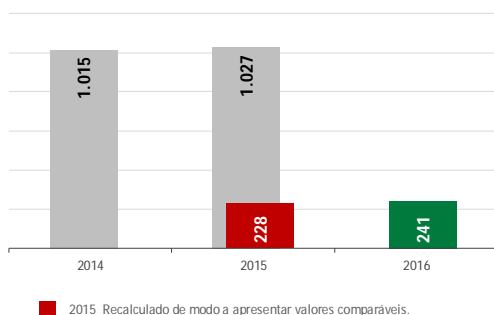
Volume de Negócio por mercado
2015



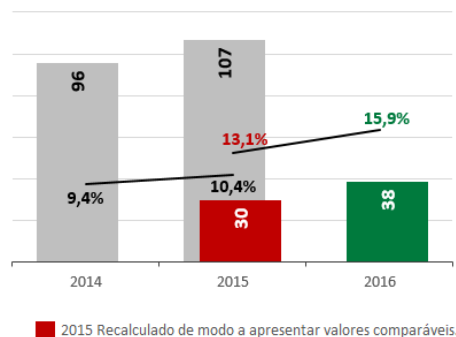
Volume de Negócio por mercado
2016



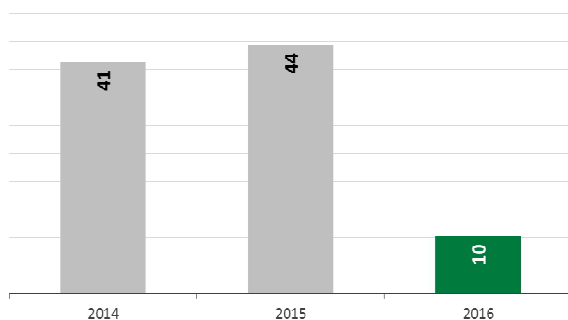
Volume de Negócios
Milhões de Euros



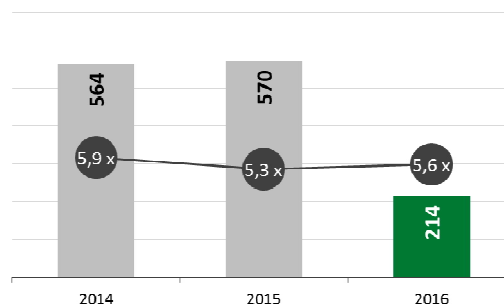
EBITDA Recorrente
Milhões de Euros e margem



Fundo de Maneio
Milhões de Euros



Dívida líquida e Dívida líquida/EBITDA recorrente
Milhões de Euros



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Este foi um ano desafiante e motivador, em que se verificou uma mudança transformacional para o Grupo Sonae Indústria, posicionando-o para o futuro como uma empresa mais rentável e sustentável, na sequência da conclusão da parceria com a Arauco na Sonae Arauco e os melhores resultados que foram obtidos, na sequência de vários anos de reestruturação industrial e de melhoria contínua

A aliança com um parceiro industrial profissional como a Arauco irá permitir partilhar as nossas experiências e competências e aumentar a robustez das nossas operações europeias e sul-africanas, possibilitando o crescimento do negócio e melhorando o posicionamento de mercado com maior enfoque na diferenciação de produtos e no valor para os clientes.

Em resultado das alterações ocorridas em 2016, a Sonae Indústria tem agora um duplo papel: a gestão operacional dos negócios detidos integralmente (Tafisa Canada e Laminados e Componentes) e a gestão da parceria estratégica na Sonae Arauco.

A execução da parceria com a Arauco através do aumento de capital na Tafisa (agora Sonae Arauco), em conjunto com o refinanciamento simultâneo da Sonae Indústria e da Sonae Arauco em condições mais favoráveis, permitiu uma redução material da Dívida Líquida em ambas as empresas. Como resultado, o Grupo Sonae Indústria apresenta atualmente uma estrutura de capital mais forte e sustentável.

Relativamente ao desempenho do negócio, é com agrado que informo que em 2016 fomos capazes de aproveitar as melhores condições globais de mercado e os três principais negócios tiveram um desempenho melhor face ao ano anterior, devido particularmente a melhores resultados no negócio da América do Norte e pela forte contribuição da Sonae Arauco. O nosso negócio de Laminados e Componentes também apresentou um melhor desempenho face ao ano anterior, embora a rentabilidade ainda precise de ser melhorada. Contudo, no final do 4T16 verificou-se um aumento repentino e significativo do custo dos produtos químicos que não parece justificar-se pela recuperação do preço do petróleo.

Considerando a participação de 50% na Sonae Arauco, no final de dezembro de 2016, o EBITDA Recorrente Proporcional atingiu 90 milhões de euros e a Dívida Líquida Proporcional situou-se em 312 milhões de euros, traduzindo-se num rácio de alavancagem de 3,5x. Este valor compara com um rácio de alavancagem de 5,3x para a Sonae Indústria no final de março de 2015.

Durante o ano realizamos e comprometemo-nos a realizar investimentos em várias unidades de produção para melhorar a eficiência operacional, capturar oportunidades de mercado e tornar os negócios mais eficientes e sustentáveis. Investimos ainda na melhoria dos níveis de qualidade do serviço ao cliente. Quero ainda realçar o investimento realizado na quinta linha de produção de revestimento a papel melamínico, utilizando tecnologia de motivos em relevo (*Embossed in-Register*) na nossa unidade industrial em Lac-Mégantic no Canadá. Este investimento reforçou ainda mais a nossa posição nos segmentos decorativos de maior valor e fortaleceu a nossa unidade industrial Canadiana como um *player* de referência no mercado norte-americano.

Todas estas ações são impulsionadas pela nossa ambição em nos tornarmos a empresa de preferência dos nossos clientes, fornecedores e colaboradores.

Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer aos nossos colaboradores pelo seu trabalho árduo e dedicação, e quero agradecer a todos os nossos *stakeholders* pelo seu contínuo apoio e confiança no Conselho de Administração e na equipa de gestão.

Paulo Azevedo

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria

1. A SONAE INDÚSTRIA

1.1. NEGÓCIO

Parceria estratégica com a Arauco

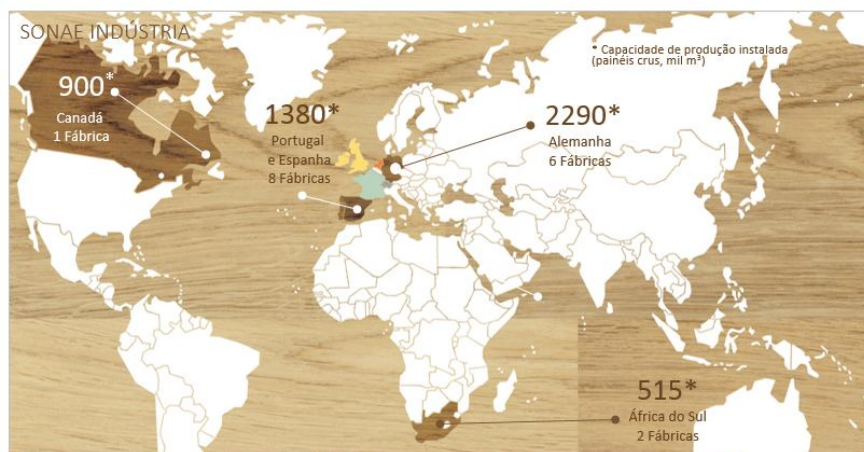
No final do mês de novembro de 2015, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. informou que celebrou um acordo de parceria estratégica com a Inversiones Arauco Internacional, Limitada (Arauco), visando a criação de uma *joint-venture* englobando as operações de painéis derivados de madeira e atividades relacionadas na Europa e África do Sul.

A concretização da parceria foi sujeita a determinadas condições que foram cumpridas durante os primeiros cinco meses de 2016 e a 31 de maio de 2016, a Sonae Indústria anunciou que completou a parceria estratégica com a Arauco através da "Sonae Arauco", uma parceria 50/50 que engloba as referidas operações de painéis derivados de madeira e atividades relacionadas que a Sonae Indústria detém na Europa e África do Sul, nomeadamente todas as suas unidades de produção de painéis derivados de madeira, químicos e papel impregnado. Esta parceria foi concretizada mediante a subscrição pela Arauco de um aumento de capital, no valor de 137,5 milhões de euros, na subsidiária da Sonae Indústria, Tableros de Fibras, S.A., que alterou a sua denominação social para "Sonae Arauco, S.A."

Com esta parceria, a Sonae Indústria espera criar uma empresa forte nos mercados Europeus e Sul-Africanos e reforçar o seu compromisso de longo prazo com a indústria de painéis derivados de madeira.

Negócios detidos integralmente

Além da participação de 50% na Sonae Arauco, a Sonae Indústria detém a propriedade integral do negócio de painéis derivados de madeira na América do Norte e do negócio de Laminados e Componentes, em conjunto com alguns bens imóveis na Europa.



PB Painéis de aglomerado de partículas; **MDF** Painéis de aglomerado de fibras de média densidade; **OSB** Painéis de aglomerado de partículas longas e orientadas; **MF** Painéis revestidos com papel melamínico; **FL** Pavimentos laminados; **C** Componentes; **R** Resinas; **HPL** Laminado decorativo de alta pressão; **CPL** Laminado decorativo de processo contínuo; **DP** Painéis de aglomerado de fibras pintados; **IMP** Impregnação de papel; **WV** Folheados de madeira; **VFB** Painéis de aglomerado revestidos a folha de madeira.

Capacidade de Produção instalada ('000 m³)

SONAE INDÚSTRIA	900
SONAE ARAUCO	4185

SONAE INDÚSTRIA

- Portugal**
- Maia **HPL**
 - Vilela – Paredes **C**
- Alemanha**
- Horn **HPL + CPL + C**
- Canadá**
- Lac-Mégantic **PB + MF**

SONAE ARAUCO

- Portugal**
- Castelo de Paiva **WV**
 - Mangualde **MDF + VFB**
 - Oliveira do Hospital **PB + MF + IMP**
 - Sines **R+IMP**
- Espanha**
- Linares **PB+MF+IMP**
 - Valladolid **MDF+MF+DP**
- Alemanha**
- Beeskow **PB+MF+MDF**
 - Eiweiler **MDF+MF+FL**
 - Kaisersesch **IMP**
 - Meppen **MDF**
 - Nettgau **PB+OSB+MF**
- África do Sul**
- Panbult **PB+MF**
 - White River **PB+MDF+MF**

A Sonae Indústria opera atualmente um total de 17 fábricas localizadas em 5 países, distribuídos por 3 continentes, das quais quatro¹ são integralmente detidas e as restantes 13 são parte da parceria Sonae Arauco, totalizando 3.269 colaboradores no final de 2016. Considerando apenas os negócios detidos integralmente (isto é sem incluir a contribuição da Sonae Arauco) o volume de negócios atingiu 241 milhões de Euros em 2016.

¹ Incluindo a unidade industrial de Horn laminados e os bens imóveis cujo interesse económico pertence à Sonae Indústria (no âmbito do acordo celebrado entre a Sonae Indústria e a Arauco), apesar destes ativos pertencerem à GHP GmbH, atual subsidiária da Sonae Arauco.

Painéis derivados de madeira

Os painéis derivados de madeira são uma alternativa valiosa à madeira maciça, com algumas claras vantagens, nomeadamente porque permitem uma utilização mais eficiente das matérias-primas. Outra vantagem particular consiste na sua flexibilidade dimensional, que, em contraste com a madeira maciça, permite a produção de produtos de dimensões feitas-à-medida, as quais podem ser adaptadas aos requisitos das aplicações dos clientes. Assim, hoje em dia, assistimos à substituição da madeira maciça pelos painéis derivados de madeira num número crescente de aplicações.

Comparando com outros materiais de construção, tais como o aço e o betão armado, a madeira tem impactos ambientais adversos significativamente inferiores, quando utilizada como material de construção. Por conseguinte, os painéis derivados de madeira têm um efeito positivo no aquecimento global através da melhoria da eficiência energética, o que permite aos proprietários das habitações uma redução significativa da sua fatura de energia. Para além disso, quando utilizados para fins relacionados com a construção, estes materiais funcionam como armazenadores de carbono, ajudando, deste modo, a mitigar as emissões de CO₂. No final da sua vida útil, os painéis derivados de madeira podem ser reciclados e transformados em novos produtos, reentrando, assim, num ciclo contínuo de reciclagem. Por este motivo, é expectável que a procura de madeira e de produtos derivados de madeira para a indústria da construção tenha um crescimento sólido com o passar do tempo.

Em tempos em que os eventos climáticos extremos, como inundações e secas, sinalizam que a mudança climática é muito mais do que uma discussão científica teórica, as sociedades em geral – e as empresas em particular – estão constantemente à procura de formas alternativas que permitam combater estes novos cenários climáticos e estas novas realidades.

Os produtos derivados de madeira têm um papel importante a desempenhar nesta realidade. A Sonae Indústria acredita que utilizar mais madeira representa um forte contributo para combater as alterações climáticas, porque pode, por um lado, reduzir as fontes de CO₂, e por outro lado, aumentar os sumidouros de CO₂ e o armazenamento de carbono. A redução das fontes de CO₂ resulta da madeira ser um material que armazena energia, podendo substituir, em diversas aplicações, outros materiais que usam mais energia – e geram mais emissões – durante a sua produção. A utilização da madeira pode também aumentar os sumidouros de CO₂ e o armazenamento de carbono, uma vez que a própria floresta tem um papel único no sequestro de carbono da atmosfera – as florestas ao crescer, absorvem mais CO₂, e os produtos florestais mantêm o carbono armazenado durante a sua vida útil. A utilização de produtos de madeira estimula um maior crescimento da floresta, e um mercado eficiente para produtos de madeira oferece um incentivo financeiro para investir na gestão ativa da floresta. Adicionalmente, quando os produtos de madeira são reutilizados ou reciclados, o armazenamento de carbono é prolongado numa nova vida útil, evitando emissões de CO₂ para a atmosfera.

PRÉMIOS

PRÉMIO BIG DATA EM ESPANHA



no primeiro ano.

A fábrica de Valladolid da Sonae Arauco recebeu o prémio para a **MELHOR INICIATIVA DE NEGÓCIO BIG DATA EM ESPANHA 2016**, no primeiro DSAwards.

Este prémio reconhece o excelente trabalho no desenvolvimento da utilização de "Big Data", permitindo que os processos de produção da fábrica sejam adaptados aos resultados das análises dos dados de fabrico em tempo real.

Os DSAwards têm como objetivo reconhecer a melhor iniciativa privada e corporativa no campo de "Big Data" e recebeu mais de 300 candidaturas

1.2. PRODUTOS

Produtos crus e técnicos

Os nossos produtos base, denominados de “produtos crus e técnicos”, compreendem:



- **Aglomerado de partículas (PB)**, um produto muito versátil e indicado para a generalidade das utilizações nas indústrias de mobiliário e construção;



- **Painéis de fibras de média densidade (MDF)**, um excelente substituto da madeira maciça e ideal para o mobiliário, pavimentos e indústria da construção;

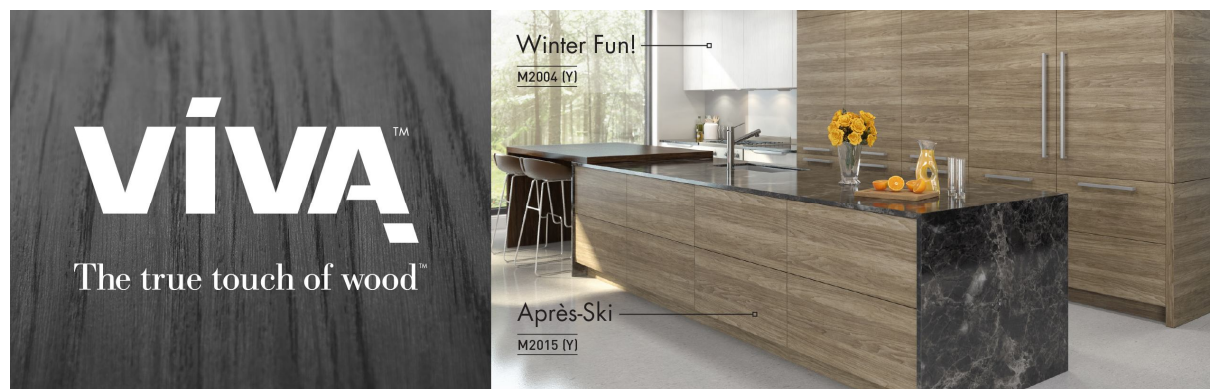


- **Painéis de fibras orientadas (OSB)** um produto altamente resistente e indicado para aplicações estruturais e não-estruturais na indústria da construção, tem vindo também a ser crescentemente utilizado em aplicações decorativas devido à sua semelhança natural com a madeira, principalmente em espaços públicos e lojas.

Mais de 50% da nossa produção é transformada em produtos de valor acrescentado, tais como os **painéis revestidos a melamina (MFC)**, painéis acústicos e outros. Estes, por sua vez, são utilizados numa enorme variedade de aplicações, tais como: mobiliário de casa e escritório, armários de cozinha e de casa-de-banho, portas, embalagens e decoração de interiores.

Produtos Decorativos

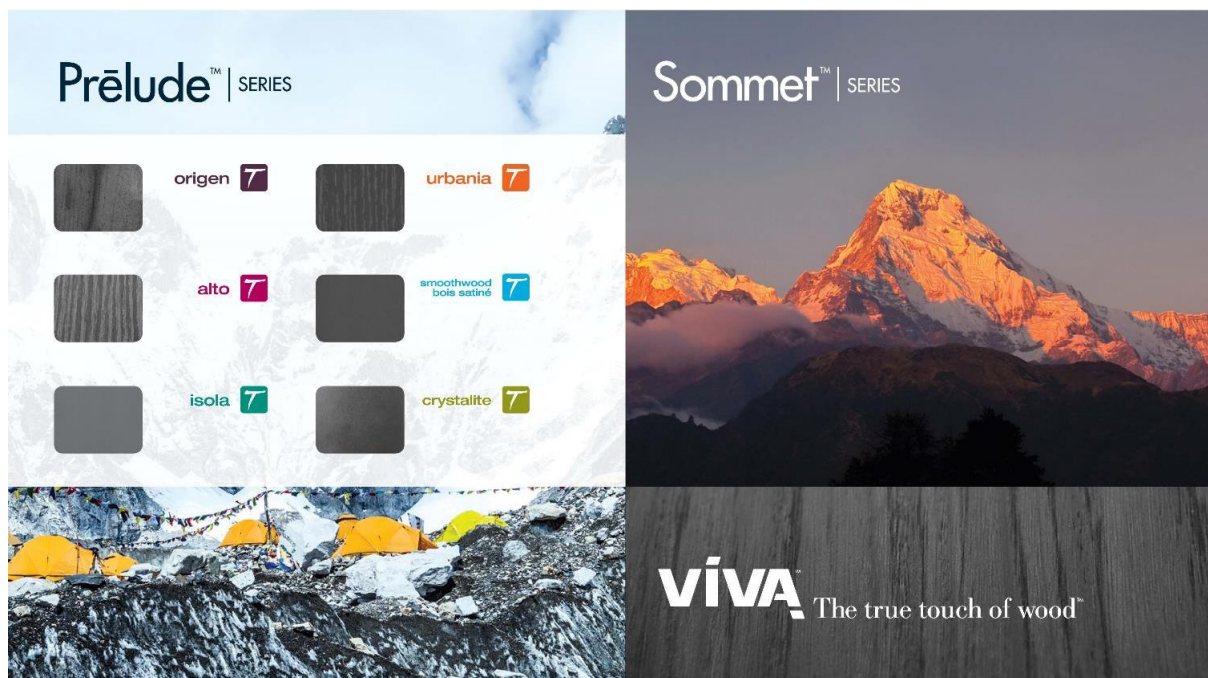
UMA GAMA MAIS FORTE DE PRODUTOS DECORATIVOS NA AMÉRICA DO NORTE: Viva™ *The true touch of wood*™



Em 2016, a Tafisa Canada concluiu o investimento na nova linha de produção de revestimento a papel melamínico com tecnologia de dupla-face de motivos em relevo (*Embossed in-register*). Esta linha apresenta características únicas, sendo capaz de produzir frente e verso e com dois tamanhos de painéis. Tratando-se, de uma novidade na indústria na América do Norte, este investimento irá proporcionar à Tafisa Canada atacar vários segmentos diferentes de mercado como armários de cozinha e de casa-de-banho, organizadores de armário, escritórios e segmentos comerciais.

A Tafisa Canada beneficiou deste investimento para relançar a marca do seu portfólio de produtos revestidos a papel melamínico, com a criação de duas séries de produtos. A *Prelude™ series* inclui um legado de texturas com

muito sucesso que a Tafisa Canada colocou no mercado há já 25 anos. A *Sommet™ series* inclui o novo *Viva™ texture Embossed In-register* com 10 *designs* inovadores, que apresentam realmente o toque natural da madeira. O desenvolvimento do *Sommet™ series* irá trazer produtos inovadores ao mercado, beneficiando das capacidades da nova linha, enquanto que a *Prelude™ series* vai continuar a proporcionar designs de e texturas de vanguarda.



O sucesso do lançamento em agosto da nossa nova coleção VIVA™, foi recebida com grande aclamação por parte dos clientes. Este lançamento está destinado a ser o mais bem-sucedido de sempre de uma nova coleção da Tafisa Canada.

Mais informação em www.tafisa.ca.

UMA GAMA COMPLETA DE PRODUTOS DECORATIVOS NA EUROPA: INNOVUS®



INNOVUS®, a marca europeia de produtos decorativos, disponível nas mesmas decorações e acabamentos que os produtos decorativos de placas revestidas (Aglomerado e MDF) e laminados e compactos. A coleção global do INNOVUS®, com mais de 250 possibilidades decorativas, oferece inspiração e soluções ilimitadas para todas as necessidades produtivas e criativas.

A coleção INNOVUS® também inclui uma gama abrangente de produtos especiais, nomeadamente:

INNOVUS® Coloured MDF, um produto que combina a força e as propriedades técnicas do Painel de Fibras de Média Densidade (MDF) com a atração visual de uma versátil gama de cores e a oferta foi este ano reforçada com o lançamento da uma nova cor areia cinza (SAND GREY). O INNOVUS® Coloured MDF pode também ser

combinado com as últimas tendências de melaminas decorativas do INNOVUS®, o que resulta numa solução decorativa única e verdadeiramente distinta.

INNOVUS® ESSENCE, uma gama de produtos que utiliza a tecnologia de dupla-face de motivos em relevo (Embossed in Register – EIR®) para obter painéis decorativos com o toque e aparência natural da madeira em painéis revestidos a papel melamínico. O INNOVUS® ESSENCE com as suas duas estruturas – Rústica e Autêntica – e nove desenhos de madeira foi desenvolvido a pensar numa variedade de aplicações tais como portas, mobiliário de sala e painéis de parede, aplicações que realmente valorizam o efeito natural da madeira.

INNOVUS® MAGNETIC, uma gama de laminados que permite utilizar ímanes e/ou escrever com giz ou marcadores na sua superfície. Esta solução funcional e decorativa é ideal para divisórias e painéis de parede, para lojas, escritórios, escolas e infantários ou mesmo em casa.

Mais informações em www.innovus.co.

1.3. ESTRATÉGIA

O modo como nos vemos como empresa, como agimos e nos relacionamos com outros e com o mundo à nossa volta, representa uma cultura corporativa de melhoria contínua – desafiamo-nos constantemente para termos um melhor desempenho – que é sustentada pela nossa Missão, Visão e Valores.

VISÃO:

Ser reconhecido como um líder mundial sustentável no sector dos painéis derivados de madeira, proporcionando de forma consistente, aos nossos clientes, os melhores produtos, mantendo os mais elevados níveis de serviço e promovendo práticas empresariais e ambientais responsáveis.

MISSÃO:

O nosso objetivo é retirar o máximo potencial dos painéis derivados de madeira para benefício dos nossos clientes, acionistas, colaboradores e da sociedade em geral.

As nossas atividades estão assentes em boas práticas de governo de sociedades, na melhoria contínua da eficiência das operações e na promoção ativa de inovação, proporcionando um ambiente de trabalho motivador, seguro e justo.

VALORES E PRINCÍPIOS

Os nossos valores representam a pedra basilar sobre a qual o nosso negócio é construído e são os princípios orientadores do nosso comportamento. O nosso sistema de valores enfoca-se em quatro importantes princípios: Ambicioso, Inovador, Autêntico e Responsável, que podem depois ser subdivididos nos valores e aptidões ilustradas na figura abaixo.



ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS:

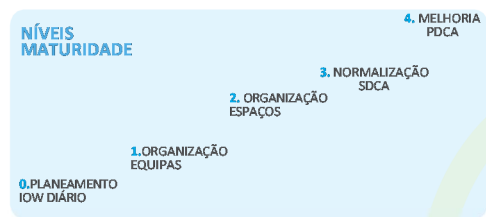
- 1) Continuar a **melhorar o mix de produtos e o serviço ao cliente e a quota de mercado na América do Norte**, tirando partido do recente investimento na quinta linha de produção de revestimento a papel melamínico na nossa unidade industrial no Canadá, com tecnologia de motivos em relevo (*embossed in-register*) na coleção ViVa.
- 2) **Desenvolver o negócio de Laminados e Componentes**, aproveitando as oportunidades de crescimento com atuais, novos clientes e novos mercados e melhorando os níveis de rentabilidade.
- 3) **Apoiar o desenvolvimento do negócio da Sonae Arauco**.
- 4) **Procurar oportunidades para monetizar os nossos ativos imobiliários e equipamento**, visando a redução dos custos correntes nas unidades industriais inativas.

1.4. INICIATIVA *IMPROVING OUR WORK* (IoW)

A iniciativa IoW (Improving our Work, Melhoria Contínua) é um pilar chave da cultura e do modo de trabalhar da cultura Sonae, como uma poderosa filosofia e metodologia de procura da produtividade e da qualidade, todos os dias, em qualquer lugar, por parte de todos, criando valor sustentável para os *stakeholders* da Sonae.

Tendo por base o ciclo de melhoria, o modelo IoW contempla atualmente uma nova abordagem, incluindo um novo pilar – Líderes de IoW, com um objetivo específico – obter o Compromisso da Gestão.

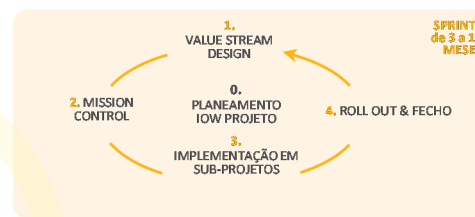
IOW DIÁRIO para mudar comportamentos & cultura



Desenvolver Pessoas das... Equipas Naturais de Gemba

TL: Team Leader, TM: Team Member

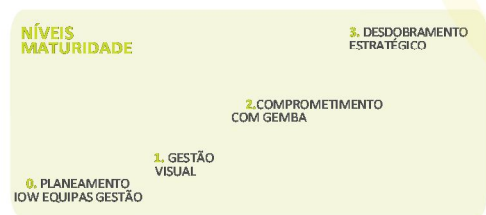
IOW PROJETO para alcançar resultados disruptivos



Transformar Processos com... Equipas Projeto

PM: Project Manager, ABDE: Cross Function Experts

IOW EQUIPAS GESTÃO para comprometer o Topo



Desenvolver Pessoas das... Equipas de Gestão

MD: Managing Director, M: Managers

IOW SUPORTE para trazer orientação especializada



Desenvolver Orientação com... Coach IOW

IOWC: IOW Coordinator, C: Coaches

PARADIGMAS
MUDANÇA

O objetivo do modelo IoW é de desenvolver a capacidade de mudança na organização, fomentando alterações nos comportamentos e melhorias nos processos de negócio, ao mesmo tempo que procura assegurar a excelência operacional, através dos quatro pilares seguintes:

- **IoW Diário:** Melhorar as Equipas Naturais e promover a cultura de melhoria contínua
- **IoW Projeto:** Aperfeiçoar processo com equipas multidisciplinares
- **IoW Líderes:** Desenvolver, acompanhar e apoiar a implementação da estratégia com as equipas de gestão
- **IoW de suporte:** Apoio a todas as atividades de IoW por equipas de IoW

A Sonae Indústria adotou o programa IoW de uma forma entusiástica, pois acredita ser o meio para “Melhorar a nossa empresa”.

Após 3 anos de implementação do nosso sistema de Melhoria Contínua (Programa IoW), a Sonae Indústria pretende avançar na abordagem de implementação.

O pilar IoW Diário continua a ser o nosso principal enfoque, permitindo a todas as equipas potenciar a utilização das ferramentas do IoW, de acordo com as suas necessidades específicas e com o enfoque nos resultados. A satisfação interna e externa dos clientes é o nosso principal impulsionador. As equipas naturais (equipas com os mesmos objetivos e indicadores), encontram-se a implementar rotinas do IoW Diário, como reuniões padrão, seguindo e trabalhando no desempenho das várias equipas.

Tem-se colocado um enorme esforço na formação dos nossos colaboradores, assegurando uma linguagem comum e melhorando as suas competências. Tem sido administrada formação específica na utilização das ferramentas, de forma a resolver-se as causas raiz dos problemas, tendo sempre como base o ciclo de melhoria contínua – PDCA. “Tracking Results” começa a estar presente nas equipas, como uma forma sustentável de assegurar uma adequada e sustentável implementação do IoW.

2016 foi um ano para consolidar o que já vinha sendo implementado e para rever o processo de implementação, tendo como base o conhecimento ganho nos últimos 3 anos. Como próximo passo, pretendemos assegurar que as melhorias alcançadas são sustentáveis e consideradas como parte da forma de trabalhar.

1.5. PRINCIPAIS EVENTOS EM 2016

18 fevereiro 2016	Comunicado dos resultados consolidados do exercício de 2015
7 abril 2016	Comunicado sobre deliberações da Assembleia Geral Anual de Acionistas
4 maio 2016	Comunicado dos resultados consolidados do 1º trimestre de 2016
31 maio 2016	Comunicado sobre a constituição de uma parceria estratégica com a Arauco para os mercados Europeu e Sul-Africano
8 junho 2016	Comunicado sobre alterações no Governo Societário e na composição do Conselho de Administração
27 junho 2016	Comunicado sobre designação de administradores delegados
21 setembro 2016	Comunicado dos resultados consolidados do 1º semestre de 2016 Comunicado sobre decisão de divulgação de informação financeira trimestral
10 novembro 2016	Comunicado dos resultados consolidados dos primeiros nove meses de 2016

2. ANÁLISE SETORIAL

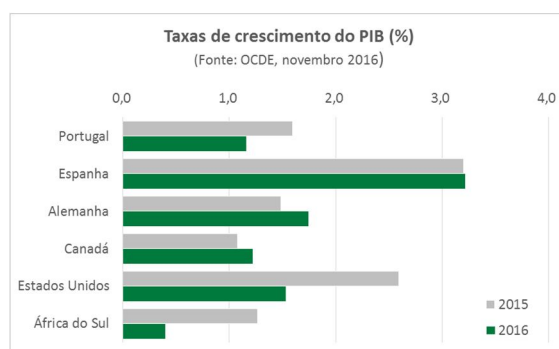
Contexto macroeconómico

2016 representou o quarto ano de crescimento na economia da União Europeia, que progrediu a um ritmo moderado, sendo o consumo privado o principal motor de crescimento. A melhoria do desempenho no mercado de trabalho, combinado com taxas de inflação mais baixas, elevou o rendimento disponível e aumentou os níveis de confiança dos consumidores, criando condições mais favoráveis para níveis mais elevados de investimento. A manutenção de uma política monetária acomodaticia visando uma maior acessibilidade no acesso ao crédito (a taxa de juro de curto prazo para a Zona Euro continua negativa), também contribuiu para o crescimento económico. Não obstante, o apoio dos baixos preços das *commodities* e a depreciação do euro, que têm beneficiado os termos de troca, parecem estar a desaparecer.

Relativamente à economia Norte-Americana, 2016 representou outro ano de crescimento económico, e o consumo privado foi também o principal motor de crescimento, apoiado num bom momento do mercado de trabalho com criação sustentável e relevante de emprego.

Breve análise por região:

- As condições macroeconómicas na Península Ibérica foram, no geral, positivas, considerando as taxas de crescimento positivas do PIB², especialmente na Espanha onde se espera um crescimento de 3,2%, enquanto que Portugal experimentou um crescimento muito mais modesto (1,2%). O mercado de trabalho continua a melhorar, no entanto as elevadas taxas de desemprego em ambos os países permanece uma preocupação fundamental de política económica. De uma perspectiva comercial, Portugal e Espanha apresentam um excedente na balança corrente, em linha com os últimos quatro anos. As despesas de consumo privado acompanharam as perspetivas mais otimistas e continuaram a aumentar, sustentando o crescimento económico nesta região. O setor residencial da construção, bastante correlacionado com o ambiente económico, manteve a tendência positiva de 2015, como indicado pelo aumento do número de licenças de habitação atribuídas face ao ano anterior em ambos os países (21%³ em Portugal e um crescimento ainda mais substancial em Espanha, aumentando cerca de 33%⁴).
- Na Alemanha é esperado um crescimento de 1,7% em 2016 (0,2 p.p. acima vs. 2015), apoiado num mercado de trabalho sólido e em níveis mais elevados de consumo. As exportações resilientes que caracterizam a economia alemã, continuam a contribuir para o excedente persistente na balança corrente, que também suportou o crescimento económico. O ambiente macroeconómico positivo tem desempenhado um papel crucial na recuperação estável do setor da construção residencial,



² PIB: Produto Interno Bruto.

³ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, janeiro 2017 ("Nova habitação residencial", evolução acumulada a novembro de 2016 para o período de 11 meses).

⁴ Fonte: *Ministerio de Fomento*, janeiro 2017 (Total de "Novas Habitações", evolução acumulada a novembro de 2016 para o período de 11 meses).

promovendo as decisões de consumo, como evidenciado pelo aumento significativo, face ao ano anterior, do número de licenças de habitação atribuídas (22%⁵ acima).

- Na América do Norte, tanto o Canadá com os Estados Unidos continuaram a crescer em 2016, não obstante o abrandamento observado no crescimento económico, face ao ano anterior, nos EUA. Por conseguinte, um crescimento do PIB de 1,5% é esperado para a economia Norte-Americana (0,9 p.p. abaixo vs. 2015) e a economia Canadiana espera-se que tenha crescido 1,2%, ligeiramente acima de 2015. O desempenho positivo do consumo privado tem estimulado o crescimento económico em ambos os países, apoiado por um mercado de trabalho mais robusto na economia Norte-Americana (o Canadá experimentou um aumento marginal na taxa de desemprego em 2016). No Canadá, o número de novas construções aumentou cerca de 0,4%⁶ face ao ano anterior, e nos EUA o número de novas construções aumentou 5,6%⁷, face ao ano anterior.
- Para a África do Sul, as estimativas da OCDE apontam para um crescimento estagnado do PIB de 0,4% (0,9 p.p. abaixo vs. 2015). Os cortes de energia, que afetam a transformação, a mineração e as atividades do setor dos serviços, os baixos preços das *commodities* e a baixa confiança dos consumidores e das empresas, continuam a ser restrições chave da atividade económica. Além do mais, o lento progresso no abastecimento de serviços económicos e sociais em áreas desfavorecidas e o elevado desemprego que gera desigualdades de rendimento são grandes desafios de política económica. Em paralelo, a depreciação significativa da moeda Sul-Africana está a criar pressões inflacionárias que contribuem para o hiato negativo na balança corrente. A combinação destes fatores conduz a incertezas macroeconómicas, resultando num pano de fundo negativo para o setor residencial da construção, como evidenciado pela redução de 9%⁸, face ao ano anterior, do número de licenças de habitação residenciais.

Painéis derivados de madeira

América do Norte (Tafisa Canada)

Procura por produto

Na América do Norte, o comportamento dos mercados de habitação, em 2016, foi significativamente diferente no Canadá e nos Estados Unidos, naturalmente correlacionado com as condições macroeconómicas de cada país. No Canadá, o baixo crescimento do PIB afetou o setor da construção, com o nível de novas construções a aumentar 0,4%, contrastando com um crescimento forte do nível de novas construções nos EUA com um ganho de 5,6% face ao ano anterior, atingindo 17 milhões de construções. Não obstante estes diferentes padrões de procura, a estimativas disponibilizadas por *Composite Panel Association* (CPA) estimam que as remessas totais de aglomerado na América do Norte tenham reduzido 1,4% em 2016 vs. 2015.

Informação sobre a Oferta

Principais investimentos de *players* chave na América do Norte anunciados desde 2015:

⁵ Fonte: *German Federal Statistics Office*, janeiro 2017 ("Licenças para nova construção, habitações", evolução acumulada a novembro de 2016 para o período de 11 meses).

⁶ Fonte: *Canada Mortgage and Housing Corporation*, março 2017 ("Building permits (unidades)", evolução acumulada a dezembro de 2016 para o período de 12 meses).

⁷ Fonte: *United States Census Bureau*, março 2017 ("Housing units started", evolução acumulada a dezembro de 2016 para o período de 12 meses).

⁸ Fonte: *Statistics South Africa*, janeiro 2017 ("Building plans for residential buildings (número)", evolução acumulada a novembro de 2016 para o período de 11 meses).

- Arauco: investimento de \$325 milhões de dólares numa nova unidade industrial de aglomerado em Michigan (EUA), com uma capacidade esperada de 0,75 milhões m³, devendo começar a produzir no final de 2018 ou início de 2019.
- Kronospan: investimento total de \$363 milhões de dólares na sua unidade industrial de MDF/HDF em Alabama (EUA), adicionando uma linha de aglomerado, capacidade de revestimento a melamina, impregnação e potencialmente produção de resinas. Commissionamento esperado para finais de 2018 ou início de 2019.
- Swiss Krono: investimento total de \$230 milhões de dólares na sua unidade industrial de HDF/MDF em South Carolina (EUA): linha de 0,28 milhões m³ de HDF/MDF e expansão dos pavimentos laminados.

Sonae Arauco – Europa

Procura por produto

Espera-se que o consumo aparente de **aglomerado** nos países membros da EPF⁹ tenha aumentado 2,5% em 2016 para os 28,5 milhões de m³.

É esperado⁹ que a procura europeia por painéis locais de **MDF** tenha aumentado 2,2% em 2016 para 10,9 milhões de m³. Não se prevê declínio no consumo em nenhum país.

Após vários anos de contração, a atividade da construção experimentou uma ligeira melhoria em 2015, embora a situação tenha diferido ao longo da Europa, uma vez que alguns países da Europa de Leste experimentaram, tal como em 2014, desenvolvimentos mais significativos na atividade habitacional do que a região Oeste. Em resultado, estima-se⁹ que o mercado global europeu de **OSB** tenha aumentado 8% em 2015.

Informação sobre a Oferta

Após uma retoma em 2014, estima-se que a produção de **painéis de aglomerado** nos países membros da EPF⁹ tenha aumentado novamente em 2015 em 1,5% para os 29,1 milhões de m³. As expectativas para 2016 são otimistas, com um crescimento esperado de 1,1%. Este nível de produção ainda se encontra distante do pico de produção de 37,8 milhões de m³, observado em 2007.

Estima-se que a produção de **MDF** na Europa (excluindo a Turquia e a Rússia) tenha aumentado 2,7% em 2015, atingindo uma produção total de 11,8 milhões de m³. Não obstante, tal como no segmento de aglomerado, este nível de produção permanece significativamente abaixo do pico de produção de 13,3 milhões de m³ alcançado em 2007.

Os cálculos da EPF⁹ revelam que a produção europeia de **OSB** aumentou 3,9% em 2015 e ultrapassou os 5 milhões de m³.

Considerando especificamente os mercados onde a Sonae Indústria tem presença industrial na Europa através da Sonae Arauco, o aumento de capacidade mais relevante em 2016, na Península Ibérica, deverá estar relacionado com o investimento da Kronospan para aumentar a capacidade de MDF. Em 2017, a capacidade deve aumentar cerca de 0,5 milhões de m³, parcialmente em resultado de um aumento da capacidade de aglomerado pela Kronospan. Para a Alemanha, estima-se que a capacidade total tenha aumentado cerca de 0,6 milhões de m³ em 2016, essencialmente devido a um investimento da Rauch em capacidade de aglomerado. Apesar de não se prever nenhum aumento de capacidade para 2017, pode vir a sentir-se pressão adicional de capacidades do mercado Polaco.

⁹ EPF: Federação Europeia de Painéis, Relatório Anual 2015/2016.

3. ANÁLISE DE ATIVIDADE

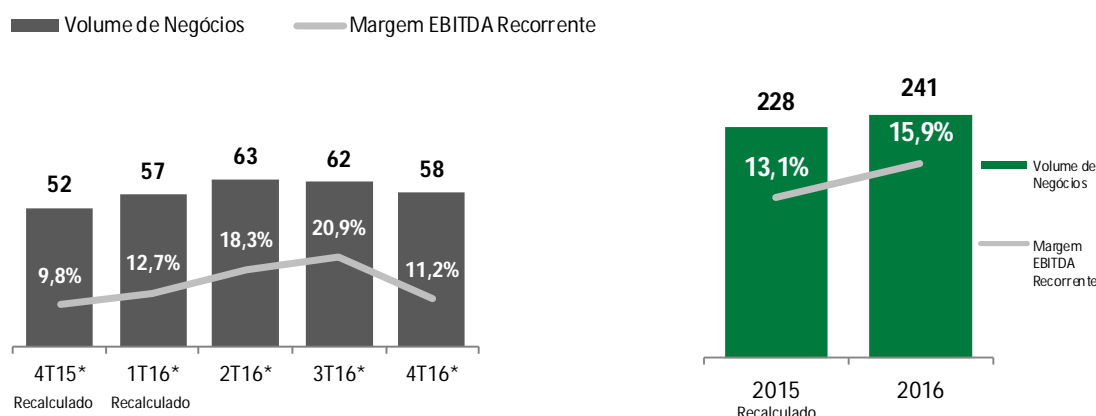
COMENTÁRIOS EXPLICATIVOS SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Para 2016, a Demonstração de Resultados considera todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação da Sonae Arauco classificadas como “Operações Descontinuadas” até maio de 2016 e contabilizadas através do método de equivalência patrimonial a partir de 1 de junho. A Demonstração de Resultados para 2015 foi recalculada para apresentar em “Operações Descontinuadas” o resultado de todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação da Sonae Arauco. Deve realçar-se ainda que os resultados das unidades industriais de Ussel (alienada em março de 2015) e Linxe (alienada em julho de 2015), em França, de Pontecaldelas e de Betanzos (alienada em abril de 2015), em Espanha, também já tinham sido classificadas como “Operações Descontinuadas” em 2015.

3.1. VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE

VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE

Milhões de Euros



*Informação trimestral não auditada.

O **Volume de Negócios consolidado** para 2016 atingiu cerca de 241 milhões de euros, 5,7% acima vs. 2015 (ou mais 12,9 milhões de euros), numa base comparável. Este desempenho é explicado pelos melhores resultados do negócio na América do Norte e na unidade industrial de laminados em Portugal, esta última aumentando o volume de negócios em 44% face a 2015. Deve realçar-se que o negócio na América do Norte experimentou um aumento no volume de vendas e nos preços médios de venda face ao ano anterior e beneficiou, no último trimestre do ano, do recente investimento estratégico na quinta linha de produção de revestimento a papel melamínico, que permitiu reforçar o mix de produtos com maior proporção de produtos revestidos a melamina.

Não obstante o desempenho positivo quando comparado com o ano anterior, a desvalorização do dólar Canadano face ao Euro durante 2016 continuou a impactar negativamente o volume de negócios consolidado. Numa base comparável, utilizando taxas de câmbio de 2015, o volume de negócios teria sido cerca de 20 milhões de euros superior, representando um crescimento de 8,9%.

EBITDA Recorrente de 2016 foi de 38,4 milhões de euros, uma melhoria de 8,5 milhões de euros vs. 2015, com uma **margem EBITDA Recorrente** subjacente de 15,9%, uma melhoria de 2,8 p.p., face ao ano anterior. O EBITDA

Recorrente para o 4T16 situou-se em 6,5 milhões de euros, 6,5 milhões de euros abaixo face ao trimestre anterior, parcialmente devido à paragem anual de manutenção da linha 2 na nossa unidade industrial na América do Norte e pelo aumento repentino do custo dos químicos no final do ano. Quando comparado com o 4T15, o EBITDA Recorrente aumentou 1,4 milhões de euros. A margem EBITDA Recorrente foi de 11,2% para o 4T16, 1,4 p.p. acima de 4T15.

3.2. ANÁLISE FINANCEIRA CONSOLIDADA

3.2.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS								
Milhões de Euros								
	2015	2016	2016 /	4T15	3T16	4T16	4T16 /	4T16 /
	Recalculado		2015	Recalculado	Não auditado	Não auditado	4T15	3T16
				Não auditado				
Volume de Negócios	227,9	240,9	5,7%	52,3	62,1	58,2	11,2%	(6,2%)
Outros Proveitos Operacionais	5,3	5,8	7,8%	1,1	1,0	1,2	5,4%	12,2%
EBITDA	28,6	38,3	34,0%	4,7	12,7	6,4	35,6%	(49,5%)
Itens não-recorrentes	(1,3)	(0,1)	-	(0,4)	(0,3)	(0,1)	69,5%	-
EBITDA Recorrente	29,9	38,4	28,5%	5,2	13,0	6,5	27,0%	(49,7%)
Margem EBITDA Recorrente %	13,1%	15,9%	2,8 pp	9,8%	20,9%	11,2%	1,4 pp	-9,7 pp
Amortizações e depreciações	(13,6)	(12,1)	11,3%	(3,3)	(3,0)	(3,2)	3,3%	(4,0%)
Provisões e Perdas por Imparidade	(0,1)	(3,5)	-	(0,0)	0,1	(3,9)	-	-
Resultados Operacionais	14,8	22,6	52,6%	1,5	9,8	(0,7)	(148,7%)	(107,2%)
Encargos Financeiros Líquidos	(5,9)	(16,5)	-	(4,9)	(3,5)	(3,2)	33,8%	8,9%
dos quais Juros Líquidos	(3,0)	(13,1)	-	(4,1)	(2,5)	(2,5)	39,0%	(2,2%)
dos quais Diferenças de Câmbio Líquidas	(0,3)	(0,1)	-	(0,0)	(0,2)	0,1	-	-
dos quais Descontos Financeiros Líquidos	(1,6)	(1,8)	(12,0%)	(0,4)	(0,5)	(0,5)	(12,5%)	0,1%
Resultados relativos a empresas associadas	0,0	5,5	-	0,0	3,1	(0,7)	-	(124,1%)
Resultado antes de Impostos	8,9	11,6	30,3%	(3,4)	9,3	(4,7)	(37,0%)	-
Impostos	(3,9)	(8,6)	-	(0,1)	(3,1)	(1,7)	-	43,9%
dos quais Impostos Correntes	(4,1)	(8,9)	-	(0,0)	(3,1)	(1,4)	-	54,5%
dos quais Impostos Diferidos	0,2	0,3	53,0%	(0,0)	0,0	(0,3)	-	-
Resultado de operações continuadas	5,1	3,1	(39,2%)	(3,5)	6,2	(6,4)	(85,5%)	-
Resultado de operações descontinuadas	(41,1)	7,9	-	(4,3)	0,0	38,7	-	-
Resultado Líquido consolidado do período	(36,0)	11,0	-	(7,8)	6,2	32,3	-	-
Interesses que não controlam	(0,0)	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	-
Resultado Líquido atribuível aos Acionistas da empresa	(36,0)	11,0	-	(7,8)	6,2	32,3	-	-

O **EBITDA** consolidado para 2016 atingiu 38,3 milhões de euros, cerca de 10 milhões de euros acima do ano anterior, numa base comparável. O desempenho consolidado do grupo foi marginalmente afetado por **itens não recorrentes** no montante de -0,1 milhões de euros.

O valor total de **custos fixos** para 2016, numa base comparável, aumentou ligeiramente quando comparado com 2015, representando cerca de 17% do Volume de Negócios.

O **número total de colaboradores** da Sonae Indústria, no final de dezembro de 2016, era de 485 FTEs excluindo a Sonae Arauco.

Os custos com **amortizações e depreciações** para 2016 foram de 12,1 milhões de euros, o que representa uma redução de 11,3% (ou 1,5 milhões de euros), devido principalmente à redução nos custos com depreciações na nossa operação na América do Norte. Numa base trimestral, esta rubrica totalizou 3,2 milhões de euros no 4T16, em linha com os valores registados para o 3T16 e o 4T15.

As **provisões e perdas por imparidade** para 2016 totalizaram um valor líquido de 3,5 milhões de euros (3,4 milhões de euros acima de 2015), principalmente devido à constituição, no final do ano, de perdas por imparidade de ativos tangíveis, resultantes de novas re-avaliações externas dos bens imóveis detidos pela Sonae Indústria na Península Ibérica. Deve ser realçado que a utilização de provisões para o legado do processo de reestruturação em França totalizou cerca de 0,5 milhões de euros em 2016.

Os **encargos financeiros líquidos** durante 2016 foram de 16,5 milhões de euros, significativamente acima de 2015 numa base comparável, explicado pela redução de 12,5 milhões de euros em juros líquidos a receber de empréstimos de e para entidades que eram anteriormente intra grupo, o que é explicado pelo facto desses empréstimos (sobretudo da Sonae Indústria a entidades da Sonae Arauco), terem sido integralmente reembolsados até 31 de maio de 2016. No trimestre e quando comparado com o ano anterior, os encargos

financeiros líquidos melhoraram 1,6 milhões de euros devido ao menor montante de juros, essencialmente em resultado da redução da Dívida líquida. Quando comparado com o trimestre anterior, os encargos financeiros líquidos melhoraram 0,3 milhões de euros, beneficiando de variações cambiais líquidas mais favoráveis.

Os **resultados relativos a empresas associadas**, no final de dezembro de 2016, totalizavam 5,5 milhões de euros, o que corresponde a 50% do resultado líquido consolidado da Sonae Arauco desde 1 de junho de 2016.

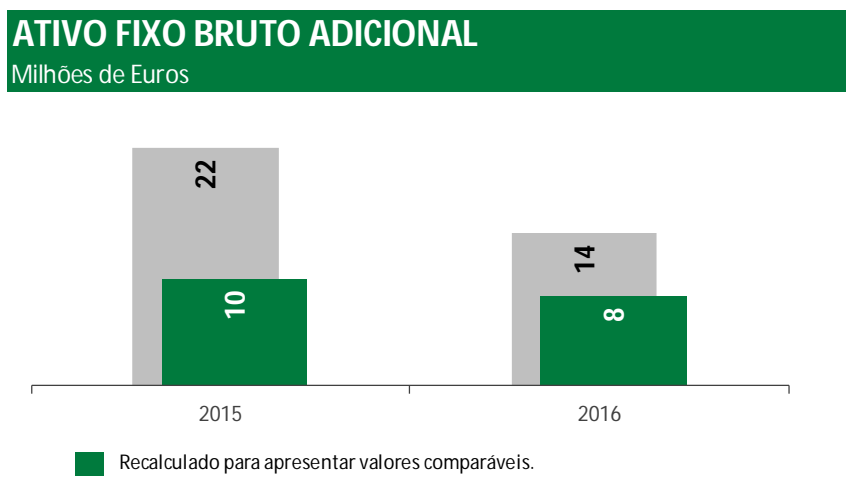
O valor de **impostos correntes** foi de 8,9 milhões de euros para 2016, um aumento de 4,8 milhões de euros quando comparado com 2015, numa base comparável. Este resultado é explicado por: (i) subida do valor dos impostos no Canadá; e (ii) redução do benefício de consolidação fiscal em 2016, resultante da desconsolidação das entidades da Sonae Arauco do perímetro fiscal português durante 2016. Numa base trimestral, os impostos correntes totalizaram 1,4 milhões de euros no 4T16, 1,7 milhões de euros abaixo do trimestre anterior e 1,4 milhões de euros acima do mesmo período do ano anterior.

A combinação dos fatores acima referidos conduziu a um **resultado líquido** consolidado positivo das Operações Continuadas de 3,1 milhões de euros durante 2016, uma redução de 1,9 milhões de euros quando comparado com 2015. Para o último trimestre do ano, a Sonae Indústria registou um resultado líquido negativo das Operações Continuadas de 6,4 milhões de euros, uma deterioração de 2,9 milhões de euros vs. 4T15, devido principalmente a perdas por imparidade e ao aumento dos impostos, não obstante o maior EBITDA e os menores encargos financeiros.

No final de dezembro de 2016, os resultados das 'Operações Descontinuadas' apresentaram um resultado líquido positivo de 7,9 milhões de euros, o que contrasta com um resultado líquido negativo de 41,1 milhões de euros em 2015. Este resultado compreende os seguintes efeitos: (i) um contributo positivo de 5,8 milhões de euros da Sonae Arauco nos primeiros cinco meses de 2016; (ii) custo contabilístico de 36,6 milhões de euros registados no 1S16, resultante da necessidade de reclassificar as Reversas de Conversão acumuladas relacionadas com entidades da Sonae Arauco de 'Outro Rendimento Integral' para "Outras Reservas e Resultados Acumulados" devido à parceria com a Arauco e de acordo com a IAS 21; e (iii) o reconhecimento de um ganho de 38,7 milhões de euros resultante da diferença entre o 'justo valor' do investimento na Sonae Arauco de 186 milhões de euros a 31 de maio de 2016 e o valor contabilístico provisório de 147,3 milhões de euros.

Isto conduziu a um **resultado líquido** positivo de 11 milhões de euros para 2016, o que representa uma melhoria de 47 milhões de euros face a 2015, numa base comparável.

3.2.2. INVESTIMENTO



O aumento de ativos fixos tangíveis atingiu 8,3 milhões de euros durante 2016, o que compara com 9,9 milhões de euros em 2015, numa base comparável. Durante este período, a maioria dos investimentos foram executados

na nossa unidade industrial na América do Norte, principalmente explicado pelo investimento na nova prensa de melamina.

3.2.3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA

COMENTÁRIOS EXPLICATIVOS SOBRE A DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA

A Demonstração Consolidada de Posição Financeira (DCPF) a 31 de dezembro de 2015 não foi recalculada, considerando portanto todas as entidades no perímetro de consolidação da Sonae Indústria, incluindo as da Sonae Arauco. Deste modo, não é comparável com a DCPF a 30 de setembro de 2016 e a 31 de dezembro de 2016: a partir de junho de 2016, a DCPF representa a posição da Sonae Indústria sob o novo perímetro com a participação de 50% na Sonae Arauco contabilizada através do método da equivalência patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA			
Milhões de Euros			
	2015	9M16 Não auditado	2016
Ativos não correntes	757,8	313,4	352,8
Ativos fixos tangíveis	628,8	147,5	148,1
Goodwill	80,9	0,3	0,3
Ativos por impostos diferidos	28,4	2,2	1,4
Outros ativos não correntes	19,8	163,3	203,0
Ativos correntes	243,2	48,4	44,7
Existências	98,0	17,9	18,1
Clientes	85,1	20,1	15,2
Caixa e investimentos	28,9	3,9	4,8
Outros ativos correntes	31,2	6,4	6,6
Ativos não correntes detidos para venda	1,5	1,5	1,5
Total do Ativo	1.002,6	363,3	399,0
Capitais Próprios e Interesses que não controlam	57,7	74,8	110,3
Capitais Próprios	57,8	74,8	110,3
Interesses que não controlam	(0,1)	0,0	0,0
Passivo	944,9	288,6	288,7
Dívida remunerada	599,1	221,3	218,3
Não corrente	71,5	218,4	216,0
Corrente	527,6	2,9	2,3
Fornecedores	138,6	26,2	23,1
Outros passivos	207,2	41,0	47,3
Total do Passivo, Capitais Próprios e Int. que não controlam	1.002,6	363,3	399,0
Dívida Líquida	570,1	217,4	213,5
Fundo de Maneio	44,5	11,9	10,3

Incluído em **Outros ativos não correntes** encontra-se o investimento em empresas associadas (50% da Sonae Arauco) no montante de 196 milhões de euros, o qual é cerca de 40 milhões de euros superior ao valor registado a setembro de 2016 para este investimento. Esta variação é principalmente explicada pela correção ao justo valor deste investimento num montante de 38,7 milhões de euros, com base numa "fairness opinion" independente.

O **fundo de manei**o consolidado atingiu 10 milhões de euros, uma redução de 1,6 milhões de euros quando comparado com setembro de 2016, o que é principalmente explicado pela redução do saldo de clientes na nossa unidade industrial no Canadá. Quando comparado com dezembro de 2015, o fundo de manei o apresentou uma redução significativa de 34,2 milhões de euros, refletindo o perímetro de consolidação mais reduzido em dezembro de 2016.

A **Dívida líquida** situou-se em 213,5 milhões de euros, no final de dezembro de 2016, uma redução de cerca de 4 milhões de euros face a setembro de 2016. Quando comparado com 2015, a Dívida líquida reduziu-se em cerca de 357 milhões de euros, principalmente devido à aplicação no reembolso de dívida do recebimento de 137,5 milhões de euros relativo ao aumento de capital ao nível da Sonae Arauco integralmente subscrito pela Arauco, e à desconsolidação da dívida da Sonae Arauco em resultado das alterações relacionadas com a sua estrutura acionista.

O valor total dos **Capitais Próprios** continuou a melhorar, atingindo 110,3 milhões de euros no final de dezembro de 2016, 35,6 milhões de euros acima do valor a setembro de 2016, principalmente devido ao efeito do registo do justo valor da Sonae Arauco, como explicado anteriormente. Quando comparado com dezembro de 2015, o valor total dos capitais próprios aumentou 52,6 milhões de euros, o que beneficiou não apenas do registo do justo valor da Sonae Arauco mas também dos resultados líquidos positivos da Sonae Indústria durante 2016.

3.3. RESULTADOS INDIVIDUAIS DA SONAE INDÚSTRIA, SGPS

A Sonae Indústria, SGPS, SA, enquanto empresa gestora das participações sociais do grupo, com base nas contas individuais, gerou um Resultado Líquido negativo no exercício de 2016 de 129.563.123,55 Euros.

Este Resultado Líquido negativo explica-se essencialmente por Resultados Financeiros de -12.553.002 Euros, Impostos de -2.228.183 Euros e Resultados relativos a investimentos em subsidiárias e em empreendimentos conjuntos de -113.804.445 Euros. O último valor inclui uma perda por imparidade de cerca de 214,1 milhões de Euros resultante da correção, baseada numa "*fairness opinion*" independente, ao justo valor do investimento na Sonae Arauco, e 100,3 milhões de Euros de outros resultados líquidos positivos (maioritariamente relacionados com dividendos de subsidiárias) contabilizados na mesma rubrica de Resultados relativos a investimentos em subsidiárias e em empreendimentos conjuntos.

3.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que os resultados individuais do exercício, negativos no montante de 129.563.123,55 Euros, sejam transferidos para resultados transitados.

Mais se propõe que o referido montante de 129.563.123,55 Euros e parte do prejuízo transitado de anos anteriores, no montante de 139.627.368,09 Euros, totalizando a quantia de 269.190.491,64 Euros, sejam cobertos com a aplicação de reservas livres no montante de 20.145.629,80 Euros, de reservas de fusão no montante de 245.913.105,07 Euros e de reservas legais no montante de 3.131.756,77 Euros, no montante total de 269.190.491,64 Euros.

Considerando que o montante dos capitais próprios da sociedade é inferior a metade do capital social, o Conselho de Administração, vai, nos termos da lei requerer para ser incluído um ponto na ordem de trabalhos da Assembleia Geral Anual de forma a informar os acionistas da situação existente e estes tomarem as medidas que julguem convenientes, sendo que o Conselho de Administração irá propor uma redução do capital social.

3.5. INDICADORES PROPORCIONAIS (NÃO AUDITADOS E PROFORMA)

COMENTÁRIOS EXPLICATIVOS SOBRE OS INDICADORES PROPORCIONAIS

Devido ao facto de nas contas auditadas um dos principais ativos da Sonae Indústria (a participação de 50% na Sonae Arauco) ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial desde 1 de junho de 2016, apresentam-se **Indicadores Proporcionais** não auditados e proforma, de modo a possibilitar uma visão mais compreensiva do negócio subjacente da Sonae Indústria e para efeitos de análises de resultados financeiros, do alavancamento financeiro e de avaliação.

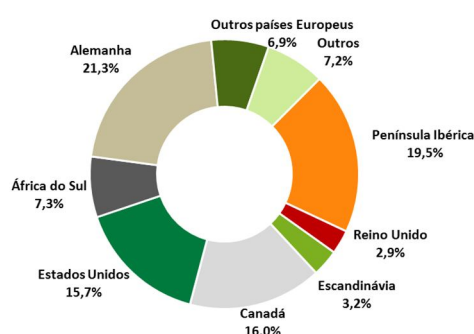
Os Indicadores Proporcionais consideram a contribuição total dos negócios integralmente detidos e a consolidação proporcional de 50% da Sonae Arauco. Os Indicadores Proporcionais são proforma porque consideram a consolidação proporcional das entidades da Sonae Arauco desde 1 de janeiro de 2015, não após 31 de maio de 2016 quando a parceria foi estabelecida. Não são apresentados Indicadores Proporcionais para 2015 uma vez que os indicadores de Balanço não são comparáveis para esse período (a parceria Sonae Arauco foi estabelecida a 31 de maio de 2016).

Os Indicadores Proporcionais não são auditados. Relativamente aos Indicadores Proporcionais, o trabalho dos auditores externos da Sonae Indústria consistiu na análise da consistência dos pressupostos e dos valores considerados pela Sonae Indústria no cálculo dos Indicadores Proporcionais.

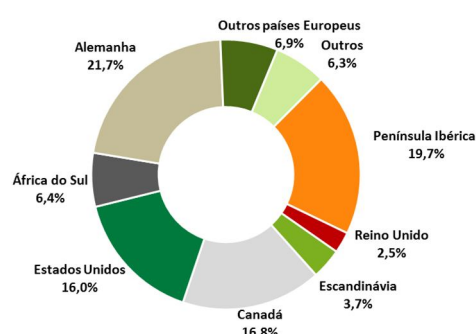
INDICADORES FINANCEIROS (não auditados e proforma)	
	2016
Volume de Negócios Proporcional	639
EBITDA Recorrente Proporcional	90
Margem EBITDA Recorrente Proporcional	14,1%
RÁCIO DE DÍVIDA LÍQUIDA PARA O EBITDA RECORRENTE	
Dívida Líquida Proporcional	312
Rácio de Dívida Líquida para o EBITDA Recorrente (Proporcional)	3,5 x
LOAN TO VALUE	
Dívida Líquida da Sonae Indústria	214
Asset Value	527
LTV (Dívida Líquida da Sonae Indústria / Asset Value)	41%

Durante 2016, a Sonae Indústria continuou a reduzir a alavancagem o que resultou, por um lado, de um nível superior de EBITDA Recorrente e, por outro lado, da redução de dívida. No final de dezembro de 2016, a **Dívida líquida para o EBITDA Recorrente Proporcional** situou-se em 3,5x, o que representa uma redução de 0,1x vs. setembro 2016. Por outro lado, o **“Loan to Value”** manteve-se em 41% no final de dezembro de 2016, o mesmo valor registado a setembro de 2016.

VOL. NEGÓCIOS PROPORCIONAL POR MERCADO DE DESTINO – 2015

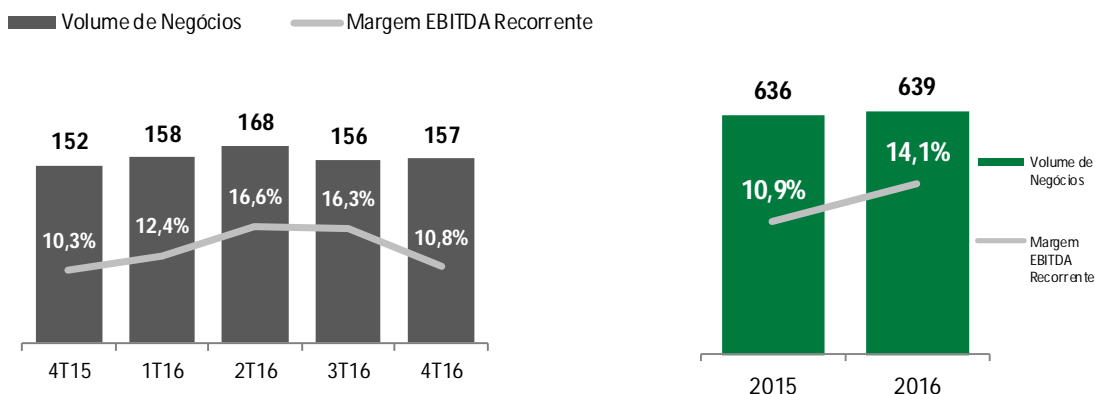


VOL. NEGÓCIOS PROPORCIONAL POR MERCADO DE DESTINO – 2016



VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE PROPORCIONAIS (não auditados e proforma)

Milhões de Euros



O **Volume de Negócios Proporcional** para 2016 atingiu cerca de 639 milhões de euros, 0,5% acima quando comparado com 2015, numa base comparável. Este desempenho é principalmente explicado por melhorias observadas no negócio da América do Norte, com maiores **volumes de vendas** e **preços médios de venda**, face ao ano anterior. Esta operação beneficiou, no último trimestre do ano, do recente investimento estratégico na quinta linha de produção de revestimento a papel melamínico, que permitiu reforçar o seu mix de produtos com maior proporção de produtos revestidos a melamina. O Volume de Negócios da Sonae Arauco manteve-se relativamente estável, quando comparado com 2015: os **volumes de venda** na Península Ibérica e na Alemanha experimentaram um ligeiro aumento, face a 2015, embora o efeito positivo dos volumes tenha sido compensado pela redução dos **preços médios de venda** (em euros) em todas as regiões onde opera, face ao ano anterior.

Os **custos médios variáveis unitários (por m³)** apresentaram uma redução significativa, face ao ano anterior, no Canadá e em todas as regiões onde a Sonae Arauco opera (considerando a evolução em euros), um reflexo de uma presença industrial mais eficiente. Este resultado foi alcançado, em ambos os casos, sobretudo devido a contribuições positivas dos custos dos químicos, madeira e eletricidade.

O **número total de colaboradores da Sonae Indústria**, no final de dezembro de 2016, era de 3,269 FTEs incluindo 100% das operações da Sonae Arauco.

3.6. PERSPETIVAS FUTURAS PARA 2017

Na América do Norte, vamos procurar aumentar a nossa quota de mercado nos produtos de maior valor acrescentado, continuando a alavancar nas ações desenvolvidas em 2016, incluindo a conclusão do investimento na quinta linha de produção de revestimento a papel melamínico e o lançamento na nossa nova coleção ViVa.

Para o negócio de Laminados e Componentes, vamos procurar melhorar os níveis de rentabilidade e concluir o investimento aprovado no ano passado para uma nova linha de orlagem no negócio de Componentes em Portugal.

Em relação à Sonae Arauco, vamos focar-nos na consolidação da nossa parceria com a Arauco e em apoiar investimentos criadores de valor nas nossas unidades industriais, incluindo a melhoria e modernização das poucas unidades industriais que ainda utilizam prensas com tecnologia mais antiga.

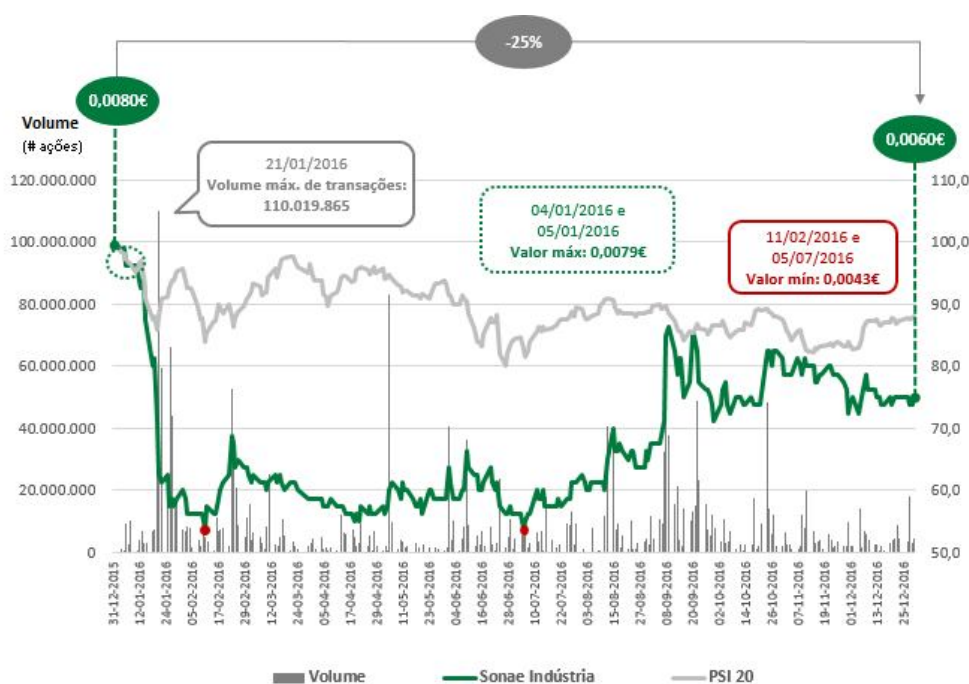
Com o apoio contínuo dos nossos *stakeholders*, esperamos reforçar o compromisso de crescimento a longo prazo da empresa bem como a sua posição competitiva na indústria de painéis de derivados de madeira.

3.7. INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES E EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO

A Sonae Indústria, SGPS, SA é uma empresa cotada na NYSE Euronext Lisbon, com um acionista maioritário – a EFANOR – que atualmente detém aproximadamente 68,6% do capital social.

Desempenho das ações

	2013	2014	2015	2016
Código ISIN	PTS3POAM0017			
Código Bloomberg	SONI			
Código Reuters	SONI.LS			
Capital Social	700.000.000,00	812.107.574,17	812.107.574,17	812.107.574,17
Número de ações	140.000.000	11.350.757.417	11.350.757.417	11.350.757.417
Resultados Líquidos	-78.045.917	-115.720.185	-36.004.592	11.008.954
Resultados Líquidos por ação	-0,557	-0,010	-0,003	0,001
Dividendos por ação	0,00	0,00	0,000	0,000
Cotações				
Máximo ano	0,6630	0,8660	0,0097	0,0079
Mínimo ano	0,4500	0,0059	0,0058	0,0043
Média ano	0,5559	0,4552	0,0077	0,0054
Cotação a 31-Dec	0,5630	0,0064	0,0080	0,0060
Capitalização Bolsista a 31-Dec	78.820.000	72.644.847	90.806.059	68.104.545
Volume médio de transações diário (ações)	413.413	4.390.031	8.037.786	8.455.716



O desempenho da Sonae Indústria é bastante dependente dos ciclos económicos, dada a correlação com as indústrias da construção e mobiliário. Desta forma, a evolução do preço das ações da Sonae Indústria é historicamente afetado pelos ciclos económicos.

Durante 2016, o valor da cotação da Sonae Indústria variou consideravelmente em termos relativos, contrastando com uma evolução menos pronunciada do Índice de Mercado de Capitais Português (PSI 20).

Por conseguinte, o valor da cotação da Sonae Indústria reduziu 25% desde o final de 2015 até ao final de 2016. Deve ainda ser realçado que o desempenho na segunda metade de 2016 foi consideravelmente melhor, com um aumento de 33% no valor da cotação da Sonae Indústria.

O volume diário de transações mais elevado das ações da Sonae Indústria foi registado no dia 21 de janeiro (110.019.865 transações).

Em termos do valor da cotação da ação, durante 2016, o mínimo foi registado em duas sessões diferentes: no dia 11 de fevereiro e no dia 5 de julho (0,0043€). Por outro lado, o valor máximo da cotação da ação foi alcançado em duas sessões consecutivas: nos dias 4 e 5 de janeiro (0,0079€).

Em relação à liquidez, as ações da Sonae Indústria tiveram, durante 2016, um volume médio de transações de 8.455.716 ações por dia.

3.8. TRANSAÇÕES COM AÇÕES PRÓPRIAS

A Sonae Indústria, SGPS, S.A., não adquiriu ou vendeu ações próprias durante o ano e em 31 de dezembro de 2016, a empresa não detinha quaisquer ações próprias.

3.9. POLÍTICA DE DIVIDENDOS

O Conselho de Administração definiu como objetivo a distribuição aos acionistas de 50% dos lucros anuais da empresa.

O rácio de pagamento real é proposto pelo Conselho de Administração em cada ano, tendo em consideração a sustentabilidade da estrutura de capitais da empresa e as fontes de financiamento disponíveis, bem como os planos de investimentos existentes.

3.10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes.

4. GESTÃO DE RISCOS

4.1. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS DE CRÉDITO

a) Créditos sobre Clientes

O risco de crédito na Sonae Indústria resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito na Sonae Indústria é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de clientes em conformidade com condições de pagamento o mais reduzidas possível, mantendo ao mesmo tempo o nível mais baixo possível de imparidade de devedores.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, as empresas do Grupo:

- Criaram uma Comissão de análise e acompanhamento trimestral do risco de crédito;
- Implementaram processos e procedimentos comuns de gestão de crédito pró-ativos e preventivos, apoiados por sistemas de informação;
- Criaram mecanismos adequados de cobertura de riscos (tais como, seguros de crédito, cartas de crédito, garantias bancárias).

b) Outros ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais e dos saldos de créditos sobre clientes correlacionados, as empresas do Grupo detêm outros ativos financeiros, relacionados sobretudo com as suas atividades de gestão de tesouraria e com depósitos em instituições financeiras. Em consequência destes movimentos e saldos bancários, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das instituições financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. No entanto, o risco é considerado reduzido devido aos valores limitados normalmente envolvidos em depósitos bancários e à credibilidade das instituições financeiras usadas pelas empresas do grupo.

4.2. RISCOS DE MERCADO

a) Risco de Taxa de Juro

Devido à proporção relevante de dívida a taxa variável e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a empresa está exposta a risco de taxa de juro.

Regra geral, a Sonae Indústria não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o "*cash flow* operacional antes de juros líquidos", que cria uma cobertura natural ao nível do "*cash flow* operacional após juros líquidos" para a Sonae Indústria.

Como exceção a esta política geral, a Sonae Indústria pode contratar certos derivados de taxa de juro, visando exclusivamente cobrir exposições a riscos existentes e apenas na medida em que os riscos e valorização desses derivados possam ser avaliados com rigor pela empresa. As subsidiárias da Sonae Indústria não contratam derivados de taxa de juro com objetivos de trading, geração de proveitos ou fins especulativos.

b) Risco de Taxa de Câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, presente em três continentes diferentes, a Sonae Indústria encontra-se exposta a risco de taxa de câmbio. As Demonstrações Consolidadas de Posição Financeira e a Demonstração de Resultados encontram-se expostas a risco de câmbio de translação e as subsidiárias da Sonae Indústria encontram-se expostas a risco de taxa de câmbio tanto de translação como de transação.

Como regra do Grupo, sempre que é possível e economicamente viável, as empresas do Grupo procuram compensar os *cash flows* positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira, mitigando dessa forma os riscos cambiais.

Também como regra geral, em situações em que exista risco cambial relevante em resultado da atividade operacional envolvendo divisas que não a divisa local de cada subsidiária, o risco cambial deve ser mitigado através da utilização de derivados cambiais de curto prazo contratados pela subsidiária exposta ao referido risco. As subsidiárias da Sonae Indústria não contratam derivados cambiais com objetivos de *trading*, geração de proveitos ou fins especulativos.

Como política, o risco de translação em resultado da conversão de investimentos de Capitais Próprios em subsidiárias não Euro não é coberto, uma vez que estes investimentos são considerados de longo prazo. Pressupõe-se também que a cobertura de transações não acrescentaria valor a longo prazo. Os ganhos e as perdas relacionados com a conversão a diferentes taxas de câmbio de *cash flows* positivos e negativos em subsidiárias não Euro são contabilizados como Capitais Próprios na rubrica de "Outro Rendimento Integral Acumulado".

c) Risco de Liquidez

No Grupo Sonae Indústria, a gestão do risco de liquidez tem por objetivo assegurar que a sociedade obtenha, atempadamente, o financiamento necessário para dar continuidade aos negócios, implementar a estratégia definida e cumprir com as suas obrigações, nos termos e condições mais favoráveis.

Para este efeito, a gestão de liquidez do Grupo compreende:

- Planeamento financeiro e previsões de fluxos de caixa por país e a nível consolidado, com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e para o *business plan*);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação dos prazos de vencimento da dívida por forma a evitar uma excessiva concentração de reembolsos em curtos períodos de tempo;
- Negociação com bancos de relacionamento de linhas de crédito de curto prazo (*committed* e *uncommitted*), programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, com o objetivo de assegurar um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;
- Acesso e gestão ativa das posições de liquidez e dos fluxos de caixa das subsidiárias, tendo em consideração os objetivos do Grupo no que toca a liquidez.

4.3. RISCOS LEGAIS

A Sonae Indústria e as suas subsidiárias estão obrigadas e promovem ativamente o respeito pelas leis aplicáveis nos países e regiões em que operam. Mudanças nesses enquadramentos legais podem traduzir-se em alterações, ou mesmo restrições, às condições atuais de exploração e podem originar custos acrescidos.

A Sonae Indústria, SGPS, SA é, e pretende continuar a ser, reconhecida pela forma como age de acordo com as regras e os valores da concorrência com base no mérito, na força dos mercados livres e no respeito ilimitado pelo consumidor. Para atingir esse objetivo, estão em vigor medidas para reforçar a promoção e divulgação das iniciativas de conformidade existentes dentro do Grupo. Tais medidas incluem formação para os colaboradores, a fim de garantir que todas as partes da nossa organização, em todas as geografias, têm uma consciência mais profunda e mais completa e um respeito mais rigoroso perante as suas obrigações legais.

4.4. RISCOS OPERACIONAIS

O fabrico de painéis derivados de madeira é uma atividade industrial com um risco operacional muito significativo, decorrente de eventuais acidentes envolvendo incêndio e explosão. Consequentemente, a gestão de risco operacional é uma preocupação central da empresa e temos uma postura ativa na implementação de normas e de melhores práticas, bem como na escolha de sistemas capazes de reduzir os riscos industriais.

Para uma descrição pormenorizada destes riscos e das iniciativas desenvolvidas para os mitigar, consultar o Relatório sobre o Governo da Sociedade.

5. RESPONSABILIDADE CORPORATIVA (NÃO AUDITADO)

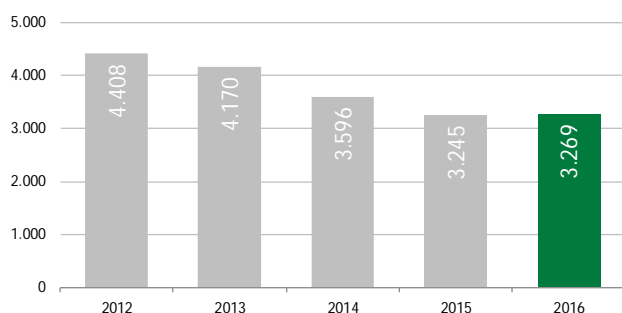
Note: a informação desta secção inclui a atividade da Sonae Arauco na sua totalidade o que significa que os dados agregados consideram 100% dos valores da Sonae Arauco também em 2016.

5.1. RELATÓRIO SOCIAL

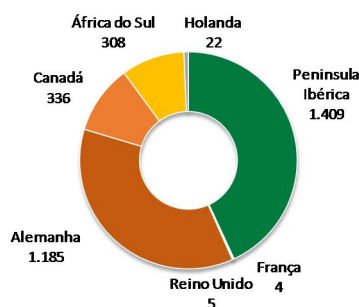
PESSOAS

Na Sonae Indústria, acreditamos que as pessoas são o suporte para impulsionar a mudança do futuro. Preocupamo-nos com a segurança e o bem-estar dos nossos colaboradores e esforçamo-nos por apoiar o seu desenvolvimento pessoal e profissional para poderem concretizar as suas próprias aspirações de carreira. Cada colaborador é um indivíduo único e é esta diversidade que constitui a riqueza da cultura da Sonae Indústria. Expressamos o nosso empenho para com as nossas pessoas nos valores empresariais de Cooperação, Não-discriminação e Saúde e Segurança.

Número de Colaboradores (excluindo estagiários)

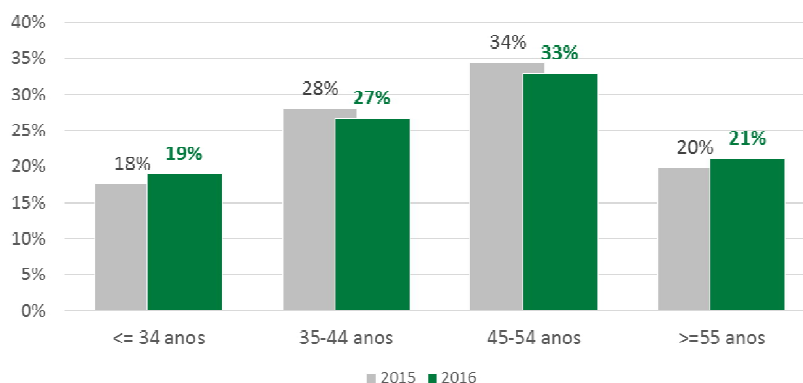


Colaboradores por país (excluindo estagiários)



No final de 2016 e considerando 100% da Sonae Arauco, a Sonae Indústria empregava um total de 3.269 pessoas em 8 países diferentes. Desde 2012 e até 2015, o número de colaboradores tem vindo a reduzir-se, o que se explica essencialmente pela venda das fábricas em França (Auxerre, Le Creusot, Ussel e Linxe) e em Espanha (Betanzos), e pela otimização das estruturas de apoio do grupo. No final de 2015, o plano de reestruturação foi concluído e durante 2016 a Sonae Indústria manteve estável a sua estrutura de colaboradores.

Força de trabalho por idade

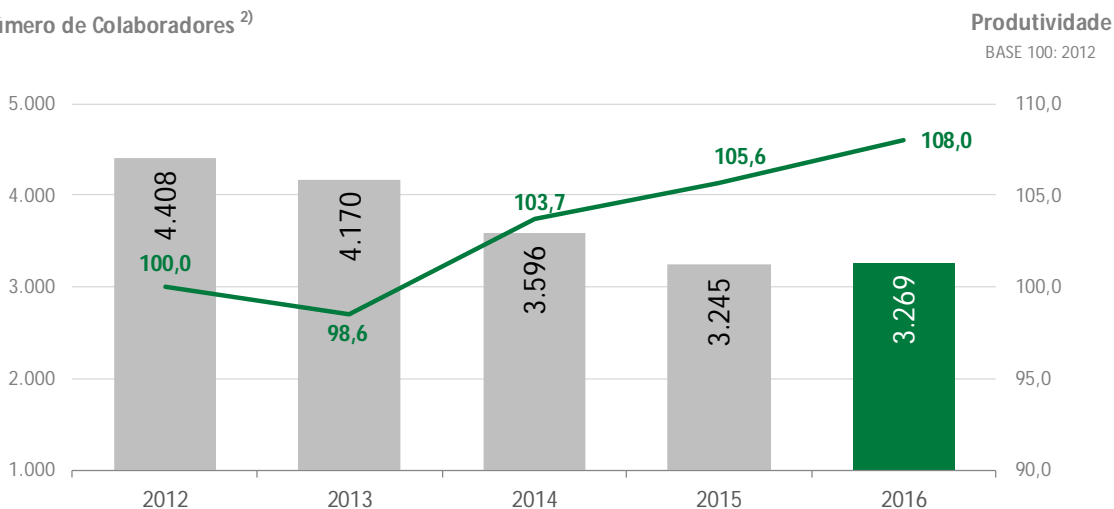


O grupo etário mais representativo da Sonae Indústria (incluindo 100% da Sonae Arauco) corresponde às idades entre 45 e 54 anos (correspondente a 33% da totalidade dos colaboradores). Deve ainda assinalar-se que as mulheres representam cerca de 17% da força de trabalho total da empresa, exatamente a mesma percentagem registada para 2015.

Produtividade ⁽¹⁾

Ao longo dos últimos anos, a produtividade sofreu um forte aumento, particularmente motivada pelo processo de reestruturação que foi desencadeado na empresa até 2015.

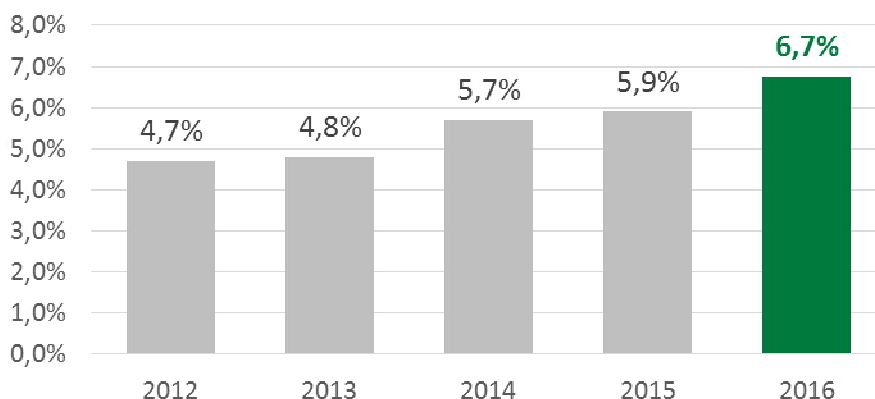
Número de Colaboradores ²⁾



1) Produtividade baseada em valores agregados, i.e., incluindo 100% do volume de negócios e dos colaboradores da Sonae Arauco

2) N° de colaboradores, excluindo estagiários

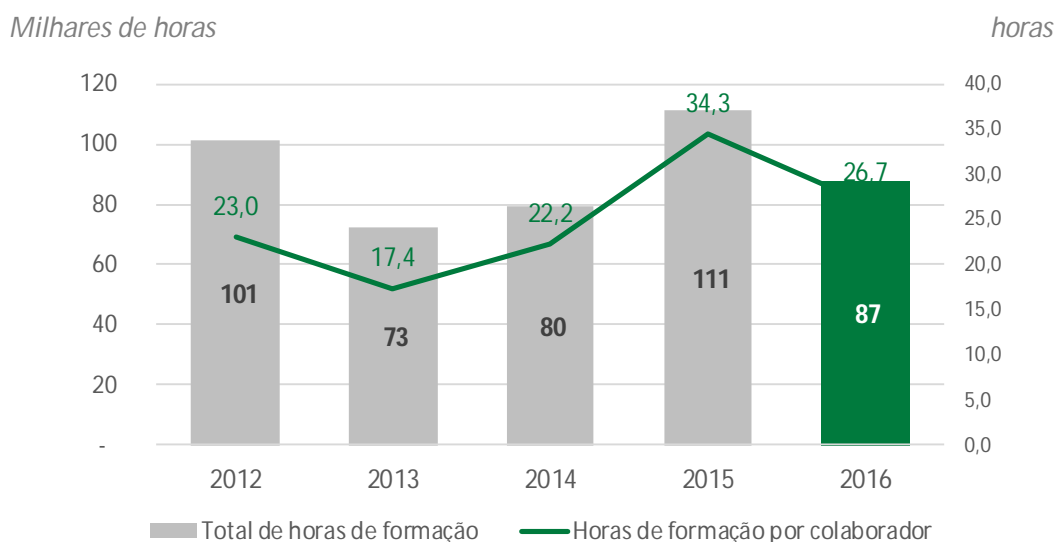
Taxa de Absentismo (%)



O absentismo foi aumentando ao longo dos últimos anos, devido, principalmente, a baixas por doença de longa duração. Com o envelhecimento da força de trabalho da Sonae Indústria verifica-se o crescimento das baixas prolongadas devido a doenças naturais.

Face a estes resultados, a Sonae Indústria, em 2014, tomou a decisão de constituir um grupo de trabalho dedicado a este tema no sentido de reduzir os níveis de absentismo de uma forma responsável. O grupo já identificou algumas medidas corretivas, que começaram a ser implementadas durante 2016, e que se espera que venham a ter um efeito mais visível nos próximos anos.

Total de Horas de formação e Horas de formação por colaborador



Em 2015, o número de horas de formação por colaborador aumentou significativamente, representando o valor mais elevado dos últimos cinco anos. Isto foi essencialmente resultado das iniciativas de formação associadas à implementação do programa IoW (Improving our Work), que envolve um número significativo de participantes e de horas de formação. Estes programas de melhoria contínua foram apoiados por entidades externas e são, atualmente, desenvolvidos através de atividades de formação interna e pela partilha de melhores práticas em fóruns específicos. Como uma grande parte dos colaboradores da Sonae Indústria já está formada em IoW, o

número de horas de formação diminuiu em 2016, voltando a uma proporção normalizada de horas de formação, mais baseadas em necessidades de formação funcional.

PARCERIAS COM UNIVERSIDADES

Com o objetivo de desenvolver e melhorar as características dos nossos produtos e de criar um Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (CIDI), foi desenvolvida uma parceria com quatro universidades portuguesas; a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), a Escola Superior Tecnológica de Viseu (ESTV), a Universidade de Aveiro (UA) e a Universidade Nova de Lisboa (UNL), assim como com três Institutos de investigação, a Associação Rede de Competência em Polímeros, o Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP) e o Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CENTI). Esta parceria é um motor de promoção de inovação de produtos e processos no grupo e fomenta as relações e a cooperação entre a nossa empresa e a comunidade estudante. De momento, e inserido no enquadramento de competências definido, os principais objetivos do nosso centro de investigação são os seguintes:

- G0 – Novos Polímeros - Investigação fundamental;
- G1 – Resinas - controlo e monitorização industrial;
- G2 – Derivados de Madeira - desenvolvimento de novos produtos, caracterização do desempenho físico-mecânico, e avaliação da performance de sistemas de colagem;
- G3 – Papéis Impregnados e Termolaminados - impregnação, caracterização de desempenho, desenvolvimento de novos produtos/processos
- G4 – Emissões - análise de emissões COV¹⁰, em particular de Formaldeído

Tendo em conta os objetivos expostos em cima, a Sonae Indústria, através de uma das suas subsidiárias, tem vários equipamentos e instalações no campus universitário.

Com esta parceria, a Sonae Indústria tem deste modo acesso privilegiado a equipamentos e técnicas, ao conhecimento científico dos investigadores, ao desenvolvimento de novas tecnologias e métodos e acesso permanente a técnicos de elevado potencial para eventuais processos de recrutamento de quadros para as suas empresas.

ENVOLVIMENTO NA COMUNIDADE LOCAL

A maioria dos colaboradores da Sonae Indústria tem um desejo inerente de melhorar as condições dos mais necessitados nas comunidades locais em que estão presentes. Em algumas situações específicas, os colaboradores envolveram-se em instituições sociais ou de caridade, e a empresa incentiva os seus colaboradores a participarem ativamente nestas iniciativas.

Nos diversos países em que a Sonae Indústria opera, as necessidades específicas de ajuda e de apoios variam muito, conforme os níveis de bem-estar das comunidades, a existência de sistemas de segurança social, assim como a cultura e os valores dos cidadãos locais. Por conseguinte, as atividades relacionadas com a comunidade são priorizadas e geridas ao nível local.

A Sonae Indústria abre também as portas, tanto na sede social como nas unidades de produção, a estudantes do ensino secundário e superior, permitindo aos estudantes adquirir uma breve noção das tarefas diárias realizadas nestas instalações, e para terem uma melhor compreensão do negócio da Sonae Indústria.

“T-SHIRT” - PORTUGAL

Em Portugal, o programa de voluntariado T-Shirt está ativo desde 2008, apoiando permanentemente a comunidade local em que se encontram as unidades industriais, através da implementação de iniciativas e

¹⁰ Compostos orgânicos voláteis.

campanhas destinadas a aumentar a consciência entre colaboradores, envolvendo-os nos assuntos da comunidade.

O programa T-shirt dá a todos os colaboradores da empresa a oportunidade de envergarem a t-shirt socialmente responsável e dedicarem até três dias úteis por ano a fazerem trabalho de voluntariado. Os dias são financiados pela empresa com o propósito de incentivar essas atividades.

Durante o mês de dezembro, ocorreu a tradicional Campanha de Natal e, mais uma vez, os colaboradores demonstraram a sua solidariedade através da doação de alimentos e fraldas de bebé, que foram recolhidos e oferecidos a instituições locais.

Ao longo do ano, as unidades industriais portuguesas ofereceram várias doações a escolas, instituições e universidades. Foram também distribuídos produtos a instituições como escolas, departamentos de bombeiros, associações culturais e sociais, "Rotary clubs" e associações desportivas.

"T-SHIRT" - ESPANHA

No âmbito do programa de responsabilidade social, em 2016 a fábrica de Valladolid colaborou com dois clubes desportivos para crianças, que garantem os desportos apropriados e o treino personalizado para as crianças, promovendo também a responsabilidade, o empenho e o desportivismo. Foi também concedida ajuda a um coro que participa em diferentes projetos orquestrais e em concertos de caridade para Harambee (Projeto Internacional de solidariedade promovendo iniciativas educacionais em África) e Cáritas em Espanha.

Em Espanha a "Operación Kilo" ocorreu novamente e um total de 336kg de alimentos foram recolhidos de entre todos os colaboradores e doados ao Banco de Alimentos de Valladolid, Banco de Alimentos de Segovia e à "Cruz Roja in três Cantos".

PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NA ALEMANHA

Na Alemanha, mais uma vez, entregaram-se diversos contributos a favor de instituições como as Brigadas de Bombeiros locais, escolas e associações de juventude, entre outras.

Este ano foi introduzida uma nova atividade. Ocorreu um "Open Day" em Meppen, onde a empresa convidou os filhos dos colaboradores a acompanharem os seus pais durante um dia de trabalho.

Com esta iniciativa a Sonae Indústria tentou promover a proximidade dos filhos com o ambiente de trabalho dos pais, permitindo às crianças observarem o local de trabalho e ajudando-os a compreender de uma forma divertida e lúdica a importância de ter uma profissão, para transmitir valores educacionais através de atividades lúdicas e apreciar o tempo e qualidade de vida ao fazê-lo, aumentando a motivação e o sentimento de pertença à empresa.

PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO CANADÁ

Em 2016, a Tafisa Canada manteve o seu compromisso com a *Fondation du Centre de Santé et Services Sociaux du Granit* (Fundação do Centro de Saúde e dos Serviços Sociais). O principal objetivo da fundação é ajudar a manter e a melhorar os serviços de saúde prestados a toda a população de Lac-Mégantic e das comunidades circundantes. Por cada dólar doado por colaborador, a Tafisa contribuiu em igual montante para a fundação.

Um grupo de colaboradores participou na corrida *Enbridge® Ride to Conquer Cancer®*, um evento épico de ciclismo de dois dias, abrangendo mais de 200 quilómetros. O dinheiro arrecadado ajuda a financiar a pesquisa sobre o cancro e de cuidados no *Segal Cancer Centre* no Hospital Geral Judaico e em todo o Quebec. Um outro grupo participou na "Relay for Life", organizada pela Sociedade Canadiana de Cancro. O convívio público, de uma noite, é organizado para arrecadar fundos para melhorar a sobrevivência ao cancro, diminuir a incidência de

cancro, e melhorar a qualidade de vida dos pacientes com cancro e dos seus prestadores de cuidados. Para ambos os eventos, a Tafisa Canada fez donativos em nome dos seus colaboradores, em apoio aos seus esforços.

Consciente do quão importante é nutrir um sentimento de partilha e de pertença e de realçar o que a comunidade pode alcançar em conjunto, a Tafisa Canada manteve uma forte presença em eventos comunitários através de patrocínios e pela participação ativa dos seus colaboradores nessas atividades.

INICIATIVAS DE INVESTIMENTO SOCIAL CORPORATIVO (ISC) NA ÁFRICA DO SUL

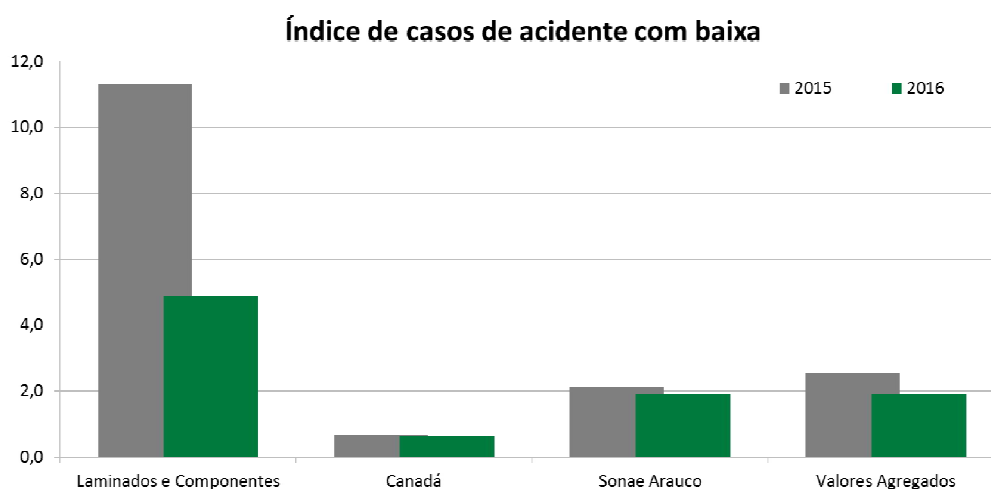
Na África do Sul, a empresa Sonae Novobord, envolveu-se em várias ações, não só através da assistência financeira, mas também através de parcerias ativas, promovendo e participando em campanhas de consciencialização. Os principais focos são a Educação (incluindo bolsas de estudo e competências), promoção de iniciativas de educação dirigidas a professores, e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

- Durante 2016, a Comissão ISC da Sonae Novobord manteve o enfoque na educação dos mais jovens, dando assistência a escolas.
- Pelo 3º ano, seis professores foram selecionados a participar na Conferência “Teachers Creativity”.
- Apoio a “Friends of Alex”, um programa de fornecimento de comida para crianças desfavorecidas do ensino pré-primário.
- Furntech: 36 alunos oriundos de meios desfavorecidos concluíram os seus estudos e completaram o 1º ano do programa de aprendizes, estando agora preparados para abrir o seu próprio negócio ou conseguir um emprego no setor da fabricação de madeira – uma importante conquista para estes estudantes.
- Membro fundador em conjunto com a “Ligbron High School” do sistema LES “E-Learning”, registada como marca em 2016. O sistema LES® permite a 23 840 estudantes de 31 escolas de diferentes províncias de ter acesso a educação através de meios eletrónicos.

A Comissão ISC é composta por 5 membros, sendo que o presidente é nomeado de forma independente. Os restantes membros da equipa são colaboradores da Sonae Novobord, que gerem este portefólio em conjunto com as responsabilidades do próprio emprego.

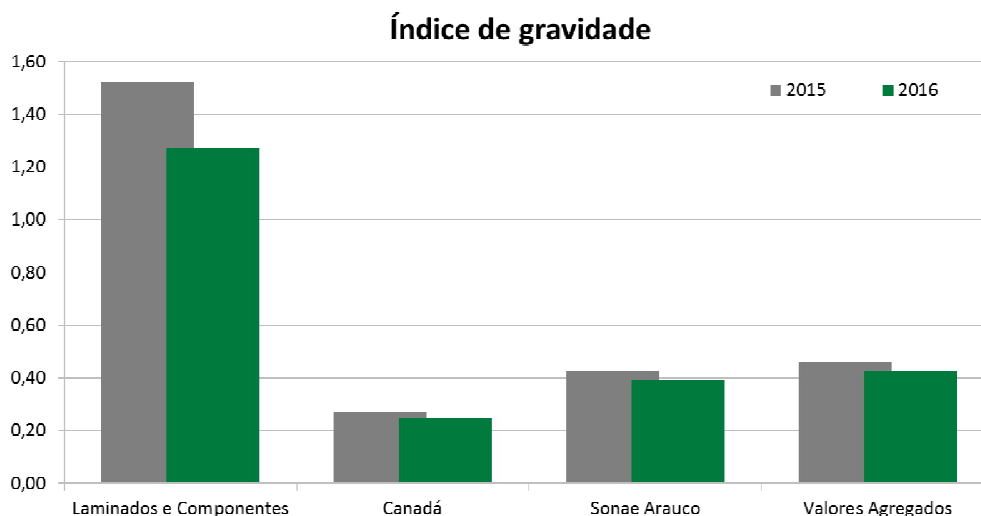
PRINCIPAIS INDICADORES DE SAÚDE E SEGURANÇA

Os números que se seguem representam o índice de casos de acidente com baixa (LWC - *Lost Workday Cases*) ao nível dos negócios e global¹¹:



¹¹ **Casos de acidentes com baixa:** fatalidade, lesão decorrente do trabalho ou doença profissional que impeça o colaborador de se apresentar ao trabalho no turno subsequente e calendarizado. Uma morte é considerada acidente com baixa, independentemente do tempo que medeia entre o acidente e o falecimento em consequência da doença.

O índice de LWC global da Sonae Indústria melhorou 26% (comparado com o índice de 2015), com reduções alcançadas em todos os negócios: resultados extremamente positivos nos Laminados e Componentes (redução de 57%) mas o Canadá (redução de 4%) e a Sonae Arauco (redução de 9%) também melhoraram.



A redução no índice de Gravidade é o resultado de menos dias perdidos devido a acidentes. Isto significa que os eventos registados durante 2016 foram menos graves e, conseqüentemente existiu um impacto positivo no desempenho do índice de gravidade¹² do grupo (redução de 7%, face ao ano anterior). Quando comparado com 2015, os Laminados e Componentes tiveram um resultado muito positivo alcançando uma melhoria de 16%. Canadá e a Sonae Arauco também reportaram melhores resultados (redução de 8% e 9%, respetivamente).

5.2. RELATÓRIO AMBIENTAL

Consumo de Madeira (ton. seca / m³)

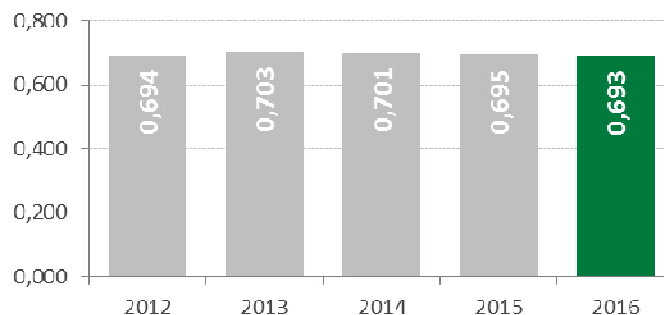
A madeira é a principal matéria-prima da Sonae Indústria, considerando o negócio no Canadá e a Sonae Arauco. Como grande utilizador deste material natural, renovável e reciclável, acreditamos que usar madeira reciclada e subprodutos da madeira na nossa produção faz parte do nosso contributo sustentável para atenuar as emissões de CO₂ e as mudanças climáticas.

O gráfico abaixo considera as operações de placas (valores agregados para o Canadá e para a Sonae Arauco) e apresenta a evolução global do consumo do mix de madeira e os valores da eficiência da utilização da madeira, que ilustram os nossos esforços permanentes nesta área operacional fundamental.

(Cont.) Índice de casos de acidentes com baixa = (Número de casos de acidentes com baixa x 200.000) / Número de horas trabalhadas calculado numa base de 200.000 horas por colaborador (100 colaboradores a tempo inteiro, a trabalhar 50 semanas, 40 horas por semana).

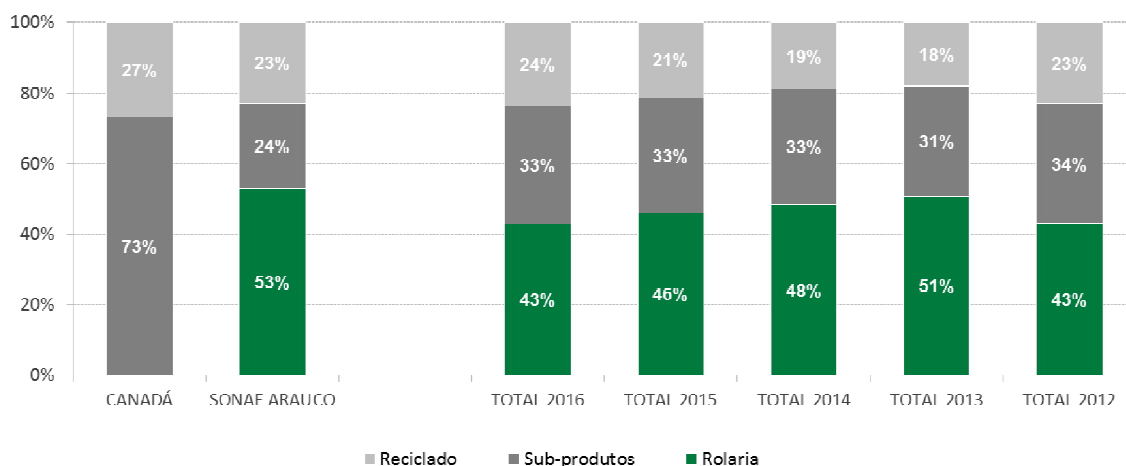
¹² Índice de Gravidade = Número de dias de trabalho perdidos devido a casos de acidentes com baixa x 1.000 / Número de horas trabalhadas.

Consumo de madeira por metro cúbico produzido (tonelada seca/m³)



O consumo global específico de madeira do portfólio da Sonae Indústria foi ligeiramente inferior ao valor observado em 2015 e um dos melhores desempenhos observado nos últimos anos, apesar da produção total em 2016 ter sido superior à do ano anterior. Este resultado reflete o esforço que tem sido feito em operações mais eficientes com o enfoque claro na redução de ineficiências.

Consumo de madeira por tipo



O *mix* de fornecimento de madeira global da Sonae Indústria para as operações de placas continua a revelar a tendência dos últimos anos, com o aumento do material reciclado em detrimento de rolaria.

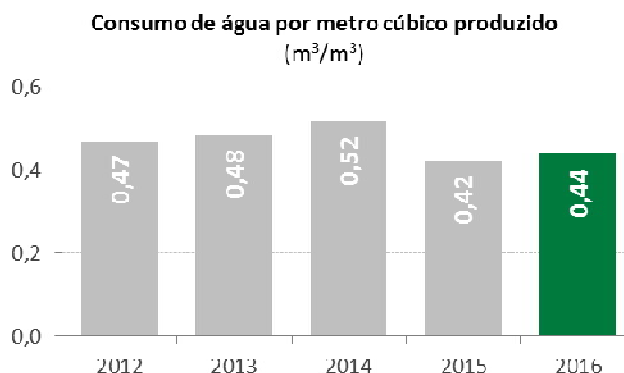
Em 2016, alcançamos uma incorporação de material reciclado de 24% (aumento de 3 p.p., face a 2015). Este resultado deve-se, principalmente, às operações da Sonae Arauco, em particular, ao aumento nas unidades industriais Alemãs, onde o consumo de madeira reciclada aumentou 17 p.p., quando comparado com o ano anterior. O aumento foi possível devido a desenvolvimentos feitos no equipamento de tratamento e limpeza em Nettgau, que permitiu aumentar a capacidade de processar madeira reciclada. Na Península Ibérica também ocorreu um aumento no consumo de madeira reciclada, em linha com os últimos anos, particularmente na unidade industrial de Oliveira do Hospital. A operação no Canadá manteve os níveis de incorporação de reciclado e de sub-produtos, dentro dos mesmos valores de 2015.

Consumo de Água (m^3 / m^3)

Água municipal, de superfície e subterrânea

Os processos de produção de placas da Sonae Indústria necessitam de água. Por conseguinte faz parte dos objetivos ambientais da empresa realizar permanentes esforços sustentáveis para reutilizar águas residuais tratadas e medir e reduzir os níveis de consumo de água tanto quanto possível.

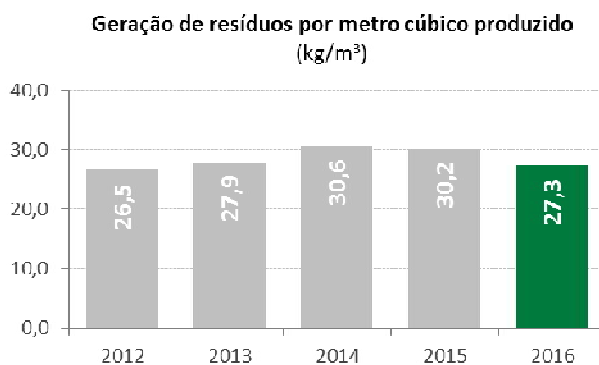
O consumo específico de água aumentou, quando comparado com 2015, devido principalmente ao efeito do aumento do peso da produção de MDF, durante o ano transato, na carteira global de produção.



Geração de Resíduos (kg/m^3)

Resíduos perigosos e não perigosos

O indicador global sobre geração de resíduos específicos registou uma diminuição de cerca de 10%, quando comparado com o desempenho de 2015.



SISTEMAS DE GESTÃO

Os sistemas de gestão da qualidade, ambiente e de saúde e segurança são uma parte importante do modo estandardizado de funcionamento da Sonae Indústria.

A situação das certificações dos sistemas de gestão das subsidiárias e associadas da Sonae Indústria, no final de 2016, era a seguinte:

	Qualidade	Ambiente	Energia	Produtos florestais cadeira de responsabilidade		Segurança e saúde
	ISO 9001	ISO 14001	ISO 50001	PEFC	FSC	OHSAS 18001
Maia*	✓	✓		✓	✓	
Vilela**	✓			✓	✓	
Horn	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Lac-Mégantic	✓	✓			✓	✓
Mangualde	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Oliveira do Hospital	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Sines***	✓	✓		✓	✓	
Castelo de Paiva****	✓	✓		✓	✓	✓
Linares	✓	✓		✓	✓	✓
Valladolid	✓	✓		✓	✓	✓
Cuellar*****	✓	✓		✓	✓	✓
Meppen	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Eiweiler	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Nettgau	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Beeskow	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Kaisersesch*****	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Panbult	✓	✓			✓	✓
White River	✓	✓			✓	✓

* Unidade de Laminados de alta pressão

** Unidade de componentes de mobiliário

*** Unidade de resinas e de papel impregnado

**** Unidade de produção de emenda de folha

***** Serração

***** Unidade de papel impregnado

6. NOTAS FINAIS E AGRADECIMENTOS

Atividade desenvolvida pelos Membros Não-Executivos do Conselho de Administração

Todos os Membros Não-Executivos do Conselho de Administração da Sonae Indústria integram uma das Comissões do Conselho de Administração (para uma descrição pormenorizada da composição e das principais funções de cada comissão, consultar o Relatório sobre o Governo da Sociedade). Nesse contexto, aqueles Membros do Conselho de Administração analisam as matérias que são da competência da respetiva Comissão, dando diretrizes à empresa sobre as mesmas e apresentando propostas ao Conselho de Administração. Para além dessa participação nas Comissões Especializadas, os Membros Não-Executivos do Conselho de Administração participam ativamente nas reuniões do Conselho de Administração, onde discutem e questionam as matérias em análise e as decisões tomadas. De acordo com a experiência profissional que possuem, os Membros Não-Executivos do Conselho de Administração participam igualmente na análise de projetos de otimização industrial, de projetos de expansão e de reestruturação, e no desenvolvimento de contactos internacionais relevantes com possíveis parceiros e autoridades, no âmbito das áreas geográficas em que a empresa está atualmente presente ou em que equaciona poder vir a investir.

Agradecimentos

O Conselho de Administração gostaria de agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócio da Sonae Indústria pelo seu envolvimento constante e a confiança que mais uma vez demonstraram em relação à organização.

O Conselho de Administração gostaria igualmente de agradecer sinceramente a todos os nossos colaboradores o esforço, empenho e dedicação demonstrados ao longo do ano.

21 março 2017,

O Conselho de Administração,

Paulo Azevedo

Carlos Moreira da Silva

Albrecht Ehlers

José Romão de Sousa

Javier Vega

Christopher Lawrie

Louis Brassard

ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2016	Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €		31.12.2016
							Quantidade
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo *							
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						Mnoritário	
Migracom, SA (2)						Dominante	
<hr/>							
	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2016	Saldo em 31.12.2016
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €		Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA							
Sonae Indústria, SGPS, SA							4,842,637,142
Pareuro, BV (3)						Dominante	
(2) Migracom, SA							
Sonae Indústria, SGPS, SA							9 732 857
Imparfin, Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)						Mnoritário	
(3) Pareuro, BV							
Sonae Indústria, SGPS, SA							2 932 687 752
(4) Imparfin, Investimentos e Participações Financeiras, SA							
Sonae Indústria, SGPS, SA							30 098 752

* Tobias de Azevedo deixou de ser pessoa estreitamente relacionada com Paulo Azevedo, uma vez que se deixou de verificar o fundamento previsto na alínea a) do nº 4 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Número de acções a 31.12.2016

Efanor Investimentos, SGPS, SA	
Sonae Indústria, SGPS, SA	4.842.637.142
Pareuro, BV	Dominada
Pareuro, BV	
Sonae Indústria, SGPS, SA	2.932.687.752

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Cumprimento do disposto no Artº 8º, nº 1, alínea b) do Regulamento da CMVM nº 5/2008

Accionista	Nº de acções	% Capital Social	% Direitos de Voto
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)			
Directamente	4.842.637.142	42,6636%	42,6636%
Através da Pareuro, BV (dominada pela Efanor Investimentos, SGPS, SA)	2.932.687.752	25,8369%	25,8369%
Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor Investimentos, SGPS, SA)	1.010	0,000009%	0,000009%
Através da Migracom, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, SA, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)	9.732.857	0,0857%	0,0857%
Através da Linhacom, SA (sociedade dominada pela administradora da Efanor Investimentos, SGPS, SA, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo)	2.507.400	0,0221%	0,0221%
Total de Imputação	7.787.566.161	68,6083%	68,6083%

(1) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o ultimate beneficial owner, porquanto domina a Efanor Investimentos, SGPS, SA e esta por sua vez domina integralmente a Pareuro BV.

Em 22 de Fevereiro de 2016, a TEAK Capital, SA, informou a Sonae Indústria que tinha assinado um contrato de prestação de serviços com a sociedade Pareuro, BV, através do qual lhe foi concedida, a título de contrapartida, uma opção de compra de 1.702.620.000 ações representativas de 15% do capital social e dos direitos de voto da Sonae Indústria, SGPS, SA, exercível em 30 de Abril de 2018. Posteriormente a referida sociedade comunicou à Sonae Indústria que a opção de compra será efetuada com liquidação física e que o seu capital social é detido em 98,725% pela TEAK Capital, BV, na qual o Eng. Carlos Moreira da Silva detém ações que lhe conferem 40% dos direitos de voto e a Dra. Fernanda Arrepiá (com aquele casada com separação de pessoas e bens) ações que lhe conferem 45% dos direitos de voto.

DECLARAÇÃO EMITIDA NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA c) DO Nº1 DO ARTIGO 245º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do Artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA declaram que, tanto quanto é do nosso conhecimento:

- a) o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e
- b) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Carlos António da Rocha Moreira da Silva

Albrecht Olof Luther Ehlers

José Joaquim Romão de Sousa

Javier Vega de Seoane Azpilicueta

George Christopher Lawrie

Louis Brassard

GLOSSÁRIO

Asset Value	O Asset Value é calculado da seguinte forma: $[6,8 \times \text{LTM EBITDA Recorrente dos negócios que consolidam integralmente (100\%)] + [\text{o valor de mercado dos bens imóveis das unidades inativas detidos a 100\% pela Sonae Indústria, de acordo com avaliações externas}] + [50\% \times (6,8 \times \text{LTM EBITDA Recorrente da Sonae Arauco} - \text{Dívida Líquida da Sonae Arauco})]$
CAPEX	Investimento em Ativos Fixos Tangíveis
Custos Fixos	Custos gerais de estrutura + Custos com Pessoal (internos e externos); <i>conceito de contas de gestão</i>
Dívida Líquida	Endividamento bruto – Caixa e equivalentes de caixa
Dívida Líquida Proporcional (não auditado e proforma)	A Dívida Líquida Proporcional considera a contribuição total da Dívida Líquida dos negócios integralmente detidos e a consolidação proporcional de 50% da Dívida Líquida da Sonae Arauco.
EBITDA	Resultados Operacionais + Depreciações & Amortizações + (Provisões e perdas por imparidade – Perdas por imparidade de dívidas a receber + Reversão de perdas por imparidade em terceiros)
EBITDA recorrente	EBITDA, excluindo proveitos e custos operacionais não recorrentes
Endividamento bruto	Empréstimos bancários + empréstimos obrigacionistas + credores por locações financeiras + outros empréstimos + empréstimos de partes relacionadas
FTEs	Equivalentes a tempo completo; equivalente ao trabalho de uma pessoa em tempo integral, de acordo com o horário laboral de cada país onde a Sonae Indústria tem presença operacional.
Fundo de Maneio	Existências + Clientes – Fornecedores
Loan to Value	Dívida Líquida da Sonae Indústria / Asset Value
LTM	Últimos doze meses (<i>Last Twelve Months</i>)
Margem EBITDA recorrente	EBITDA recorrente / Volume de negócios
Nº de colaboradores	Nº de colaboradores (FTEs), excluindo estagiários
Proporcional: Volume de Negócios e EBITDA Recorrente (não auditados e proforma)	O Volume de Negócios Proporcional e o EBITDA Recorrente Proporcional considera, no que diz respeito ao Volume de Negócios e ao EBITDA Recorrente, a contribuição total dos negócios integralmente detidos e a consolidação proporcional de 50% da Sonae Arauco
Rácio de Dívida Líquida para o EBITDA recorrente Proporcional (não auditado e proforma)	Dívida Líquida proporcional / LTM EBITDA Recorrente proporcional

SONAE INDÚSTRIA

**Relatório do
Governo da
Sociedade
2016**

21 março 2017

ÍNDICE

PARTE I – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE	3
A. ESTRUTURA ACIONISTA	3
I. Estrutura de Capital	3
II. Participações Sociais e Obrigações Detidas	4
B. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	5
I. Assembleia Geral	5
a) Composição da mesa da assembleia geral	5
b) Exercício do Direito de Voto	6
II. Administração e Supervisão	7
a) Composição	7
b) Funcionamento	11
c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados	15
III. Fiscalização	18
a) Composição	18
b) Funcionamento	19
c) Competências e funções	20
IV. Revisor Oficial de Contas	22
V. Auditor Externo	22
C. ORGANIZAÇÃO INTERNA	24
I. Estatutos	24
II. Comunicação de Irregularidades	24
III. Controlo interno e gestão de riscos	26
IV. Apoio ao Investidor	38
V. Sítio de Internet	39
D. REMUNERAÇÕES	41
I. Competência para a determinação	41
II. Comissão de remunerações	41
III. Estrutura das remunerações	42
IV. Divulgação das Remunerações	47
V. Acordos com Implicações Remuneratórias	49
VI. Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (Stock Options)	49
E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	50
I. Mecanismos e procedimentos de controlo	50
II. Elementos relativos aos negócios	51
PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	52
1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado	52
2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado	52

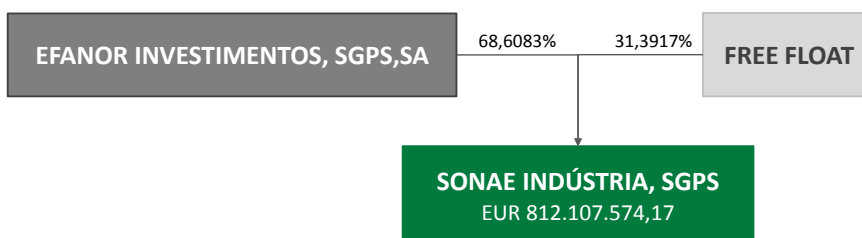
PARTE I – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245º-A, nº1 al. a))

O capital social da Sonae Indústria é de 812.107.574,17 euros e é representado por 11.350.757.417 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon. O capital social da Sonae Indústria encontra-se distribuído da seguinte forma (estando a participação qualificada imputada à Efanor Investimentos no quadro abaixo, melhor explicitada no ponto 7 do presente relatório).



2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações (Art. 245º - A, nº1 al. b))

Não existem quaisquer restrições relativamente à transferência ou venda de ações da sociedade.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245º-A, nº1 al. a))

A sociedade à data de 31 de dezembro de 2016 não detinha quaisquer ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art. 245º - A, nº 1, al. j)

Em 31 de dezembro de 2016 existiam financiamentos com diversas instituições financeiras no montante total de cerca de 181 milhões de euros (representando 85% do endividamento líquido consolidado), cujos contratos contêm disposições que garantem aos respetivos credores a possibilidade de requerer o pagamento antecipado da dívida, no caso de mudança do controlo acionista.

	Milhões de € ¹	Nº Contratos
Total	181	4

1) Valor nominal dos empréstimos.

O acordo parassocial celebrado entre a Sonae Indústria e a sociedade Inversiones Arauco Internacional, Ltda, (Arauco) relativo à Sonae Arauco, SA, confere o direito à Arauco de exercer uma opção de compra sobre a totalidade da participação detida pela Sonae Indústria na Sonae Arauco, em caso de mudança do atual controlo acionista da Sonae Indústria e à Sonae Indústria um direito de opção de compra em caso de alteração do atual controlo acionista da Arauco.

5. Regime a que se encontra sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Não existem quaisquer limitações estatutárias relativas ao número de votos que podem ser exercidos por um único acionista.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Art. 245º -A, nº1, al.g))

Quanto é do conhecimento da sociedade não existem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão dos seus valores mobiliários ou direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Art. 245º - A, nº1, als c) e d) e Art. 16º) com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas da imputação

Acionista	Número de Ações	% do Capital Social	% Direito de Voto
Efanor Investimentos, SGPS, S.A (*)			
Directamente	4,842,637,142	42.6636%	42.6636%
Através da Pareuro, BV (dominada pela Efanor)	2,932,687,752	25.8369%	25.8369%
Através de Maria Margarida Canvalhais Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor)	1,010	0.00009%	0.0000%
Através da Migracom, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor, Paulo Azevedo)	9,732,857	0.0857%	0.0857%
Através da Linhacom, SA (sociedade dominada pela administradora da Efanor, Cláudia Azevedo)	2,507,400	0.0221%	0.0221%
	7,787,566,161	68.6083%	68.6083%

(*) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o ultimate beneficial owner, porquanto domina a Efanor Investimentos, SGPS, SA e esta, por sua vez domina integralmente a Pareuro BV.

Em 22 de Fevereiro de 2016, a TEAK Capital, SA, informou a Sonae Indústria que tinha assinado um contrato de prestação de serviços com a sociedade Pareuro, BV, através do qual lhe foi concedida, a título de contrapartida, uma opção de compra de 1.702.620.000 ações representativas de 15% do capital social e dos direitos de voto da Sonae Indústria, SGPS, SA, exercível em 30 de Abril de 2018. Posteriormente a referida sociedade comunicou à Sonae Indústria que a opção de compra será efetuada com liquidação física e que o seu capital social é detido em 98,725% pela TEAK Capital, BV, na qual o Eng. Carlos Moreira da Silva detém ações que lhe conferem 40% dos direitos de voto e a Dra. Fernanda Arrepia (com aquele casada com separação de pessoas e bens) ações que lhe conferem 45% dos direitos de voto.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Os administradores da Sonae Indústria detinham as seguintes ações da sociedade, a 31 de dezembro de 2016:

Número de Ações/Posição		Número de Ações/Posição	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo		(3) Migracom, SA	
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)	Minoritário	Sonae Indústria, SGPS, SA	9,732,857
Migracom, SA (3)	Dominante	Imparfin, Invest. e Part. Financ., SA (4)	Minoritário
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA		(4) Imparfin, Invest. e Part. Financ., SA	
Sonae Indústria, SGPS, SA	4,842,637,142	Sonae Indústria, SGPS, SA	30,098,752
Pareuro, BV (2)	Dominante		
(2) Pareuro, BV			
Sonae Indústria, SGPS, SA	2,932,687,752		

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Art. 245º - A, nº1, al. i)), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos

O Conselho de Administração da Sonae Indústria pode deliberar aumentar o capital social da sociedade até ao montante de mil e duzentos milhões de euros, por uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, nos termos estabelecidos na lei. Estes poderes foram renovados na Assembleia Geral realizada no dia 4 de abril de 2014 e podem ser exercidos durante o prazo de cinco anos a contar daquela data, sem prejuízo da assembleia geral poder renovar novamente estes poderes.

O Conselho de Administração no uso dos poderes que lhe foram conferidos deliberou em 2014, com o parecer favorável do Conselho Fiscal da sociedade, proceder a um aumento de capital social de até 150 000 000 de euros, limitado às subscrições recolhidas, as quais atingiram o montante de 112.107.574,17 euros.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

B. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargos dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato

A atual Mesa da Assembleia Geral foi eleita na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Sonae Indústria, realizada em 31 de março de 2015 para o mandato 2015-2017 e é composta por:

- Carlos Manuel de Brito do Nascimento Lucena - Presidente
- Maria Daniela Farto Baptista Passos – Secretária

b) **Exercício do Direito de Voto**

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245º - A, nº1, al. f))

Nos termos dos estatutos da sociedade, a Assembleia Geral é constituída apenas pelos acionistas com direito a voto, que, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei.

Nos termos do disposto no artigo 23º-C do Código dos Valores Mobiliários, têm direito a participar nas assembleias gerais e aí discutir e votar, quem, na data de registo, a qual corresponde às 0 horas do 5º dia de negociação anterior ao da realização da assembleia, for titular de ações que lhe confirmam, segundo a lei e o contrato de sociedade, pelo menos um voto.

Nos termos dos estatutos da Sonae Indústria, os acionistas podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, nos termos estabelecidos na lei e nos constantes do respetivo aviso convocatório.

Os estatutos da Sonae Indústria, preveem que, para que a Assembleia Geral de Acionistas possa funcionar em primeira reunião, é necessário que se encontrem presentes ou representados acionistas titulares de mais de 50% do capital social.

Os estatutos da sociedade estabelecem que, enquanto a sociedade for considerada «sociedade com o capital aberto ao investimento do público», os acionistas poderão votar por correspondência relativamente a todas as matérias constantes da ordem de trabalhos, estabelecendo as regras a que o exercício do voto por correspondência se encontra sujeito. Estabelecem, nomeadamente, os estatutos da sociedade que só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de acionista e que os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos. A Sonae Indústria disponibiliza um modelo específico de voto por correspondência, tanto no seu sítio na Internet, www.sonaeindustria.com, como na sua sede social.

Os estatutos da Sonae Indústria preveem que o voto por correspondência possa ser exercido por via eletrónica, se esse meio for colocado à disposição dos acionistas e constar do aviso convocatório. Esta possibilidade foi colocada à disposição dos acionistas para a assembleia geral anual realizada no ano de 2016, mas não foi utilizada.

A informação preparatória para a Assembleia Geral e as propostas a apresentar pelo Conselho de Administração são disponibilizadas na data da divulgação da convocatória.

A sociedade não adotou qualquer mecanismo que provoque o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do nº1 do art. 20º

A cada ação corresponde um voto, sem qualquer limitação.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas e indicação dessas maiorias

As deliberações são tomadas por maioria simples, exceto se a lei exigir outra maioria.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

Os estatutos da Sonae Indústria definem um modelo de governação da sociedade constituído por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração analisa anualmente as vantagens e os possíveis inconvenientes da adoção deste modelo.

O Conselho de Administração entende que o referido modelo defende os interesses da sociedade e dos seus acionistas, mostrando-se eficaz, não tendo deparado com quaisquer constrangimentos ao seu funcionamento.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração (Art. 245º - A, nº1, al.h)

Nos termos dos estatutos da sociedade, o Conselho de Administração pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de cinco e no máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral para mandatos de três anos.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. Grupos de acionistas, representando entre 10 e 20% do capital social da sociedade, podem apresentar uma proposta independente, enviada previamente à Assembleia Geral de Acionistas, para nomear um Administrador. O mesmo acionista não pode apoiar mais de uma lista de Administradores e cada lista tem de identificar, pelo menos duas pessoas elegíveis, para cada cargo a preencher. Se forem apresentadas listas por mais de um grupo de acionistas, a votação incidirá sobre o conjunto dessas listas.

Em caso de morte, renúncia ou incapacidade temporária ou permanente de qualquer um dos Administradores, o Conselho de Administração é responsável pela sua substituição. Se o Administrador em causa tiver sido nomeado pelos acionistas minoritários, terá de ser realizada uma eleição separada.

17. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro

O Conselho de Administração da Sonae Indústria à data de 31 de dezembro de 2016 era composto por 7 administradores efetivos, existindo um lugar em aberto. Todos os seus membros foram eleitos na Assembleia Geral Anual realizada em 31 de março de 2015 para o mandato 2015-2017, com exceção do administrador Louis Brassard que foi cooptado pelo Conselho de Administração em reunião realizada a 8 de junho de 2016, para ocupar o lugar em aberto resultante da renúncia de Rui Manuel Gonçalves Correia, ao cargo de administrador da sociedade. Kurt Jan Bergmann renunciou igualmente ao cargo de administrador em junho de 2016.

Data da primeira designação dos atuais administradores da Sonae Indústria:

- Duarte Paulo Teixeira de Azevedo – 15 de dezembro de 2005;
- Carlos António da Rocha Moreira da Silva – 12 de novembro de 2014;
- Albrecht Olof Lothar Ehlers – 8 de setembro de 2011;
- Javier Vega de Seoane Azpilicueta – 29 de março de 2012;
- José Joaquim Romão de Sousa – 31 de março de 2015;
- George Christopher Lawrie – 12 de abril de 2013.

- Louis Brassard – designado inicialmente a 15 de Dezembro de 2005, deixou de exercer o cargo de administrador da sociedade em 28 de Abril de 2009, tendo sido cooptado, até ao termo do mandato em curso (2015-2017), a 8 de junho de 2016.

O Conselho de Administração da Sonae Indústria à data de 31 de dezembro de 2016 tinha a seguinte composição:

- Duarte Paulo Teixeira de Azevedo – Presidente (Não executivo)
- Carlos António da Rocha Moreira da Silva – Vice-presidente (Não Executivo e independente)
- Albrecht Olof Lothar Ehlers (Não Executivo e Independente)
- Javier Vega de Seoane Azpilicueta (Não Executivo e Independente)
- José Joaquim Romão de Sousa (Não Executivo e Independente)
- George Christopher Lawrie (Administrador Delegado)
- Louis Brassard (Administrador Delegado)

Conforme anteriormente referido, Rui Manuel Gonçalves Correia e Kurt Jan Bergmann, renunciaram em junho de 2016, ao cargo de administradores da sociedade, tendo o Conselho de Administração procedido à cooptação de Louis Brassard, também no mês de junho.

Também em junho de 2016, foi extinta a comissão executiva e designados administradores delegados, Christopher Lawrie e Louis Brassard.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

Dos sete (7) administradores, dois (2) são administradores delegados e cinco (5) são membros não-executivos, conforme indicado no ponto anterior.

Dos Administradores não-executivos, quatro (4) são independentes, também conforme indicado no ponto anterior.

19. Qualificações Profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração

Paulo Azevedo (Presidente do Conselho de Administração): Licenciatura em Engenharia Química - EPF Lausanne (Suíça) e Pós-graduação em Estudos Empresariais (MBA) – Porto Business School (ex-EGP). Exerceu o cargo de Presidente da Comissão Executiva da Optimus – Telecomunicações, S.A., entre 1998 e 2000; Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, S.A., entre 2000 e 2007, Presidente da Comissão Executiva da Sonae SGPS, S.A, entre 2007 e Abril de 2015, Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO da Sonae SGPS, S.A desde Abril de 2015. Desempenha diversas funções de gestão e administração no grupo Efanor/Sonae.

Javier Vega (Independente): Licenciatura em Engenharia de Minas pela *Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Minas* de Madrid e Licenciatura em Business Management pela Glasgow Business School (UK). Foi membro do Conselho de Administração de diversas sociedades, tais como Robert Bosh, Red Electrica de España, SEAT e Grupo Ferroviario. Atualmente exerce outros cargos de administração.

Albrecht Ehlers (Independente): Advogado, licenciatura em Direito pela Universidade de Münster (Alemanha). De 1987 a 2000 desempenhou diversas funções nas áreas legal e de recursos humanos, na Glunz AG, tendo em 1995 sido designado para integrar o Conselho de Administração Executivo (Vorstand) daquela sociedade, com responsabilidades em diversas áreas nomeadamente recursos humanos e departamento legal. Entre 2000 e 2004 foi vice-presidente sénior da Hochtief AG (Alemanha) com responsabilidade nomeadamente nas áreas de recursos humanos e serviços corporativos. A partir de 2004 e até 2009 integrou o Conselho de Administração Executivo (Vorstand) daquela sociedade. A partir do ano 2010 ocupa funções de chanceler na Universidade Técnica de Dortmund (Alemanha).

Carlos Moreira da Silva (Vice-Presidente do Conselho de Administração e Independente): Licenciatura em Engenharia Mecânica - Universidade do Porto, MSc em Management Sci. and Operational Research (Univ of Warwick – UK) e Phd em Management Sciences (Univ of Warwick – UK). Foi professor auxiliar da Faculdade de Engenharia da U.P. entre novembro de 1982 a março de 1987, administrador da EDP, Electricidade de Portugal, E.P. (março 1987 a agosto 1988), ocupou diversos cargos em sociedades do Grupo Sonae/Grupo Sonae Indústria entre setembro de 1988 a janeiro de 2000, tendo posteriormente em 2003 ocupado o cargo de presidente da Comissão Executiva da Sonae Indústria, SGPS, SA cargo que exerceu até abril de 2005, bem como em outras sociedades do Grupo Sonae Indústria. Foi membro do Advisory Board da 3i Spain (2005-2012), membro do Conselho de Supervisão da Jeronimo Martins Dystrybcuja, SA (2009 a 2012) e Presidente do Conselho de Administração da La Seda de Barcelona (2010-2014). Exerce atualmente as funções de Presidente do Grupo BA e é membro do Conselho de Administração do Banco BPI.

José Romão de Sousa (Independente): BSc em Engenharia Química e Industrial pelo Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa e Doutoramento em Engenharia Química (PhD) pela Imperial College, University of London (UK). Ampla experiência na indústria de transformação, em particular na área dos químicos (resinas de base de formaldeído, adesivos e resinas de base aquosa) e dos plásticos (vinil e extrusão e calandragem de poliolefina). Exerceu diversos cargos de administração no grupo ProHolding, sendo ainda hoje Chairman não executivo de diversas sociedades do grupo e empresas associadas, incluindo num novo projeto na área de fungicidas biológicos. Experiência no sector financeiro, nomeadamente em private equity, gestão de carteiras e numa empresa corretora de bolsa. Atualmente, é Presidente do Conselho de Administração da Promotor SGPS, SA e da Epoli-Espumas de Polietileno SA, entre outras sociedades.

Christopher Lawrie (Administrador Delegado): BA (Honours) Degree" em Gestão e Finanças da Universidade de Greenwich, em Inglaterra. Possui uma vasta experiência na banca de investimentos, tendo passado pela Schroders, BZW e Credit Suisse onde desempenhou a função de Diretor da área de Corporate Finance no sector das telecomunicações para o Sul da Europa. Em 2001, integrou o Grupo Sonae/Efanor, onde exerceu funções de CFO na Sonaecom e, posteriormente, foi nomeado CEO da Sonae Retail Properties. Assumiu a função de CFO da Sonae Indústria em 2013, exercendo atualmente a função de administrador delegado e presidente da Management Committee.

Louis Brassard (Administrador Delegado): Licenciatura em Engenharia Industrial – Montreal Polytechnic School (Quebec, Canada); MBA em Finanças e Marketing - Universidade de Montreal. Integra o Grupo Sonae Indústria desde 1994, onde exerceu diversos cargos, é o COO da Tafisa Canada e membro da Management Committee.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto

Paulo Azevedo é filho de Belmiro de Azevedo, o qual, nos termos da alínea b) do nº1 do Artigo 20º e do nº1 do Artigo 21º do Código de Valores Mobiliários, é o *ultimate beneficial owner*, das ações da Sonae Indústria, porquanto domina a Efanor Investimentos, SGPS, SA e esta, por sua vez domina integralmente a Pareuro BV.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade

A repartição de competências entre os vários órgãos sociais e comissões da sociedade é a seguinte:



Até 8 de junho de 2016, a Sonae Indústria tinha uma Comissão Executiva, na qual o Conselho de Administração tinha delegado os mais amplos poderes de gestão da sociedade. Com a concretização da parceria com a Arauco e a consequente redução da atividade da sociedade, concentrando-se maioritariamente na vertente de holding financeira, a Comissão Executiva foi extinta, tendo o Conselho de Administração designado administradores delegados nos quais delegou os mais amplos poderes de gestão da sociedade, incluindo todas as competências que, legal e estatutariamente, estão atribuídas ao Conselho de Administração, com exceção das seguintes:

- eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- cooptação de administradores;
- pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- aprovação de quaisquer relatórios e contas;
- prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela sociedade;
- deliberação de mudança de sede e de aumento de capital social;
- deliberação sobre projetos de fusão, cisão e transformação da sociedade;
- aprovação do business plan e do orçamento anual da sociedade;
- definição das políticas de recursos humanos, , assim como decisões sobre a compensação individual de quadros de topo;

- j) definição ou alteração de políticas contabilísticas sempre que a sociedade em causa esteja integrada no perímetro de consolidação do Grupo;
- k) compra e venda, leasing financeiro de longa duração ou outros investimentos em ativos fixos tangíveis quando envolvam valores que excedam o montante de cinco milhões de euros por cada transação;
- l) subscrição ou compra de ações em sociedades participadas se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de vinte milhões de euros;
- m) investimento em novas sociedades;
- n) outros investimentos financeiros se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de dez milhões de euros, exceto se enquadrados no curso ordinário dos negócios, nomeadamente investimentos de curto prazo de liquidez disponível;
- o) desinvestimentos ou alienação de ativos desde que resulte da referida transação um efeito significativo (entendido como sendo igual ou superior a dois milhões de euros) sobre os resultados operacionais da sociedade ou afete os postos de trabalho de mais de cem trabalhadores;
- p) definição da estratégia e das políticas gerais da Sonae Indústria e do Grupo Sonae Indústria;
- q) definição da estrutura empresarial do Grupo Sonae Indústria.

O Conselho de Administração nomeou igualmente uma Management Committee, composta pelos administradores delegados e pelo COO Laminados & Componentes. A Management Committee tem por principal objetivo dar apoio aos administradores delegados nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração e a Management Committee possuem regulamentos de funcionamento que podem ser consultados no sítio da sociedade www.sonaeindustria.com.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração, às reuniões realizadas

Durante o exercício de 2016, o Conselho de Administração reuniu 10 vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas deliberações. A assiduidade dos membros do Conselho de Administração foi a seguinte (presença física, meios telemáticos ou por meio de representação):

Administradores	% assiduidade
Paulo Azevedo	100%
Carlos Moreira da Silva	100%
Albrecht Ehlers	100%
Javier Vega	100%
José Romão de Sousa	100%
Christopher Lawrie	100%
Louis Brassard*	100%
Rui Correia **	75%
Jan Bergmann**	75%

* eleito a 8/6/2016

** renunciou ao cargo que desempenhava a 8/6/2016

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Compete à Comissão de Vencimentos da sociedade, em diálogo com a Comissão de Nomeações e Remunerações, proceder à avaliação de desempenho dos administradores executivos.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Os critérios de avaliação de desempenho dos administradores executivos são pré-determinados, baseados em indicadores de desempenho da empresa, das equipas de trabalho sob a sua responsabilidade e do seu próprio desempenho individual. Estes critérios estão melhor especificados no ponto deste relatório relativo às Remunerações.

Os referidos critérios de avaliação dos administradores executivos, que se encontram pré-determinados, são os seguintes: critérios objetivos relacionados com o grau de sucesso de implementação das iniciativas e ações acordadas a implementar no ano em questão; e critérios subjetivos que estão relacionados com o contributo em termos de experiência e conhecimento para as discussões do Conselho de Administração, a qualidade da preparação das reuniões e da contribuição para as discussões do Conselho de Administração e dos comités e compromisso com o sucesso da companhia, entre outros.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

Os administradores delegados dedicam-se a tempo inteiro à administração da Sonae Indústria e das sociedades suas participadas.

Os demais membros do Conselho de Administração, atualmente, acumulam a função de membros do Conselho de Administração e de fiscalização de outras sociedades, aqui listadas.

DUARTE PAULO TEIXEIRA DE AZEVEDO

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Sonae Arauco, SA (Presidente do Conselho de Administração)

Cargos exercidos noutras sociedades:

- Efanor Investimentos, SGPS, S.A. (Administrador)
- Sonae - SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Center Serviços II, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Investimentos – SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Sierra, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Specialized Retail, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Capital, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Imparfin-Investimentos e Participações Financeiras, S.A.
- Migracom, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

CARLOS MOREIRA DA SILVA

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Sonae Arauco, SA

Cargos exercidos noutras sociedades:

- BA GLASS I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- BA GLASS, BV
- Banco BPI, SA
- Fim do Dia, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Lynx Finance GP, LLC

ALBRECHT EHLERS

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Glunz AG (Presidente do Conselho Geral – “Aufsichtsrat”)

Cargos exercidos noutras sociedades:

- Erich-Brost-Institut für Journalismus in Europa GmbH
- PROvendis GmbH (órgão de fiscalização)
- Salus BKK (Presidente do Conselho Geral – “Aufsichtsrat”)
- Invite GmbH (vice-presidente do Conselho Geral – “Aufsichtsrat”)
- Durable Hunke & Jochheim GmbH & Co. KG (Presidente do Conselho Geral)
- TechnologieZentrumDortmund GmbH (Membro da Comissão de Acionistas)
- Studierendenwerk Dortmund AöR
- University Alliance Ruhr

JAVIER VEGA

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Sonae Arauco, SA

Cargos exercidos noutras sociedades:

- DKV Seguros (Presidente)
- Gestlink, SA (Presidente)
- Inversiones Vedegane, SA (Presidente)

JOSÉ ROMÃO DE SOUSA

Cargos exercidos noutras sociedades:

- Promotor SGPS, SA (Presidente)
- Epoli-Espumas de Polietileno, SA (Presidente)
- Epoli (Czechia) sro (Presidente)
- CEV-Consumo em Verde Biotecnologia das Plantas SA (Presidente)
- Converde SA (Presidente)
- Monte das Janelas Verdes – Sociedade Agrícola SA (Presidente)

GEORGE CHRISTOPHER LAWRIE

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Frases e Frações-Imobiliária e Serviços, SA
- Glunz (UK) Holdings, Ltd.
- Isoroy SAS
- Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.
- Megantic BV
- Movelpartes-Componentes para a Indústria do Mobiliário, SA
- Novodecor (PTY) Ltd.
- Parcelas e Narrativas-Imobiliária, SA
- Poliface North America Inc.
- Serradora Boix, SL
- Sonae Arauco, SA
- Sonae-Indústria de Revestimentos, SA
- Sonae Indústria-Management Services, SA
- Spanboard Products, Ltd.
- Tafisa Canada Inc.
- Tafisa UK, Ltd. (em liquidação)
- Tafisa France, SAS

LOUIS BRASSARD:

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Isoroy, SAS
- Megantic, BV
- Poliface North America Inc
- Tafisa Canada Inc
- Tafisa France, SAS

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento

O Conselho de Administração nomeou dois administradores delegados, George Lawrie e Louis Brassard. Com o objetivo principal de dar apoio aos administradores delegados nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração, o Conselho de Administração nomeou uma Management Committee, composta pelos dois administradores delegados e pelo COO Laminados & Componentes.

O Conselho de Administração nomeou igualmente duas comissões de competência especializada, a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeações e Remunerações. A Comissão de Responsabilidade Social, Ambiente e Ética foi extinta em junho de 2016



O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração e o regulamento de funcionamento da Management Committee, podem ser consultados no sítio da sociedade, através dos seguintes links:

- Conselho de Administração:
http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/Regul%20CA%20PT_2015_VF.pdf
http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/BoD%20Regulation%20ENG_22062016.pdf
- Management Committee:
http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/Regul%20Mancom%20PT_22062016.pdf
http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/ManCom%20Regulation%20ENG_22062016.pdf

28. Composição da Comissão Executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s)

Os administradores delegados da sociedade são: Christopher Lawrie e Louis Brassard.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

O Conselho de Administração nomeou três comissões com competências especializadas. Em 8 de junho de 2016 foi extinta a Comissão de Responsabilidade Social, Ambiente e Ética.

Management Committee (MANCOM)

A Management Committee é composta pelos dois administradores delegados e pelo COO Laminados & Componentes:

- Christopher Lawrie (Presidente-Administrador Delegado);
- Louis Brassard (Administrador Delegado-COO Tafisa Canada);
- Frederico Moniz (COO Laminados & Componentes)

A MANCOM é responsável por apoiar os Administradores Delegados, no âmbito da respetiva delegação de poderes, levando a cabo as seguintes funções:

- controlo da implementação pelo Grupo Sonae Indústria das linhas estratégicas definidas pelo Conselho de Administração;
- controlo das finanças e contabilidade do Grupo Sonae Indústria;
- controlo das atividades operacionais do Grupo Sonae Indústria;
- análise de novas oportunidades de negócio.

Antes de tomar qualquer decisão sobre os seguintes temas, os Administradores Delegados deverão obter a opinião prévia e não vinculativa da MANCOM, sobre:

- implementação de qualquer operação financeira;
- compra e venda, leasing financeiro de longa duração ou outros investimentos em ativos fixos tangíveis quando envolvam valores que excedam o montante de 1 000 000 euros por cada transação;
- subscrição ou compra de ações em sociedades participadas se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 5 000 000 euros;
- outros investimentos financeiros se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1 000 000 euros, exceto se enquadrados no curso ordinário dos negócios, nomeadamente investimentos de curto prazo de liquidez disponível;
- reorganizações do Grupo Sonae Indústria, incluindo qualquer aumento ou redução de capital social, fusão, liquidação ou alterações aos estatutos;

A MANCOM deve prestar em tempo útil e de forma adequada as informações solicitadas por membros dos demais órgãos sociais da Sonae Indústria.

Cabe ao Presidente da MANCOM:

- Garantir que toda a informação relativa à atividade e decisões da MANCOM são disponibilizadas aos membros do Conselho de Administração;
- Garantir que todos os temas fora do âmbito das competências da MANCOM, bem como todos os temas que, apesar de se encontrarem no âmbito das competências da MANCOM, os membros desta não tenham chegado a um acordo, são submetidos a decisão do Conselho de Administração.

- Enviar todas as atas da MANCOM ao Vice-Presidente.

A MANCOM reuniu 9 vezes no ano 2016 e fez constar de ata as respetivas deliberações.

Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC)

O BAFC é composto pelos seguintes Administradores Não-executivos:

- Javier Vega (Presidente, Independente);
- José Romão de Sousa (Independente);
- Albrecht Ehlers (Independente);

Carlos Moreira da Silva deixou de integrar esta comissão em 8 de junho de 2016.

O BAFC reúne, ordinariamente, pelo menos 5 vezes por ano, tendo as seguintes atribuições principais:

- proceder à análise e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras e as apresentações de resultados, a publicitar ao mercado, com vista a apresentar as suas conclusões ao Conselho de Administração;
- analisar a gestão de risco, controlar internamente os processos e negócios;
- analisar os resultados dos trabalhos da auditoria interna e externa;
- analisar a evolução dos principais rácios financeiros e alterações dos *ratings* formais e informais da sociedade, incluindo reportes das agências de *rating*;
- analisar e aconselhar sobre quaisquer alterações nas políticas e práticas contabilísticas;
- verificar o cumprimento das normas contabilísticas;
- verificar o cumprimento das obrigações legais e estatutárias, em particular no âmbito financeiro.

Durante 2016, o BAFC reuniu 5 vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas deliberações.

As competências atribuídas ao BAFC, como comissão especializada do Conselho de Administração, são desenvolvidas numa ótica de gestão da sociedade não se sobrepondo às funções do Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização. O BAFC é uma comissão a quem compete, dentro do Conselho de Administração e dos poderes de gestão que este possui, analisar detalhadamente as demonstrações financeiras, analisar os resultados dos trabalhos da auditoria interna e externa, os processos de gestão de risco, e a evolução dos principais rácios financeiros, entre outros temas, emitindo recomendações para deliberação final em sede do Conselho de Administração, operacionalizando assim melhor o seu funcionamento.

Comissão de Nomeações e Remunerações (BNRC)

O BNRC é composto pelos seguintes Administradores não-executivos:

- Carlos Moreira da Silva (Presidente e Independente);
- José Romão de Sousa (Independente);
- Albrecht Ehlers (Independente);

Esta Comissão reúne, normalmente, pelo menos, duas vezes por ano, sendo a sua atribuição principal a de analisar e apresentar propostas e recomendações, em nome do Conselho de Administração, relativas à remuneração e outras compensações dos membros do Conselho de Administração e analisar e aprovar propostas e recomendações, em nome do Conselho de Administração à Comissão de Vencimentos, relativas à remuneração e outras compensações de outros quadros de topo do Grupo Sonae Indústria, em função da atividade por estes desenvolvida.

O BNRC faz a ligação com a Comissão de Vencimentos da Sonae Indústria, por só assim poder ser garantido que a Comissão de Vencimentos possui, relativamente a cada administrador, mas principalmente no que respeita aos administradores executivos, o necessário conhecimento sobre o desempenho dos mesmos ao longo do exercício, atendendo a que a Comissão de Vencimentos não acompanha de perto a atividade desenvolvida pelos administradores, não possuindo assim o necessário conhecimento que lhe permite exercer as funções que lhe competem de forma correta. O BNRC pode também solicitar assessoria de entidades externas, desde que estas se comprometam a manter sigilo absoluto sobre a informação obtida em resultado dessa cooperação.

Em 2016, o BNRC reuniu três vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas reuniões.

III.	FISCALIZAÇÃO
a)	Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização

O órgão de fiscalização da sociedade é o Conselho Fiscal eleito em Assembleia Geral.

31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro

O Conselho Fiscal da sociedade pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de cinco, devendo existir um ou dois suplentes, consoante a sua composição seja de, respetivamente, três ou mais elementos, sendo eleitos para mandatos de três anos.

O Conselho Fiscal da sociedade atual foi eleito na Assembleia Geral Anual de 2015, para o mandato 2015-2017 e tem a seguinte composição:

- Manuel Heleno Sismeiro – Presidente
- Óscar José Alçada da Quinta -Vogal
- António Augusto Almeida Trabulo – Vogal
- Paulo Manuel Carvalho da Silva – Vogal Suplente

Os atuais membros do Conselho Fiscal foram eleitos pela primeira vez, nas seguintes datas:

- Manuel Heleno Sismeiro – abril 2009
- Óscar José Alçada da Quinta – maio 2007, como membro suplente e Março 2015, como membro efetivo
- António Augusto Almeida Trabulo – março 2015
- Paulo Manuel Carvalho da Silva – março 2015

32. Independência dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414º, nº5 do Código das Sociedades Comerciais

Todos os membros do Conselho Fiscal cumprem as regras de incompatibilidades previstas no nº1 do artigo 414º-A e os critérios de independência previstos no nº5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Com vista a garantir a cada momento a independência dos membros do Conselho Fiscal, os respetivos membros, previamente à respetiva designação, emitiram declarações atestando que: (i) não incorriam em nenhuma das incompatibilidades previstas no artigo 414º-A do Código das Sociedade Comerciais, bem como que não se encontravam em qualquer circunstância que afete a sua independência nos termos do disposto no nº5 do artigo 414º do mesmo diploma legal; (ii) comunicariam à sociedade a ocorrência de qualquer facto que, no decurso do mandato, determine incompatibilidade ou perda de independência.

O Regulamento do Conselho Fiscal também estabelece expressamente que, se durante o mandato, se verificar, relativamente a qualquer um dos seus membros, uma situação que determine a perda de independência ou uma incompatibilidade, deverá, o respetivo membro dar conhecimento de imediato desse facto ao Presidente do Conselho de Administração da sociedade. A superveniência de algum motivo de incompatibilidade estabelecido na lei determina a caducidade da designação do respetivo membro.

33. Qualificações profissionais dos membros do Conselho Fiscal

MANUEL HELENO SISMEIRO (Presidente do Conselho Fiscal): Licenciatura em Finanças, ISCEF (Portugal), Contabilista, ICL (Portugal). Atualmente exerce funções de Consultor em especial nas áreas de auditoria interna e controle interno e é Presidente do conselho fiscal da OCP Portugal Produtos Farmacêuticos SA, da Sonae Indústria, SGPS, SA e da Sonae Capital, SGPS, SA. Foi sócio da Coopers & Lybrand e da Bernardes, Sismeiro & Associados e de 1998 a 2008 da PricewaterhouseCoopers - auditores e revisores oficiais de contas e responsável pela auditoria e revisão oficial de contas nos mais diversos sectores da atividade económica. Foi igualmente responsável pela gestão do escritório do Porto das referidas sociedades e Diretor da Divisão de Auditoria, no período 1998 – 2002, e membro do órgão de gestão da PricewaterhouseCoopers, no mesmo período.

OSCAR ALÇADA DA QUINTA (Vogal do Conselho Fiscal): Licenciatura em Economia - Universidade do Porto. Ocupou diversas funções na área administrativa e financeira em diversas sociedades (1982-1986), desde 1986 prestação de serviços no âmbito da auditoria externa a Revisores Oficiais de Contas e a sociedade com aquela atividade e em 1990 obtém a inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas, função que passou a exercer em regime de exclusividade, primeiro individualmente e posteriormente como sócio da Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC.

ANTÓNIO AUGUSTO ALMEIDA TRABULO (Vogal do Conselho Fiscal): Licenciatura em Economia – Universidade do Porto, Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças Empresariais – Universidade Aberta (Portugal), Diploma de Suficiência Investigadora na área de Economia Financiera y Contabilidad – Universidad de Valladolid (Espanha), Doutorando em Gestão e Administração de Empresas – Universidad de Valladolid, com parte curricular concluída (em fase final de conclusão de Tese), Revisor Oficial de Contas. Atualmente exerce funções de Revisor Oficial de Contas, sócio da sociedade Velosa, Silva, Marques e Trabulo, SROC.

PAULO MANUEL CARVALHO DA SILVA (Vogal Suplente do Conselho Fiscal): Bacharel em Contabilidade e Administração - ISCAP, Bacharel Perito Aduaneiro - ISCAP, Licenciatura em Administração e T. Aduaneira – ISCAP, Curso CEOG da Universidade Católica. Desde 1992 é Membro da Velosa, Silva, Marques e Trabulo SROC.

Todos os membros do Conselho Fiscal possuem as competências adequadas para o exercício das respetivas funções.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal está disponível no sítio da sociedade, através dos seguintes links:

http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/Regulamento%20do%20Conselho%20Fiscal_PT_FINAL.pdf

http://www.sonaeindustria.com/file_bank/investor/Statutory%20Audit%20Board%20Regulation_EN_FINAL.pdf

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal

Em 2016 o Conselho Fiscal reuniu 7 vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas deliberações, e com uma assiduidade de 100% de todos os membros.

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal, com indicação dose cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo e outras atividades relevantes exercidas pelos membros do Conselho Fiscal no decurso do exercício

Os membros do Conselho Fiscal acumulam as suas funções com o exercício de outros cargos a seguir elencados e com outras atividades, conforme referido no ponto 33.

Funções exercidas pelos membros do Conselho Fiscal à data de 31 de dezembro de 2016:

Manuel Heleno Sismeiro

Em sociedades fora do Grupo Sonae Indústria

- Sonae Capital, SGPS, SA (Conselho Fiscal)
- Sonae, SGPS, SA (Conselho Fiscal)
- OCP Portugal Produtos Farmacêuticos SA (Presidente do Conselho Fiscal)
- Segafredo Zanetti (Portugal) SA (Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

Óscar Alçada da Quinta

Em sociedades fora do Grupo Sonae Indústria

- Sonaecom - SGPS, S.A. (Conselho Fiscal)
- BA GLASS I – Serviços de Gestão e Investimentos, S.A. (Conselho Fiscal)
- Caetano-Baviera – Comércio de Automóveis, SA (Conselho Fiscal)
- Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC (Administração)

António Trábulo

Em sociedades fora do Grupo Sonae Indústria

- Sonae Investimentos, SGPS, SA (Vogal do Conselho Fiscal)
- VAA-Grupo Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA (Vogal do Conselho Fiscal)
- Velosa, Silva, Marques e Trábulo, SROC (administrador)
- ACAT-Consultoria de Gestão, Lda (gerente)

c) **Competências e funções**

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

O Conselho Fiscal deve aprovar a contratação, pela sociedade ou por sociedades por si dominadas, do auditor externo ou de quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, para a prestação de serviços diversos dos serviços de auditoria.

Assim e caso a Sonae Indústria ou alguma sociedade do Grupo pretender contratar os serviços do auditor externo ou de quaisquer entidades que com eles estejam em relação de grupo, o Conselho Fiscal deverá ser previamente informado, com vista a que este verifique se a contratação dos serviços em causa não afeta a independência do auditor externo e não tem, no conjunto dos serviços prestados, relevância significativa face aos serviços de auditoria. O Conselho Fiscal deverá igualmente verificar se estão reunidas as condições que garantam que os serviços adicionais em causa serão prestados com autonomia e independência, relativamente aos serviços de auditoria.

38. Outras funções do órgão de fiscalização

O Conselho Fiscal tem como principais competências:

- a) fiscalizar a administração da Sociedade;
- b) vigiar pela observância da lei e dos estatutos da Sociedade;
- c) verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- d) verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- e) verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- f) verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- g) elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração;
- h) convocar a assembleia geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- i) fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes, sem violar a sua independência;
- j) receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- k) contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- l) fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- m) seleccionar os revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas a propor à assembleia geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência por um deles;
- n) fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas da sociedade, nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, enquanto autoridade competente pela supervisão da auditoria;
- o) verificar e acompanhar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- p) cumprir as demais atribuições constantes da lei e dos estatutos da sociedade;

q) aprovar a contratação do auditor externo ou de quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, para a prestação de serviços diversos dos serviços de auditoria.

r) Informar o órgão de administração dos resultados da revisão legal das contas e explicar o modo como esta contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que o órgão de fiscalização desempenhou nesse processo;

Além daquelas competências o Conselho Fiscal da sociedade deve emitir parecer prévio relativamente a qualquer transação com acionistas titulares de participações qualificadas ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários (acionistas de referência), nos termos explicitados no ponto 91.

No Relatório do Conselho Fiscal, disponibilizado no sítio da sociedade conjuntamente com os demais documentos de prestação de contas, o Conselho Fiscal descreveu a atividade de fiscalização desenvolvida, não tendo referido quaisquer constrangimentos detetados.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio do revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas é a PriceWaterHouseCoopers & Associados, SROC, Lda, representada por Hermínio António Paulos Afonso.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo

A PriceWaterhouseCoopers é o revisor oficial de contas da sociedade desde a Assembleia Geral Anual de 2006, e está no seu quarto mandato de três anos.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade

Durante o ano de 2016 a PriceWaterHouseCoopers prestou outros serviços de garantia de fiabilidade a sociedades participadas pela Sonae Indústria.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo

O auditor externo da sociedade é a PriceWaterHouseCoopers & Associados, SROC, Lda, representada por Hermínio António Paulos Afonso, registada na CMVM com o nº 9077.

43. Permanência de Funções

A PriceWaterhouseCoopers é auditor externo da sociedade desde 2006. O seu representante atual Hermínio Afonso representa-a desde 20 de setembro de 2011.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções

A Sonae Indústria tinha adotado o princípio de apenas não proceder à rotação do auditor externo ao fim de três mandatos, se, após ser efetuada uma avaliação rigorosa, o Conselho Fiscal concluísse que a manutenção em funções, para além do referido período, não colidia com a independência do auditor externo e a ponderação entre os custos e os benefícios da sua substituição aconselhassem à renovação do respetivo mandato.

Na proposta de nomeação de revisor oficial de contas da sociedade que o Conselho Fiscal apresentou na Assembleia Geral Anual de 2015, o Conselho Fiscal, considerou que a qualidade do trabalho desenvolvido e a experiência acumulada no setor de atividade onde a Sonae Indústria se integra, quer da sociedade de revisores oficiais de contas cujo eleição estava a propor, quer das entidades que integram a mesma rede daquela nos países onde a Sonae Indústria detém, direta ou indiretamente, sociedades participadas, compreendidas nas suas contas consolidadas e onde aquelas entidades são os auditores externos daquelas sociedades, constituam uma mais-valia que tinha de ser considerada, a qual aliada à dimensão dos encargos a suportar numa eventual substituição, aconselhavam a manter o mesmo revisor oficial de contas. A assembleia geral aprovou a proposta apresentada

Com a publicação da Lei 140/2015 de 7 de setembro, a Sonae Indústria irá, no mínimo, cumprir com o estabelecido na mesma, assim como cumpre com o estabelecido na lei relativamente ao sócio revisor oficial de contas, efetuando sempre uma avaliação que garanta a manutenção da independência de ambos.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal supervisiona a atuação do auditor externo e a execução dos trabalhos do mesmo ao longo de cada exercício, reunindo sempre que assim o entende, com o mesmo. Para além disso, procede anualmente a uma avaliação global do auditor externo, na qual inclui uma apreciação sobre a sua independência.

46. Identificação de trabalhos distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

Durante o ano de 2016 não foram contratados outros serviços ao auditor externo. No caso de a sociedade ou qualquer sociedade sua participada pretender contratar serviços distintos dos de auditoria, o Conselho Fiscal deverá aprovar essa contratação.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem

Os valores pagos à PriceWaterhouseCoopers pela Sonae Indústria e pelas sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo foram os seguintes no exercício de 2016:

Pela Sociedade	
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	12.176 € / 5,99 %

Por outras entidades que integram o grupo	
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	189.084€ / 92,98%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	2.093 € / 1,03%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (Art. 245º - A, nº1, al. h))

As regras aplicáveis a alterações dos estatutos da sociedade são as estabelecidas na lei. Cabendo assim, à assembleia geral de acionistas deliberar sobre a alteração dos estatutos da sociedade, podendo contudo, o Conselho de Administração deliberar sobre a alteração da sede social dentro do território nacional, bem como deliberar aumentar o capital social por novas entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, até ao limite de mil e duzentos milhões de euros.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades

A Sonae Indústria possui um Código de Conduta, que contém uma política de comunicação de irregularidades, que se encontra disponível no sítio www.sonaeindustria.com. Com o Código de Conduta e a política de comunicação de irregularidades, a Sonae Indústria visa criar o clima e a oportunidade necessários para que os seus colaboradores e prestadores de serviços manifestem preocupações genuínas em relação a qualquer comportamento ou decisão que, no seu entender não respeite a ética ou o Código de Conduta da Sonae Indústria. Com a extinção, em junho de 2016, da Comissão de Responsabilidade Social, Ambiente e Ética, a sua subcomissão de ética foi também extinta, pelo que, foi estabelecido que eventuais denúncias recebidas seriam encaminhadas para o Presidente do Conselho Fiscal, que juntamente com os demais membros do Conselho Fiscal ficaram com a responsabilidade de iniciar e supervisionar as denúncias recebidas.

Os documentos constantes do sítio da sociedade onde se encontra descrita a política de comunicações de irregularidades, encontram-se em atualização de forma a contemplarem as necessárias alterações.

A denúncia deve ser enviada por e-mail ou por correio para um dos seguintes endereços:

Por e-mail: ethics.committee@sonaeindustria.com

Por correio: Sonae Industria SGPS, S.A.
Att. Presidente do Conselho Fiscal
Lugar do Espido, Via Norte
Apartado 1096
4470-177 Maia Codex
Portugal

Cada irregularidade será recebida pelo Presidente do Conselho Fiscal que terá a responsabilidade de iniciar e supervisionar a investigação de todas as denúncias. Concluída a investigação e caso se verifique que a irregularidade comunicada corresponde a um comportamento faltoso, o Presidente do Conselho Fiscal, deverá comunicar ao superior hierárquico do colaborador em causa ou à entidade patronal do prestador de serviços a situação em causa a fim de serem aplicadas as ações corretivas e/ou serem instaurados procedimentos disciplinares.

Dado que a sociedade pretende encorajar a comunicação em boa-fé de qualquer possível caso de irregularidade, evitando ao mesmo tempo danos para a reputação de pessoas inocentes à partida indicadas como possíveis suspeitos de conduta inadequada, não são aceites denúncias anónimas. A investigação será realizada de forma

confidencial e a sociedade garante que não haverá qualquer tipo de ação discriminatória ou de retaliação contra qualquer colaborador ou prestador de serviços que comunique em boa-fé um possível caso de irregularidade. No caso de qualquer colaborador ou prestador de serviços considerar que sofreu algum tipo de retaliação por ter efetuado uma denúncia ou por ter participado numa investigação deve dar conhecimento desse facto de imediato ao Presidente do Conselho Fiscal.

A sociedade disponibiliza na sua intranet um formulário de comunicação de irregularidades.

A sociedade mantém um registo de todas as denúncias e processos investigados, bem como das respetivas conclusões o qual está acessível para consulta pelos órgãos sociais e pelo auditor externo.

O **Código de Conduta** da Sonae Indústria contém um conjunto de normas baseadas nos valores partilhados, que regem as atividades do Grupo Sonae Indústria. É aplicável a todas as pessoas contratadas pelo Grupo, incluindo membros dos órgãos estatutários, e diretores das sociedades do Grupo, administradores, quadros superiores, colaboradores e pessoas cujo estatuto é equivalente ao de colaboradores, tais como trabalhadores temporários e prestadores de serviços. O Código de Conduta define linhas de orientação de natureza ética empresarial que devem ser seguidas por todos os colaboradores e prestadores de serviços durante o desempenho das respetivas funções.

A Sonae Indústria adota e promove de forma ativa as mais exigentes normas éticas de conduta profissional a todos os níveis do Grupo. O compromisso relativamente a normas de conduta deve partir dos níveis mais elevados da empresa. Assim, os gestores de topo da Sonae Indústria devem constituir um exemplo para toda a organização através das suas ações, liderando de forma ativa a adoção destas normas e controlando a sua aplicação, constituindo sua obrigação garantir, na sua área de responsabilidade, o rigoroso cumprimento da lei, mantendo uma constante monitorização desse cumprimento, e transmitindo claramente aos seus colaboradores que o não cumprimento de qualquer lei que seja aplicável, poderá, para além de outras consequências legais, ter consequências disciplinares.

É particularmente importante que um compromisso em relação a estas normas seja aceite por todos os colaboradores e prestadores de serviços em todo o Grupo, onde quer que estes desenvolvam a sua atividade. Em cada organização local também devem ser adotados princípios e ações adequados para lidar com questões éticas específicas que possam surgir nos respetivos países.

O Código de Conduta da Sonae Indústria foi elaborado de forma a explicitar claramente a conduta desta perante todas as suas partes interessadas, bem como a relacionar esta conduta com os valores da própria empresa. O Código de Conduta está estruturado da seguinte forma:

Relacionamento com colaboradores e prestadores de serviços

- Partilha de conhecimento e desenvolvimento pessoal
- Inovação e iniciativa
- Respeito, responsabilização e cooperação
- Confidencialidade e responsabilidade
- Sustentabilidade
- Conflito de interesses
- Saúde e Segurança no Trabalho
- Consciência Social
- Comunicação
- Cumprimento

Relacionamento com acionistas e outros investidores

- Criação de valor
- Transparência
- Cumprimento

Relacionamento com governos e comunidades locais

- Comportamento Ético
- Consciência Social
- Diretriz Fiscal
- Consciência Ambiental

Relacionamento com parceiros de negócios

- Foco no Cliente
- Integridade
- Comportamento Ético
- Transparência

Relacionamento com concorrentes

- Observância das leis da concorrência
- Comportamento Ético

O documento integral do Código de Conduta pode ser consultado no sítio da empresa através do endereço: www.sonaeindustria.com.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Considerações gerais e alterações ocorridas durante 2016

Na sequência da implementação da parceria com a Arauco através da Sonae Arauco, a Auditoria Interna e a Gestão de Risco para a Sonae Indústria, excluindo a Tafisa Canada, encontram-se atualmente a ser geridos com o apoio a equipas de Auditoria Interna e de Gestão de Risco que agora fazem parte da Sonae Arauco e que reportam as suas atividades à Comissão de Auditoria e Finanças e ao Conselho Fiscal.

Além disso, de modo a cumprir com as melhores práticas comportamentais relacionadas com as regulações “*anti trust*” para os negócios na América do Norte, a Auditoria Interna e a Gestão de Risco e as funções de Gestão de Risco Operacional para a Tafisa Canada foram internalizados pela Tafisa Canada. Pelas mesmas razões, os sistemas de Tecnologia da Informação da Sonae Arauco e da Tafisa Canada foram segregados e a Tafisa Canada encontra-se em fase de transição para uma infraestrutura de sistemas da Tecnologia da Informação mais independente. Deve ainda ser realçado que a respeito da contabilidade e das funções administrativas, a Tafisa Canada mantém a sua independência como anteriormente, uma vez que o Canadá nunca tinha sido incluído no âmbito do Centro de Serviços Partilhados (que agora se encontra sob a responsabilidade da Sonae Arauco).

O controlo interno e a gestão de riscos são importantes componentes da cultura da Sonae Indústria e encontram-se integrados nos processos de gestão e da responsabilidade de todos os colaboradores do Grupo, em todos os níveis da organização. São apoiados e suportados por funções transversais ao Grupo com destaque para a Gestão de Risco, Auditoria Interna e Planeamento e Controlo de Gestão, através de equipas especializadas.

A função de **Gestão de Risco** tem por missão apoiar as empresas a atingirem os seus objetivos de negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades. Têm ainda por objetivo promover a consistência de princípios, conceitos, metodologias e ferramentas de avaliação e gestão de risco de todas as unidades de negócio do Grupo.

A função de **Auditoria Interna** tem por missão identificar e avaliar de forma independente e sistemática o adequado funcionamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, assim como a efetividade e eficácia da implementação de controlos e de ações de mitigação, informando e alertando regularmente o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal para observações e recomendações mais relevantes e identificando oportunidades de melhoria.

A função de **Planeamento e Controlo de Gestão (PCG)** promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo de gestão das empresas. Este departamento, apoiado em sistemas de informação, produz relatórios e análises com informações operacionais, financeiras e relacionadas com questões de conformidade. Através do seu Manual de Procedimentos, garante e define um conjunto de regras e procedimentos relativamente aos processos de planeamento, reporte, contas de gestão e processo de aprovação de investimentos.

Existe um conjunto de atividades de controlo, tais como: aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões do desempenho operacional, segurança dos ativos e segregação de funções. A informação pertinente é identificada, recolhida e comunicada, num determinado prazo e de tal forma que permita que os colaboradores possam cumprir as suas responsabilidades.

A Sonae Indústria mantém uma equipa corporativa responsável para o Planeamento e Controlo de Gestão, em paralelo com a equipa da Sonae Arauco.

Como acontece com a Auditoria Interna e a Gestão de Risco, a Contabilidade, Administração e Serviços de transação são provisionados pelos serviços de contabilidade centralizados da Sonae Arauco e pelo **Centro de Serviços Partilhados (SSC)**, fornecendo serviços de contabilização e de administração a todas as associadas, com a exceção da Tafisa Canada, ajudando assim a garantir o alinhamento de políticas e reforçando os procedimentos e controlos.

Os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela atividade de Auditoria Externa.

A Sonae Indústria tem um nível razoável de confiança no sistema de controlo interno implementado, embora será alvo de revisão durante 2017, à luz da nova parceria Sonae Arauco. A comunicação da Visão, Valores e Princípios na organização reforça a importância do comportamento ético. A existência de um Código de Conduta e de um instrumento Whistleblower (comunicação de irregularidades), aumentam a cultura de controlo da organização.

51. Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade

É da responsabilidade do Conselho de Administração a criação das estruturas e serviços necessários a garantir que o sistema de controlo interno e de gestão de riscos funciona adequadamente. Para esse efeito, o Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças, monitoriza as atividades da Auditoria Interna e da Gestão de Risco.

As funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco reportam ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças cujo presidente é um administrador independente. São realizadas reuniões com os vários órgãos para discussão e revisão dos assuntos de Auditoria Interna e de Gestão de Risco, pelo menos duas vezes por ano. Estes órgãos, sempre que o entendam, podem solicitar-lhe as informações e esclarecimentos, que entendam por conveniente.

No âmbito das competências do Conselho Fiscal inclui-se a fiscalização da eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria, tendo este órgão acesso a todos os documentos que solicite e o contacto que entender com os responsáveis dos respetivos departamentos, recebendo os relatórios relativos aquelas atividades.

São apresentados ao Conselho Fiscal os planos anuais de trabalho da atividade de Auditoria Interna e Gestão de Risco, podendo o Conselho Fiscal pronunciar-se sobre os mesmos, bem como sobre a adequação dos recursos afetos a estas atividades.

O Auditor Externo verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno de acordo com um plano de trabalho alinhado com o Conselho Fiscal, a quem igualmente reporta as conclusões apuradas.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

A Sonae Indústria é uma organização que assenta na integridade dos seus princípios e em valores éticos, descritos no código de conduta da empresa que foi distribuído por todos os seus colaboradores, que são também promovidos pelo topo da hierarquia.

Os diversos órgãos de gestão da sociedade são o resultado de uma filosofia de gestão e estilo de atuação que se baseia numa forte estrutura organizativa com uma atribuição adequada de autoridade e de responsabilidades. Políticas e procedimentos adequados na área de recursos humanos e a existência do Código de Conduta constituem parte integrante desta estrutura.

A Sonae Indústria enfrenta uma diversidade de riscos, internos e externos, que têm de ser avaliados, e a este respeito a empresa tem implementado uma cultura de prevenção e de deteção preventiva. Foi concebido um sistema integrado de gestão transversal de risco (*Enterprise-Wide Risk Management Framework*), o qual é atualizado periodicamente. Adicionalmente, é da responsabilidade de cada uma das áreas funcionais do Grupo o controlo e acompanhamento dos riscos inerentes às respetivas funções.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade

- **Riscos Macroeconómicos**

A atividade desenvolvida pela Sonae Indústria está condicionada pela conjuntura macroeconómica e pelos perfis dos mercados onde atua. Os produtos das participadas da Sonae Indústria são fundamentalmente *commodities*, com a natureza de bens duráveis, que se destinam maioritariamente aos setores da construção e do mobiliário. Deste modo, a atividade operacional do Grupo é cíclica, estando positivamente correlacionada com os ciclos da economia em geral e, em particular, com a evolução dos referidos setores. Nesta medida, os negócios da Sonae Indústria e das suas participadas podem ser negativamente afetados por períodos de recessão económica, em particular, pela deterioração do nível de consumo das famílias que, por sua vez, é influenciado, entre outros, pelas políticas salariais praticadas, pelos níveis de desemprego existentes, assim como pelos níveis de confiança e de proteção social prevalentes. A disponibilidade de crédito na economia, pelo impacto potencial que tem no mercado imobiliário, também é relevante para o negócio da Sonae Indústria. A Sonae Indústria, através das suas subsidiárias, está fortemente presente em mercados internacionais, onde produz e vende, os quais contribuem em cerca de 80% para o seu volume de negócios consolidado. Os seus mercados mais importantes são a Zona Euro, América do Norte (nomeadamente Canadá e Estados Unidos) e África do Sul. Estes mercados apresentam perfis macroeconómicos, políticos e sociais distintos e, como tal, vêm registando padrões diferentes de reação à crise económica e financeira mundial. De facto, o ritmo a que os diversos mercados saíam da crise atual está dependente de variáveis que o Grupo não controla. De igual modo, a eventual ocorrência de tensões políticas e/ou sociais e/ou religiosas em qualquer dos mercados poderá ter impactos materiais nas operações e na situação financeira da Sonae Indústria que não é possível estimar.

- **Concorrência**

A atividade desenvolvida pela Sonae Indústria está sujeita a desafios importantes no quadro do setor mundial de painéis derivados de madeira, na medida em que está sujeita a uma forte concorrência em todos os mercados onde se encontra presente (nomeadamente na Península Ibérica, na Alemanha, no Canadá e na África do Sul), a qual pode ter efeitos adversos na situação financeira e nos resultados do Grupo na medida em que a abertura de novas fábricas concorrentes e/ou a adoção de uma política de preços mais agressiva por esses concorrentes pode vir a implicar uma diminuição do volume de negócios e/ou a necessidade de revisão dos níveis de preços praticados pelas participadas da Sonae Indústria, com impacto na rentabilidade e sustentabilidade das suas operações. A base diversificada de ativos da Sonae Indústria, com exposição geográfica a diversos mercados Europeus mas também ao mercado da América do norte, sul-africano e ainda a outros mercados servidos pela

via de exportações, o esforço de focalização em produtos de maior valor acrescentado como forma de diferenciação e o esforço de contenção de custos como parte de uma estratégia já a ser implementada, poderão permitir defender a posição competitiva da Empresa e o cumprimento dos seus objetivos enquanto *player* de referência no setor mundial dos painéis derivados de madeira.

- **Risco de continuidade dos negócios**

Alguns dos negócios desenvolvidos pela Sonae Indústria poderão necessitar de investimentos adicionais, cujas condições de realização poderão estar condicionadas pelo enquadramento financeiro, pelo seu nível atual de endividamento e pela evolução da sua atividade e das suas participadas. O financiamento da componente adicional poderá ser efetuado por recurso a capitais próprios e/ou alheios. A Sonae Indústria não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos, ou que o sejam nas condições pretendidas. No caso da necessidade de recurso a capitais alheios, o enquadramento macroeconómico e financeiro atual apresenta um conjunto de constrangimentos, nomeadamente a escassez de liquidez e o consequente aumento dos *spreads* cobrados às empresas, que pode condicionar ou inviabilizar o acesso ao crédito. Mesmo num caso de retoma, o ritmo e forma como a mesma se efetuar reveste-se de um grau de incerteza considerável, pelo que o financiamento de eventuais investimentos futuros da Sonae Indústria e/ou das suas participadas não pode ser dado como garantido.

- **Risco da estrutura de custos**

Estando a atividade industrial no sector dependente da existência de unidades fabris de dimensão considerável, a estrutura de custos consolidada da Sonae Indústria apresenta uma componente fixa, ou seja, não dependente do maior ou menor volume de vendas conseguido, significativa e sobre a qual o Grupo apenas consegue atuar através de iniciativas de reestruturação ou de aumento da eficiência. Um volume de negócios ou uma margem bruta de vendas insuficientes para compensar os custos fixos existentes poderão determinar o registo de perdas pela Sonae Indústria e suas participadas.

Por outro lado, a estrutura de custos variáveis das participadas da Sonae Indústria, nomeadamente no que se refere às matérias-primas, entre as quais se destaca a madeira, químicos e papel seco, está exposta a fatores externos (não controlados pela empresa) que impactam positiva ou negativamente a disponibilidade dessas mesmas matérias-primas, bem como os respetivos preços de aquisição. Em particular, o risco de acesso a madeira, como matéria-prima essencial ao processo produtivo, em condições de quantidade, tipo, qualidade e preço adequados pode condicionar não só a capacidade dessas empresas para fornecer aos seus clientes os produtos no momento e nas condições acordadas, como também afetar a rentabilidade esperada aquando da definição do preço de venda dos produtos aos seus clientes. Num cenário extremo, a impossibilidade de acesso a madeira em quantidades suficientes poderá determinar a interrupção temporária de produção na unidade industrial afetada, com consequências relevantes na sua rentabilidade operacional. Como forma de mitigar este risco, a Sonae Indústria tem procurado diversificar as fontes de fornecimento e os tipos de madeira utilizada, nomeadamente através da utilização de resíduos reciclados, da introdução nos processos de diferentes espécies de madeira e subprodutos alternativos.

- **Riscos tecnológicos**

A capacidade da Sonae Indústria em desenvolver e oferecer produtos de maior valor acrescentado, em condições competitivas a nível mundial, assume-se cada vez mais como um objetivo crucial no contexto atual do setor de derivados de madeira. Estes desenvolvimentos estão dependentes de evoluções tecnológicas, que podem ser difíceis de prever e acompanhar. A eventual incapacidade de a Sonae Indústria acompanhar ou de se antecipar ao avanço tecnológico, ou de prever a receptividade de novos produtos, poderá afetar o seu negócio e os resultados das suas operações.

- **Riscos operacionais**

Na sua atividade, a Sonae Indústria está sujeita a determinados riscos operacionais, sobretudo ao nível da produção industrial das suas participadas. Múltiplos fatores, não diretamente controláveis pela Sonae Indústria, nem pelas suas participadas, poderão levar a interrupções de produção com efeitos potencialmente negativos

na respetiva operação e, conseqüentemente, na sua situação financeira e nos seus resultados. O fabrico de painéis derivados de madeira é uma atividade industrial com um risco operacional muito significativo, por estar sujeito a acidentes envolvendo incêndio e explosão. Conseqüentemente, a gestão de risco operacional é uma preocupação central da Sonae Indústria, que assume uma postura ativa na implementação de normas e das melhores práticas, bem como na escolha de sistemas capazes de reduzir os riscos industriais. Para além destes, falhas materiais nas políticas de gestão e controlo dos riscos operacionais podem vir a afetar o negócio Grupo e os resultados das suas operações.

- **Riscos financeiros**

O principal **risco financeiro** que o negócio da Sonae Indústria enfrenta, é o **risco de crédito** associado à sua carteira de clientes. O risco de crédito da carteira de clientes, essencialmente por falta de liquidez, consiste no risco de um cliente pagar mais tarde ou não pagar os bens ou serviços adquiridos. Os sistemas de controlo de risco de crédito do Grupo Sonae Indústria têm como principal objetivo garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas. Entre outros procedimentos implementados pela Sonae Indústria para mitigar este risco, a Sonae Indústria utiliza o seguro de crédito, que surge como ferramenta obrigatória para a mitigação deste risco em todas as geografias onde se encontra e onde este instrumento está disponível. Nas situações pontuais em que não conseguimos mitigar o risco via seguro de crédito, são procuradas soluções alternativas e/ou complementares (tais como garantias bancárias, cartas de crédito e *confirming* entre outras) com os nossos clientes visando a concretização de maiores volumes de negócio num ambiente de risco controlado e mínimo. Se não for possível obter-se qualquer cobertura de risco para um determinado cliente ou operação, um processo interno detalhado e pormenorizado foi desenvolvido visando analisar toda e cada uma das vertentes de um negócio em particular de modo a podermos tomar uma decisão informada e completa sobre a assunção de um eventual auto-risco de crédito.

Nenhum cliente da Sonae Indústria, incluindo os clientes da Sonae Arauco representa mais do que cerca de 7% do seu volume de negócios agregado (considerando 100% do volume de negócios da Sonae Arauco).

A **existência de covenants** nos contratos de financiamento da Sonae Indústria também representa um risco financeiro. O principal contrato de financiamento da Sonae Indústria inclui um rácio máximo de Dívida Líquida para o EBITDA, calculado com base nas contas auditadas da Tafisa Canada a partir de 31 de dezembro de 2016 e ainda a limitação de um máximo de endividamento financeiro sobre a Sonae Indústria (contas individuais). Num empréstimo diferente, a Sonae Indústria compromete-se a um nível mínimo de “Capitais Próprios para o Total do Ativo”, calculado com base nas suas contas consolidadas auditadas. O não-cumprimento destes rácios financeiros poderia determinar uma situação de incumprimento nos referidos contratos de refinanciamento, o que poderia ter como consequência a sua resolução antecipada, incluindo o reembolso imediato da dívida associada.

- **Riscos económicos**

Os riscos económicos em que a Sonae Indústria incorre são: risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de liquidez.

O **risco da taxa de juro** advém da proporção relevante de dívida a taxa variável e dos conseqüentes *cash flows* de pagamento de juros. Regra geral a Sonae Indústria não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o “cash flow operacional antes de juros líquidos”, que cria um *hedging* natural ao nível do “cash flow operacional após juros líquidos” para a Sonae Indústria. Como exceção a esta política geral sobre gestão de risco de taxa de juro, a Sonae Indústria pode contratar derivados de taxa de juro, os quais devem respeitar uma série de princípios que se identificam (i) não utilização com objetivos de trading, geração de rendimentos ou fins especulativos; (ii) contratação preferencial com instituições financeiras com *rating* mínimo Investment Grade; (iii) replicar exatamente as exposições subjacentes no que diz respeito às datas de liquidação e indexantes de base; e (iv) o seu custo financeiro máximo (derivado+ exposição subjacente) deverão ser sempre conhecidos e limitados desde o início da contratação do derivado. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica de resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

O **risco da taxa de câmbio** resulta do facto da Sonae Indústria constituir um Grupo geograficamente presente em três continentes diferentes existindo, por isso, transações e saldos em libra inglesa, rand sul-africano, dólar canadiano, dólar americano, franco suíço e zloty polaco. As demonstrações consolidadas de posição financeira e a demonstração de resultados encontram-se assim expostas a risco de câmbio ao valor do capital investido em subsidiárias de fora da Zona Euro. As subsidiárias da Sonae Indústria encontram-se expostas ao risco associado às transações comerciais efetuadas em divisa diferente da sua divisa local). O risco de transação emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com *cash flows* denominados em divisa que não a divisa funcional de cada uma das subsidiárias. Os *cash flows* das empresas do Grupo são largamente denominados nas respetivas divisas locais. Isto é válido independentemente da natureza dos *cash flows*, ou seja, operacional ou financeira, e permite um grau considerável de *hedging* cambial natural, reduzindo o risco de transação do Grupo. Alinhado com este princípio, geralmente as subsidiárias da Sonae Indústria apenas contratam dívida financeira denominada na respetiva divisa local. Adicionalmente, sempre que existem fluxos de negócio relevantes denominados em uma divisa diferente da divisa local da subsidiária, uma estratégia natural de cobertura pode ser implementada, se viável de uma perspetiva de negócio, procurando compensar as compras (pagamentos) ou vendas (recebimentos) nessa mesma divisa, com as vendas (recebimentos) e compras (pagamentos) na mesma divisa para montantes similares. Em situações onde existe risco da taxa de câmbio relevante, em resultado da atividade operacional envolver divisas diferentes das divisas de cada subsidiária, o que não pode naturalmente ser coberto, o risco cambial deve, regra geral, ser mitigado pela subsidiária exposta ao risco da taxa de câmbio, pela contratação de derivativos cambiais.

O risco de conversão monetária (translação) emerge do facto de, no âmbito da preparação das contas consolidadas do Grupo, as demonstrações financeiras das subsidiárias com moeda funcional diferente da moeda de relato das contas consolidadas (Euro), terem de ser convertidas para Euros. Uma vez que as taxas de câmbio variam entre os períodos contabilísticos e uma vez que o valor dos ativos e passivos das subsidiárias não são coincidentes, introduz-se volatilidade nas contas consolidadas devido ao facto de a conversão ser efetuada em períodos diferentes a taxas de câmbio diferentes.

O **risco de liquidez** emerge quando uma empresa não tem as verbas necessárias ou o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis. A gestão do risco de liquidez na Sonae Indústria concentra-se principalmente: no planeamento financeiro consistente, na diversificação de fontes de financiamento, na diversificação de maturidades da dívida emitida e em acordos para garantir comprometidas linhas de crédito com bancos de relacionamento. Ainda, com vista à mitigação do risco de liquidez, é objetivo da Sonae Indústria a exclusão, sempre que possível, dos seus acordos de empréstimo de rácios financeiros baseados em indicadores de rentabilidade como a Dívida Líquida e o EBITDA. Este objetivo tem em conta a ciclicidade do setor dos painéis derivados de madeira, o que se traduz em níveis de rentabilidade altamente variáveis com impactos nos referidos rácios financeiros, em diferentes fases do ciclo económico.

- **Riscos Legais e Regulatórios**

Relativamente aos **riscos jurídicos**, o principal risco da atividade do Grupo prende-se com alterações legislativas que possam ocorrer ao nível do exercício da atividade (legislação ambiental e do trabalho, entre outras) que podem onerar o exercício da atividade afetando a sua rentabilidade.

As atividades da Sonae Indústria e suas subsidiárias e empresas associadas estão, enquanto atividades industriais, sujeitas a uma moldura regulatória em vários domínios, que inclui regulamentação nacional, diretivas emitidas pela União Europeia e acordos internacionais, a cujo cumprimento a Sonae Indústria se encontra obrigada e que poderão influenciar as suas decisões de gestão e estratégia. Com efeito, a Sonae Indústria, através das suas subsidiárias e empresas associadas, não só está sujeita a enquadramentos legais distintos, como está sujeita a legislação em diferentes domínios como o da atividade industrial e florestal, ambiental, trabalho, segurança e saúde, construção e habitação, urbanismo, entre outros. O não cumprimento de tais regulamentações poderá resultar em restrições operacionais, necessidades de investimento ou até na revogação de licenças, autorizações ou concessões e/ou em sanções. Eventuais alterações regulatórias, legislativas, da respetiva interpretação por qualquer entidade competente, de posicionamento das autoridades ou dificuldades no cumprimento de novas leis e regulação poderão vir a impor custos de adaptação acrescidos, nomeadamente

fabris e operacionais, ou limitar as respetivas receitas de exploração, o que poderá ter um impacto adverso na atividade e resultados das operações da Sonae Indústria e das suas participadas. São dignas de referência as revisões regulamentares em curso referentes à reclassificação da perigosidade da substância formaldeído, no âmbito da Regulamentação REACH¹, assim como a definição das melhores técnicas disponíveis no âmbito da implementação da Diretiva Europeia relativa às Emissões Industriais². No caso da revisão da classificação do formaldeído – substância utilizada no fabrico das resinas de base ureia-formaldeído, que integram a maioria dos produtos que compõem o portfólio da Sonae Indústria – existe já uma recomendação para reclassificar esta substância como cancerígena da categoria 1B (substância potencialmente cancerígena para o ser humano, sobretudo com base em provas obtidas com animais)³. A reclassificação da substância entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016. Esta reclassificação poderá ter consequências tanto na definição dos atuais sistemas de tratamento das emissões para a atmosfera das operações industriais da Sonae Indústria, como ao nível das restrições em termos de concentrações desta substância em ambientes de trabalho. Estes tipos de alterações podem conduzir a necessidades adicionais de investimentos por parte da Sonae Indústria nas suas unidades industriais. Embora a proibição de utilização industrial da substância formaldeído seja um cenário teórico possível, não se considera provável, sendo de esperar que as alterações regulamentares se foquem na imposição de restrições tais como as que foram descritas anteriormente. No caso da definição das melhores técnicas disponíveis para o sector de produção de painéis derivados de madeira, a Sonae Indústria admite a possibilidade de tais alterações poderem conduzir a necessidades adicionais de investimento, num período de dois a quatro anos, com o objetivo de incorporar algumas das técnicas preconizadas para o sector que não são ainda prática corrente.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

A Gestão dos riscos é um pilar importante da cultura da Sonae Indústria e é apoiada, principalmente, pelas funções de Auditoria Interna e de Gestão de Risco.

A Auditoria Interna é desenvolvida como uma atividade independente e objetiva, que visa auxiliar a Sonae Indústria a atingir os seus objetivos, participando no processo de criação de valor. Utiliza uma abordagem sistemática e estruturada para avaliar e melhorar a eficácia da gestão de risco, dos processos de controlo interno e do governo da sociedade.

A Auditoria Interna atua em conformidade com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (*International Standards for the Professional Practice of Internal Auditing*), estabelecidas pelo Instituto de Auditores Internos (*Institute of Internal Auditors*), incluindo o respetivo Código de Ética.

A Auditoria Interna reporta à Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC) e ao Conselho Fiscal.

O planeamento da atividade da Auditoria Interna é essencialmente desenvolvido com base numa avaliação prévia e sistemática dos riscos dos negócios da Sonae Indústria. O plano anual da atividade de Auditoria Interna de 2016 foi previamente aprovado pela Comissão Executiva e apresentado à Comissão de Auditoria e Finanças e ao Conselho Fiscal.

Periodicamente são preparados e enviados à Comissão de Auditoria e Finanças e ao Conselho Fiscal da Sonae Indústria relatórios descritivos da atividade de Auditoria Interna, o qual inclui o resumo das principais deficiências de controlo interno e de incumprimentos dos procedimentos e políticas definidas pela sociedade.

O sistema de reporte implementado garante um feedback regular, uma revisão adequada das atividades desenvolvidas e a possibilidade de ajustar o plano de atividades às necessidades emergentes.

¹ Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals; Regulamento (CE) n.º 1907/2006, de 18 de dezembro ou Decreto-lei n.º 293/2009, de 13 de outubro.

² Diretiva n.º 2010/75/EU.

³ Em experiências com animais relativamente às quais existem provas suficientes para demonstrar a carcinogenicidade para os animais (suposto cancerígeno para o ser humano).

A Comissão de Auditoria e Finanças e o Conselho Fiscal são responsáveis por supervisionar a eficácia da função de Auditoria Interna. Nesse sentido, a Auditoria Interna desenvolveu um programa de garantia e promoção da qualidade, que contempla análises contínuas e regulares, bem como avaliações periódicas da qualidade conduzidas a nível interno e externo.

A **Gestão de Risco** é uma das componentes da cultura da Sonae Indústria, está presente em todos os processos de gestão e é uma responsabilidade de todos os gestores e colaboradores, aos diferentes níveis da organização.

A Gestão de Risco compreende os processos de identificação dos riscos potenciais, analisando o seu possível impacto nos objetivos estratégicos da organização e prevendo a probabilidade da sua ocorrência, de modo a determinar a melhor forma de gerir a exposição a esses riscos.

A gestão do risco encontra-se compreendida na função de **Auditoria Interna e de Gestão de Riscos**.

Este departamento está focado na promoção de uma cultura de consciência de risco ao longo da organização e em coordenação com as atividades de gestão de risco e os respetivos relatórios de resultados. É ainda responsável pela implementação da metodologia *Enterprise Wide Risk Management* (EWRM), identificando, avaliando e priorizando os riscos e o seu potencial impacto nas atividades da organização.

O Modelo de Risco da empresa, agrega os riscos do negócio em três categorias (Riscos de Envolvente de Negócio, Riscos do Processo de Negócio e Riscos da Informação para a Tomada de Decisão), e contém a quantificação da Relevância (impacto no EBITDA e na eficiência operacional), assim como da Probabilidade (a frequência da ocorrência do acontecimento ou do cenário) de riscos críticos para a Sonae Indústria.

A gestão dos riscos financeiros, enquadrada nos riscos do processo do negócio, é efetuada e monitorizada no âmbito da atividade da função financeira.

A gestão do risco também coopera com a gestão de seguros, a qual tem como objetivo assegurar uma gestão mais eficiente e efetiva das várias políticas de seguros do Grupo, de forma a mitigar os riscos de seguros.

Realiza-se uma abordagem geral que procura assegurar uma cobertura adequada e equilibrada do risco operacional, através da transferência deste para os nossos parceiros de seguros. A Sonae Indústria desenvolveu vários programas de seguro para colocação do risco no mercado, visando a cobertura de:

- Danos patrimoniais (incluindo avaria de máquinas) e Perdas de Exploração;
- Danos nos transportes;
- Danos causados a terceiros (Responsabilidade de produto, civil e ambiental);
- Risco de Crédito;
- Acidentes de trabalho.

A Sonae Indústria adota apólices de seguro globais e locais como suporte aos processos de gestão de risco, que melhor abordem riscos e tópicos específicos e está empenhada em melhorar, quer a proteção dos seus ativos, quer os níveis de prevenção, para reforçar a parceria com o mercado segurador.

O fabrico de painéis derivados de madeira é uma atividade industrial com um risco operacional muito significativo, quer de incêndio, quer de explosão. Consequentemente, a gestão de risco operacional é atribuído a um departamento específico, desenvolve a sua atividade na implementação de normas e na escolha de sistemas passíveis de redução dos riscos das unidades industriais.

Os serviços de Auditoria Interna e a Gestão de Risco, incluindo a Gestão de Risco Operacional, para todas as entidades da Sonae Indústria, exceto para a Tafisa Canada que internalizou estas funções, são provisionados por equipas da Sonae Arauco.

Gestão de Risco Operacional

Uma gestão apropriada dos riscos operacionais é fundamental para se prevenir acidentes industriais. Isto é uma componente chave da cultura do Grupo e encontra-se presente em todos os processos de gestão, formando parte da responsabilidade delegada dos gestores e dos colaboradores em todos os níveis.

A gestão do risco operacional engloba o processo de identificação de potenciais riscos, analisando o seu possível impacto nos objetivos estratégicos da organização e procurando formas de minimizar a probabilidade da sua materialização. As atividades e os projetos desenvolvidos durante 2016 visaram alcançar um risco ambiental controlado, com o objetivo de aumentar a proteção dos ativos essenciais, bem como de reforçar as atividades de prevenção de perdas.

Os serviços de Gestão de Risco Operacional, para todas as entidades da Sonae Indústria, são provisionados por equipas da Sonae Arauco, com a única exceção da Tafisa Canada que internalizou esta função, com equipas independentes e dedicadas.

A Sonae Indústria criou também uma função em progresso de **Melhoria Contínua**, um programa apoiado por um especialista de Melhoria Contínua da Sonae Arauco, que promove a implementação das melhores práticas de melhoria contínua que potenciam a eficiência e a produtividade em todo o grupo, mudando gradualmente a cultura de todos os colaboradores da empresa. O seu objetivo é promover que todas as operações, através dos seus colaboradores, desempenhem mais rápido e eficientemente as suas funções, não só na área industrial, mas também nas áreas de suporte e comercial.

A Gestão de Risco Operacional: 2016 em análise

Foram desenvolvidas várias atividades de Gestão de Risco Operacional em 2016, mantendo-se o foco nos cinco pilares estruturais que foram definidos para melhorar ainda mais o desempenho global de segurança: Programas de formação, Gestão de riscos, Melhoria de processos, Investigação e relatório de incidentes e Auditorias integradas. Estes foram a base das ações lançadas e implementadas em 2016. Considerando os riscos operacionais dos processos industriais da empresa, particular atenção foi dada à Gestão de riscos e aos pilares dos Processos de melhoria durante o último ano.

Normas Corporativas de Risco Operacional (CORS)

As existentes CORS são um contributo importante do programa de Gestão de Riscos. Estes programas foram desenvolvidas com referência às normas internacionais, como NFPA⁴ e/ ou fichas da FM⁵, tendo sido consideradas as melhores práticas de engenharia de proteção contra incêndios na Sonae Indústria, assim como da indústria da madeira. Estas foram validadas em conjunto com técnicos externos de vários níveis, especialistas da gestão de risco e do mercado de seguros. Estes visam garantir a homogeneização dos processos e procedimentos em todas as geografias com vista a melhorar a gestão do risco operacional, deixando pouco ou nenhum espaço para a incerteza.

As Normas Corporativas de Risco Operacional (CORS) estão divididas em três áreas:

1. Programas de Gestão e Procedimentos:

- Melhores práticas da indústria no que se refere a medidas de Prevenção de Perdas que envolvem o elemento humano;
- Preparação para emergências;
- Programas de Gestão (manutenção, equipamento para inspeções, formação, subcontratados, limpeza).

2. Sistemas de Proteção contra Incêndios:

- Referência a normas reconhecidas internacionalmente, nomeadamente NFPA.
- Requisitos gerais na deteção e proteção contra incêndio em instalações industriais, especificações do abastecimento de água para incêndios e características dos materiais de construção;

⁴ National Fire Protection Association.

⁵ Factory Mutual.

- Integração de uma parte para práticas de vigilância (hardware).

3. Riscos Especiais:

- Conhecimento desenvolvido mundialmente na deteção de incêndios e proteção inerente à indústria de painéis de madeira: manuseamento e transporte de partículas molhadas e secas, secadores, prensas, etc;
- Questões específicas como as referentes às instalações de óleo térmico e hidráulico, armários e quadros elétricos ou transformadores.

Com o objetivo de complementar as normas acima, foi sendo desenvolvido em cooperação com o departamento de Gtech (*"Group Technology"*), normas específicas que definem o conceito de proteção ideal por tipo de equipamento industrial. O reforço dos pilares de Gestão de Riscos reflete as melhores práticas e as recomendações dos fornecedores de equipamentos. Estas normas agilizam o processo de aprovação de investimentos, uma vez que as unidades industriais já têm a especificação relativa à instalação, e promovem a normalização dos sistemas.

No âmbito do pilar de Melhoria Contínua e para prevenir risco de explosões, foram realizados investimentos significativos em diferentes unidades industriais ao longo de 2016. Trata-se da materialização do programa, o qual foi definido após uma avaliação técnica das medidas de proteção existentes.

INSPEÇÕES

Inspeções Externas

As unidades industriais, em cada geografia, são avaliadas por engenheiros de risco das companhias de seguro que lideram a apólice de seguro vigente em cada país. Dependendo das geografias, e companhias de seguro, este processo de avaliação de risco têm carácter anual ou trienal.

Resultado destas avaliações traduz-se em recomendações que continuam a ser calendarizadas no Plano de Risco de cada unidade industrial.

Inspeções Internas

No seguimento da mudança para programas locais, e de forma a estabelecer um critério de avaliação entre todas as unidades industriais, foi implementado um processo interno, uniforme, de avaliação na área de Segurança, Gestão de Risco Operacional e Ambiente.

O resultado das visitas é reportado bem como é efetuado o seguimento das recomendações identificadas.

Plano de Risco

Todos os planos individuais das fábricas definem um conjunto de medidas a tomar, visando o cumprimento das Normas Corporativas de Risco Operacional, das diretrizes corporativas publicadas e das recomendações resultantes das inspeções internas. Os principais objetivos são:

- Melhorar o nível de risco das instalações da Sonae Indústria, fomentando uma maior segurança das pessoas e dos ativos, minimizando eventuais períodos de interrupção de negócio;
- Obter um retorno financeiro, refletido no prémio do seguro (a demonstração real da preocupação com a prevenção de danos);
- Constituir a base para a preparação do orçamento anual para o investimento em medidas de Prevenção de Danos e estabelecer prioridades, com base no impacto na Prevenção de Danos.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Art. 245º - A, nº1 al. m))

Para a Sonae Indústria, o ambiente de **controlo interno** implementado e que abrange também o processo de elaboração e de divulgação de informação financeira, é um conjunto transversal de procedimentos implementados pelos órgãos executivos do Grupo, que suportados em princípios de coerência, consistência, transparência, responsabilização, honestidade, integridade, fiabilidade e relevância, visa, neste particular, verificar a fiabilidade, a exatidão e a fidedignidade da informação financeira, o cumprimento das normas e regulamentos contabilísticos sem deixar de promover a eficácia operacional. O sistema de controlo interno procura garantir as boas práticas de gestão e procedimentos, o cumprimento das políticas estabelecidas pela gestão e assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do reporte financeiro.

Neste sistema global de controlo interno, o primeiro ponto de controlo do Grupo tem a ver com a organização, com os procedimentos e com as tarefas relacionadas com os processos de decisão e execução e que acabam por se traduzir, numa lógica sistemática, controlada e validada à autorização das operações pela gestão.

Cabe depois tentar assegurar que essas operações de gestão se traduzem em procedimentos e movimentos relacionados com registos contabilísticos e financeiros que, em resultado, são elaborados no sentido de proporcionar um nível de certeza razoável de que as operações são executadas de acordo com uma autorização geral ou específica da gestão, que as operações são registadas de forma a permitir a adequada preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a manterem o registo contabilístico adequado da situação financeira da sociedade. A evidência contabilística da situação financeira da sociedade é comparada, em intervalos de tempos frequentes, com os ativos e passivos existentes e medidas apropriadas são tomadas sempre que quaisquer diferenças materialmente relevantes sejam verificadas.

A fiabilidade, independência, integridade e a oportunidade da informação financeira são garantidas quer através da clara separação entre quem executa as operações, prepara a informação e os seus utilizadores internos (e naturalmente externos), quer pela realização de diversas atividades de controlo ao longo do processo de preparação, validação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado. Os riscos, tarefas e controlos associados estão identificados, individualizados e segregados sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- A utilização de princípios contabilísticos consistentes e conformes com as normas em vigor, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras e que constam de documento formal da sociedade - "Políticas Contabilísticas do Grupo"- permanentemente atualizado e validado pela Comissão de Auditoria e Finanças e provado pelo Conselho de Administração;
- Os planos, procedimentos e registos das sociedades do Grupo permitem uma garantia razoável que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que as sociedades mantêm registos atualizados de ativos e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;
- A informação financeira, contabilística e de gestão, é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de elaboração e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma e partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas no documento de políticas contabilísticas do Grupo e utilizadas em períodos anteriores;

- Ao nível das sociedades individuais, com a exceção da Tafisa Canadá que realiza o seu próprio registo contabilístico, os registos contabilísticos são assegurados pelo Centro de Serviços Partilhados da Sonae Arauco que garante o controlo e consistência do registo das transações dos processos de negócio e dos saldos das contas de ativos, passivos e capitais próprios. A preparação das demonstrações financeiras é assegurada pelas diferentes funções dos serviços administrativos. O cumprimento das normas e do cronograma acima apresentado garante a transversalidade consistente dos critérios e a deteção atempada de eventuais desvios ou imprecisões em registos. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Técnicos Oficiais de Contas de cada uma das sociedades e revistas pelas funções de Controlo de Gestão, da Consolidação e ainda pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Conselho Fiscal da Sonae Indústria;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade mensal. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transações entre as sociedades do Grupo;
- No processo de avaliação de risco da sociedade, a Management Committee identifica permanentemente os riscos relevantes à preparação de demonstrações financeiras de forma a assegurar que estas apresentam, em tudo o que for entendido como relevante, uma imagem verdadeira e apropriada a situação em cada momento da sociedade. A análise pormenorizada mensal das demonstrações financeiras visa assegurar que, no que é materialmente relevante, estas refletem os riscos, eventos e circunstâncias externos e internos que impactam no período de reporte.
- O Relatório de Gestão é preparado pelo departamento de Relações com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte. O Relatório de Governo da Sociedade é também preparado pelo mesmo departamento mas em estreita colaboração com o departamento legal;
- As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas sob a supervisão da Management Committee. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae Indústria, já depois de terem sido preliminarmente verificados com o Revisor Oficial de Contas. Depois da aprovação, os documentos são formalmente enviados ao Revisor Oficial de Contas, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa e que são objeto de análise aprofundada e deliberação do Conselho Fiscal;
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o Relatório de Gestão. O Revisor Oficial de Contas apresenta, diretamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças, um sumário das principais conclusões do exame anual efetuado à informação financeira. Pontualmente, e sempre que ocorrem situações cujo impacto material na apresentação das contas seja relevante, o Revisor Oficial de Contas reúne com o Conselho Fiscal para apreciação, discussão e validação das implicações dessas situações na apresentação de contas;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

Entre os fatores de risco que podem afetar materialmente a elaboração e a divulgação do reporte contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:

- Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas no anexo às demonstrações financeiras. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
- Saldos e transações com partes relacionadas – Os saldos e transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados nos anexos às demonstrações financeiras. Estes estão associados sobretudo a atividades operacionais recorrentes do Grupo, bem como à concessão e obtenção de

empréstimos, em ambos os casos, efetuados a preços de mercado e suportados em boas práticas de preços de transferência.

- Cumprimento e atualização de normas e políticas contabilísticas – As políticas contabilísticas emanadas pelos diferentes reguladores estão permanentemente em atualização. As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as últimas versões existentes e sempre que tal impacte nos relatórios de informações financeiras a divulgar, de forma a prevenir que as demonstrações financeiras sejam de alguma forma incompletas, imprecisas ou inoportunas, como referido nas notas às demonstrações financeiras da sociedade.
- Sistemas de informação novos ou revistos ou a sua descontinuidade – A adoção de novos sistemas de informação ou as constantes atualizações dos sistemas de informação existentes poderão impactar na apresentação atempada da informação financeira e na sua fiabilidade e consistência. A atualização permanente dos sistemas de informação de suporte à tomada de decisão é acompanhada por equipas multidisciplinares internas e externas que propiciam um ambiente adequado de controlo. Por outro lado, o risco de a sociedade não estar dotada de uma infraestrutura de tecnologias de informação eficaz e redundante no âmbito dos processos utilizados para definir, desenvolver, manter e operar um ambiente de tratamento de informação adequado e atempado, pode conduzir a situações de perda de informação e/ou de disponibilidade de sistemas e de informação para ser reportada de forma completa em tempo útil. Para minimizar este eventual risco, a sociedade tem vindo a desenvolver e a implementar soluções técnicas de tecnologias de informação que lhe permitem encarar este risco de forma controlada.
- Fraude e Erros Humanos – A situação de fraude em que um indivíduo, ou um grupo de pessoas em conluio, nomeadamente aquelas com cargos de maior responsabilidade na gestão, se envolve na prática de atos fraudulentos relacionados com a preparação da informação financeira podem ser difíceis de detetar, principalmente quanto maior for o nível hierárquico dos intervenientes. A existência de diferentes destinatários internos da informação, nomeadamente ao nível da gestão de topo, do Controlo de Gestão, do departamento de Relações com Investidores e das equipas locais possibilita controlos redundantes e sucessivos que permitem a identificação de eventuais situações de fraude e de erros humanos.
- Relação custo/benefício da existência de um processo de controlo interno - A implementação de um sistema de controlo interno sobre a elaboração e divulgação de informação financeira pode representar um custo que é necessário avaliar face ao benefício. É necessário existir uma relação direta entre os benefícios (segurança) que a sociedade pretende atingir com a implementação de um sistema de controlo interno e a segurança razoável que este poderá proporcionar. A otimização dos processos de negócio, nos quais se insere o processo de elaboração e divulgação de informação de negócio, tem vindo a ser objeto de análise e permanente atualização, em termos de otimização de processos e ambiente de controlo interno, existindo uma responsabilidade efetiva na sociedade com esse objetivo e inserida no departamento de Tecnologias de Informação.
- Transações pouco comuns à sociedade – Por vezes ocorrem transações pouco comuns à sociedade, que por serem excecionais, podem não ser detetadas e sinalizadas atempadamente pelo sistema de controlo interno uma vez que este pode não estar ainda desenhado para lidar com as mesmas. Sempre que essa situação excecional ocorrer, ela é imediatamente identificada a nível local ou consolidado, analisada por diversos departamentos internos e, se for caso disso, com confirmação externa normalmente junto do Auditor externo e/ou peritos.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao Investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

A Sonae Indústria tem um Departamento de Apoio ao Investidor, responsável por gerir a relação entre a Sociedade e os acionistas, investidores, analistas e autoridades de mercado, incluindo a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Trimestralmente, este departamento é responsável por coordenar a preparação da apresentação de resultados a ser divulgada ao mercado, assim como esclarecer, sempre que necessário, quaisquer factos relevantes ou eventos, que possam influenciar o preço da ação. Este departamento está permanentemente disponível para responder a qualquer questão formulada pelo mercado. A sociedade está disponível para reunir com investidores, quer em *roadshows*, em reuniões individuais, que lhe sejam solicitadas, quer em conferências em que participe.

O Departamento de Apoio ao Investidor é composto por 1 colaborador, sendo o seu diretor João Mangericão. Este Departamento pode ser contactado por e-mail, investor.relations@sonaeindustria.com ou por telefone: +351.220.100.655.

57. Representante para as relações com o mercado

O representante legal da Sonae Indústria para as Relações com o Mercado de Capitais é o seu administrador delegado George Christopher Lawrie, que pode ser contactado via Departamento de Apoio ao Investidor, ou, se pretendido, através do e-mail: chris.lawrie@sonaeindustria.com.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

A sociedade mantém um registo dos pedidos apresentados ao Departamento de Apoio ao Investidor e do tratamento que lhe foi dado. Durante o ano de 2016 o Gabinete de Relações com Investidores recebeu contactos e pedidos de esclarecimento por parte de 11 investidores, dos quais 2 não residentes. Em termos globais, o prazo médio de resposta aos pedidos de informação dos investidores foi inferior a 48 horas. Não existiam quaisquer pedidos de informação pendentes de anos anteriores.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço

O sítio da sociedade na Internet é www.sonaeindustria.com.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais

A firma, qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,27> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,27> (versão em inglês)

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Os estatutos da sociedade podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,31> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,31> (versão em inglês)

Os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração, Comissão Executiva e Conselho Fiscal podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,109> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,109> (versão em inglês)

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais pode ser consultada nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,29> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,29> (versão em inglês)

A informação relativa ao representante para as relações com o mercado pode ser consultada nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,30> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,30> (versão em inglês)

A informação relativa ao Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser consultada nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,55> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,55> (versão em inglês)

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais

Os documentos de prestação de contas da sociedade podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,42> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,42> (versão em inglês)

http://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/emit_contas.cfm?num_ent=%25%23D%3FT%21%3D%3C%20%0A

O calendário semestral de eventos societários encontra-se disponível nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,53> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,53> (versão em inglês)

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

As convocatórias das assembleias gerais e toda a informação preparatória e subsequente à mesma são disponibilizadas nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,147> (versão em português)

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=1,0,147> (versão em inglês)

http://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/emit_convocatorias.cfm?num_ent=%25%23D%3FT%21%3D%3C%20%0A

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

O acervo histórico das deliberações tomadas em assembleia geral, o capital representado e os resultados das votações, podem ser consultados nas páginas:

<http://www.sonaeindustria.com/page.php?ctx=2,0,147> (versão em português)

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos dirigentes da sociedade

Conforme estabelecido nos estatutos da sociedade a Assembleia Geral de acionista é responsável por fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais ou de eleger uma comissão para esse efeito. No que respeita aos membros do Conselho de Administração, a Comissão de Vencimentos dialoga com a Comissão de Nomeações e Remunerações do Conselho de Administração, por só assim poder ser garantido que a Comissão de Vencimentos possui, relativamente a cada administrador, mas principalmente no que respeita aos administradores executivos, o necessário conhecimento sobre o desempenho dos mesmos ao longo do exercício.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A Comissão de Vencimentos da sociedade é eleita em Assembleia Geral para mandatos de três anos, tendo sido eleita na Assembleia Geral de 31 de março de 2015 para o mandato 2015-2017. Atualmente a Comissão de Vencimentos é composta pela Efanor Investimentos - SGPS, SA, representada por Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, pela Imparfin, Investimentos e Participações Financeiras, SA, representada por José Fernando Oliveira de Almeida Côrte-Real e pelo Professor José Manuel Neves Adelino.

O Professor José Manuel Neves Adelino é um membro independente da Comissão de Vencimentos.

A participação de Paulo de Azevedo, que é também Presidente do Conselho de Administração, na Comissão de Vencimentos, corresponde à representação do interesse acionista na Comissão de Vencimentos, nela intervindo nessa qualidade. Paulo de Azevedo não participa na discussão nem está presente no ponto da reunião em que é deliberada a sua própria remuneração, garantindo-se assim a necessária imparcialidade e transparência do processo.

Não foi contratada qualquer empresa para apoiar a Comissão de Vencimentos ou a Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração. Para efeitos de *benchmark* no nível salarial dos membros do Conselho de Administração, aquelas comissões utilizam estudos multi-empresa elaborados por consultores internacionais presentes em Portugal e disponibilizados no mercado.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

O representante da Imparfin, José Corte Real trabalha para o Grupo Efanor na área de Recursos Humanos; os seus amplos conhecimentos e vasta experiência na área de Recursos Humanos, nomeadamente em matéria de política de remuneração contribuem muito positivamente para o trabalho da Comissão de Vencimentos.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009 de 19 de junho

Na Assembleia Geral Anual realizada em 2016 a Comissão de Vencimentos apresentou uma declaração relativa à política de remuneração e compensações dos órgãos sociais e dos dirigentes

A política de remuneração e compensação dos órgãos sociais da Sonae Indústria e dos seus dirigentes, adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e às recomendações da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e é baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da sociedade, com vista à sua sustentabilidade.

Na determinação da política retributiva são tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração, por um lado, as referências de mercado fornecidas pelos diversos estudos disponíveis em Portugal e nos demais mercados europeus, nomeadamente os elaborados pelo consultor especializado *Hay Group* e, por outro lado, as sociedades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação comparáveis.

A remuneração fixa dos administradores é fixada em função do nível de responsabilidade do administrador, é objeto de revisão anual e posiciona-se na mediana em circunstâncias comparáveis.

Além da remuneração fixa, os administradores executivos participam de um plano de incentivos, com uma componente variável que se divide em três elementos, um de curto prazo, outro de médio prazo e outro de longo prazo. A remuneração total posiciona-se no que diz respeito à remuneração fixa, na mediana, e no nono decil no que diz respeito à componente variável, sendo que a remuneração total se posiciona no terceiro quartil em circunstâncias comparáveis.

As remunerações fixas e o plano de incentivos são deliberados pela Comissão de Vencimentos em diálogo com a Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração.

O plano de incentivos, aplicável aos membros executivos, está sujeito a limites máximos percentuais e obedece a critérios de desempenho pré-estabelecidos e mensuráveis - indicadores de desempenho - comprometidos com cada um dos membros executivos em cada exercício social.

Este plano de incentivos é estabelecido com base num conjunto de indicadores de desempenho, a nível do negócio, de cariz essencialmente económico e financeiro, também designados por "*Key Performance Indicators of Business Activity*" (ou *Business KPIs*), como também a nível individual, designados por "*Personal Key Performance Indicators*" (ou *Personal KPIs*). O conteúdo dos indicadores de desempenho e o seu peso específico na determinação da remuneração efetiva, asseguram o alinhamento dos administradores executivos com os objetivos estratégicos definidos para a organização e o cumprimento das normas legais em que se enquadra a atividade social.

Para o apuramento do plano de incentivos é efetuada uma avaliação individual de desempenho pela Comissão de Vencimentos, em diálogo com a Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração. Esta avaliação tem lugar após serem conhecidos os resultados da sociedade.

Assim, e relativamente a cada exercício social, são avaliadas a atividade da empresa, o desempenho e os contributos individuais para o sucesso coletivo que, necessariamente, condicionarão a atribuição da componente fixa e variável do plano retributivo de cada administrador executivo.

Na aplicação da Política de Remuneração e Compensação, é ponderado o exercício de funções em sociedades em relação de domínio ou de grupo.

A Política de Remuneração e Compensação da sociedade mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

Não integra a Política de Remuneração e Compensação qualquer sistema de benefícios, designadamente de

reforma, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, sem prejuízo da Comissão de Vencimentos ter a faculdade de proceder ao pagamento de parte das quantias devidas através da atribuição de planos de poupança reforma.

Para assegurar a efetividade e transparência dos objetivos da Política de Remuneração e Compensação os administradores executivos não celebraram nem devem celebrar, contratos com a sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

No desenho da política de remuneração e compensação dos membros dos órgãos sociais da sociedade é objetivo primordial a captação de talento com elevado nível de desempenho que represente contributo relevante e material para a sustentabilidade dos negócios da sociedade. Nessa medida, os parâmetros remuneratórios dos membros dos órgãos sociais são fixados e periodicamente revistos em sintonia com as práticas remuneratórias de empresas nacionais e internacionais comparáveis, alinhando, em termos individuais e agregados, os montantes máximos potenciais a serem pagos aos membros dos órgãos sociais, com as práticas de mercado, sendo os membros dos órgãos sociais individual e positivamente discriminados considerando, em concreto, entre outros fatores, o perfil e currículo do membro, a natureza e o descritivo de funções e competências do órgão social em questão e do próprio membro, e o grau de correlação direta entre o desempenho individual e o desempenho dos negócios.

Para a determinação dos valores referentes ao mercado global é considerada a média dos valores aplicável aos quadros de topo da Europa. As empresas que constituem o universo de empresas pares para efeitos remuneratórios são as empresas que compõem o universo de sociedades com valores mobiliários admitidos a negociação na Euronext Lisbon, sendo os montantes máximos potenciais a serem pagos aos membros dos órgãos sociais os seguintes, por referência ao mercado:

Conselho de Administração	Componentes		Posicionamento no mercado	Circunstâncias em que montantes são devidos
Administradores Executivos	Fixa	<i>Vencimento base</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>
	Variável	<i>Elemento variável de curto prazo</i>	<i>Nono quartil</i>	<i>Mediante cumprimento dos KPIs objetivos e subjetivos</i>
		<i>Elemento variável de médio prazo</i>		<i>Mediante cumprimento dos KPIs objetivos</i>
		<i>Elemento variável de longo prazo</i>		<i>Mediante cumprimento dos KPIs objetivos</i>
Administradores não executivos	Fixa	<i>Vencimento</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>
Conselho Fiscal	Fixa	<i>Vencimento</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>
Revisor Oficial de Contas	Fixa	<i>Vencimento</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>

A sociedade não assumirá quaisquer responsabilidades de natureza contratual que tenham por objeto e efeito a exigibilidade de quaisquer pagamentos relativos à destituição ou cessão de funções de administradores, sem prejuízo do regime da responsabilidade legal aplicável em matéria de destituição de administradores sem justa causa.

No que respeita ao órgão de administração da Sonae Indústria, a política aprovada estabelece o seguinte:

Administradores Executivos (AE)

A política de remuneração e compensação dos administradores executivos, incorpora, na sua estrutura, mecanismos de controlo, considerando a ligação ao desempenho individual e coletivo, prevenindo comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objetivo é ainda assegurado pelo facto de cada *Key Performance Indicator* se encontrar limitado a um valor máximo.

A remuneração dos administradores executivos inclui, em princípio, duas componentes: (i) uma componente fixa, que engloba a Remuneração Base, que é paga por referência ao período de um ano (os vencimentos são pagos em 12 meses) e um subsídio de responsabilidade anual (ii) uma componente variável, que engloba três elementos: (ii.1) um primeiro elemento de Curto Prazo, atribuído no primeiro semestre do ano seguinte àquele que diz respeito, subordinado à concretização dos objetivos fixados no ano anterior, pago imediatamente após a sua atribuição, (ii.2) um segundo elemento de Médio Prazo, atribuído no primeiro semestre do ano a que respeita, condicionado à concretização de objetivos e pago após um diferimento pelo período de 3 anos, e (ii.3) um terceiro elemento de Longo Prazo, atribuído no primeiro semestre do ano seguinte àquele a que diz respeito, condicionado à concretização de objetivos fixados em cada um dos cinco anos seguintes e pago 5 anos após a atribuição.

(i) A componente fixa da remuneração (RF) dos AE é definida em função das competências pessoais e do nível de responsabilidade da função desempenhada por cada AE e é objeto de revisão anual. A cada AE é atribuída uma classificação designada internamente por Grupo Funcional. Os AE estão classificados nos grupos funcionais “*Group Leader*”, “*Group Senior Executive*” e “*Senior Executive*”. As classificações funcionais estão estruturadas tendo por base o modelo internacional *Hay* de classificação de funções corporativas, com o objetivo de facilitar comparações de mercado e promover a equidade interna.

(ii) A componente variável da remuneração (RV), visa orientar e recompensar os AE pelo cumprimento de objetivos pré-determinados e reforçar o alinhamento dos AE com os interesses dos acionistas e aumentar a consciencialização quanto à importância do respetivo desempenho se orientar de uma forma sustentada para o sucesso global da organização. Estes objetivos devem basear-se em indicadores de desempenho da empresa, das equipas de trabalho sob a responsabilidade do AE e do seu próprio desempenho individual. Esta componente variável será atribuída depois de apuradas as contas do exercício e de ter sido efetuada a avaliação de desempenho.

(a) Prémio Variável de Curto Prazo

O valor objetivo do prémio variável de curto prazo equivale no máximo a 1/3 do valor objetivo da componente variável total.

O valor do prémio variável dos AE sem responsabilidade geográfica específica, assenta nos resultados dos KPI's consolidados da sociedade, sendo que 50% resultam do Operational Cash Flow, 30% dos Custos Fixos e 20% de outros indicadores de performance a definir anualmente pela Comissão de Vencimentos. Estes resultados serão depois sujeitos a um fator multiplicador decorrente da avaliação de desempenho, podendo variar de 0 a 150%, consoante a classificação do desempenho individual atribuída ao AE.

No que diz respeito aos AE com responsabilidades geográficas, o cálculo é semelhante ao anteriormente descrito, mas o resultado combinado do Operational Cash-Flow e dos Custos Fixos consolidados da sociedade tem um peso de 25%, distribuídos em 15% para o Operational Cash-Flow e 10% para os Custos Fixos, o peso da geografia representa 55%, com 35% atribuídos ao Operational Cash-Flow e 20% aos Custos Fixos e os remanescentes 20% dependem de outros indicadores de performance, nomeadamente relativos à performance das equipas funcionais sobre orientação do AE, a definir anualmente pela Comissão de Vencimentos. O fator multiplicador decorrente da avaliação de desempenho individual aplica-se da mesma forma.

(b) Prémio Variável de Médio Prazo (Diferido por 3 anos)

O prémio variável de médio prazo (PVMP) dos AE equivale no máximo a 1/3 do valor objetivo da componente variável total, destina-se a reforçar o alinhamento dos AE com os objetivos estratégicos da sociedade e com os interesses dos acionistas. O pagamento do valor atribuído será diferido por 3 anos e ajustado proporcionalmente no ano a que respeita, e nos dois anos subsequentes, na proporção de um terço em cada ano. O indicador a utilizar é o aumento do valor teórico dos capitais próprios (calculado utilizando um múltiplo de Ebitda Recorrente).

(c) Prémio Variável de Longo Prazo (Diferido por 5 anos)

O prémio variável de longo prazo (PVL) dos AE destina-se a aumentar a consciencialização da importância do desempenho de uma forma sustentada para o sucesso global da organização. É de valor igual em euros ao do Prémio Variável de Curto Prazo atribuído, será diferido por um período de 5 anos e apenas será devido se a sociedade registar lucros consolidados em todos os anos do período de diferimento e se estes forem, em cada ano, de montante igual ou superior a 20% do Capital Próprio consolidado registado no início do ano a que respeitam.

Considerando todos os elementos de curto, médio e longo prazo, da componente variável, o valor do objetivo pré-definido varia entre 50% e 70% da remuneração total anual (remuneração fixa e valor objetivo da componente variável).

No que se refere ao apuramento de resultados, o valor atribuído tem como limite mínimo 0% e máximo 200% do objetivo previamente definido.

Os pagamentos podem ser efetuados por qualquer das modalidades de extinção da obrigação previstos na lei e nos estatutos, a critério da Comissão de Vencimentos, podendo nomeadamente a Comissão de Vencimentos, a seu livre critério, determinar o recebimento de qualquer uma das partes da componente variável, através da alienação de ações da Sonae Indústria, SGPS, SA a desconto. Esse desconto corresponde a uma participação na aquisição das ações a suportar pelas pessoas a quem foi atribuída a componente variável da remuneração, a qual será correspondente a uma percentagem do valor da cotação das ações, à data da transmissão dos títulos, com o limite máximo de 5% daquele valor.

O direito de recebimento das partes diferidas da componente variável da remuneração, caduca se ocorrer a cessação do vínculo entre o membro e a sociedade antes da data do seu vencimento.

O direito manter-se-á, contudo em vigor no caso de incapacidade permanente ou morte do membro, sendo, neste caso, o pagamento efetuado ao próprio ou aos seus herdeiros na data do respetivo vencimento.

Em caso de reforma do membro o direito atribuído poderá ser exercido na respetiva data de vencimento.

Administradores Não Executivos

A remuneração dos administradores não executivos (ANE) é estabelecida em função de dados do mercado, segundo os princípios: (1) atribuição de uma remuneração fixa (cerca de 15% está dependente da presença nas reuniões do Conselho de Administração ou de alguma das suas Comissões); (2) atribuição de um subsídio de responsabilidade anual. A remuneração fixa pode ser incrementada até 5% para os ANE que presidam a uma Comissão do Conselho de Administração. Não existe qualquer remuneração a título de prémio variável.

No que respeita aos demais órgãos sociais e aos Dirigentes, a política estabelece o seguinte:

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da sociedade é composta exclusivamente por uma componente fixa, determinada tendo em conta a situação da sociedade e as práticas de mercado e que inclui um subsídio de responsabilidade anual.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da sociedade é remunerado de acordo com os níveis de honorários normais para serviços similares, por referência à informação do mercado, sob supervisão do Conselho Fiscal e da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração.

Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral da sociedade consiste numa quantia fixa, determinada tendo em conta a situação da sociedade e as práticas de mercado.

Dirigentes

São considerados dirigentes nos termos do art.º 248º- B nº 3 do Código de Valores Mobiliários, para além dos membros dos órgãos sociais acima referidos, os responsáveis que possuem um acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial do emitente.

A política de remuneração aplicável às pessoas que sejam, nos termos da lei, consideradas dirigentes, será equivalente à adotada para a remuneração de outros quadros do mesmo nível de funções e responsabilidades sem a atribuição de qualquer benefício adicional face ao que decorre do respetivo grupo funcional.

São também elegíveis para efeitos de atribuição da componente variável, os administradores executivos das sociedades dominadas pela Sonae Indústria, bem como e de acordo com a política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração são igualmente elegíveis para a atribuição daquele componente os colaboradores, a quem por via dessa política seja aplicável o plano de incentivos.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

No que respeita aos administradores não executivos, a atribuição de apenas uma remuneração fixa, conforme explicitada no ponto anterior, permite o alinhamento dos interesses desses administradores com os interesses de longo prazo da sociedade.

Já no que respeita aos administradores executivos a atribuição de uma remuneração composta por uma componente fixa e uma componente variável, sendo esta última componente aferida por avaliação da performance de um conjunto de indicadores de desempenho e o peso específico destes na determinação da remuneração efetiva, asseguram o alinhamento dos administradores executivos com os interesses de longo prazo da sociedade e desincentiva a assunção de riscos. O resultado da avaliação de desempenho de cada um dos administradores executivos serve como fator multiplicador dos demais KPI's definidos (para uma melhor compreensão do funcionamento dos diversos KPI's ver o ponto anterior).

71. Referência à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Conforme já referido nos dois pontos anteriores a remuneração dos administradores executivos é composta por uma componente variável, tendo a avaliação de desempenho impacto na mesma (para uma melhor compreensão do impacto da avaliação de desempenho na componente variável da remuneração ver o ponto 69).

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

O Prémio Variável de Médio Prazo é diferido pelo período de 3 anos e o Prémio Variável de Longo Prazo é diferido pelo período de 5 anos.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual

A política de remunerações aprovada na Assembleia Geral de 2016 não contempla a atribuição de remuneração

variável em ações. Para assegurar a efetividade e transparência dos objetivos da política de remuneração e compensação os administradores executivos não celebraram nem devem celebrar, contratos com a sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento

A sociedade não atribui opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Os parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais constam da política de remunerações constante do ponto 69.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais

A sociedade não tem implementado qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES
--

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

2016	Total da Remuneração Anual Fixa		Total do Prémio Variável de Curto Prazo		Total do Prémio Variável de Médio Prazo		Total do Prémio Variável de Longo Prazo		Total	
	2015	2016	2015 (a)	2016 (b)	2015 (c)	2016 (d)	2015 (e)	2016 (f)	2015	2016
Paulo Azevedo	45.685	51.800							45.685	51.800
Javier Veja	29.565	29.940							29.565	29.940
Albrecht Ehlers (g)	40.860	41.400							40.860	41.400
Carlos Moreira da Silva	30.900	35.400							30.900	35.400
José Romão de Sousa (h)	24.125	30.600							24.125	30.600
Cristopher Lawrie	223.220	223.220	121.712 ⁽¹⁾	108.228 ⁽⁴⁾	108.258	108.258	121.712	108.228	574.902	547.934
Louis Brassard (i)		108.315		116.907 ⁽⁵⁾		71.686		116.907	0	413.815
Rui Correia (j)	276.900	125.000	173.138 ⁽²⁾		165.000		173.138		788.176	125.000
Jan Bergmann (k)	250.000	105.208	123.670 ⁽³⁾		150.000		123.670		647.340	105.208
Total do Conselho de Administração	921.255	750.883	418.520	225.135	423.258	179.944	418.520	225.135	2.181.553	1.381.097

(a) relativo a 2015, valor aprovado e pago em 2016.

(b) relativo a 2016, valor estimado face aos KPIs reais alcançados, mas pendente de aprovação pela Comissão de Vencimentos.

(c) valor inicial relativo a 2015, diferido por um período de 3 anos e ajustado proporcionalmente no ano a que respeita e nos dois anos subsequentes, na proporção de um terço em cada ano. O indicador a utilizar é o aumento do valor teórico dos capitais próprios (calculado utilizando um múltiplo de EBITDA Recorrente).

(d) valor inicial relativo a 2016, diferido por um período de 3 anos e ajustado proporcionalmente no ano a que respeita e nos dois anos subsequentes, na proporção de um terço em cada ano. O indicador a utilizar é o aumento do valor teórico dos capitais próprios (calculado utilizando um múltiplo de EBITDA Recorrente).

(e) relativo a 2015, valor igual ao Prémio Variável de Curto Prazo atribuído é diferido por um período de 5 anos e apenas será devido se a sociedade registar lucros consolidados em todos os anos do período de diferimento e se estes forem, em cada ano, de montante igual ou superior a 20% do Capital Próprio consolidado registado no início do ano a que respeitam.

(f) relativo a 2016, valor igual ao Prémio Variável de Curto Prazo atribuído é diferido por um período de 5 anos e apenas será devido se a sociedade registar lucros consolidados em todos os anos do período de diferimento e se estes forem, em cada ano, de montante igual ou superior a 20% do Capital Próprio consolidado registado no início do ano a que respeitam.

(g) Do montante auferido em 2015, 28.560 euros foram pagos pela Sonae Indústria e 12.300 euros pela Glunz AG.

Do montante auferido em 2016, 29.100 euros foram pagos pela Sonae Indústria e 12.300 euros pela Glunz AG.

(h) relativo a 9 meses de 2015.

(i) relativa a 7 meses de 2016. Valores em euros correspondentes aos valores em dólares canadianos.

(j) A remuneração de 2016 é relativa a 5 meses.

(k) a remuneração de 2016 é relativa a 5 meses/valores integralmente pagos pela Glunz AG.

(1) Fixado a partir do montante objetivo de 108.258 euros.

(2) Fixado a partir do montante objetivo de 110.000 euros.

(3) Fixado a partir do montante objetivo de 100.000 euros.

(4) Fixado a partir do montante objetivo de 108.258 euros.

(5) Fixado a partir do montante objetivo de 92.167 euros.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Os montantes pagos por outras sociedades do grupo encontram-se explicitados no quadro anterior.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios

Os prémios pagos aos administradores executivos encontram-se explicitados no quadro constante do ponto 77.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade

Os membros do Conselho Fiscal no ano de 2016 auferiram, as remunerações a seguir indicadas:

Membro Conselho Fiscal	Remuneração/Euros
Manuel Heleno Sismeiro (Presidente)	9.900
António Trabulo	7.900
Óscar Quinta	7.900
TOTAL	25.700

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu em 2016, a remuneração total de 5 000 euros.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

A Política de Remuneração e Compensação aprovada em Assembleia Geral mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, associadas à cessação de mandato, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes na aceção do nº3 do artigo 248º - B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade (art. 245º - A, nº1, al.1)

Não foram celebrados quaisquer acordos entre a sociedade e os administradores e dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES (STOCK OPTIONS)

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

A atual política de remunerações aprovada em Assembleia Geral não contempla qualquer remuneração variável em ações.

86. Caracterização do plano

Não existe qualquer plano de atribuição de ações em vigor.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ("Stock options") de que sejam beneficiários trabalhadores e colaboradores da empresa

A sociedade não possui planos de atribuição de opções de aquisição de ações.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Art. 245º - A, nº1, al.e)

Não se encontram previstos quaisquer mecanismos de controlo num sistema de participação dos trabalhadores no capital da sociedade.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

Os mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas pautam-se por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adoção voluntária de sistemas internos de verificação e controlo.

Todos os meses, todas as transações e saldos operacionais com partes relacionadas são identificadas e verificadas por uma equipa própria do Centro de Serviços Partilhados que presta serviços à sociedade e validadas, quando se tratam de operações externas, com as equipas administrativas das sociedades relacionadas.

As transações de carácter menos regular são objeto de um escrutínio mais detalhado e ad-hoc sendo envolvidos os departamentos da sociedade ou prestadores de serviços mais adequados (sempre com o envolvimento da área Fiscal para assegurar o cumprimento das políticas de preços de transferência em vigor na sociedade) para suportar os eventuais valores das transações. No caso, por exemplo, de transferências/alienações de ativos, estes são objeto de uma avaliação externa independente que suporta a operação em causa.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

A sociedade não efetuou nenhum negócio ou operação com os membros do Conselho de Administração, bem como com os do Conselho Fiscal.

As operações com partes relacionadas fazem parte da atividade normal da sociedade e foram realizadas em condições normais de mercado e a preços que respeitam as normas sobre preços de transferência.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

Qualquer transação com acionistas titulares de participações qualificadas ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários (acionistas de referência), que envolva valor superior a 10 milhões de euros deve ser submetida a parecer prévio do Conselho Fiscal. O pedido de parecer deve ser acompanhado de todos os elementos necessários que permitam uma análise comparada com o mercado e a forma como serão geridos potenciais conflitos de interesse.

Qualquer transação que for contratada com acionistas de referência deve ser resultado de um processo comparativo de propostas, não estando sujeita a parecer prévio do Conselho Fiscal qualquer transação de valor inferior a 10 milhões de euros devendo contudo, ser prestada informação ao Conselho Fiscal, nos seguintes termos:

O presidente da Management Committee é responsável por informar o Conselho Fiscal:

- a) trimestralmente, de todas as transações com acionistas de referência que ultrapassem 1 milhão de euros e quaisquer outras operações que sejam consideradas particularmente "sensíveis" pela administração.
- b) Numa base anual, transações com acionistas de referência com valores acumulados anuais que excedam 5 milhões de euros.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação relativa aos negócios com partes relacionadas consta de Nota nº 36 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

A Sonae Indústria, SGPS, SA adotou o Código de Governo das Sociedades publicado pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários em 2013, o qual se encontra publicado no endereço www.cmvm.pt.

A escolha do Código de Governo das Sociedades da CMVM justifica-se pelo facto de o mesmo assegurar um grau adequado de proteção dos acionistas e de transparência do governo societário, sendo por outro lado o Código do Governo com o qual os investidores estão mais familiarizados.

2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

A Sonae Indústria cumpriu todas as recomendações constantes do Código de Governo acima identificado, durante o exercício de 2016. Além do cumprimento das obrigações legais e das recomendações do referido Código a Sonae Indústria, consciente da importância de um bom governo corporativo, quer para os seus negócios, quer para os seus acionistas, procura constantemente adotar as melhores práticas em todas as áreas em que atua, tendo elaborado o seu próprio código de conduta, o qual pode ser consultado no sítio da sociedade www.sonaeindustria.com.

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE		
I.1 As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Cumpre	12 e 13
I.2 As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Cumpre	14
I.3 As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Cumpre	12
I.4 Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco	Cumpre	13

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p>em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contem todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.</p> <p>I.5 Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.</p>	Cumpre	4
II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1 Supervisão e Administração		
<p>II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.</p>	Cumpre	21, 27 e 28
<p>II.1.2. O conselho de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a:</p> <p>i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.</p>	Cumpre	21
<p>II.1.3 O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo societário, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.</p>	Não aplicável	
<p>II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:</p> <p>a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;</p>	Cumpre	15 e 27 a 29

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p>b) Refletir sobre sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.</p>		
<p>II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.</p>	Cumpre	50 a 52
<p>II.1.6 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.</p>	Cumpre	17 e 18
<p>II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo <i>free float</i>.</p>		
<p>A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p>		
<ul style="list-style-type: none"> a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas. 	Cumpre	18

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p>II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	Cumpre	29
<p>II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.</p>	Não aplicável	
<p>II.1.10 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.</p>	Não aplicável	
II.2. Fiscalização		
<p>II.2.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras, deve ser independente, de acordo com o critério aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.</p>	Cumpre	32 e 33
<p>II.2.2 O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.</p>	Cumpre	45
<p>II.2.3 O órgão de fiscalização deve avaliar o anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.</p>	Cumpre	45
<p>II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.</p>	Cumpre	51
<p>II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.</p>	Cumpre	51
II.3 Fixação de Remunerações		

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p>II.3.1 Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.</p>	Cumpre	67 e 68
<p>II.3.2 Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.</p>	Cumpre	67
<p>II.3.3 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009 de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente:</p>		
<p>a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;</p>		
<p>b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;</p>	Cumpre	69
<p>c) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.</p>		
<p>II.3.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.</p>	Não aplicável	
<p>II.3.5 Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.</p>	Não aplicável	
III. REMUNERAÇÕES		
<p>III.1 A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.</p>	Cumpre	69
<p>III.2 A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de</p>	Cumpre	69

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.		
III.3 A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Cumpre	69
III.4 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Cumpre	69 e 72
III.5 Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Cumpre	69
III.6 Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Cumpre	69
III.7 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	
III.8 Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente exigida não seja devida.	Cumpre	83
IV. AUDITORIA		
IV.1 O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Cumpre	51
IV.2 A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Cumpre	46 e 47
IV.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de	Cumpre	44

RECOMENDAÇÃO	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p>quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.</p>		
<p>V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</p>		
<p>V.1 Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art.º. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.</p>	Cumpre	90
<p>V.2 O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no nº1 do art.º. 20º do Código dos Valores Mobiliários -, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.</p>	Cumpre	91
<p>VI. INFORMAÇÃO</p>		
<p>VI.1 As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e em inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.</p>	Cumpre	59 a 65
<p>VI.2 As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.</p>	Cumpre	56 e 58

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Demonstração Separada de Posição Financeira

Demonstrações Separadas de Resultados por Natureza

Demonstrações Separadas de Rendimento Integral

Demonstrações Separadas de Alterações dos Capitais Próprios

Demonstrações Separadas dos Fluxos de Caixa

Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Separadas

Sonae Indústria-SGPS,SA

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em EUR)

ATIVO	Notas	31.12.16	31.12.15
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativo Fixo Tangível	3	265	703
Investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos	5	419.431.549	664.493.068
Investimentos disponíveis para venda	5/4	122.990	122.922
Ativos por Impostos diferidos	6	223.353	2.652.466
Outros Ativos não correntes	7/4	9.412.467	284.895.781
Total de Ativos não correntes		<u>429.190.623</u>	<u>952.164.940</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	8/4	176.451	25.423
Outras dívidas de terceiros	8/4	12.546.236	11.272.734
Imposto corrente a receber	8	826.041	1.311.088
Outros Ativos correntes	9/4	495.976	102.685
Caixa e equivalentes de caixa	10/4	161.532	164.408
Total de Ativos correntes		<u>14.206.235</u>	<u>12.876.338</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>443.396.859</u></u>	<u><u>965.041.278</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		812.107.574	812.107.574
Reservas Legais		3.131.757	3.131.757
Outras reservas e resultados acumulados		-561.919.534	-432.356.410
Outro rendimento integral acumulado		-23.641	225.852
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	11	<u>253.296.157</u>	<u>383.108.773</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	12/4	179.422.837	4.873.284
Responsabilidades por benefícios de aposentação	13	91.528	
Outros passivos não correntes	14	1.399.949	
Total de passivos não correntes		<u>180.914.314</u>	<u>4.873.284</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	12/4		7.536.111
Empréstimos bancários correntes	12/4	1.750.000	212.354.481
Empréstimos obrigacionistas - parcela corrente	12/4		147.987.525
Fornecedores	15/4	167.285	185.374
Outras dívidas a terceiros	16/4	5.792.204	206.170.531
Imposto corrente a pagar	16	83.885	489.624
Outros impostos e contribuições a pagar	16	28.832	34.613
Outros passivos correntes	17/4	1.364.183	2.300.962
Total de passivos correntes		<u>9.186.388</u>	<u>577.059.221</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>190.100.702</u></u>	<u><u>581.932.505</u></u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>443.396.859</u></u>	<u><u>965.041.278</u></u>

As notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Individuais

Sonae Indústria-SGPS,SA
DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DE RESULTADOS POR NATUREZA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em EUR)

	Notas	31.12.16	31.12.15
Proveitos operacionais:			
Prestações de serviços	23	458.768	0
Outros proveitos operacionais	24	5.378.428	229.308
		<u>5.837.196</u>	<u>229.308</u>
Custos operacionais:			
Fornecimentos e Serviços externos		-583.381	-828.587
Gastos com o pessoal	21/22	-2.791.407	-1.222.140
Amortizações e depreciações	3	-438	-636
Outros custos operacionais	24	-3.385.464	-386.153
Total de custos operacionais		<u>-6.760.690</u>	<u>-2.437.517</u>
Resultados operacionais		-923.493	-2.208.209
Resultados financeiros	25	<u>-12.553.002</u>	<u>1.332.878</u>
Gastos e perdas financeiras		-16.389.028	-17.939.500
Rendimento e ganhos financeiros		3.836.027	19.272.377
Resultados relativos a investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos	18/26	<u>-113.804.445</u>	<u>-232.471.666</u>
Resultado antes de impostos		-127.280.940	-233.346.997
Imposto sobre o rendimento - imposto corrente	27	146.930	2.622.628
Imposto sobre o rendimento - imposto diferido	7/27	-2.429.114	-2.090.560
		<u>-129.563.124</u>	<u>-232.814.929</u>
Resultado Líquido do exercício	28	<u><u>-129.563.124</u></u>	<u><u>-232.814.929</u></u>
RESULTADOS POR ACÇÃO			
Excluindo Operações em Descontinuação			
Basico	28	- 0,01141	- 0,02051
Diluido	28	- 0,01141	- 0,02051

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Montantes expressos em EUR)

		31.12.16	31.12.15
Resultado Líquido do exercício	11	-129.563.124	-232.814.929
Outro Rendimento Integral do período			
Ganhos (perdas) actuariais em planos de benefícios de pensões		-23.641	
Outro rendimento integral líquido do período		<u>-225.852</u>	<u>48.642</u>
		<u>-249.493</u>	<u>48.642</u>
RENDIMENTO INTEGRAL TOTAL DO PERÍODO		<u><u>-129.812.616</u></u>	<u><u>-232.766.287</u></u>

As Notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Individuais

Sonae Indústria-SGPS,SA



DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DE ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Montantes expressos em euros

Outro rendimento integral acumulado

	Capital Social	Reserva legal	Outras reservas e Resultados acumulados	Ganhos / (perdas) atuariais em planos de benefícios de pensões	Outro rendimento integral líquido do período	Subtotal	Total dos Capitais Próprios
Notas	11	11	11				
Saldo em 01.01.16	812.107.574	3.131.757	-432.356.410		225.852	225.852	383.108.773
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior							
Rendimento integral total							
Resultado líquido do exercício			-129.563.124				-129.563.124
Outro rendimento integral do exercício				-23.641		-23.641	-23.641
Total			-129.563.124	-23.641	0	-23.641	-129.586.764
Outros					-225.852	-225.852	-225.852
Saldo em 31.12.16	812.107.574	3.131.757	-561.919.534	-23.641	225.852	202.211	253.296.157
Saldo em 01.01.15	812.107.574	3.131.757	-199.435.133		177.210	177.210	615.981.407
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior							
Rendimento integral total							
Resultado líquido do exercício			-232.814.929				-232.814.929
Outro rendimento integral do exercício					48.642	48.642	48.642
Total			-232.814.929		48.642	48.642	-232.766.287
Outros	112.107.574		-106.348				-106.348
Saldo em 31.12.15	812.107.574	3.131.757	-432.356.410		225.852	225.852	383.108.773

As notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Individuais

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em EUR)

ATIVIDADES OPERACIONAIS:	Notas	2016	2015
Recebimento de Clientes		307.741	-567
Pagamentos a fornecedores		310.659	1.729.411
Pagamentos ao Pessoal		1.336.033	1.175.910
Fluxo Gerado Pelas Operações		-1.338.951	-2.905.889
Pagamento/recebimento imposto s/rendimento		-2.164.243	-633.399
Outros recebim./pagam.rel.à activ.operacional		971.233	92.864
Fluxo das atividades operacionais [1]		1.796.525	-2.179.625
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		36.604.032	
Empréstimos concedidos		429.601.447	304.196.781
Ativos Fixos Tangíveis			
Dividendos	26	101.472.142	258.962
Juros e proveitos similares		567.677.621	304.455.743
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	5	191.247.624	144.431.770
Empréstimos concedidos		176.564.844	212.441.000
Ativos Fixos Tangíveis			
Ativos Fixos Intangíveis		367.812.468	356.872.770
Fluxo das atividades investimento [2]		199.865.153	-52.417.027
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e custos similares		21.966.739	2.628.520
Aumentos capital			
Empréstimos obtidos		929.754.000	1.293.733.981
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		16.432.367	17.851.953
Dividendos pagos			20.334
Empréstimos obtidos		1.136.952.925	1.223.763.752
Outros		1.153.385.292	1.241.636.039
Fluxo das atividades de financiamento [3]		-201.664.554	54.726.462
Varição de caixa e seus equivalentes		-2.876	129.810
Caixa e seus equivalentes início exercício	10	164.408	34.598
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	10	161.532	164.408
Varição de caixa e seus equivalentes		-2.876	129.810

As notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Individuais

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

1. Nota Introdutória

A SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A. (“Empresa”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, 4470-177 Maia, Portugal.

As ações da sociedade encontram-se admitidas à cotação na NYSE Euronext Lisbon.

2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “IFRS Interpretations Committee” (“IFRS IC”), aplicáveis ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2016 adotadas pela União Europeia.

2.1.1. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, entraram em vigor as seguintes normas e interpretações que foram adotadas pela União Europeia:

IAS 1 (alteração), Apresentação de Demonstrações Financeiras (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração inclui diretrizes relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas e à apresentação dos itens de Outro rendimento integral gerados por investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial;

IAS 16 (alteração), Ativos Fixos Tangíveis, e **IAS 38** (alteração), Ativos Intangíveis: Métodos de cálculo de depreciações e amortizações permitidos (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração esclarece que a

utilização de métodos de depreciação baseados no rédito não são apropriados na medida em que a geração de rédito por uma atividade que inclua a utilização de um ativo geralmente reflete fatores para além do consumo dos benefícios económicos incorporados no ativo. Adicionalmente, a alteração também esclarece que o rédito é geralmente considerado uma base inapropriada de mensuração do consumo dos benefícios económicos incorporados num ativo intangível;

IAS 16 (alteração), Ativos Fixos Tangíveis, e **IAS 41** (alteração), Agricultura: Plantas que produzem ativos biológicos consumíveis (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e transfere este tipo de ativos do âmbito de aplicação da IAS 41 – Agricultura para a IAS 16 – Ativos Tangíveis, com o conseqüente impacto na respetiva mensuração. No entanto, os ativos biológicos produzidos por estas plantas mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura;

IAS 19 (alteração), Benefícios dos Empregados (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). Esta alteração aplica-se aos contributos dos empregados ou de partes terceiras para planos de benefícios definidos e pretende simplificar a contabilização de contribuições que são independentes do número de anos de serviço;

IAS 27 (alteração), Demonstrações Financeiras Separadas (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração permite a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de participações em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e empresas associadas, na elaboração de demonstrações financeiras separadas;

Melhoria de normas 2010-2012 (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). Estas alterações resultam de projetos anuais de melhorias concretizados no ciclo 2010-2012, que afetaram as seguintes normas: IFRS 2 - Pagamento com Base em Ações, IFRS 3 – Combinações de Negócios, IFRS 8 – Segmentos Operacionais, IFRS 13 – Mensuração do Justo Valor, IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis, IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas, e IAS 38 – Ativos intangíveis;

Melhorias às normas 2012 - 2014, (a aplicar, em geral, em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5 – Ativos Não Correntes Disponíveis para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 – Benefícios dos Empregados e IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

A aplicação destas normas não produziu efeitos significativos nas presentes demonstrações financeiras.

2.1.2. A 31 de dezembro de 2016 estavam emitidas e adotadas pela União Europeia as seguintes normas e interpretações que não foram aplicadas, dado apenas serem de aplicação obrigatória em exercícios posteriores:

IFRS 9 (nova), Instrumentos Financeiros (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma substitui as diretrizes incluídas na IAS 39. Inclui requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Inclui, ainda, um modelo de perdas esperadas em créditos que substitui o atual modelo de perdas por imparidade incorridas;

IFRS 15 (nova), Rédito de Contratos com Clientes, (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade registre o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita, pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos cinco passos”;

2.1.3. À data de 31 de dezembro de 2016, estavam emitidas as seguintes normas, de aplicação em exercícios posteriores, que ainda não tinham sido adotadas pela União Europeia:

IAS 7 (alteração), Demonstração dos Fluxos de Caixa (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram e as que não deram origem a movimentos de caixa, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração dos Fluxo de Caixa;

IAS 12 (alteração), Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de ativos por impostos diferidos sobre perdas potenciais (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, de estimar os lucros tributáveis futuros quando existirem diferenças temporárias dedutíveis e de avaliar a

recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos quando existirem restrições na lei fiscal;

IAS 40 (alteração) Transferência de propriedades de investimento (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência;

IFRS 2 (alteração), Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal;

IFRS 4 (alteração), Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9) (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer em Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes de a nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente, é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora;

IFRS 15 (alteração), Rédito de contratos com clientes (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de adoção pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à

revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição;

IFRS 16 (nova), Locações (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma adota, ao nível do locatário, uma única forma de tratamento das locações, que consiste no registo dos ativos locados como ativos fixos tangíveis. Já ao nível do locador, mantém os critérios de tratamento distinto das locações operacionais e financeiras que existem na IAS 17;

Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de adoção pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28;

IFRIC 22 (nova), Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

A Sociedade estima que a futura adoção destas normas não provocará alterações significativas nas suas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor.

2.2. Investimentos em empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos

As partes de capital em empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos são registadas ao custo de aquisição. É feita uma avaliação dos investimentos em empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o Ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrarem existir.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a Sonae Indústria, tem o poder de decidir sobre as políticas

financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto.

Os empreendimentos conjuntos são entidades das quais a Sonae Indústria detém o controlo conjunto com outro parceiro, sob uma determinada atividade económica (representada por um acordo contratual).

Para além do reconhecimento da imparidade do investimento na subsidiária /empreendimento conjunto, a Sonae Indústria reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da subsidiária/empreendimento conjunto

As entidades que qualificam como subsidiárias e empreendimento conjunto encontram-se listadas na Nota 5.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros em empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

2.3. Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os Ativos adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, de acordo com o método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	5<x<20
Equipamento administrativo	4

Os gastos com reparação e manutenção de Ativos são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos Ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais.

2.4. Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os Ativos Intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o Ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de “Software” são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como Ativos intangíveis.

As amortizações começam a ser registadas quando o ativo se encontra disponível para uso e são calculadas pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimada o qual varia entre 3 a 6 anos.

2.5. Loações

Os contratos de locação, em que a empresa age como locatário, são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.6. Imparidade dos Ativos não financeiros

É efectuada uma avaliação de imparidade com referência ao final do exercício sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o Ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o Ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do Ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do Ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada Ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o Ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica de Provisão e Perdas por Imparidade. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.7. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de Ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do Ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do Ativo e é interrompida quando o Ativo

se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projecto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Nas situações em que se estima existir um período de tempo significativo entre o momento em que ocorre a obrigação e o momento em que ocorrerá o respetivo pagamento, a provisão é registada pelo seu valor atual.

2.9. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos detidos pela sociedade classificam-se como segue:

- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a sociedade adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados na demonstração da posição financeira da sociedade como investimentos correntes.

A sociedade classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimento detidos até à maturidade.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de relato.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago (investimentos disponíveis para venda).

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores, por referência ao seu valor de mercado à data do relato, sem qualquer dedução relativa a gastos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na rubrica Resultados Financeiros da demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a sociedade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

As dívidas de terceiros são apresentadas no balanço como Ativos correntes, exceto quando a respectiva maturidade é superior a doze meses da data de relato, situações em que são apresentadas como Ativos não correntes.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo, pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na rubrica Resultados Financeiros da demonstração de resultados, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.14. A parcela do juro efectivo, relativa a comissões com a emissão de empréstimos, é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo, caso não sejam liquidados durante o período.

e) Fornecedores

As dívidas a fornecedores são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto financeiro é considerado imaterial.

f) Instrumentos derivados

A sociedade utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela sociedade, definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro (“swaps”) de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são materialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica de Resultados Financeiros da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela sociedade para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta;
- A transação objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos derivados classificados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, são registados pelo seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios, na rubrica Reservas de cobertura, incluída na rubrica Reservas e resultados transitados da demonstração da posição financeira, sendo transferidas para a rubrica Resultados Financeiros da demonstração de resultados no mesmo exercício em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efectuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a actualização, para a data do relato, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura, incluída em Reservas e resultados transitados, são transferidas para resultados do exercício ou adicionadas ao valor contabilístico do Ativo a que as transações objecto de cobertura deram origem; as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Os instrumentos financeiros derivados em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados ao justo valor posteriormente reavaliados, sendo as variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente a rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados, nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam

apresentados pelo seu justo valor, com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Em situações específicas, a sociedade pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

Os instrumentos derivados são apresentados nas rubricas Outros Ativos não correntes, Outros Ativos correntes, Outros passivos não correntes e Outros passivos correntes da demonstração da posição financeira.

Para os períodos apresentados, a empresa não tem instrumentos financeiros derivados negociados.

g) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em Outras reservas incluída em Outras reservas e resultados acumulados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, na demonstração de posição financeira.

2.10 Responsabilidades por benefícios por aposentação

A empresa dispõe de um plano de benefícios definidos, com fundo constituído, gerido por entidade terceira e calculado de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, com base em estudos atuariais levados a cabo por entidade independente. Estão abrangidos os trabalhadores contratados até 31 de dezembro de 1994 que, a partir do momento da reforma e até ao termo da vida, receberão mensalmente uma renda correspondente a 20% do seu salário à data de reforma. Os trabalhadores abrangidos têm a possibilidade de optar pelo recebimento de uma quantia no momento de reforma, em alternativa à renda mensal.

2.11. Responsabilidades pelo Plano de incentivos de médio e longo prazo

A Sociedade atribuía, anualmente, aos quadros integrados num grupo funcional com classificação *Executive* ou superior, um prémio definido em função do valor criado para os acionistas no exercício anterior, que será pago após um período de três anos, na circunstância de o quadro, ao qual foi atribuído, se manter em funções no final deste período. Este prémio consistia na atribuição de um determinado número de ações da Sociedade, podendo esta, na data de pagamento, optar pela entrega dos títulos atribuídos ou pelo pagamento em dinheiro do contravalor dos títulos, calculado à cotação dos mesmos na data de pagamento.

A responsabilidade era registada nas rubricas Outras reservas e resultados acumulados, da Demonstração de Posição Financeira, e Gastos com o Pessoal, da Demonstração de Resultados por natureza, linearmente ao longo do período de diferimento do pagamento, tendo em consideração o justo valor das ações atribuídas na data de atribuição das mesmas.

Caso o quadro deixasse de exercer funções durante o período de diferimento do pagamento da responsabilidade anteriormente registada, a mesma será abatida da Demonstração de Posição Financeira por contrapartida da rubrica Gastos com o Pessoal, da Demonstração de Resultados por natureza, no período em que se constatasse a extinção da responsabilidade.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade procedeu a uma reconfiguração deste esquema remuneratório, que deixou de incluir a atribuição de ações da mesma e passou a incluir uma prestação pecuniária a ser paga no mesmo horizonte temporal. A obrigação de entrega das ações anteriormente atribuídas foi convertida numa obrigação pecuniária, tendo em consideração o valor das ações à data de conversão da obrigação.

A responsabilidade é registada nas rubricas Outros Passivos não correntes e correntes, da Demonstração de Posição Financeira, e Gastos com o Pessoal, da Demonstração

de Resultados por natureza, linearmente ao longo do período de diferimento do pagamento.

2.12. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da sociedade de acordo com as regras fiscais, e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

A partir de 2006 a empresa optou pela Aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, sendo o Grupo de Tributação a 2016 constituído pelas seguintes sociedades participadas Sonae Indústria de Revestimentos, S.A., Maiequipa – Gestão Florestal, S.A., Movelpartes – Componentes para a Industria de Mobiliário, S.A e Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A. sendo registado em cada uma das subsidiárias o respetivo impacto e o ganho resultante do RETGS na sociedade mãe. Em 2016, o Grupo de tributação reduziu em 7 sociedades: Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A., Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A., Sonae Industria PCDM S.A, Siaf Energia, S.A, Imoplamac - Gestão de Imóveis, S.A, Agloma Investimentos, SGPS, S.A., e Somit Imobiliária, S.A, uma vez que todas estas sociedades foram alienadas. Entrou 1 sociedade nova, a Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A. constituída no final de 2015.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas

situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do período, exceto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. No que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

2.14. Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados à data do relato.

A partir de 2011, os serviços de gestão passaram a ser desempenhados por outra empresa do grupo pelo que não era reconhecido qualquer valor na rubrica do rédito.

A partir de 2016, com a reestruturação tais serviços passaram a ser de novo prestados pela empresa.

Os dividendos obtidos de investimentos em subsidiárias e associadas são reconhecidos como rendimentos no período em que são atribuídos aos sócios ou acionistas.

Os juros obtidos de concessão de empréstimos são registados no período a que dizem respeito, tendo em conta o período decorrido até ao final de cada exercício.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.15. Mais-valias e menos-valias

As mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis e de investimentos, são apresentadas na demonstração de resultados pelo valor correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, nas rubricas de outros rendimentos operacionais e outros gastos operacionais.

2.16. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do relato dessas mesmas transações, são registados como rendimentos e gastos na demonstração de resultados do período, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

2.17. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do relato são reflectidos nas demonstrações financeiras (eventos ajustáveis). Os eventos após a data do relato que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do relato são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais (eventos não ajustáveis).

2.18. Gestão de risco

a) Risco de crédito

j) Créditos sobre clientes

O risco de crédito, na Sonae Indústria, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Sonae Indústria, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Sonae Indústria:

- Tem implementado processos e procedimentos de gestão de crédito pró-ativos; ativos e reativos, processos, estes, suportados por avançados sistemas de informação;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus clientes, monitorizando diariamente a exposição efetiva;
- Possui mecanismos de proteção, tais como seguros de crédito, cartas de crédito e garantias bancárias, quando considerados operacionalmente adequados e economicamente viáveis;
- Utiliza agências de *rating* de crédito;
- Recorre aos meios das companhias de seguros e legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

ii) Outros ativos financeiros para além de Créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a Sonae Indústria detem ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com instituições financeiras, tais como depósitos bancários. Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos.

Como regra, os ativos financeiros decorrentes deste relacionamento com instituições financeiras envolvem preferencialmente contrapartes com *rating* mínimo de *Investment Grade*. Por outro lado, de um modo geral, a exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

b) Risco de mercado

i) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável, e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a Sonae Indústria encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro, uma vez que a maior parte da sua dívida é denominada nesta divisa.

Como regra geral, a Sonae Indústria não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

Como excepções à política geral sobre gestão de risco de taxa de juro, a Sonae Indústria pode contratar derivados de taxa de juro. No caso de tal se verificar, os seguintes princípios são observados:

- Os derivados não são utilizados com objectivos de *trading*, geração de rendimentos ou fins especulativos;
- A sociedade apenas contrata derivados com Instituições Financeiras com *rating* mínimo *Investment Grade*;
- Os derivados contratados replicam exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito às datas de liquidação e indexantes de base;
- O custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente são sempre conhecidos e limitados desde o início da contratação do derivado;
- Cotações de pelo menos duas Instituições Financeiras são obtidas antes da contratação de derivados de taxa de juro (Nota 20.2.1).

ii) Outros Riscos de Preço

A 31 de dezembro de 2016 a sociedade não detinha investimentos significativos classificados como disponíveis para venda, como que este risco não é significativo.

c) Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez, na Sonae Indústria, tem por objectivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspectos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash flows* quer ao nível das operações (países), quer ao nível consolidado, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Diversificação de fontes de financiamento;

- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo (*committed* e *uncommitted*), programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;
- Gestão ativa das posições de liquidez e dos fluxos de caixa das subsidiárias, visando assegurar que os fluxos financeiros ocorrem dentro dos prazos e condições estabelecidos, nomeadamente no que diz respeito aos fluxos intra grupo e que impactam diretamente nas contas da Sonae Indústria.

2.19 Julgamento e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis e investimentos em empresas do grupo e associadas;
- b) Análise de imparidade das contas a receber;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, ajustamento de justo valor;
- d) Cálculo de provisões e responsabilidade por benefícios pós-emprego;
- e) Cálculo do imposto sobre o rendimento.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das presentes demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. Não obstante, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas, através da Demonstração de Resultados, de forma prospectiva, conforme disposto pela norma IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.20 Justo Valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, se existir um mercado activo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13 – Mensuração do justo valor.

No caso de não existir um mercado activo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

A Sonae Indústria SGPS aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são directamente observáveis em mercado, para os quais a Sonae Indústria SGPS utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

2.21 Eventos Relevantes

Em 31 de Maio de 2016, foi assinado um acordo de parceria estratégica entre a Sonae Indústria, SGPS, S.A. com a Inversiones Arauco Internacional, Limitada, uma sociedade pertencente ao grupo Arauco. Esta parceria 50/50 engloba as operações de painéis derivados de madeira e atividades relacionadas que a Sonae Indústria detinha na Europa e África do Sul, nomeadamente todas as unidades de produção de painéis de derivados de madeira, químicos e papel impregnado, mas não abrange as operações da Sonae Indústria localizadas na América do Norte, bem como os negócios de laminados e de componentes, que continuaram a ser detidos na totalidade pela Sonae Indústria.

A parceria foi concretizada mediante a subscrição pela Arauco de um aumento de capital, no valor de 137,5 milhões de euros, na subsidiária da Sonae Indústria, Tableros de Fibras, S.A., que alterou a sua denominação social para Sonae Arauco, S.A..

A concretização desta transação estava sujeita a determinadas condições, entre outras: aprovação pelas autoridades da concorrência competentes; a execução de certas reorganizações internas, acordadas entre a Sonae Indústria e a Arauco, com o objetivo de atingir o perímetro relevante do negócio; e determinadas alterações a contratos de financiamento do grupo Sonae Indústria, que foram totalmente satisfeitas até à data da assinatura do acordo.

A Sonae Indústria está confiante de que esta parceria reforça o seu compromisso de longo prazo com a indústria de painéis derivados de madeira, visto que a associação entre as duas empresas sólidas, conceituadas e com vasta experiência no sector irá permitir à Sonae Arauco, alavancado nos pontos fortes de cada uma das acionistas,

construir uma operação mais robusta e competitiva nos mercados Europeu e Sul Africano.

No âmbito desta reestruturação, foram alienadas, ao Grupo Sonae Arauco as participações da Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL, Sonae Indústria – Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, S.A., Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A., Somit Imobiliária, S.A., Imoplamac – Gestão de Imóveis, S.A., Sif Energia, S.A., Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A. e Agloma Investimentos, SGPS, S.A. (Nota 5), as quais geraram uma mais valia líquida de 2.141.544 euros (Nota 24).

Foram também anuladas perdas de imparidade registadas em anos anteriores, relativas às participadas Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A. e Sonae Indústria – Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, S.A., no montante de 691.359 euros e 1.447.861 euros respetivamente.

3 Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31.12.16			Total
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos Fixos Tangíveis em curso	
Ativo bruto:				
Saldo inicial	38.099	133.355		171.454
Aquisições				0
Saldo final	38.099	133.355	0	171.454
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo inicial	37.985	132.766		170.751
Depreciação do Exercício	44	394		438
Saldo final	38.029	133.160	0	171.189
Valor líquido	70	195	0	265
	31.12.15			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos Fixos Tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:				
Saldo inicial	38.099	133.355		171.454
Transferências	0			0
Saldo final	38.099	133.355	0	171.454
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo inicial	37.941	132.174		170.115
Depreciação do Exercício	44	592		636
Saldo final	37.985	132.766	0	170.751
Valor líquido	114	589	0	703

4. Instrumentos financeiros

À data de 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos e passivos financeiros reconhecidos na demonstração de posição financeira, correspondem às seguintes categorias da IAS 39:

NOTAS	Empréstimos e cortas a receber	Ativos registrados a justo valor por resultados	Derivados de cobertura	Ativos disponíveis para venda	Sub-total	Ativos não abrangidos pela IAS 39	Total
31.12.16							
Ativos não correntes							
Investimentos disponíveis para venda	5			122.990	122.990		122.990
Outros Ativos não correntes	7	9.412.467			9.412.467		9.412.467
Ativos correntes							
Clientes	8	176.451			176.451		176.451
Outras dívidas de terceiros	8	12.546.236			12.546.236		12.546.236
Outros Ativos correntes	9					495.976	495.976
Caixa e equivalentes de caixa	10	161.532			161.532		161.532
Total		22.296.686		122.990	22.419.676	495.976	22.915.652
31.12.15							
Ativos não correntes							
Investimentos disponíveis para venda	5			122.922	122.922		122.922
Outros Ativos não correntes	7	284.895.781			284.895.781		284.895.781
Ativos correntes							
Clientes	8	25.423			25.423		25.423
Outras dívidas de terceiros	8	112.72.734			112.72.734		112.72.734
Outros Ativos correntes	9					102.685	102.685
Caixa e equivalentes de caixa	10	164.408			164.408		164.408
Total		296.358.347		122.922	296.481.268	102.685	296.583.953
	Passivos registrados a justo valor por resultados	Derivados de cobertura	Outros passivos financeiros	Sub-total	Passivos não abrangidos pela IAS 39	Total	
31.12.16							
Passivos não correntes							
Empréstimos bancários - líquidos da parcela de curto prazo	12		179.422.837	179.422.837		179.422.837	
Outros passivos não correntes	14				13.99.949		13.99.949
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	12		1.750.000	1.750.000		1.750.000	
Fornecedores	15		167.285	167.285		167.285	
Outras dívidas a terceiros	16		5.792.204	5.792.204		5.792.204	
Outros passivos correntes	17				1.364.183		1.364.183
Total			187.132.326	187.132.326	2.764.132	189.896.458	
31.12.15							
Passivos não correntes							
Empréstimos bancários - líquidos da parcela de curto prazo	12		4.873.284	4.873.284		4.873.284	
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	12		219.890.592	219.890.592		219.890.592	
Empréstimos obrigacionistas	13		147.987.525	147.987.525		147.987.525	
Fornecedores	15		185.374	185.374		185.374	
Outras dívidas a terceiros	16		206.170.531	206.170.531		206.170.531	
Outros passivos correntes	17				2.300.962		2.300.962
Total			579.107.306	579.107.306	2.300.962	581.408.268	

5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	31.12.16		31.12.15	
	Não Correntes	Correntes	Não Correntes	Correntes
Investimentos em Subsidiárias				
Saldo em 1 de Janeiro	275.462.311	-	64.635.222	-
Aquisições durante o período	3.832.080	-	2.110.777.089	-
Alienações durante o período	-34.462.488	-	-250.000	-
Saldo final do período	244.831.903	-	275.462.311	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 18)	-21.308.888	-	-20.091.600	-
	<u>223.523.015</u>	<u>-</u>	<u>255.370.711</u>	<u>-</u>
Investimentos em Empreendimentos Conjuntos				
Saldo em 1 de Janeiro	1.087.554.828	-	946.900.147	-
Aquisições durante o período	845.476	-	140.654.681	-
Alienações durante o período	-	-	-	-
Saldo final do período	1.088.400.304	-	1.087.554.828	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 18)	-892.491.770	-	-678.432.472	-
	<u>195.908.534</u>	<u>-</u>	<u>409.122.356</u>	<u>-</u>
Investimentos disponíveis para venda				
Justo valor em 1 de Janeiro	122.922	-	122.922	-
Aquisições durante o período	68	-	0	-
Justo valor no final do período	<u>122.990</u>	<u>-</u>	<u>122.922</u>	<u>-</u>
	<u>419.554.539</u>	<u>0</u>	<u>664.615.990</u>	<u>0</u>

Investimentos em subsidiárias

5.1 Movimento do período

Durante o ano de 2016, registaram-se as seguintes aquisições e alienações:

Subsidiárias	Valor
Aumentos	3.832.080
- Aquisições	105.001
- Glunz UK (80.000.000 ações)	1
- Agloma Imobiliária y Servicios, S.L. (5.000 ações)	5.000
- Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A. (10.000 ações)	50.000
- Sonae Indústria - Management Services, S.A. (10.000 ações)	50.000
- Aumento de capital	950.000
- Frases e Frações - Imobiliária e Serviços ,S.A.(190.000 ações)	950.000
- Cobertura de prejuízos	2.777.079
- Movepartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário,S.A.	470.570
- Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.	632.627
- Frases e Frações - Imobiliária e Serviços ,S.A.	1.673.882
- Alienações	34.462.488
- Taiber, Tableros Alglomerados Ibéricos S.L.	65.292
- Sonae Indústria - Produção e Comercialização de Derivados de Madeira,S.A.	3.497.787
- Euroresinas - Indústrias Químicas,S.A.	18.169.378
- Somit Imobiliária,S.A.	10
- Imoplamac - Gestão de Imóveis,S.A.	6.000.000
- Siaf Energia,S.A.	5.000
- Ecociclo - Energia e Ambiente, S.A.	1.720.021
- Agloma Investimentos,SGPS,S.A.	5.000.000
- Agloma Imobiliária y Servicios, S.L.	5.000

Decorrente das alienações das participações, foi gerada uma mais - valia líquida de 2.141.544 euros.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros, podem ser detalhados da seguinte forma:

Subsidiárias	31 Dezembro de 2016		31 Dezembro de 2015	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
- Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos S.L.	65.292			30.600
- Sonae Indústria - Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, S.A.	3.497.787			
- Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.				264.465
- Euroresinas - Indústrias Químicas, S.A.	18.169.378			502.769
- Sonae Indústria - Management Services, S.A.			250.000	
- Somit Imobiliária, S.A.	10			
- Imoplamac - Gestão de Imóveis, S.A.	6.000.000			
- Siaf Energia, S.A.	5.000			
- Ecociclo - Energia e Ambiente, S.A.	1.720.021			
- Agloma Investimentos, SGPS, S.A.	5.000.000			
- Agloma Imobiliária y Servicios, S.L.	5.000	5.000		
- Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.		682.627		
- Sonae Indústria - Management Services, S.A.		50.000		
- Glunz UK		1		
- Megantic BV				207.300.000
- Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.		470.570		2.929.254
- Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.		2.623.882		50.000
	34.462.488	3.832.080	250.000	211.077.089

5.2 Valorização das participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade detinha as seguintes participações em subsidiárias incluídas na rubrica de Investimentos em Subsidiárias:

Sociedade	% Participação	Custo de Aquisição	Perdas de Imparidade	Quantia Escriturada	Capitais Próprios	Resultados Líquidos
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	100,00%	3.438.885	962.785	2.476.100	2.807.100	-131.298 a)
Movelpartes - Componentes para Indústria do Mobiliário, S.A.	100,00%	8.132.481	6.794.065	1.338.416	343.237	-1.165.452 a)-b)
Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	100,00%	22.552.828	10.195.530	12.357.298	12.396.117	1.223.932 a)-b)
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.	100,00%	2.673.882	2.673.882	0	-965.808	-3.605.185 a)-c)
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.	100,00%	682.627	682.627	0	-638.268	-1.320.895 a)-c)
Sonae Indústria - Management Services, S.A.	100,00%	50.000	0	50.000	-51.577	-10.1577
Glunz UK	100,00%	1	0	1	-19.476	-19.476
Megantic BV	100,00%	207.300.000	0	207.300.000	77.914.168	20.192.454
Sonae RE, Societé Anonyme	0,04%	1200	0	1200	1.235.160	-10.060
		244.831.903	21.308.888	223.523.015		

a) Estima-se que o montante pelo qual o custo de aquisição das participações financeiras, na Maiequipa – Gestão Florestal S.A., na Sonae Industria Revestimentos S.A., na Movelpartes – Componentes para a Indústria de Mobiliário S.A., na Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A., e na Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S.A. se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, tendo sido reconhecidas perdas por imparidade (Nota 18) no exercício e em anos anteriores.

b) Foram realizados testes de imparidade à data de 30 de novembro de 2016, relativos às empresas Sonae Industria Revestimentos S.A.(12.357.298 euros) e Movelpartes - Componentes para a Indústria de Mobiliário, S.A.(1.338.416 euros) que consistiram em determinar o valor de uso através do método dos fluxos de caixa descontados. Para tal, foram efetuadas projeções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 5 anos, posteriormente extrapolados através de uma perpetuidade e atualizados à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras. As taxas de desconto utilizadas

correspondem às taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC), recalculadas através da metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model) para cada segmento relatable, antes de impostos. Estas taxas consideram especificidades do mercado, incorporando diferentes fatores de risco, bem como a taxa de juro sem risco das Obrigações do Tesouro a 10 anos da Alemanha adicionadas de um prémio de risco em cada país considerado. A utilização de um período de 5 anos para projeção dos fluxos de caixa teve em consideração a extensão e intensidade dos ciclos económicos a que a atividade do grupo está sujeita. Os fluxos de caixa considerados têm por base o Plano de Negócios do Grupo, que inclui projeções atualizadas anualmente de forma a incorporar os desenvolvimentos ocorridos nos mercados em que o Grupo atua.

2016

	SIR	M ovelpartes
Taxa de desconto (antes imposto)	11,68%	9,31%
Vendas (CAGR)	0,40%	10,30%
Taxa de crescimento da perpetuidade	1,00%	1,00%
Período de projecção dos fluxos de caixa	5 anos	5 anos
Conclusões do Teste	Sem imparidade	Sem imparidade

2015

	SIR	M ovelpartes
Taxa de desconto (antes imposto)	9,74%	9,22%
Vendas (CAGR)	4,70%	2,90%
Taxa de crescimento da perpetuidade	1,00%	1,00%
Período de projecção dos fluxos de caixa	8 anos	8 anos
Conclusões do Teste	Sem imparidade	Com imparidade

Na sequência dos testes realizados, não foi necessário proceder a qualquer ajustamento às perdas de imparidade já existentes.

c) As avaliações efetuadas a 31.12.2016 aos terrenos e edifícios pertencentes à Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A. e à Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S.A por forma a determinar o valor de mercado (liquidação) desses imóveis conduziu ao registo de imparidades nessas subsidiárias constituindo um impacto negativo nos seus capitais próprios. Em consequência, a Sonae Indústria registou perdas de imparidade pela totalidade dessas participações, no valor de 3.356.309 euros (Nota 26).

5.3 Investimentos em empreendimentos conjuntos

Durante o ano de 2016, verificaram-se as seguintes aquisições:

Empreendimento Conjunto	Valor
Aumentos	845.476
- Sonae Arauco, S.A. - Aquisição de 4 ações	210.000
- Sonae Arauco, S.A. - Entrada de dinheiro	635.476

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros, podem ser detalhados da seguinte forma:

Empreendimento Conjunto	31 Dezembro de 2016		31 Dezembro de 2015	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
- Sonae Arauco, S.A.	0	845.476	0	140.654.681

À data de 31 de dezembro de 2016, foi registado o justo valor do investimento na Sonae Arauco, S.A., que foi estimado com referência a 31 de maio de 2016. O justo valor foi estimado com base nos seguintes pressupostos:

	Segmentos geográficos e de negócio			
	Península Ibérica	Alemanha	África do Sul	Euroresinas. S.A
Taxa de desconto (antes de imposto)	9,4%	8%	14,0%	9,4%
Taxa de crescimento da perpetuidade	2,0%	2,0%	5,5%	2,0%
Taxa de crescimento (CAGR 2016-2020)				
Total de rendimentos líquidos	2,2%	2,8%	5,1%	3,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2,9%	3,5%	6,5%	3,0%
EBITDA	-0,6%	0,3%	0,1%	4,5%

CAGR - Taxa média ponderada de crescimento

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade detinha a seguinte participação em empreendimento conjunto, incluída na rubrica de Investimentos em Subsidiárias e Empreendimentos Conjuntos:

Sociedade	% Participação	Custo de Aquisição	Perdas de Imparidade	Quantia Escriturada	Capitais Próprios	Resultados Líquidos
Sonae Arauco, S.A.	50,00%	1.088.400.304	892.491.770	195.908.534	304.382.319	72.320.550

Foi registada uma imparidade no montante de 214.059.298 euros relativa à participada Sonae Arauco, S.A. (Nota 26).

5.4 Investimentos disponíveis para venda

Os Investimentos Disponíveis para venda referem-se a participações financeiras que não cumprem os critérios para serem classificadas como subsidiárias ou associadas e têm a seguinte discriminação:

	31.12.16	31.12.15
Unidades de Participação INEGI	109.976	109.976
Unidades de Participação CTIMM	5.986	5.986
Unidades de Participação PIEP	5.000	5.000
Unidades de Participação PINUS	1.496	1.496
Unidades de Participação BIOMASSA	297	297
Depósito garantia	167	167
Fundo de compensação	68	
	122.990	122.922

6. Ativos por impostos diferidos

O detalhe dos Ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 de acordo, com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

<u>IMPOSTOS DIFERIDOS-SALDOS</u>				
	31.12.16		31.12.15	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Prejuízos Fiscais Reportáveis	0	-	1.511.726	-
Outros	223.353	-	1.140.740	-
	<u>223.353</u>	<u>-</u>	<u>2.652.466</u>	<u>-</u>
<u>IMPOSTOS DIFERIDOS - MOVIMENTOS</u>				
	31.12.16		31.12.15	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Saldo inicial	2.652.466	-	4.743.026	-
Efeito em resultados:				
Prejuízos Fiscais Reportáveis	-1.511.726	-	-1.252.545	-
Outros	-917.388	-	-838.015	-
Sub Total (Nota 27)	<u>-2.429.114</u>	<u>-</u>	<u>-2.090.560</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>223.353</u>	<u>-</u>	<u>2.652.466</u>	<u>-</u>

O montante incluído em “Outros” diz respeito a benefícios fiscais SIFIDE e CFEI a deduzir nos próximos anos. A variação ocorrida no período refere-se à anulação do benefício fiscal SIFIDE das entidades Sonae Indústria – Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, S.A. e de Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A. que foram alienadas e como consequência saíram do grupo de tributação.

Foi anulado a totalidade do ativo por impostos diferidos relativamente aos prejuízos fiscais reportáveis gerados em 2013 no montante de 11.364.311 euros e que caducam em 2018, tendo em conta a alteração verificada em 2016 na constituição do grupo de tributação referido anteriormente. O crédito de imposto potencial é de 2.386.505 euros.

7. Outros Ativos não correntes

O detalhe dos outros Ativos não correntes em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é o seguinte:

	31.12.16	31.12.15
Empréstimos concedidos a empresas do grupo (Nota 2.2 e 21)	9 412 467	284 895 781
Perdas de Imparidade Acumuladas (Nota 18)	9 412 467	284 895 781
Instrumentos financeiros	<u>9 412 467</u>	<u>284 895 781</u>

Decomposição dos suprimentos concedidos no final do período:

Empresas	Saldo final
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	445.900
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	906.000
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.	<u>8.060.567</u>
	9.412.467

Em cumprimento do disposto no artº5 nº 4 do Decreto – Lei nº 495/88 de 30 de dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de dezembro foram celebrados contratos de suprimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 com as empresas Maiequipa – Gestão Florestal, S.A, Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A. e Sonae Arauco, S.A.

Os empréstimos concedidos a empresas do Grupo têm vencimento de médio e longo prazo e no final do ano venciam juros à taxa de 4.878%.

Não existem condições de reembolso previstas, somente para taxa de juro. O reembolso é efetuado mediante as disponibilidades de cada uma das empresas, não sendo, neste momento, possível prever a data, nem é expectável que o seu reembolso ocorra no próximo ano.

8. Cientes e Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica Clientes tinha a seguinte composição:

	31.12.16	31.12.15
Clientes, conta corrente	176 451	25 423
	176 451	25 423

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as contas correntes de Clientes tinham as seguintes maturidades:

	31.12.16	31.12.15
Não vencido	124.020	24.606
Vencido mas sem registo de imparidade		
< 30 dias	52.431	0
30 - 90 dias	0	0
>90 dias	52.431	818
	52.431	818
Total	176.451	25.423

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as Outras dívidas de terceiros tinham a seguinte composição:

	31.12.16	31.12.15
Outras dívidas de terceiros		
Empresas Grupo - Juros (nota 21)	94.202	3.209.190
Empresas Grupo - IRC Grupo (nota 21)	346.644	2.999.626
Empresas Grupo - Em empréstimos (Nota 21)	12.055.959	5.033.000
Outros	15.000	
	12.511.805	11.241.816
Outros devedores	34.431	30.917
	12.546.236	11.272.734

Decomposição das operações financeiras concedidas no final do período:

Empresas	Saldo final
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	13.000
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	209.000
Glunz UK	602.026
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.	11231.933
	<u>12.055.959</u>

Em cumprimento do disposto no artº5 nº 4 do Decreto – Lei nº 495/88 de 30 de dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de dezembro foram celebrados contratos de operações financeiras durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 com as empresas Maiequipa – Gestão Florestal, S.A, Movelpartes – Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A., Glunz UK, Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S.A e Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A..

Os empréstimos concedidos a empresas do Grupo sob a forma de operações financeiras têm vencimento a curto prazo e no final do ano venciam juros à taxa de juro de 4,878%.

A maturidade dos outros devedores é a seguinte:

	ANTIGUIDADE DE DEVEDORES DIVERSOS		ANTIGUIDADE DE FORNECEDORES (SALDOS ACTIVOS)		TOTAL OUTROS DEVEDORES	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Vencido mas sem registo de imparidade	-	-	-	-	-	-
< 30 dias	-	-	959	7.768	959	7.768
30 - 90 dias	-	23.150	-	-	-	23.150
>90 dias	25.492	-	7.980	-	33.472	-
	<u>25.492</u>	<u>23.150</u>	<u>8.939</u>	<u>7.768</u>	<u>34.431</u>	<u>30.917</u>
Total	<u>25.492</u>	<u>23.150</u>	<u>8.939</u>	<u>7.768</u>	<u>34.431</u>	<u>30.917</u>

9. Outros Ativos correntes

O detalhe dos outros Ativos correntes em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é o seguinte:

	31.12.16	31.12.15
Acréscimos de Rendimentos	342 077	29 283
Custos Diferidos	153 900	73 403
	<u>495 976</u>	<u>102 685</u>
Ativos não abrangidos pela IAS 39	<u>495 976</u>	<u>102 685</u>

A rubrica de Acréscimos de rendimentos diz respeito a juros a receber de empréstimos concedidos às suas participadas.

10. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.12.16	31.12.15
Numerário	1.889	1.113
Depósitos bancários	159.643	163.295
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>16.1532</u>	<u>164.408</u>
Descobertos bancários (1)		-9.999.481
	<u>16.1532</u>	<u>-9.835.073</u>

(1) registado no balanço na rubrica Empréstimos Bancários correntes (Nota 12)

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

11. Capital Próprio

Capital Social

O capital social é de 812.107.574,17 euros, representado por 11.350.757.417 ações escriturais nominativas, sem valor nominal.

As ações representativas do capital social, nas datas de 31 de dezembro de 2016 e 2015, não conferem direito a qualquer remuneração fixa.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sociedade e suas filiais não detinham quaisquer ações próprias.

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2016:

<u>Entidade</u>	<u>%</u>
Efanor Investimentos, SGPS, S. A.	42,66
Pareuro BV	25,83

O Capital Próprio a 31 de dezembro de 2016 e 2015 tem a seguinte decomposição:

	2016	2015
Capital Social	8 12 . 10 7 . 574	8 12 . 10 7 . 574
Reserva Legal	3 . 13 1 . 757	3 . 13 1 . 757
Outras Reservas e Resultados Acumulado	-561.919.534	-432.356.410
Reservas Livres	20.145.630	20.145.630
Reservas Outras	245.913.105	245.913.105
Resultados Transitados	-698.415.145	-465.600.216
Resultado Líquido do Exercício	-129.563.124	-232.814.929
Outro Rendimento Integral Acumulado	<u>-23.641</u>	<u>225.852</u>
	<u>253.296.157</u>	<u>383.108.773</u>

Considerando que o montante dos capitais próprios da sociedade é inferior a metade do capital social, o Conselho de Administração, vai, nos termos da lei requerer para ser incluído um ponto na ordem de trabalhos da Assembleia Geral Anual de forma a informar os acionistas da situação existente e estes tomarem as medidas que julguem convenientes, sendo que o Conselho de Administração irá propor uma redução do capital social.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras Reservas e Resultados Acumulados

Reservas livres: Relativas a lucros obtidos em exercícios anteriores e encontram-se disponíveis para distribuição, desde que não sejam necessárias para cobrir prejuízos.

Reservas Outras: Esta rubrica inclui reservas de fusão de exercícios anteriores, no valor de 245.913.105 euros, as quais, nos termos de legislação Portuguesa não são distribuíveis, podendo ser incorporadas no capital Social.

Resultados Transitados: A variação desta rubrica prende-se com o registo do prejuízo registado em 2015.

Outro Rendimento Integral Acumulado

Plano de ações:

Como referido na nota 2.11, as ações atribuídas existentes foram canceladas uma vez que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade procedeu a uma reconfiguração deste esquema remuneratório, que deixou de incluir a atribuição de ações da mesma e passou a incluir uma prestação pecuniária a ser paga no mesmo horizonte temporal. A obrigação de entrega das ações anteriormente atribuídas foi convertida numa obrigação pecuniária, tendo em consideração o valor das ações à data de conversão da obrigação.

Em face desta alteração, a responsabilidade registada na rubrica “Reservas - Prémios Diferidos” e incluída na rubrica de balanço “ Outro Rendimento Integral” foi transferida para as rubricas “Outros Passivos não Correntes” e “Outros Passivos Correntes”.

Reservas Outros:

Diz respeito aos ganhos/(perdas) atuariais relacionados com o Fundo Pensões (nota 13), no exercício de 2016 no montante de (23.641) euros.

12. Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

NOTAS	31.12.16				31.12.15			
	Custo amortizado		Valor Nominal		Custo amortizado		Valor Nominal	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Outros empréstimos-Papel Comercial a)	1.750.000	179.422.837	1.750.000	80.900.000	140.850.000	4.513.293	140.850.000	5.050.000
Empréstimos bancários - outros a)					69.041.111	359.991	69.041.111	833.333
Empréstimos obrigacionistas b)					147.987.525		150.000.000	
Descobertos bancários					9.999.481		9.999.481	
Endividamento bruto	1.750.000	179.422.837	1.750.000	80.900.000	367.878.118	4.873.284	369.890.592	5.883.333

Os empréstimos (valor nominal) são reembolsáveis nos seguintes anos, não considerando as reclassificações abaixo referidas na nota a):

	31.12.16	31.12.15
2016		116.615.592
2017	1.750.000	10.383.333
2018	1.900.000	79.475.000
2019	38.000.000	84.600.000
2020	44.000.000	84.700.000
2021	97.000.000	
	182.650.000	375.773.925

As taxas de juro médias verificadas para cada classe de endividamento indicado no mapa anterior, foram as seguintes:

	2016	2015
Empréstimos Bancários	6,450%	6,682%
Empréstimos obrigacionistas	5,370%	4,535%
Outros empréstimos-Papel Comercial	4,614%	4,781%

No cômputo destas taxas de juro médias não foram considerados os descobertos bancários, por imaterialidade dos montantes envolvidos. A taxa média das obrigações evidenciada na tabela anterior, para o exercício de 2016, exclui o efeito do registo, no 2º trimestre de 2016, dos custos de financiamento iniciais previamente diferidos de 1,9 milhões de euros, devido ao seu reembolso antecipado como parte do processo de refinanciamento para a implementação da parceria na Sonae Arauco, S.A..

a) Empréstimos Bancários à data de 31 de dezembro de 2016:

Financiamento	Data de inicial de contratação	Vencimento à data de 31.12.2016	Divisa	Montante em dívida (valor nominal) à data de 31.12.2016 (EUR)	Montante em dívida (valor nominal) à data de 31.12.2015 (EUR)
Empréstimo Bancário	agosto de 2010	amortizado em julho de 2016, por acordo entre as partes	EUR	€ 0	€ 1.944.444
Programa de Papel Comercial	setembro de 2010	amortizado em junho de 2016, conforme previsto contratualmente	EUR	€ 0	€ 12.500.000
Programa de Papel Comercial	junho de 2013	junho de 2018 Nota: programa sem garantia de subscrição	EUR	€ 1.500.000	€ 13.650.000
Programa de Papel Comercial	julho de 2014	amortizável entre dezembro de 2015 e junho de 2018 ⁵⁾	EUR	€ 0	€ 8.350.000
Programa de Papel Comercial	agosto de 2014	2)	EUR	€ 0	€ 93.900.000
Empréstimo Bancário	outubro de 2014	2)	EUR	€ 0	€ 7.930.000
Programa de Papel Comercial	fevereiro de 2015	2)	EUR	€ 0	€ 12.500.000
Empréstimo Bancário	junho de 2015	2)	EUR	€ 0	€ 60.000.000
Programa de Papel Comercial	outubro de 2015	amortizado em outubro de 2016, conforme previsto contratualmente	EUR	€ 0	€ 5.000.000
Empréstimo Bancário	dezembro de 2015	amortizado em janeiro de 2016, conforme previsto contratualmente	EUR	€ 0	€ 9.999.481
Programa de Papel Comercial ³⁾	maio de 2016	amortizável entre maio de 2019 e maio de 2021	EUR	€ 175.000.000	N/A
Programa de Papel Comercial	julho de 2016	amortizável entre janeiro de 2018 e julho de 2019 ⁶⁾	EUR	€ 4.900.000	N/A
Programa de Papel Comercial	julho de 2016	amortizável entre julho de 2017 e julho de 2018	EUR	€ 1.250.000	N/A
Programa de Papel Comercial ⁴⁾	dezembro de 2016	amortizável entre junho de 2018 e dezembro de 2019	EUR	€ 0	N/A

Notas Adicionais

1) Os contratos descritos anteriormente têm subjacentes taxas de juro variáveis.

2) Por acordo entre as partes, estes financiamentos foram revogados com efeitos a partir de final de maio de 2016, tendo sido reembolsada a totalidade dos valores em dívida.

3) As garantias associadas a este empréstimo incluem os penhores das ações das suas subsidiárias Megantic B.V. e Tafisa Canada Inc..

Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. está obrigada a manter um determinado nível máximo de Dívida Financeira calculado com base nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade, comprometendo-se também com um rácio "Dívida Líquida / EBITDA" máximo para a Tafisa Canada Inc. calculado com base nas demonstrações financeiras individuais da Tafisa Canada Inc.. O incumprimento de qualquer um destes rácios pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.

4) No âmbito deste financiamento, a Sonae Indústria SGPS, S.A. deu em garantia as ações da sua subsidiária Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A..

Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. está obrigada a manter um rácio de Autonomia Financeira ("Total do Capital Próprio/ Total do Ativo"). Este rácio é testado anualmente, a partir de 31 de dezembro de 2016 (inclusive) até ao término do financiamento, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.

Eventos subsequentes

5) Em janeiro de 2017, por acordo entre as partes, o montante nominal máximo deste financiamento aumentou para € 7.500.000 e sua maturidade transitou para janeiro de 2020 (amortizável entre julho de 2018 e janeiro de 2020).

b) Empréstimos Obrigacionistas à data de 31 de dezembro de 2016:

Empresa(s)	Financiamento	Data de inicial de contratação	Vencimento à data de 31.12.2016	Divisa	Montante em dívida à data de 31.12.2016 (EUR)	Montante em dívida à data de 31.12.2015 (EUR)
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Empréstimo Obrigacionista Sonae Indústria / 2014 - 2020	outubro de 2014	amortizado em maio de 2016, por acordo entre as parte	EUR	€ 0	€ 150.000.000

Notas Adicionais

1) O contrato descrito anteriormente tinha subjacente taxa de juro variável.

13. Responsabilidades por benefícios de aposentação

A sociedade dispõe de um plano de benefícios definidos, com fundo constituído, gerido por entidade terceira e calculado de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, com base em estudos atuariais levados a cabo por entidade independente. Estão abrangidos os trabalhadores da sociedade contratados até 31 de dezembro de 1994 que, a partir do momento da reforma e até ao termo da vida, receberão mensalmente uma renda correspondente a 20% do seu salário à data de reforma. Os trabalhadores abrangidos têm a possibilidade de optar pelo recebimento de uma quantia no momento de reforma, em alternativa à renda mensal.

A taxa técnica atuarial de 2,5%, utilizada no cálculo da responsabilidade por benefícios definidos, foi obtida a partir das curvas de rendimento das obrigações corporativas de cupão zero de elevada qualidade, da zona euro, acrescida de um *spread*, determinado com base no índice iTraxx Europe Main.

Durante o ano de 2016, várias pessoas foram transferidas para a Sonae Indústria bem como a responsabilidade pelo pagamento de um plano de benefícios futuros, de acordo com os pressupostos acima mencionados.

A duração média estimada da obrigação por benefícios definidos registada é de cerca 21 anos.

Os pressupostos atuariais foram os seguintes:

Taxa de Crescimento de Pensões: 0%
 Taxa de rendimento do fundo: 7%
 Taxa técnica atuarial: 2,5%
 Taxa de Crescimento salarial esperada: 3%
 Tábua de Mortalidade: TV 88/90

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no valor presente das obrigações de benefícios definidos pode ser decomposto como segue:

	<u>31.12.2016</u>
(+) Saldo inicial do valor presente das obrigações de benefícios definidos	
(+) Custo de juros	3 779
(+) Custo do serviço corrente	4 334
(+) Remensurações:	
Resultantes de ajustamentos de experiência	11 574
(-) Transferência trabalhador	109 567
Cortes	17 592
(=) Saldo final do valor presente das obrigações de benefícios definidos	<u>146 846</u>

Durante o exercício de 2016, o justo valor dos ativos dos planos registou os seguintes movimentos:

	<u>31.12.2016</u>
(+) Saldo inicial do justo valor dos ativos do plano	
(+) Rendimento de juros	1 516
(+) Remensurações	2 097
(-) Transferência trabalhador outros	40 503
	<u>11 203</u>
(=) Saldo final do justo valor dos ativos do plano	<u>55 320</u>

À data de 31 de dezembro de 2016, o valor das responsabilidades por benefícios definidos reconhecidos na Demonstração de posição financeira é detalhado como segue:

	<u>31.12.2016</u>
(+) Valor presente das obrigações de benefícios definidos	146 846
(-) Justo valor dos ativos do plano	<u>55 320</u>
(=) Passivo de benefícios definidos	<u>91 528</u>

14. Outros Passivos não Correntes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
Outros Passivos Correntes		
Remunerações a Liquidar	<u>1 399,949</u>	
Passivos não abrangidos pela IFRS7	<u>1 399,949</u>	<u>0</u>

O valor inscrito na rubrica “remunerações a liquidar “ diz respeito à responsabilidade assumida pela empresa do plano de incentivos de médio e longo prazo registada linearmente ao longo do período de diferimento do pagamento, atribuído em 2015 e 2016.

15. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da sociedade. As contas de fornecedores têm as seguintes maturidades:

	MATURIDADE DE FORNECEDORES C/C	
	31.12.16	31.12.15
A Pagar a		
<90 dias	164.590	142.925
90 - 180 dias		13.835
> 180 dias	2.695	28.614
	<u>167.285</u>	<u>185.374</u>

16. Outras dívidas a terceiros e Estado e Outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as Outras Dívidas a Terceiros tinham a seguinte composição:

	31.12.16	31.12.15
Outras dívidas a terceiros		
Empresas Grupo - IRC Grupo (Nota 21)	272.805	984.526
Empresas Grupo - Outras Operações (Nota 21)	635.476	
Empréstimos obtidos de empresas do Grupo (Nota 21)	4.541.000	18.616.000
Fornecedores - investimentos financeiros (Nota 21)		186.570.000
Outros	342.915	
Instrumentos financeiros	<u>5.792.196</u>	<u>206.170.526</u>
Outros credores	<u>8</u>	<u>5</u>
	<u>5.792.204</u>	<u>206.170.531</u>

O empréstimo obtido de empresas do grupo diz respeito à operação financeira concedida pela Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.

Em cumprimento do disposto no artº5 nº 4 do Decreto – Lei nº 495/88 de 30 de dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de dezembro foram celebrados contratos de operações financeiras durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 com as empresas Sonae Indústria de Revestimentos, S.A, Moveipartes – Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A. e Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A..

Os empréstimos obtidos de empresas do grupo têm vencimento de curto prazo e no final do ano venciam juros à taxa de 1,568%.

O montante registado em 2015 na rubrica Fornecedor – Investimentos Financeiros foi regularizado em 2016 após a entrada no capital da Sonae Arauco e regularização da dívida entre Sonae Arauco e Sonae Indústria.

A maturidade das outras dívidas a terceiros é a seguinte:

31.12.16	< 90 dias	90 - 180 dias	> 180 dias	Total
Empresas do Grupo	908.281		4.541.000	5.449.281
Maturidade dos Outros Credores correntes	342.915	-	-	342.915
	<u>1.251.196</u>	<u>-</u>	<u>4.541.000</u>	<u>5.792.196</u>
31.12.15	< 90 dias	90 - 180 dias	> 180 dias	Total
Empresas do Grupo	984.526		18.616.000	19.600.526
Maturidade dos Fornecedores de imobilizado correntes	186.570.000	-	-	186.570.000
	<u>187.554.526</u>	<u>-</u>	<u>18.616.000</u>	<u>206.170.526</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Estado e Outros Entes Públicos tinham a seguinte decomposição:

	31.12.16	31.12.15
Estado e outros entes públicos - Passivo		
Imposto Corrente a Pagar	83 885	489 624
Imposto sobre o rendimento	51.549	460.545
Retenções Imposto	32.335	29.079
Outros Impostos e contribuições a pagar	28.832	34.613
Imposto s/ Valor acrescentado	9.942	17.462
Contribuições para a segurança social	18.639	17.151
Outros	251	
Passivos não abrangidos pela IAS 39	<u>112.716</u>	<u>524.237</u>

17. Outros Passivos Correntes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.16	31.12.15
Outros Passivos Correntes		
Remunerações a Liquidar	463.242	269.472
Seguros a Liquidar	0	2.851
Juros a liquidar	722.928	1.776.999
Fornecimentos e Out serv	178.013	251.641
Passivos não abrangidos pela IAS 39	<u>1.364.183</u>	<u>2.300.962</u>

18. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

31.12.2016	Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Reversões	Saldo final
	Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 5)	698.524.071	217.415.807	2.139.220		913.800.658
	Provisões Não Correntes (Nota 13)		91.528			91.528
		<u>698.524.071</u>	<u>217.507.335</u>	<u>2.139.220</u>	<u>0</u>	<u>913.892.186</u>
31.12.2015	Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Reversões	Saldo final
	Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 5)	465.793.443	232.730.628			698.524.071
		<u>465.793.443</u>	<u>232.730.628</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>698.524.071</u>

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente Ativo (Nota 26)

19. Locações operacionais

À data de balanço a sociedade detinha contratos irrevogáveis de locação operacional, cujas rendas vencem como se segue:

	31.12.16	31.12.15
Vencíveis em 2016		25.071
Vencíveis em 2017	31.308	13.224
Vencíveis em 2018	25.059	13.224
Vencíveis em 2019	10.410	1.102
	<u>66.777</u>	<u>52.621</u>

20. Riscos financeiros

20.1 Riscos de liquidez

O risco de liquidez descrito na nota 2.18, b) no que diz respeito ao endividamento bruto referido na nota 12 pode ser analisado como segue:

2016			2015				
Riscos Financeiros			Riscos Financeiros				
	Maturidade do endividamento Bruto	Juros	Total		Maturidade do endividamento Bruto	Juros	Total
2016				2016	116.615.592	14.809.928	131.425.520
2017	1.750.000	7.111.757	8.861.757	2017	10.383.333	12.798.213	23.181.546
2018	1.900.000	7.056.751	8.956.751	2018	79.475.000	11.538.647	91.013.647
2019	38.000.000	6.187.883	44.187.883	2019	84.600.000	7.421.313	92.021.313
2020	44.000.000	4.561.050	48.561.050	2020	84.700.000	3.199.300	87.899.300
2021	97.000.000	1.555.233	98.555.233				
	<u>182.650.000</u>	<u>26.472.674</u>	<u>209.122.674</u>		<u>375.773.926</u>	<u>49.767.401</u>	<u>425.541.326</u>

Os valores de juros indicados nos quadros anteriores foram calculados com base nas taxas de juro em vigor a 31 de dezembro de 2016 e 2015 para cada um dos valores em dívida. O valor indicado para 2017 (2016) no perfil de vencimento do endividamento bruto inclui, para além das amortizações de dívida programadas, a amortização dos valores considerados no endividamento de final de 2016 (2015) para os quais o compromisso da dívida é inferior a um ano.

O perfil de vencimento dos restantes instrumentos financeiros está incluído nas respetivas notas explicativas.

20.2 Risco de Mercado

20.2.1 Risco de taxa de juro

Na análise do risco da taxa de juro descrito na nota 2.18 a) i) foi calculado o efeito que se teria produzido nos resultados do exercício de 2016 e 2015, no caso de ter ocorrido

uma variação de +/- 0,75% em relação às taxas de juro refixadas durante esses exercícios.

Riscos Financeiros							
		2016			2015		
		"Notional"	Efeitos em resultados (Valores em Eur)		"Notional"	Efeitos em resultados (Valores em Eur)	
			0,75%	-0,75%		0,75%	-0,75%
Endividamento Bruto							
	Intragrupo	-4.541.000	-172.978	172.978	-18.616.000	-104.064	104.064
	Externo	-182.650.000	-970.223	970.223	-357.844.444	-2.054.901	2.054.901
		-187.191.000	-1.143.201	1.143.201	-376.460.444	-2.158.965	2.158.965
Instrumentos Financeiros							
	Derivados	-	-	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos a empresas do grupo	2.1468.426	514.981	-514.981	274.520.029	2.789.286	-2.789.286
	Aplicações Tesouraria (externas)	-	-	-	-	-	-
		2.1468.426	514.981	-514.981	274.520.029	2.789.286	-2.789.286
			-628.220	628.220		630.321	-630.321

Considerando a Euribor a 6M como indicador de referência para o nível de taxas de juro do Euro, uma variação de 0,75% corresponde a 16,6 vezes o desvio padrão daquela variável em 2016 (14,3 vezes em 2015), os valores de juros foram calculados com base nas taxas de juro em vigor a 31 de dezembro de 2016, para cada um dos valores em dívida.

21. Partes relacionadas

Saldos e transações efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2016 e 2015 podem ser detalhados como se segue:

Saldos	Clientes		Fornecedores		Outras dívidas a Terceiros		Outros Activos não correntes		Outras dívidas de terceiros	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
- Aglora Investimentos	176.451	24.606	110.197	129.760	5.449.281	206.170.526	9.412.467	287.895.781	12.496.815	11.226.816
- Ecociclo						104.529				1.137.738
- Euroresinas	1.763					800.175				50.794
- Imoplamaç						10.298.214				172.123
- SInd-pcdm	39.615	23.714	11.170	53.538		15.330		9.356.000		3.485.852
- Maiequipa			5.558			235.275		17.642.400		3.482.942
- Movepartes	1.710	892			8.416	9.317	445.900	1200.900	49.448	65.670
- Sorrit Imobiliária					63.027	1072.051	906.000	906.000	263.192	64.990
- Sial Energia						9.350		517.500		244.016
- Sonae Industria Revestimentos	3.205		10.109		4.742.363	3.356.691				95.227
- Sonae sgps			49.000	49.000		3.699.594			338.037	84.833
- SInd - Management services										
- Sonae Arauco	25.296				635.476	186.570.000		3.236.871		1.762.632
- Taiber							255.036.110	-5.884		
- Raso Viagens Turismo										
- Solinca investimentos Turísticos			150	140						
- Sonaecenter II			27.813	20.200						
- Sonae RP				997						
- SC-Consultadoria				6						
- Imosede				221						
- Herco Consultoria risco				5.658						
- Frases e Frações										580.000
- Talisa Carada	10.4862									
- Nos			739							
- Mds Consulting			5.658							
- Frases e Frações							8.060.567		4.576	
- Glunz UK									6.556	
- Parcelas e Narrativas										11.231.933

Transações	Prestações de Serviços		Fornecimentos e Serviços externos		Juros auferidos		Juros Suportados	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
- Agloma Investimentos	458.769	0	205.994	186.682	3.699.690	19.238.604	245.480	267.282
- Ecodido					203	14.694		
- Euroresinas	10.032					16.937	3.443	7.863
- Imoplamaç						125.033	54.362	93.582
- Sind - pcdm	58.823		100.137	32.344	58.949	444.297		
- M.aiequipa					22.149	1269.035		
- M.oveipartes	4.655				39.067	64.710		
- Somit Imobiliária					45.888	66.354	6.409	4.771
- Siat Energia					5.025	66.304		12.585
- Sonae Industria Revestimentos	18.242						13.353	60.191
- Sonaecenter II			4.1748	9.493			65.403	88.290
- Sonae .sgps			50.000	50.000				
- Sind - Management services				22.146		-144		
- Sonae Arauco			46		194.793	1.762.632		
- Talber					2.484.083	15.408.752		
- SC-Consultadoria				6				
- Raso Viagens Turismo				64.402				
- Solinca Investimentos Turísticos			1.137	1.038				
- Nos			9.956	7.839				
- Sonae RP				-1.486				
- Imosede			2.970	900				
- Tafisa Canadá	367.017							
- Glunz UK						13.477		
- Megantic							100.608	
- Frases e Frações						295.093	1812	
- Parcelas e Narrativas						341.693	90	

As remunerações dos órgãos sociais são detalhadas da seguinte forma:

Remunerações pagas ao Conselho de Administração:

	2016	2015
Remuneração fixa	554.359	719.310
Remuneração variável	341.306	277.121
	<u>895.665</u>	<u>996.431</u>

Na rubrica de gastos com pessoal da demonstração de resultados por natureza para além das remunerações pagas estão incluídas estimativas relativas à responsabilidade assumida pela empresa do plano de incentivos de curto, médio e longo prazo no montante de 1.670.851 euros.

22. Remuneração órgãos de fiscalização

Remuneração do Conselho Fiscal, Assembleia Geral e Comissão Vencimentos:

	2016	2015
Remuneração fixa	37.700	38.975

Honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas Pricewaterhouse Coopers & Associados Lda.

Honorários Totais referentes revisão legal de contas	12.176
--	--------

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como o montante anual auferido pelos respectivos membros de forma individual são apresentados no relatório de governo da sociedade.

23. Prestações de serviços

As prestações de serviços têm o seguinte detalhe:

	2016	2015
Serviço Finanças Corporativas	161.595	
Serviço Jurídico-Legal	133.744	
Serviço Controlo de Gestão	92.834	
Outros	70.595	
TOTAL	458.768	

Em Junho 2016, várias áreas funcionais passaram para a sociedade, que debitou os seus serviços a outras entidades relacionadas para quem prestaram serviços.

24. Outros proveitos e custos operacionais

Os outros proveitos e custos operacionais são detalhados como segue:

Outros rendimentos Operacionais	31.12.16	31.12.15
Proveitos Suplementares	29.861	1.931
Ganhos na alienação investimentos não correntes	5.243.699	125.235
Outros	104.868	102.142
	5.378.428	229.308
Outros gastos operacionais	31.12.16	31.12.15
Perdas na alienação investimentos não correntes	3.102.155	
Impostos	225.649	140.314
Outros	57.661	245.839
	3.385.464	386.153

A rubrica “Ganhos na alienação investimentos não correntes” diz respeito às mais-valias contabilísticas registadas relativamente à alienação das participadas Agloma Investimentos, SGPS, S.A. e Imoplamac – Gestão de Imóveis, S.A. à Sonae Indústria – Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, S.A.

A rubrica “Perdas na alienação investimentos não correntes” diz respeito às menos-valias contabilísticas registadas relativamente à alienação das participadas: Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A., Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A., Sonae Indústria – Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, S.A., Agloma Imobiliária y Servicios, S.L. e Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, S.L., à Sonae Indústria – Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, S.A.

25. Resultados financeiros

	31.12.16	31.12.15
Gastos e perdas:		
Juros suportados (Nota 20 e 21)	14.806.655	17.091.800
Diferenças de câmbio	80.205	0
Outros	1.502.169	847.700
Gastos Financeiros	<u>16.389.028</u>	<u>17.939.500</u>
Resultados financeiros	<u>-12.553.002</u>	<u>1.332.878</u>
	<u>3.836.027</u>	<u>19.272.377</u>
Rendimentos e ganhos:		
Juros obtidos (Nota 21)	3.699.569	19.272.377
Diferenças de câmbio favoráveis	38.570	0
Outros	97.888	
	<u>3.836.027</u>	<u>19.272.377</u>

A variação nas rubricas de juros suportados e juros obtidos decorre essencialmente da reestruturação do grupo e financeira (Nota 2.21 e 5).

26. Resultados relativos a Investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

No exercício de 2016 e 2015 a sociedade teve os seguintes resultados relativos a investimentos:

	2016	2015
Dividendos	10 147 214 2	258 962
Agloma Investimentos,SGPS,S.A.		258.046
Sonae Indústria de Revestimentos,S.A.	230.893	
Siaf Energia,S.A.		781
Somit Imobiliária SA		135
Sonae Arauco,S.A.	75.013.749	
Megantic,B.V	26.227.500	
Reversão Perda de Imparidade	2 139 220	
Reversão perda imparidade participação da Ecociclo,S.A.(Nota 5)	691.359	
Reversão perda imparidade participação da Sind PCDM ,S.A.(Nota 5)	1.447.861	
Ganhos relativos a investimentos	103 611 362	258 962
Registo Perda de Imparidade	-217 415 807	-232 730 628
Registo perda imparidade participação da Movelpartes,S.A.(Nota 5)		-2.806.495
Registo perda imparidade participação da Sonae Arauco,S.A.(Nota 5)	-214.059.298	-229.232.774
Registo perda imparidade participação da Ecociclo,S.A.(Nota 5)		-691.359
Registo perda imparidade participação da Frases e Frações,S.A.(Nota 5)	-2.673.882	
Registo perda imparidade participação da Parcelas e Narrativas,S.A.(Nota 5)	-682.627	
Perdas relativas a investimentos	-217 415 807	-232 730 628
Resultado relativo a investimentos	-113 804 445	-232 471 666

27. Impostos sobre rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados como segue:

	31.12.16	31.12.15
Imposto corrente	295.095	2.539.082
Imposto diferido (Nota 6)	(2.429.114)	(2.090.560)
	(2.134.019)	448.522
Imposto corrente Ajust.ano anterior	(148.165)	83.546
	(2.282.183)	532.068
Imposto corrente	146.930	2.622.628
Imposto diferido	(2.429.114)	(2.090.560)

A reconciliação da taxa nominal com a taxa efetiva é como se segue:

	2016	2015
Resultado Antes de Impostos	-127.280.940	-233.346.997
Taxa de Imposto	2,1%	2,1%
Imposto sobre Rendimento	26.728.997	49.002.869
Ajustamentos ao imposto sobre rendimento		
Perda imparidade ativos financeiros	-45.657.319	-48.873.432
Dividendos	21.309.150	54.190
Mais e menos valias sobre alienação participação financeira	449.724	
Tributação Autônoma e Derrama S Ind SGPS	-9.057	-9.093
Encargos financeiros não dedutíveis	-2.415.607	
Anulação IDA'S não recuperáveis	-2.429.114	
Ativo por imposto diferido registado		300.498
Outros (diferenças permanentes)	-110.792	-26.510
	-2.134.019	448.522
Taxa Efetiva	1,7%	0,2%

28. Resultados por ação

Os resultados por ação dos exercícios apresentados, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.12.16	31.12.15
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	- 129 563 124	- 232 814 929
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	- 129 563 124	- 232 814 929
Número de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	11 350 757 417	11 350 757 417
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	11 350 757 417	11 350 757 417
Resultado por ação	-0,01141	-0,02051

Durante o exercício não se registaram resultados referentes a operações em descontinuação.

29. Contingências

Em outubro de 2010, a Sonae Industria, SGPS, SA recebeu uma nota de liquidação da autoridade fiscal, de acordo com a qual a menos-valia resultante da liquidação, em 2006, da sua participada Socelpac, SGPS, SA, no valor de 74 milhões de euros, apenas deveria ser considerada em 50% para efeitos de cálculo da matéria coletável em sede de IRC. Por discordar deste entendimento, a sociedade apresentou impugnação judicial. De acordo com a informação disponível à presente data, o Conselho de Administração considera que a probabilidade de a referida impugnação ser julgada improcedente é reduzida, pelo que não foi efetuado qualquer ajustamento aos montantes de imposto corrente e de ativo por imposto diferido registados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

A subsidiária Sonae Indústria de Revestimentos, S. A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 2 271 000 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações, com exceção do processo referente ao ano de 2013, em relação ao qual foi apenas apresentada reclamação graciosa.

A subsidiária Maiequipa – Gestão Florestal, S. A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 1 242 746 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A Sonae Indústria, SGPS, SA apresentou garantias bancárias no montante de 7 550 355 euros para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra si, tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A Sonae Industria SGPS prestou duas fianças a favor do Instituto de Segurança Social no montante de 5.049.804 euros e 321.858 euros respetivamente para caução da contingência que a Sonae Industria PCDM tem com esta entidade, esta contingência encontra-se em fase de reclamação.

A ex-subsidiária, Glunz AG e outros produtores alemães de painéis derivados de madeira encontram-se envolvidos em alguns processos de contencioso instituídos por alguns clientes por danos decorrentes de alegada violação das leis da concorrência, no

seguimento da qual as ex-subsidiárias Glunz AG e GHP receberam, em março de 2010, uma nota de ilicitude da Autoridade Alemã da Concorrência. Alguns desses processos já conheceram o desfecho durante os anos de 2015 e 2016 tendo sido registados os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras individuais de cada empresa e nas demonstrações consolidadas da participada Sonae Arauco (de cujo Grupo fazem parte). Nos termos do contrato de subscrição de acções da Sonae Arauco entre a Sonae Indústria SGPS SA e as empresas do Grupo Arauco, Inversiones Arauco Internacional Limitada e Celulosa Arauco y Constitucion SA, quaisquer perdas resultantes destes processos serão objecto de compensação por parte da Sonae Indústria SGPS SA. Para os processos ainda em curso, as reclamações apresentadas especificamente às ex-subsidiárias Glunz AG e GHP ascendem a um montante de 31,5 milhões de euros de contingência máxima. Existem outros processos em que as nossas ex-subsidiárias estão envolvidas conjuntamente com outros produtores alemães e cujos montantes ascendem a 65,2 milhões de euros de contingência máxima. De acordo com o parecer dos advogados das nossas ex-subsidiárias, à data de encerramento das demonstrações financeiras, não é possível estimar com fiabilidade o desfecho dos processos em curso ou o montante de eventuais pagamentos que venham a ser estabelecidos.

30. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de Março de 2017.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração Consolidada de Posição Financeira

Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas

Demonstração Consolidada de Rendimento Integral

Demonstração Consolidada de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31.12.2016	31.12.2015
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	9, 11, 34	148 065 694	628 779 728
Goodwill	14	347 082	80 884 032
Ativos intangíveis	12	270 689	4 203 028
Propriedades de investimento	9, 13	6 251 947	6 450 977
Investimentos em associadas	6, 10		1 493 139
Investimentos em empreendimentos conjuntos	5, 10	195 908 535	5 695 259
Investimentos disponíveis para venda	8, 9, 10	130 821	1 155 713
Ativos por imposto diferido	15	1 364 497	28 358 134
Outros ativos não correntes	8,16	442 298	804 270
Total de ativos não correntes		<u>352 781 563</u>	<u>757 824 280</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	18, 34	18 138 293	98 007 573
Clientes	8, 19, 34	15 193 129	85 053 009
Outras dívidas de terceiros	8, 20	303 310	13 202 016
Ativos por Imposto corrente		1 090 204	2 799 769
Outros Impostos e contribuições	22	3 246 215	4 811 295
Outros ativos correntes	8, 9, 21, 27	1 951 835	10 406 656
Caixa e equivalentes de caixa	8, 23	4 795 077	28 924 470
Total de ativos correntes		<u>44 718 063</u>	<u>243 204 788</u>
Ativos não correntes detidos para venda	17	1 535 588	1 535 588
TOTAL DO ATIVO		<u><u>399 035 214</u></u>	<u><u>1 002 564 656</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	24.1	812 107 574	812 107 574
Reserva legal	24.2	3 131 757	3 131 757
Outras reservas e resultados acumulados	24.3	- 759 319 894	- 801 248 687
Outro rendimento integral acumulado	24.4	54 418 718	43 785 859
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		<u>110 338 155</u>	<u>57 776 503</u>
Interesses que não controlam	25		- 106 611
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u><u>110 338 155</u></u>	<u><u>57 669 892</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	8, 26	214 868 703	53 413 866
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela corrente	8, 9, 26	1 132 741	16 749 594
Outros empréstimos	26		1 325 632
Benefícios pós-emprego	30	1 110 071	26 578 632
Outros passivos não correntes	8	3 554 341	33 589 842
Passivos por imposto diferido	15	20 754 938	55 427 496
Provisões	34	1 933 644	9 355 417
Total de passivos não correntes		<u>243 354 438</u>	<u>196 440 479</u>
PASSIVOS CORRENTES:			
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	8, 26	390 967	178 706 758
Empréstimos bancários correntes	8, 26	1 500 000	153 596 265
Parcela corrente dos empréstimos obrigacionistas não convertíveis não correntes	8, 26		147 987 525
Parcela corrente dos credores por locações financeiras não correntes	8, 9, 26	417 272	5 669 033
Outros empréstimos	26		41 619 187
Fornecedores	31	23 050 212	138 586 348
Passivos por imposto corrente		2 422 190	1 508 253
Outros Impostos e contribuições	32	699 465	7 018 495
Outros passivos correntes	8, 27, 33	16 862 515	72 606 959
Provisões	34		1 155 462
Total de passivos correntes		<u>45 342 621</u>	<u>748 454 285</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>399 035 214</u></u>	<u><u>1 002 564 656</u></u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Vendas	40	239 555 683	226 793 783
Prestações de serviços	40	1 301 165	1 079 710
Outros rendimentos e ganhos	37, 40	5 756 786	5 342 673
Custo das vendas	40	125 721 669	126 355 237
Variação da produção	40	537 841	315 460
Fornecimentos e serviços externos	40	49 498 574	48 500 744
Gastos com o pessoal	40	27 872 095	25 092 897
Amortizações e depreciações	11, 12, 13	12 065 676	13 608 100
Provisões e perdas por imparidade (aumentos / reduções)	34	3 546 011	120 973
Outros gastos e perdas	38	4 733 384	4 387 190
Resultado operacional	40	22 638 384	14 835 565
Gastos financeiros	41	21 213 172	26 240 842
Rendimentos financeiros	41	4 707 115	20 343 109
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos	5	5 512 158	
Resultado antes de impostos das operações que continuam		11 644 485	8 937 832
Imposto sobre o rendimento	42	8 565 782	3 875 513
Resultado depois de impostos das operações que continuam		3 078 703	5 062 319
Resultados depois de impostos das operações descontinuadas	43	7 930 251	- 41 067 552
Resultado líquido consolidado do período		11 008 954	- 36 005 233
Atribuível a:			
Acionistas da Empresa-Mãe			
Operações que continuam		3 078 703	5 005 589
Operações descontinuadas		7 930 251	- 41 010 181
Acionistas da Empresa-Mãe		11 008 954	- 36 004 592
Interesses que não controlam			
Operações que continuam			56 730
Operações descontinuadas			- 57 371
Interesses que não controlam			- 641
Resultados por ação			
Das operações que continuam:			
Básico	44	0.0003	0.0004
Diluído	44	0.0003	0.0004
Das operações descontinuadas:			
Básico	44	0.0007	- 0.0036
Diluído	44	0.0007	- 0.0036

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Resultado líquido consolidado do exercício (a)		11 008 954	- 36 005 233
Outro rendimento integral consolidado			
Rubricas que ulteriormente poderão ser transferidas para resultado			
Variação da reserva de conversão monetária		4 275 995	- 14 629 590
Variação no justo valor de ativos disponíveis para venda		8 508	8 528
Quota-parte do outro rendimento integral de empreendimentos conjuntos	5	4 416 002	
Rubricas que ulteriormente não poderão ser transferidas para resultado			
Remensurações de planos de benefícios definidos		- 149 140	240 357
Quota-parte do outro rendimento integral de empreendimentos conjuntos	5	- 1 313 640	
Imposto sobre o rendimento referente a rubricas que não serão reclassificadas			- 48 000
Outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto (b)		7 237 725	- 14 332 705
Rendimento integral total consolidado do período (a) + (b)		18 246 679	- 50 337 938
Rendimento integral total consolidado atribuível a:			
Acionistas da Empresa-mãe		18 246 679	- 50 336 776
Interesses que não controlam			- 1 162
		18 246 679	- 50 337 938
Outro rendimento integral transferido para resultado líquido no período	24.4	- 36 592 671	

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO 2015

(Montantes expressos em euros)

	Capital Social	Reserva legal	Outras reservas e resultados acumulados	Outro rendimento integral acumulado	Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da Empresa-mãe	Interesses que não controlam	Total dos capitais próprios
Notas			24.3	24.4			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	812 107 574	3 131 757	- 801 248 687	43 785 859	57 776 503	- 106 611	57 669 892
Rendimento integral total consolidado do período							
Resultado líquido consolidado do período			11 008 954		11 008 954		11 008 954
Outro rendimento integral consolidado do período				7 237 725	7 237 725		7 237 725
Total			11 008 954	7 237 725	18 246 679		18 246 679
Plano de incentivos de médio prazo			- 166 190		- 166 190		- 166 190
Alteração de método			35 060 569	-35 060 569			
Transferido para Resultado líquido consolidado do período				36 592 671	36 592 671		36 592 671
Outros			-3 974 540	1 863 032	-2 111 507	106 611	- 2 004 896
Saldo em 31 de dezembro 2016	<u>812 107 574</u>	<u>3 131 757</u>	<u>-759 319 894</u>	<u>54 418 718</u>	<u>110 338 155</u>		<u>110 338 155</u>
Notas			24.3	24.4			
Saldo em 1 de janeiro de 2015	812 107 574	3 131 757	-767 474 878	63 365 293	111 129 746	- 262 099	110 867 647
Rendimento integral total consolidado do período							
Resultado líquido consolidado do período			-36 004 592		- 36 004 592	- 641	- 36 005 233
Outro rendimento integral consolidado do período				-14 332 184	- 14 332 184	- 521	- 14 332 705
Total			-36 004 592	-14 332 184	-50 336 776	- 1 162	-50 337 938
Plano de incentivos de médio prazo			39 028		39 028		39 028
Alteração da percentagem de interesse			- 914 847	150 137	- 764 710	156 650	- 608 060
Transferência para Resultados transitados			899 838	- 899 838			
Outros			2 206 764	-4 497 549	- 2 290 785		- 2 290 785
Saldo em 31 de dezembro 2015	<u>812 107 574</u>	<u>3 131 757</u>	<u>-801 248 687</u>	<u>43 785 859</u>	<u>57 776 503</u>	<u>- 106 611</u>	<u>57 669 892</u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimento de clientes		548 207 712	1 048 155 395
Pagamentos a fornecedores		436 529 074	832 431 811
Pagamentos ao pessoal		78 109 973	159 242 660
Fluxos gerados pelas operações		33 568 665	56 480 924
Pagamento / (recebimento) de imposto sobre o rendimento		5 528 064	8 742 423
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		- 941 559	- 6 945 209
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>27 099 042</u>	<u>40 793 292</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		240	
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		2 208 917	8 257 926
Propriedades de investimento			1 295 290
Subsídios ao investimento			118 777
Dividendos			9 500
Ativos não correntes detidos para venda			3 039 998
Aumento de capital (Sonae Arauco, SA)	3	137 500 000	
		<u>139 709 157</u>	<u>12 721 491</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		219 469	5 373 571
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		14 731 599	25 582 926
Propriedades de investimentos		131 191	
		<u>15 082 259</u>	<u>30 956 497</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>124 626 898</u>	<u>- 18 235 006</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Juros e rendimentos similares		414 066	722 684
Empréstimos obtidos	26.5	1 182 770 925	1 471 693 025
Aumento de capital			168 502
		<u>1 183 184 991</u>	<u>1 472 584 211</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		26 054 507	34 633 530
Empréstimos obtidos	26.5	1 311 613 957	1 448 257 179
Amortização de contratos de locação financeira		3 322 952	4 661 365
Outros			36 031
		<u>1 340 991 416</u>	<u>1 487 588 105</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>- 157 806 425</u>	<u>- 15 003 894</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>- 6 080 485</u>	<u>7 554 392</u>
Efeito das diferenças de câmbio		- 7 318	2 246 997
Caixa e seus equivalentes no início do período		15 808 205	10 500 810
Caixa e seus equivalentes das sociedades excluídas, à data de 31.05.2016		4 939 961	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	23	<u>4 795 077</u>	<u>15 808 205</u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO ANUAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE INDÚSTRIA, SGPS, SA tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1096, 4470-909 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas notas 4 a 6 (“Grupo”). Os negócios do Grupo e as áreas de atuação encontram-se descritos na nota 45.

A Sonae Indústria, SGPS, SA é incluída no perímetro de consolidação da Efanor Investimentos, SGPS, SA., sendo esta a sua empresa-mãe e a entidade controladora final.

As ações da sociedade encontram-se admitidas à cotação na NYSE Euronext Lisbon.

A atividade principal do Grupo consiste na produção e comercialização de painéis aglomerados de madeira e produtos derivados destes, através de instalações fabris e comerciais localizadas em Portugal, Canadá e África do Sul.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, de forma consistente para todos os exercícios apresentados, são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “IFRS Interpretations Committee” (“IFRS IC”), aplicáveis ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2016 e adotadas pela União Europeia.

2.1.1. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, entraram em vigor as seguintes normas e interpretações que foram adotadas pela União Europeia:

IAS 1 (alteração), Apresentação de Demonstrações Financeiras (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração inclui diretrizes relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas e à apresentação dos itens de Outro rendimento integral gerados por investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial;

IAS 16 (alteração), Ativos Fixos Tangíveis, e **IAS 38** (alteração), Ativos Intangíveis: Métodos de cálculo de depreciações e amortizações permitidos (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração esclarece que a utilização de métodos de depreciação baseados no rédito não são apropriados na medida em que a geração de rédito por uma atividade que inclua a utilização de um ativo geralmente reflete fatores para além do consumo dos benefícios económicos incorporados no ativo. Adicionalmente, a alteração também esclarece que o rédito é geralmente considerado uma base inapropriada de mensuração do consumo dos benefícios económicos incorporados num ativo intangível;

IAS 16 (alteração), Ativos Fixos Tangíveis, e **IAS 41** (alteração), Agricultura: Plantas que produzem ativos biológicos consumíveis (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e transfere este tipo de ativos do âmbito de aplicação da IAS 41 – Agricultura para a IAS 16 – Ativos Tangíveis, com o conseqüente impacto na respetiva mensuração. No entanto, os ativos biológicos produzidos por estas plantas mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura;

IAS 19 (alteração), Benefícios dos Empregados (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). Esta alteração aplica-se aos contributos dos empregados ou de partes terceiras para planos de benefícios definidos e pretende

simplificar a contabilização de contribuições que são independentes do número de anos de serviço;

IAS 27 (alteração), Demonstrações Financeiras Separadas (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração permite a utilização do método de equivalência patrimonial na contabilização de participações em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e empresas associadas, na elaboração de demonstrações financeiras separadas;

IFRS 10 (alteração), Demonstrações Financeiras Consolidadas, **IFRS 12** (alteração), Divulgação de Interesses em Outras Entidades, e **IAS 28** (alteração), Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos: Entidades de investimento – aplicação da isenção de consolidar (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar se aplica a uma empresa “holding” intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade que não seja uma entidade de investimento, mas que detenha um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que seja uma entidade de investimento;

IFRS 11 (alteração), Acordos Conjuntos (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Esta alteração acrescenta novas diretrizes sobre a forma de contabilizar a aquisição de uma participação numa operação conjunta que constitua um negócio;

Melhoria de normas 2010-2012 (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2015). Estas alterações resultam de projetos anuais de melhorias concretizados no ciclo 2010-2012, que afetaram as seguintes normas: IFRS 2 - Pagamento com Base em Ações, IFRS 3 – Combinações de Negócios, IFRS 8 – Segmentos Operacionais, IFRS 13 – Mensuração do Justo Valor, IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis, IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas, e IAS 38 – Ativos intangíveis;

Melhorias às normas 2012 - 2014, (a aplicar, em geral, em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5 – Ativos Não Correntes Disponíveis para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 – Benefícios dos Empregados e IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

A aplicação destas normas não produziu efeitos significativos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.2. A 31 de dezembro de 2016 estavam emitidas e adotadas pela União Europeia as seguintes normas e interpretações que não foram aplicadas, dado apenas serem de aplicação obrigatória em exercícios posteriores:

IFRS 9 (nova), Instrumentos Financeiros (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma substitui as diretrizes incluídas na IAS 39 relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura;

IFRS 15 (nova), Rédito de Contratos com Clientes, (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade registre o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita, pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos cinco passos”.

A Sociedade estima que a futura adoção destas normas não provocará alterações significativas nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.3. À data de 31 de dezembro de 2016, estavam emitidas as seguintes normas, de aplicação em exercícios posteriores, que ainda não tinham sido adotadas pela União Europeia:

IAS 7 (alteração), Demonstração dos Fluxos de Caixa (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram e as que não deram origem a movimentos de caixa, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração dos Fluxos de Caixa;

IAS 12 (alteração), Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de ativos por impostos diferidos sobre perdas potenciais’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção

pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, de estimar os lucros tributáveis futuros quando existirem diferenças temporárias dedutíveis e de avaliar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos quando existirem restrições na lei fiscal;

IAS 40 (alteração) Transferência de propriedades de investimento (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência;

IFRS 2 (alteração), Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal;

IFRS 4 (alteração), Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9) (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer em Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes de a nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente, é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora;

IFRS 15 (alteração), Rédito de contratos com clientes (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao

processo de adoção pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição;

IFRS 16 (nova), Locações (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma adota, ao nível do locatário, uma única forma de tratamento das locações, que consiste no registo dos ativos locados como ativos fixos tangíveis. Já ao nível do locador, mantém os critérios de tratamento distinto das locações operacionais e financeiras que existem na IAS 17;

Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de adoção pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28;

IFRIC 22 (nova), Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da “data da transação” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transação” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

A Sociedade estima que a futura adoção destas normas não provocará alterações significativas nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 4) no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros, que se encontram registados de acordo com os critérios descritos na nota 2.13, e para os terrenos e edifícios, que se encontram registados pelo seu valor revalorizado, tal como descrito na nota 2.3.

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas em que o Grupo detenha, direta ou indiretamente, controlo, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação por integração global.

O Grupo detém o controlo de entidades nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: (i) tem poder sobre a entidade; (ii) está exposto a, ou tem direitos sobre, resultados variáveis por via do seu envolvimento com a entidade e; (iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a entidade para afetar o montante dos seus resultados.

O capital próprio e o rendimento integral destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na Demonstração consolidada de posição financeira e na Demonstração consolidada de resultados, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam.

O rendimento integral e as restantes rubricas de capital próprio são atribuídas aos detentores de interesses que não controlam, de acordo com a sua participação, mesmo que esta rubrica apresente valores negativos.

Os ativos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, em relação ao justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida, é reconhecido como *goodwill* (notas 2.2.c) e 14). Caso o diferencial entre o custo de aquisição acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, e o justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de acionistas que não controlam são registados inicialmente pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados, ou alternativamente, pelo justo valor da respetiva participação na subsidiária adquirida.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respetivamente.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As empresas incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na nota 4.

b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em associadas

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos (empresas que o Grupo controla em conjunto com entidades terceiras, sendo o controlo conjunto estabelecido contratualmente ou por acordo parassocial, com reflexo nas estruturas governativas destas entidades) e em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas - geralmente investimentos que representam entre 20% e 50% do capital de uma empresa) foram valorizadas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo nas rubricas Investimentos em empreendimentos conjuntos ou Investimentos em associadas, na Demonstração consolidada de posição financeira, e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) da entidade, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício ou de outro rendimento integral, e pelos dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da entidade, na data de aquisição, é registado em Investimentos em empreendimentos conjuntos ou em Investimentos em associadas, na Demonstração consolidada de posição financeira. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras da entidade para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo.

É feita uma avaliação dos investimentos em empreendimentos conjuntos e em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da entidade excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é apresentado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a entidade.

Os ganhos não realizados com empreendimentos conjuntos ou com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nestas entidades, por contrapartida do respetivo investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos encontram-se detalhados na nota 5 e os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na nota 6.

c) Goodwill

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, e o justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida, são reconhecidas como *goodwill* (nota 14).

O *goodwill* dos investimentos em subsidiárias sedeadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertido para a moeda de relato do Grupo (euro) à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão monetária incluída na rubrica Outro rendimento integral acumulado.

O valor de *goodwill* não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade de *goodwill* verificadas no exercício são registadas na demonstração consolidada de resultados do exercício, na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a *goodwill* não podem ser revertidas.

As diferenças negativas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, e o justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida, são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras cuja moeda funcional não é o euro, são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do relato, e os gastos e rendimentos, bem como os fluxos de caixa, são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão monetária incluída na rubrica Outro rendimento integral acumulado. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Outras reservas e resultados acumulados.

O valor de *goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada ou liquidada, a Reserva de conversão monetária acumulada é reclassificada para a demonstração consolidada de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das subsidiárias estrangeiras foram as seguintes:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Final do período	Média do período	Final do exercício	Média do exercício
Libra inglesa	0.8562	0.7763	0.7340	0.7257
Rand sul-africano	14.4571	17.2325	16.9520	14.0885
Dólar canadiano	1.4188	1.4647	1.5116	1.4163
Dólar americano	1.0541	1.1061	1.0887	1.1089
Franco suiço	1.0739	1.0972	1.0835	1.0670

Fonte: Bloomberg

2.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção de terrenos e edifícios, adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os terrenos e edifícios encontram-se registados pelo seu valor revalorizado, deduzido das depreciações, no caso dos edifícios, e das perdas de imparidade acumuladas.

O incremento resultante da revalorização é registado em Outro rendimento integral do exercício em que a mesma ocorra, sendo posteriormente transferido para a rubrica Outras reservas e resultados acumulados, da Demonstração consolidada de posição financeira, à medida que o bem revalorizado for depreciado e/ou alienado.

O valor revalorizado será revisto sempre que se conclua que o mesmo difere significativamente do justo valor dos ativos revalorizados, não excedendo, contudo, um período de cinco anos entre revalorizações sucessivas.

O Grupo regista como ativo fixo tangível os componentes de elementos de equipamento básico que têm vidas úteis significativamente diferentes das dos respetivos ativos principais, ou que só podem ser utilizados num ativo principal específico. A depreciação destes componentes é efetuada separadamente tendo em consideração as respetivas vidas úteis estimadas identificadas.

As despesas de reparação e manutenção são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem.

As depreciações começam a ser registadas quando os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 40
Equipamento básico	2 - 25
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	5
Equipamento administrativo	4 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	5

Os ativos fixos em curso incluem os ativos fixos tangíveis em fase de construção e encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são transferidos para as diversas rubricas de ativos fixos tangíveis, tendo em consideração a sua natureza, e depreciados, a partir do momento em que estejam disponíveis para uso.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são revistos anualmente.

2.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis identificáveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se forem controláveis pelo Grupo e se o seu valor puder ser razoavelmente mensurado.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são escrituradas na demonstração consolidada de resultados quando incorridas (nota 39).

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incursas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de programas informáticos são registados como gastos na demonstração consolidada de resultados, quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações começam a ser registadas quando os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre 3 e 6 anos.

2.5. Locações

Os contratos de locação, em que o Grupo age como locatário, são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens locados, e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos mesmos bens.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis utilizados pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados na Demonstração consolidada de posição financeira pelo menor valor entre o justo valor dos ativos locados e o valor dos pagamentos mínimos de locação financeira. Adicionalmente, os juros incluídos nas rendas, as depreciações e perdas por imparidade são registados na Demonstração consolidada de resultados como gastos do exercício a que respeitam. As depreciações e perdas por imparidade são calculadas e registadas nos termos previstos na nota 2.3 para os ativos fixos tangíveis. Nos casos em que não exista certeza razoável quanto à aquisição dos bens locados no termo do contrato, o período de depreciação será o menor entre a vida útil esperada e o prazo considerado no contrato de locação.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas vencidas são registadas como gasto na Demonstração consolidada de resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.6. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. São constituídas,

essencialmente, por terrenos e edifícios de operações descontinuadas em relação aos quais o Grupo celebrou contratos de arrendamento com entidades terceiras.

Os períodos e o método de depreciação das propriedades de investimento são os indicados na nota 2.3. para os ativos fixos tangíveis.

2.7. Ativos Não Correntes Detidos para Venda

Os ativos não correntes são classificados na rubrica Ativos Não Correntes Detidos para Venda, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, nas situações em que o seu valor contabilístico seja recuperado principalmente através de uma operação de venda, em vez de através do seu uso continuado.

Considera-se que o valor contabilístico será recuperado através de uma operação de venda nas situações em que o ativo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes, e se estima que a ocorrência de uma transação de venda no prazo de um ano é altamente provável.

Na classificação de ativos não correntes como detidos para venda podem ser considerados ativos não correntes individuais ou grupos de ativos não correntes, que constituem grupos para alienação, nas situações em que os ativos compreendidos num determinado grupo são incluídos na mesma transação de venda. Os grupos para alienação podem, ainda, incluir ativos correntes e passivos, desde que incluídos na mesma transação de venda. Os ativos correntes e não correntes e os passivos são apresentados, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, nas rubricas Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Passivos Diretamente Associados a Ativos Não Correntes Detidos para Venda, respetivamente.

Os ativos não correntes detidos para venda e os grupos para alienação são mensurados ao menor do custo e do justo valor menos custos estimados de venda.

As depreciações dos ativos depreciáveis cessam após a respetiva classificação como Ativo Não Corrente Detido para Venda.

2.8. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na Demonstração consolidada de resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes, da Demonstração consolidada de posição financeira e são creditados na Demonstração consolidada de resultados em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.9. Imparidade dos ativos não correntes, exceto Impostos diferidos

É efetuada uma avaliação de imparidade, à data de cada balanço, sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

A avaliação de imparidade é efetuada individualmente para cada ativo. No caso dos ativos fixos tangíveis que não possuam a capacidade de produzir fluxos de caixa autonomamente, a avaliação de imparidade é efetuada para a unidade geradora de caixa nos quais os mesmos se incluam (nota 34). Nas situações em que a unidade geradora de caixa inclua ativos intangíveis sem vida útil definida, a avaliação de imparidade é concretizada, independentemente da existência de eventos que indiquem que o montante pelo qual a unidade geradora de caixa se encontra registada possa não ser recuperado (nota 14).

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é contabilizada uma perda por imparidade na rubrica Provisões e perdas por imparidade da Demonstração consolidada de resultados.

No caso de ativos fixos tangíveis que tenham sido revalorizados, as perdas por imparidade que se verificarem são registadas em outro rendimento integral, na rubrica Revalorização de ativos fixos tangíveis, da Demonstração consolidada do rendimento integral, até esgotarem o montante do ativo acrescentado pela revalorização, sendo qualquer excesso sobre esse montante registado na rubrica Provisões e perdas por imparidade da Demonstração consolidada de resultados.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes, conhecedoras e interessadas, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros

estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

A reversão de perdas por imparidade contabilizadas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente registada tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é registada na rubrica Provisões e perdas por imparidade, da Demonstração consolidada de resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria contabilizada (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. As perdas por imparidade do *goodwill* não são reversíveis.

2.10. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os restantes encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são contabilizados como gasto do exercício.

2.11. Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização da capacidade produtiva).

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como gastos operacionais nas rubricas de Custo das vendas ou Variação de produção, consoante respeitem a inventários de mercadorias e matérias-primas ou a inventários de produtos acabados e semiacabados, subprodutos e trabalhos em curso, respetivamente.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Nas situações em que se estima existir um período de tempo significativo entre o momento em que ocorre a obrigação e o momento em que ocorrerá o respetivo pagamento, a provisão é registada pelo seu valor atual.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

O aumento e a utilização ou reversão de provisões são reconhecidos na rubrica Provisões e perdas por imparidade, da Demonstração consolidada de resultados

2.13. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos detidos pelo Grupo classificam-se como segue:

- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Investimentos disponíveis para venda;
- Investimentos detidos até à maturidade.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que o Grupo adquire tendo em vista a sua

alienação num curto período de tempo. São classificados na Demonstração de posição financeira consolidada como investimentos correntes.

O Grupo classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida que o Grupo tem intenção e capacidade de manter até essa data.

Todas as compras e vendas destes investimentos são registados à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago.

Após o registo inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital de outras entidades que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na rubrica Resultados financeiros da Demonstração consolidada de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados em Outro rendimento integral, na Demonstração consolidada de rendimento integral, e incluídos na rubrica Outro Rendimento Integral Acumulado, na Demonstração consolidada de posição financeira, até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do

investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é reclassificado(a) para a Demonstração consolidada de resultados.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas inicialmente ao justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, e apresentadas na Demonstração Consolidada de Posição Financeira deduzidas de eventuais perdas por imparidade, registadas na rubrica Provisões e perdas por imparidade, da Demonstração consolidada de resultados, por forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebida. Para tal, cada empresa do Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade registadas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

As dívidas de terceiros são apresentadas na Demonstração consolidada de posição financeira como ativos correntes, exceto quando o respetivo vencimento é superior a doze meses da data de balanço, situações em que são apresentadas como ativos não correntes.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica Resultados financeiros, da Demonstração consolidada de resultados, de acordo com o princípio de

especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.10. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

e) Fornecedores

As dívidas a fornecedores são registadas inicialmente ao justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto financeiro é considerado imaterial.

f) Instrumentos derivados

O Grupo pode utilizar instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Quando utilizados pelo Grupo, os instrumentos derivados definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juros (“swaps”) de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são materialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica Resultados financeiros da Demonstração consolidada de resultados.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos derivados classificados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, são registados pelo seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são contabilizadas em Outro rendimento integral, na Demonstração consolidada do rendimento integral, e na rubrica Outro rendimento integral acumulado, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, sendo transferidas para a rubrica Resultados financeiros, da Demonstração Consolidada de Resultados, no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros, quando existentes, é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados, nos termos indicados na nota 27.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor registadas em Outro rendimento integral acumulado, são transferidas para resultados do exercício ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem; as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da Demonstração consolidada de resultados.

O Grupo utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e operações comerciais que, contudo, não configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, não receberam tratamento de “hedge accounting”, mas que permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber, denominados em divisas, em relação aos quais o Grupo pretende cobrir o risco cambial.

Estes instrumentos derivados em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são registados pelo seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, nos termos descritos na nota 27, afetam diretamente a rubrica Resultados financeiros da Demonstração consolidada de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor, com

os ganhos ou perdas não realizados registados na Demonstração consolidada de resultados.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da Demonstração consolidada de resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da Demonstração consolidada de resultados.

Os instrumentos derivados são apresentados nas rubricas Outros ativos não correntes, Outros ativos correntes, Outros passivos não correntes e Outros passivos correntes da Demonstração consolidada de posição financeira.

g) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados em Outras reservas incluída em Outras reservas e resultados acumulados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, na Demonstração consolidada de posição financeira.

2.14. Benefícios pós-emprego

Conforme mencionado na nota 30, o Grupo assumiu, através de algumas subsidiárias, compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram planos de benefícios definidos, tendo sido constituídos para o efeito fundos de pensões autónomos.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais das responsabilidades, determinados de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As remensurações (ganhos e perdas atuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência, das alterações de pressupostos atuariais demográficos e financeiros e da diferença entre o retorno real e a quota-parte do juro líquido são registadas em outros rendimentos integrais, no Capital próprio.

O juro líquido é determinado pela aplicação da taxa de desconto, derivada das taxas de juro de obrigações de *rating* elevado, ao valor das responsabilidades deduzido do justo valor dos ativos do fundo do plano.

Os custos por responsabilidades passadas são registados imediatamente como gasto do exercício.

As responsabilidades por benefícios pós-emprego registadas à data de relato representam o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, ajustado pelas remensurações e reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões.

2.15. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de ocorrer uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja considerada remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.16. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, considerando o resultado e a taxa anual efetiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em outro rendimento integral, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.17. Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são registados na Demonstração consolidada de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na Demonstração consolidada de resultados com referência à respetiva fase de acabamento à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos no exercício em que são atribuídos aos sócios ou acionistas.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros ativos correntes e Outros passivos correntes, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.18. Mais-valias e menos-valias

As mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis e intangíveis e de investimentos, são apresentadas na Demonstração consolidada de resultados pelo valor correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, nas rubricas de Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas.

2.19. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação. Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo

valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data de cobrança, pagamento ou à data de encerramento das demonstrações financeiras, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos operacionais, no caso de transações de natureza operacional, ou como rendimentos e gastos financeiros, no caso de transações de natureza financeira, na Demonstração consolidada de resultados. As diferenças de câmbio relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio, são registadas igualmente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (nota 2.13.f)).

2.20. Responsabilidades pelo Plano de incentivos de médio prazo

A Sociedade e as suas subsidiárias atribuem, anualmente, aos quadros integrados num grupo funcional com classificação *Executive* ou superior, um prémio definido em função do valor criado para os acionistas no exercício anterior, a ser pago após um período de três anos, na circunstância de o quadro, ao qual foi atribuído, se manter em funções no final deste período. Até 31 de dezembro de 2015, este prémio consistia na atribuição de um determinado número de ações da Sociedade, podendo esta, na data de pagamento, optar pela entrega dos títulos atribuídos ou pelo pagamento em dinheiro do contravalor dos títulos, calculado à cotação dos mesmos na data de pagamento.

A responsabilidade era registada nas rubricas Outras reservas e resultados acumulados, da Demonstração consolidada de posição financeira, e Gastos com o pessoal, da Demonstração consolidada de resultados, linearmente ao longo do período de diferimento do pagamento, tendo em consideração o justo valor das ações atribuídas na data de atribuição das mesmas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade procedeu a uma reconfiguração deste esquema remuneratório, que deixou de incluir a atribuição de ações da mesma e passou a incluir uma prestação pecuniária a ser paga no mesmo horizonte temporal. A obrigação de entrega das ações anteriormente atribuídas foi convertida numa obrigação pecuniária, registada nas rubricas Outros passivos não correntes e Outros passivos correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, tendo em consideração o valor das ações à data de conversão da obrigação.

2.21. Eventos subsequentes

Os eventos que ocorreram após o termo do exercício e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração consolidada de posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas (eventos registáveis). Os eventos que ocorreram após o termo do exercício e que proporcionem informação sobre condições que ocorreram após a data da Demonstração consolidada de posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais (eventos não registáveis).

2.22. Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos relatáveis aplicáveis ao Grupo, tendo em consideração o sistema interno de relato de informação financeira (nota 45).

2.23. Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis do ativo fixo tangível e intangível (notas 2.3, 11, 12 e 13);
- b) Análises de imparidade das unidades geradoras de caixa às quais foi afeto o *goodwill* registado na Demonstração consolidada de posição financeira (nota 14);
- c) Análise de imparidade das contas a receber (notas 19 e 20);
- d) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, ajustamento de justo valor e, no caso dos inventários, ao valor realizável líquido (nota 9, 18 e 34);
- e) Cálculo das responsabilidades por benefícios pós-emprego (nota 30);
- f) Cálculo de provisões e perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis (nota 34);
- g) Cálculo do imposto sobre o rendimento (nota 42).

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. Não obstante, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas, através da Demonstração consolidada de resultados, de forma prospetiva, conforme disposto pela norma IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.24. Direitos de emissão de dióxido de carbono

O Grupo tem instalações industriais, localizadas em diversos países europeus, abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão.

O esquema consiste na atribuição, por parte do Estado onde a instalação se encontra localizada, de uma quantidade de licenças de emissão de dióxido de carbono, escrituradas nas rubricas Outros ativos intangíveis e Rendimentos diferidos, ao valor de mercado da data de atribuição. O rendimento diferido é transferido para a rubrica Outros rendimentos e ganhos linearmente ao longo do exercício.

À data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas, é registada, nas rubricas Acréscimos de gastos e Outros gastos e perdas, a estimativa de emissões até então realizadas.

No exercício seguinte, após apuramento definitivo das emissões de CO₂, é efetuado o abate nas rubricas Outros ativos intangíveis e Acréscimos de gastos pelo custo das licenças devolvidas ao Estado. Nas situações em que as licenças não utilizadas são vendidas, é registado o correspondente ganho ou perda, correspondente à diferença entre o custo e o valor de mercado, nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

2.25. Classificação de rubricas de natureza operacional quanto à sua recorrência

O Grupo divulga informação sobre a recorrência dos eventos contabilizados em rubricas de natureza operacional, com exceção dos registados em amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade, mas incluindo as perdas por imparidade em clientes, tendo em vista proporcionar aos leitores das suas demonstrações financeiras consolidadas informação adicional que permita melhor avaliar a tendência de resultados futuros.

Desta forma, são classificados como não recorrentes os eventos que pela sua natureza são infrequentes, incomuns, excepcionais, únicos ou residuais, em relação aos quais não há expectativas de ocorrerem regularmente no contexto da atividade normal da empresa. Em particular, o Grupo classifica como tal, os rendimentos provenientes de indemnização de seguros, os gastos resultantes de multas e coimas e os rendimentos e ganhos relacionados com a descontinuação de ativos, ou desta decorrentes, designadamente:

- Mais-valias e menos-valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis;
- Gastos de reestruturação;
- Gastos com a terminação da relação laboral com trabalhadores;
- Rendimentos e ganhos de uma entidade, ou parte de uma entidade, incluída na consolidação, após a mesma ter sido classificada internamente como inativa.

Todos os eventos que não sejam classificados como não recorrentes, são classificados como recorrentes.

2.26. Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13 – Mensuração do justo valor.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. O justo valor resultante corresponde ao nível 2 da hierarquia do justo valor, conforme definido na IFRS 13. Nas situações em que as referidas técnicas recorrem, maioritariamente ou exclusivamente, a informação não observável nos mercados, o justo valor resultante corresponde ao nível 3 da hierarquia estabelecida pela norma anteriormente mencionada.

2.27. Gestão do risco

a) Risco de crédito

i) Créditos sobre clientes

O risco de crédito, na Sonae Indústria, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Sonae Indústria, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco:

- Têm implementados processos e procedimentos de gestão de crédito pró-ativos; ativos e reativos, processos, estes, suportados por avançados sistemas de informação.

- Dispõem localmente (em cada país) de comitês de análise e acompanhamento do risco de crédito;
- Possuem equipas exclusivamente dedicadas à gestão do crédito de clientes e à gestão das respetivas cobranças;
- Estabelecem e acompanham os limites de crédito dos seus clientes, monitorizando diariamente a exposição efetiva;
- Possuem mecanismos de proteção, tais como seguros de crédito, cartas de crédito e garantias bancárias, quando considerados operacionalmente adequados e economicamente viáveis;
- Utilizam agências de *rating* de crédito;
- Recorrem aos meios das companhias de seguros e legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

ii) Outros ativos financeiros para além de Créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, as empresas do Grupo detêm ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com instituições financeiras, tais como depósitos bancários, investimentos financeiros e derivados financeiros (com valor de mercado positivo). Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos.

Como regra, os ativos financeiros decorrentes deste relacionamento com instituições financeiras envolvem preferencialmente contrapartes com *rating* mínimo de *Investment Grade*. Por outro lado, de um modo geral, a exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

b) Riscos de mercado

i) Risco de taxa de juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável na sua Demonstração Consolidada de Posição Financeira, e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a Sonae Indústria encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro, uma vez que a maior parte da sua dívida é denominada nesta divisa.

Como regra geral a Sonae Indústria não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o “*cash flow* operacional antes de juros líquidos”, que cria um *hedging* natural ao nível do “*cash flow* operacional após juros líquidos” para a Sonae Indústria. A lógica por detrás deste princípio é a seguinte:

- Na sua atividade operacional, a Sonae Indústria encontra-se exposta maioritariamente à área do Euro e, como referido anteriormente, a sua exposição principal no que se refere à variação de taxa de juro também se concentra na divisa Euro.

- A atividade operacional da Sonae Indústria é cíclica, sendo positivamente correlacionada com os ciclos da economia em geral e, em particular, com os ciclos do setor da construção (e também do setor do mobiliário). Tal facto deve-se essencialmente à natureza dos seus produtos e ao facto de serem bens duráveis e do tipo *commodity*, com um desempenho superior quando as condições económicas são favoráveis.

- Sob condições económicas normais, quando se verificam fortes níveis da atividade económica e da procura, a inflação tende a aumentar. Tendo em conta que o Banco Central Europeu (BCE) tem como missão fundamental garantir a estabilidade dos preços, o BCE intervém normalmente no sentido de aliviar tensões inflacionistas através do recurso à subida das taxas de juro. Efeitos opostos ocorrem quando se verificam níveis fracos de atividade e de procura, com menores pressões sobre os preços.

- Quando a atividade e a procura são fortes na zona do Euro, a Sonae Indústria tende a desempenhar de forma superior ao nível operacional, gerando *cash flow* operacional mais elevado. Ao mesmo tempo, quando as condições económicas são favoráveis, o BCE tende a subir as taxas de juro de modo a refrear a procura e prevenir aumentos de preços, o que se reflete, para a Sonae Indústria, em juros líquidos suportados mais elevados, criando-se uma cobertura natural ao nível do “*cash flow* operacional após juros líquidos”. O mesmo princípio (mas com sinais opostos) aplica-se em situações económicas recessivas.

- A Sonae Indústria entende que, para além da taxa de juro do Euro, estes mesmos princípios se aplicam para as restantes taxas de juro às quais o Grupo se encontra exposto, tais como as da libra esterlina, dólar canadiano ou do rand sul-africano (apesar de reconhecer que em mercados emergentes o comportamento das taxas de juro é

influenciado por outros efeitos não diretamente relacionados com as condições económicas domésticas).

Como exceção à política geral sobre gestão de risco de taxa de juro, a Sonae Indústria pode contratar derivados de taxa de juro. No caso de tal se verificar, os seguintes princípios são observados:

- Os derivados não são utilizados com objetivos de *trading*, geração de rendimentos ou fins especulativos;
- As empresas do Grupo contratam preferencialmente derivados com instituições financeiras com *rating* mínimo *Investment Grade*;
- Os derivados contratados replicam exatamente as exposições subjacentes no que diz respeito às datas de liquidação e indexantes de base;
- O custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente são sempre conhecidos e limitados desde o início da contratação do derivado;
- Cotações de pelo menos duas instituições financeiras são obtidas antes da contratação de derivados de taxa de juro.

ii) Risco de taxa de câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em três continentes diferentes, a Sonae Indústria encontra-se exposta a risco de taxa de câmbio. A Demonstração de posição financeira e a Demonstração de resultados encontram-se expostos a risco de câmbio de translação e as subsidiárias da Sonae Indústria encontram-se expostas a risco de taxa de câmbio tanto de translação como de transação.

O risco de taxa de câmbio prende-se com a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado da variação das taxas de câmbio.

O risco de transação emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com *cash flows* denominados em divisa que não a divisa funcional de cada uma das subsidiárias. Os *cash flows* das empresas do Grupo são largamente denominados nas respetivas divisas locais. Isto é válido independentemente da natureza dos *cash flows*, ou seja, operacional ou financeira, e permite um grau considerável de *hedging* cambial natural, reduzindo o risco de transação do Grupo. Em linha com este raciocínio, como

princípio, as subsidiárias da Sonae Indústria apenas contratam dívida financeira denominada na respetiva divisa local.

Também como regra do Grupo, sempre que possível e economicamente viável, as empresas do Grupo procuram compensar os *cash flows* positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira.

Ainda como regra geral, em situações em que exista risco cambial relevante em resultado da atividade operacional envolvendo divisas que não a divisa local de cada subsidiária, o risco cambial deve ser mitigado através da contratação de derivados cambiais levados a cabo na subsidiária exposta ao referido risco. As empresas do Grupo não contratam derivados cambiais com objetivos de *trading*, geração de rendimentos ou fins especulativos.

O risco de conversão monetária emerge do facto de, no âmbito da preparação das contas consolidadas do Grupo, as demonstrações financeiras das subsidiárias com moeda funcional diferente da moeda de relato das contas consolidadas (Euro), terem de ser convertidas para Euros. Uma vez que as taxas de câmbio variam entre os períodos contabilísticos e uma vez que o valor dos ativos e passivos das subsidiárias não são coincidentes, introduz-se volatilidade nas contas consolidadas devido ao facto de a conversão ser efetuada em períodos diferentes a taxas de câmbio diferentes.

Como política, o risco de translação em resultado da conversão do investimento (capitais próprios) em subsidiárias não Euro, não é coberto uma vez que estes investimentos são considerados de longo prazo e se assume que a cobertura destes valores não acrescenta valor no longo prazo. Os ganhos e as perdas relacionados com a conversão a diferentes taxas de câmbio dos valores de capitais próprios denominados em outras divisas que não o Euro, são contabilizados na rubrica Reservas de conversão, incluída na rubrica Outro rendimento integral da Demonstração consolidada de posição financeira.

Algumas subsidiárias da Sonae Indústria concedem ou recebem financiamento intragrupo em divisas distintas da sua divisa local. Quando se verificam estas situações, o financiamento intragrupo é sempre denominado na divisa funcional da outra contraparte do Grupo. A política da Sonae Indústria é cobrir de modo sistemático o valor em aberto destes financiamentos intragrupo, de modo a reduzir a volatilidade nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esta volatilidade resulta do facto de não existir uma compensação dos ganhos ou perdas registadas na Demonstração de resultados de uma das contrapartes do Grupo com um ativo ou passivo intragrupo

denominado noutra divisa que não a sua divisa funcional (ganho ou perda registado como consequência da alteração do valor do seu ativo ou passivo denominado em divisa estrangeira), do lado da outra contraparte do Grupo. Ao não existir esta compensação, as contas consolidadas são também afetadas.

Estas coberturas cambiais de financiamentos intragrupo são feitas atualmente através de contratos *forward* de taxa de câmbio, levados a cabo pela subsidiária exposta ao risco cambial e renovados consistentemente numa base semestral. Cotações de pelo menos duas instituições financeiras são obtidas antes da contratação destes derivados. Estes derivados de cobertura cambial não são utilizados com objetivos de *trading*, geração de rendimentos ou fins especulativos.

A análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio está incluída na nota 28.

iii) Outros riscos de preço

A 31 de dezembro de 2016, o Grupo não detinha investimentos significativos classificados como disponíveis para venda.

c) Risco de liquidez

No Grupo Sonae Indústria, a gestão do risco de liquidez tem por objetivo assegurar que a sociedade obtenha, atempadamente, o financiamento necessário para dar continuidade aos negócios, implementar a estratégia definida e cumprir com as suas obrigações quando devidas, nos termos e condições mais favoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash flows* quer ao nível das operações (países), quer ao nível consolidado, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida.

- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo (*committed* e *uncommitted*), programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras (como é o caso do programa de securitização de créditos comerciais), assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;

- Gestão ativa das posições de liquidez e dos fluxos de caixa das subsidiárias, visando assegurar que os fluxos financeiros ocorrem dentro dos prazos e condições estabelecidos, nomeadamente no que diz respeito aos fluxos intragrupo, e que impactam diretamente nas contas da Sonae Indústria.

A análise do risco de liquidez está incluída na nota 28.

3. EVENTOS RELEVANTES

À data de 31 de maio de 2016, a Arauco Internacional Limitada, sociedade do Grupo Arauco, adquiriu 50% das ações da Tableros de Fibras, SA através da subscrição da totalidade do aumento de capital, no montante de EUR 137 500 000, realizado por esta subsidiária da Sonae Indústria SGPS, S. A.. Em consequência, a percentagem de interesse da Sonae Indústria nesta subsidiária e em todas as subsidiárias por esta controladas reduziu-se de 100% para 50%, tendo a Tableros de Fibras, SA, que alterou a sua denominação para Sonae Arauco, SA, e as subsidiárias por esta controladas, passado a ser classificadas como empreendimentos conjuntos (nota 5), o que determinou a sua desconsolidação na referida data (nota 4). O investimento na Sonae Arauco, SA (ex-Tableros de Fibras, SA) passou a ser mensurado através do método de equivalência patrimonial.

De acordo com os requisitos da norma IFRS 5, em consequência desta operação, as entidades desconsolidadas (nota 4) foram classificadas como operações descontinuadas, o que implicou que o respetivo resultado líquido dos primeiros cinco meses de 2016 e dos doze meses de 2015 fosse incluído na rubrica Resultados depois de impostos das operações descontinuadas, da Demonstração Consolidada de Resultados (nota 43). Os resultados produzidos por estas empresas após 31 de maio de 2016 foram incluídos na rubrica Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos, da Demonstração Consolidada de Resultados, por aplicação do método de equivalência patrimonial (nota 5).

4. EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2016, 31 de maio de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são as seguintes:

FIRMA	SEDE SOCIAL	PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO						CONDIÇÕES DE INCLUSÃO
		31.12.2016		31.05.2016		31.12.2015		
		Direto	Total	Direto	Total	Direto	Total	
Agepan Eiweiler Management, GmbH	Eiweiler (Alemanha)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.98%	b)
1), 5) Agloma Inmobiliária y Servicios, SL	Madrid (Espanha)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	-	-	a)
Agloma Investimentos, SGPS, S. A.	Maia (Portugal)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.87%	b)
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Madrid (Espanha)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.87%	b)
BHW Beeskow Holzwerkstoffe GmbH	Meppen (Alemanha)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
Ecociclo, Energia e Ambiente, S. A.	Maia (Portugal)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	100.00%	b)
Euroresinas - Indústrias Químicas, S.A.	Maia (Portugal)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	100.00%	b)
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
GHP Glunz Holzwerkstoffproduktions GmbH	Meppen (Alemanha)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
Glunz AG	Meppen (Alemanha)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
Glunz Service GmbH	Meppen (Alemanha)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
Glunz UK Holdings, Ltd.	Knowsley (Reino Unido)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	99.86%	a)
Glunz UKA GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	99.86%	a)
Impaper Europe GmbH	Meppen (Alemanha)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
Imoplamac – Gestão de Imóveis, S. A.	Maia (Portugal)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	100.00%	b)
Isoroy, SAS	Nanterre (França)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	99.86%	a)
Maiequipa - Gestão Florestal, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Megantic B.V.	Amsterdão (Países Baixos)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	99.86%	a)
Movelpartes - Comp. para a Indústria do Mobiliário, SA	Paredes (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Novodecor (Pty) Ltd	Woodmead (África do Sul)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
OSB Deustchland	Alemanha	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)

2)	Parcelas e Narrativas - Imobiliária, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	-	-	a)
	Poliface North America	Baltimore (EUA)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	99.86%	a)
	Racionalización y Manufacturas Forestales, S.A.	Madrid (Espanha)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
	Sociedade de Iniciativa e Aproveit. Florestais – Energias, S.A.	Mangualde (Portugal)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
	Somit – Imobiliária, S.A.	Mangualde (Portugal)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
1)	Sonae Arauco France	Nanterre (França)	-	-	100.00%	50.00%	-	-	b)
3)	Sonae Indústria - Management Services, S. A.	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	-	-	-	-	a)
	Sonae Indústria – Prod. e Comerc. Derivados Madeira, S. A.	Mangualde (Portugal)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
	Sonae Indústria - Soc. Gestora de Participações Sociais, SA	Maia (Portugal)	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe
	Sonae Indústria de Revestimentos, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
	Sonae Industria (UK), Limited	Knowsley (Reino Unido)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
	Sonae Novobord (Pty) Ltd	Woodmead (África do Sul)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
	Sonae Tafibra International, B. V.	Woerden (Países Baixos)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
	Spanboard Products Ltd	Belfast (Reino Unido)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	99.86%	a)
4)	Sonae Arauco, S.A.	Madrid (Espanha)	-	-	100.00%	50.00%	98.42%	99.86%	b)
	Tableros Tradema, S.L.	Madrid (Espanha)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
	Tafiber. Tableros de Fibras Ibéricas, S.L.	Madrid (Espanha)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
	Tafibra South Africa, Limited	Woodmead (África do Sul)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
	Tafisa Canadá Inc	Lac Mégantic (Canada)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	99.86%	a)
	Tafisa France S.A.S.	Nanterre (França)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	99.86%	a)
	Tafisa U.K, Ltd.	Knowsley (Reino Unido)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, S.L.	Madrid (Espanha)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
	Tafibra Suisse, SA	Tavannes (Suíça)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
	Tecnologias del Medio Ambiente, S.A.	Barcelona (Espanha)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)
	Tool, GmbH	Meppen (Alemanha)	-	-	100.00%	50.00%	100.00%	99.86%	b)

a) Controlo detido por maioria de votos;

b) Sociedade desconsolidada na sequência do aumento de capital realizado pela Sonae Arauco, SA à data de 31 de maio de 2016 (nota 3).

1) Sociedade constituída em março de 2016;

2) Sociedade constituída em maio de 2016;

3) Sociedade constituída em outubro de 2016;

4) Ex-Tableros de Fibras, SA, que passou a ser classificada como um empreendimento conjunto na sequência do aumento de capital realizado à data de 31 de maio de 2016 (nota 3);

5) Sociedade alienada em dezembro de 2016.

Na sequência do aumento de capital efetuado pela Sonae Arauco, SA (ex-Tableros de Fibras, SA) à data de 31 de maio de 2016, as sociedades identificadas em b) foram desconsolidadas dado terem sido classificadas nessa data como empreendimentos conjuntos (nota 5).

As sociedades indicadas em a) foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação por integração global, conforme indicado na nota 2.2.a).

A percentagem de capital detido das subsidiárias que foram alienadas refere-se à data em que as mesmas foram desconsolidadas.

5. EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os empreendimentos conjuntos, suas sedes sociais e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são os seguintes:

FIRMA	SEDE SOCIAL	PERCENTAGEM DO CAPITAL DETIDO				
		31.12.2016		31.12.2015		
		Direto	Total	Direto	Total	
1) Sonae Arauco, SA	Madrid (Espanha)	50.00%	50.00%	-	-	
Agepan Eiweiler Management, GmbH	Eiweiler (Alemanha)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Aglom Investimentos, SGPS, S. A.	Maia (Portugal)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Madrid (Espanha)	50.00%	50.00%	-	-	c)
BHW Beeskow Holzwerkstoffe GmbH	Meppen (Alemanha)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Ecociclo, Energia e Ambiente, S. A.	Maia (Portugal)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Euroresinas - Indústrias Químicas, S.A.	Maia (Portugal)	50.00%	50.00%	-	-	c)
GHP Glunz Holzwerkstoffproduktions GmbH	Meppen (Alemanha)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Glunz AG	Meppen (Alemanha)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Glunz Service GmbH	Meppen (Alemanha)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Impaper Europe GmbH	Meppen (Alemanha)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Imoplamac – Gestão de Imóveis, S. A.	Maia (Portugal)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Laminate Park GmbH & Co. KG	Eiweiler (Germany)	25.00%	25.00%	50.00%	49.93%	d)
OSB Deustchland	Alemanha	50.00%	50.00%	-	-	c)
Racionalización y Manufacturas Forestales, S.A.	Madrid (Espanha)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Sociedade de Iniciativa e Aproveit. Florestais – Energias, S.A.	Mangualde (Portugal)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Somit – Imobiliária, S.A.	Mangualde (Portugal)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Sonae Arauco France	Nanterre (França)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Sonae Indústria – Prod. e Comerc. Derivados Madeira, S. A.	Mangualde (Portugal)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Sonae Novobord (Pty) Ltd	Woodmead (África do Sul)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Sonae Tafibra International, B. V.	Woerden (Países Baixos)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Sonae Industria (UK), Limited	Knowsley (Reino Unido)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Tableros Tradema, S.L.	Madrid (Espanha)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Tafiber. Tableros de Fibras Ibéricas, S.L.	Madrid (Espanha)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Tafibra South Africa, Limited	Woodmead (África do Sul)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Tafisa U.K, Ltd.	Knowsley (Reino Unido)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, S.L.	Madrid (Espanha)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Tafibra Suisse, SA	Tavannes (Suíça)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Tecnologias del Medio Ambiente, S.A.	Barcelona (Espanha)	50.00%	50.00%	-	-	c)
Tecmasa. Reciclados de Andalucía, S. L.	Alcalá de Guadaíra (Espanha)	50.00%	50.00%	50.00%	49.93%	d)
Tool, GmbH	Meppen (Alemanha)	50.00%	50.00%	-	-	c)

- c) Sociedade incluída no perímetro de consolidação da Sonae Arauco, SA.
d) Sociedade cujo investimento está registado nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Arauco, SA por aplicação do método da equivalência patrimonial, dado estar classificada como empreendimento conjunto desta sociedade.
1) Ex-Tableros de Fibras, SA: sociedade cujo investimento passou a ser mensurado pelo método da equivalência patrimonial na sequência da sua classificação como empreendimento conjunto, no decurso do aumento de capital ocorrido à data de 31 de maio de 2016 (nota 3).

As ações destas sociedades não estão cotadas, razão pela qual não é possível identificar o justo valor de nível um das respetivas participações financeiras.

Os ativos líquidos e os resultados líquidos destas sociedades que constituem empreendimentos conjuntos, cuja quota-parte foi registada nas presentes demonstrações financeiras consolidadas por aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme indicado na nota 2.2.b), detalham-se como segue:

	31.12.2016			31.12.2015	
	Sonae Arauco - Consolidado			Laminate Park	Tecmasa, Reciclados de Andalucía
Ativos não correntes	516 229 548			32 015 153	197 372
Ativos correntes (sem caixa e equivalentes de caixa)	181 815 850			17 960 425	191 209
Caixa e equivalentes de caixa	29 903 996			266 798	222 043
Passivos financeiros não correntes	203 267 808				
Outros passivos não correntes	97 286 401			3 559 203	
Passivos financeiros correntes	21 836 327			4 347 656	
Outros passivos correntes	176 328 523			31 443 090	108 501

	Sonae Arauco - Consolidado			Laminate Park	Tecmasa, Reciclados de Andalucía
	31.12.2016	31.05.2016	(a) - (b)	31.12.2015	
	(a)	(b)			
Rendimentos e ganhos operacionais	837 545 719	356 059 307	481 486 412	80 635 714	427 081
Gastos e perdas operacionais	788 134 826	329 806 432	458 328 394	82 102 503	398 021
Depreciações e amortizações	45 988 781	18 872 798	27 115 983	5 048 658	26 491
Rendimentos financeiros - juros	674 217	318 751	355 466		
Gastos Financeiros - juros	13 807 322	7 846 417	5 960 905	856 277	
Imposto sobre o rendimento	3 189 140	3 538 028	- 348 888		8 907
Resultado das operações que continuam	20 175 245	9 150 930	11 024 315	- 3 264 027	20 117
Resultados depois de impostos das operações de	2 471 460	2 471 460			
Ajustamentos de uniformização de políticas contabilísticas				- 32 807	- 1 816
Quota-parte do Grupo no resultado líquido			5 512 158	- 1 648 417	9 151

Os empreendimentos conjuntos Laminate Park e Tecmasa Andalucía passaram a ser registados por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Arauco, SA, a partir de 31 de maio de 2016.

A classificação da Sonae Arauco, SA (ex-Tableros de Fibras, SA) como empreendimento conjunto (notas 3, 4 e 5) teve como consequência desconsolidação desta sociedade e das sociedades por ela controladas, à data de 31 de maio de 2016. O investimento na Sonae Arauco, SA passou a ser mensurado através do método de equivalência patrimonial a partir de 31 de maio de 2016, que implicou que à data de mudança de método o investimento tenha sido registado provisoriamente pelo valor contabilístico que resultou da sua desconsolidação, que foi estimado em 147 304 255 euros. A partir de 1 de junho de 2016, este valor foi modificado pela quota-parte da Sociedade no resultado líquido consolidado, no outro rendimento integral consolidado e nas variações das restantes rubricas que compõem os capitais próprios consolidados da Sonae Arauco, SA, devidamente ajustados no sentido de se adequarem às políticas contabilísticas da Sonae Indústria e no sentido de ser eliminada a quota-parte da Sociedade nos resultados que forem gerados pelas operações realizadas entre os dois grupos de consolidação.

A Sonae Indústria, SGPS, S. A. entendeu como adequado, durante a segunda metade do ano, promover uma avaliação independente do valor do seu investimento na Sonae Arauco, S. A., por forma a determinar o seu justo valor à data de 31 de maio de 2016, uma vez que considerou que o valor da transação acordado, no montante de 137 500 000 euros, não refletia o seu justo valor. O desempenho anterior do Grupo (oito anos consecutivos de resultados negativos) e o elevado alavancamento financeiro que apresentava não permitiram que o valor da Sonae Arauco, S. A. pudesse ser totalmente refletido no preço acordado. O ano de 2016, as novas perspetivas futuras e a nova situação financeira e de balanço que resultaram da constituição do empreendimento conjunto determinaram, no entendimento da sociedade, que o valor da transação não representava uma "proxy" do justo valor da Sonae Arauco, S. A.. Essa perceção foi confirmada por uma avaliação independente externa, que determinou um justo valor deste empreendimento conjunto com um valor acima do valor determinado anteriormente para a transação.

À data de 31 de dezembro de 2016, foi registado o justo valor do investimento na Sonae Arauco, S. A., que foi estimado com referência a 31 de maio de 2016 em 185 981 068 euros, o que determinou o registo de um ganho de 38 676 813 euros, correspondente à diferença entre o valor contabilístico acima mencionado e o justo valor estimado. Este justo valor foi estimado com base nos seguintes pressupostos:

	Segmentos geográficos e de negócio			
	Península Ibérica	Alemanha	África do Sul	Euroresinas, SA
Taxa de desconto (antes de imposto)	9.40%	8.00%	14.00%	9.40%
Taxa de crescimento da perpetuidade	2.00%	2.00%	5.50%	2.00%
Taxa de crescimento (CAGR 2016 - 2020):				
Total de rendimentos líquidos	2.20%	2.80%	5.10%	3.00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2.90%	3.50%	6.50%	3.00%
EBITDA	-0.60%	0.30%	0.10%	4.50%

CAGR - Taxa média ponderada de crescimento.

Devido ao resultado líquido positivo e ao outro rendimento integral positivo apresentado pela Sonae Arauco a partir de 1 de junho de 2016, à data das presentes demonstrações financeiras, o investimento na Sonae Arauco ascendia a 195 908 535 euros.

À data de 31 de maio de 2016, a desconsolidação da Sonae Arauco, S. A. e respetivas subsidiárias teve o seguinte efeito na Demonstração Consolidada de Posição Financeira:

	31.05.2016
	Sonae Indústria - Consolidado
Variações do perímetro de consolidação:	
Ativos não correntes	- 589 149 477
Ativos correntes (sem caixa e equivalentes de caixa)	- 193 447 768
Caixa e equivalentes de caixa	- 13 648 414
Passivos financeiros não correntes	- 369 836 799
Outros passivos não correntes	- 88 148 871
Passivos financeiros correntes	- 14 743 205
Outros passivos correntes	- 176 212 529

À data de 31 de dezembro de 2016, os ativos líquidos do empreendimento conjunto Sonae Arauco, S. A. ainda não tinham sido ajustados ao seu justo valor, para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial. Os respetivos efeitos serão apurados até 31 de maio de 2017.

6. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são as seguintes:

FIRMA	SEDE SOCIAL	PERCENTAGEM DO CAPITAL DETIDO			
		31.12.2016		31.12.2015	
		Direto	Total	Direto	Total
Serradora Boix, SL	Barcelona (Spain)	-	-	31,25%	31,21%

Serradora Boix, S. L. é uma empresa associada da Sonae Arauco, S. A. (ex-Tableros de Fibras, S.A.), cujo investimento foi excluído das presentes demonstrações financeiras na sequência da desconsolidação da sociedade participante, conforme referido na nota 4.

Nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o investimento nesta empresa associada foi mensurado pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na nota 2.2.b).

A demonstração de posição financeira e a demonstração de resultados desta empresa associada que foram considerados para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 detalham-se como segue:

	<u>31.12.2015</u>
Ativos não correntes	6 788 575
Ativos correntes	7 314 753
Passivos não correntes	3 101 405
Passivos correntes	5 868 129
Rendimentos e ganhos operacionais	19 706 691
Gastos e perdas operacionais	18 673 820
Resultado das operações que continuam	1 032 871
Ajustamentos de uniformização de políticas contabilísticas	-
Quota-parte do Grupo no resultado líquido	246 384

As rubricas que constituem os ativos, passivos, e resultados apresentados no quadro anterior referem-se às demonstrações financeiras anuais da empresa associada do exercício precedente a 31.12.2015. Os efeitos decorrentes deste desfasamento temporal não são materialmente relevantes.

7. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A comparabilidade das Demonstrações Consolidadas de Posição Financeira às datas de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foi afetada pela perda de controle nas mencionadas na nota 5 da seguinte forma:

ATIVO	31.12.2016	31.12.2015 Perímetro de consolidação de 31.12.2016	31.12.2015 Efeito de alteração do perímetro	31.12.2015
ATIVOS NÃO CORRENTES:				
Ativos fixos tangíveis	148 065 694	159 486 497	- 469 293 231	628 779 728
Goodwill	347 082	347 081	- 80 536 951	80 884 032
Ativos intangíveis	270 689	492 840	- 3 710 188	4 203 028
Propriedades de investimento	6 251 947		- 6 450 977	6 450 977
Investimentos em associadas			- 1 493 139	1 493 139
Investimentos em empreendimentos conjuntos	195 908 535		- 5 695 259	5 695 259
Investimentos disponíveis para venda	130 821	127 122	- 1 028 591	1 155 713
Ativos por imposto diferido	1 364 497	3 006 427	- 25 351 707	28 358 134
Outros ativos não correntes	442 298	459 938	- 344 332	804 270
Total de ativos não correntes	352 781 563	n/a	n/a	757 824 280
ATIVOS CORRENTES:				
Inventários	18 138 293	17 663 876	- 80 343 697	98 007 573
Clientes	15 193 129	13 247 716	- 71 805 293	85 053 009
Outras dívidas de terceiros	303 310	330 703	- 12 871 313	13 202 016
Ativos por imposto corrente	1 090 204	2 021 731	- 778 038	2 799 769
Outros Impostos e contribuições	3 246 215	1 737 318	- 3 073 977	4 811 295
Outros ativos correntes	1 951 835	3 070 477	- 7 336 179	10 406 656
Caixa e equivalentes de caixa	4 795 077	5 204 569	- 23 719 901	28 924 470
Total de ativos correntes	44 718 063	n/a	n/a	243 204 788
Ativos não correntes detidos para venda	1 535 588	1 535 588		1 535 588
TOTAL DO ATIVO	399 035 214	n/a	n/a	1 002 564 656
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	110 338 155	n/a	n/a	57 669 892
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	214 868 703	36 362 363	- 17 051 503	53 413 866
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela	1 132 741	1 544 674	- 15 204 920	16 749 594
Outros empréstimos			- 1 325 632	1 325 632
Benefícios pós-emprego	1 110 071	899 293	- 25 679 339	26 578 632
Outros passivos não correntes	3 554 341	3 860 910	- 29 728 932	33 589 842
Passivos por imposto diferido	20 754 938	21 466 844	- 33 960 652	55 427 496
Provisões	1 933 644	2 400 067	- 6 955 350	9 355 417
Total de passivos não correntes	243 354 438	n/a	n/a	196 440 479
PASSIVOS CORRENTES:				
Parcela corrente dos empréstimos bancários não corre	390 967	110 681 020	- 68 025 738	178 706 758
Empréstimos bancários correntes	1 500 000	109 089 651	- 44 506 614	153 596 265
Parcela corrente dos empréstimos obrigacionistas nã		147 987 525		147 987 525
Parcela corrente dos credores por locações financeiras	417 272	393 960	- 5 275 073	5 669 033
Outros empréstimos		18 930	- 41 600 257	41 619 187
Fornecedores	23 050 212	21 520 943	- 117 065 405	138 586 348
Passivos por imposto corrente	2 422 190	1 330 790	- 177 463	1 508 253
Outros Impostos e contribuições	699 465	951 596	- 6 066 899	7 018 495
Outros passivos correntes	16 862 520	12 673 144	- 59 933 815	72 606 959
Provisões			- 1 155 462	1 155 462
Total de passivos correntes	45 342 621	n/a	n/a	748 454 285
TOTAL DO PASSIVO	399 035 214	n/a	n/a	1 002 564 656

n/a – não aplicável.

A Demonstração Consolidada de Posição Financeira à data de 31 de dezembro de 2015, com base no perímetro de consolidação existente em 31 de dezembro de 2016, não teve em consideração quaisquer ajustamentos de desconsolidação referentes às sociedades que deixaram de ser consolidadas por integração global, à data de 31 de maio de 2016 (nota 5).

8. CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nas Demonstrações consolidadas de posição financeira, às datas de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, estão incluídos os seguintes instrumentos financeiros:

	Empréstimos e contas a receber	Activos registados a justo valor por resultados	Activos disponíveis para venda	Sub-total	Activos não abrangidos pela IFRS 7	Total
31.12.2016						
Activos não correntes						
Investimentos disponíveis para venda			130 821	130 821		130 821
Outros ativos não correntes	442 298			442 298		442 298
Activos correntes						
Clientes	15 193 129			15 193 129		15 193 129
Outras dívidas de terceiros	209 171			209 171	94 139	303 310
Outros ativos correntes					1 951 835	1 951 835
Caixa e equivalentes de caixa	4 795 077			4 795 077		4 795 077
Total	20 639 675		130 821	20 770 496	2 045 974	22 816 470

	Empréstimos e contas a receber	Activos registados a justo valor por resultados	Activos disponíveis para venda	Sub-total	Activos não abrangidos pela IFRS 7	Total
31.12.2015						
Activos não correntes						
Investimentos disponíveis para venda			1 155 713	1 155 713		1 155 713
Outros ativos não correntes	804 270			804 270		804 270
Activos correntes						
Clientes	85 053 009			85 053 009		85 053 009
Outras dívidas de terceiros	11 961 779			11 961 779	1 240 237	13 202 016
Outros ativos correntes		491 159		491 159	9 915 497	10 406 656
Caixa e equivalentes de caixa	28 924 470			28 924 470		28 924 470
Total	126 743 528	491 159	1 155 713	128 390 400	11 155 734	139 546 134

	Passivos registados a justo valor por resultados	Passivos ao custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pela IFRS 7	Total
31.12.2016					
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente		214 868 703	214 868 703		214 868 703
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela corrente		1 132 741	1 132 741		1 132 741
Outros passivos não correntes		2 000 000	2 000 000	1 554 341	3 554 341
Passivos correntes					
Empréstimos bancários		1 890 967	1 890 967		1 890 967
Credores por locações financeiras		417 272	417 272		417 272
Fornecedores		23 050 212	23 050 212		23 050 212
Outros passivos correntes	431 254	3 673 936	4 105 190	12 757 325	16 862 515
Total	431 254	247 033 831	247 465 085	14 311 666	261 776 751

31.12.2015	Passivos	Passivos	Passivos não	Total
	registados a justo valor por resultados	ao custo amortizado	abrangidos pela IFRS 7	
		Sub-total		
Passivos não correntes				
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente		53 413 866	53 413 866	53 413 866
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela corrente		16 749 594	16 749 594	16 749 594
Outros empréstimos		1 325 632	1 325 632	1 325 632
Outros passivos não correntes		8 471 304	8 471 304	25 118 538
Passivos correntes				
Empréstimos bancários		332 303 023	332 303 023	332 303 023
Empréstimos obrigacionistas		147 987 525	147 987 525	147 987 525
Credores por locações financeiras		5 669 033	5 669 033	5 669 033
Outros empréstimos		41 619 187	41 619 187	41 619 187
Fornecedores		138 586 348	138 586 348	138 586 348
Outros passivos correntes	41 908	14 460 243	14 502 151	58 104 808
Total	41 908	760 585 755	760 627 663	843 851 009

Os ativos e passivos não abrangidos pela IFRS 7 são constituídos, essencialmente, por saldos a receber e a pagar ao Estado, saldos a receber e a pagar aos empregados do Grupo e rubricas de acréscimos e diferimentos.

Não existem saldos compensados de ativos e passivos financeiros.

9. JUSTO VALOR

A utilização do justo valor na elaboração das presentes demonstrações financeiras pode ser resumida da seguinte forma:

9.1. Ativos e passivos financeiros

	Ativos financeiros				Descrição das técnicas de valorização utilizadas	
	Mensurado ao justo valor		Não mensurado ao justo valor			Total
	Nível de justo valor	Montante	Justo valor quantificado	Justo valor não quantificado *		
31.12.2016						
Ativos não correntes						
Investimentos disponíveis para venda	1	130 821			130 821	nota 10
Outros ativos não correntes	-			442 298	442 298	-
Ativos correntes						
Clientes	-			15 193 129	15 193 129	-
Outras dívidas de terceiros	-			209 171	209 171	-
Caixa e equivalentes de caixa	-			4 795 077	4 795 077	-
Total		130 821		20 639 675	20 770 496	
31.12.2015						
Ativos não correntes						
Investimentos disponíveis para venda	1	818 462		337 251	1 155 713	nota 10
Outros ativos não correntes	-			804 270	804 270	-
Ativos correntes						
Clientes	-			85 053 009	85 053 009	-
Outras dívidas de terceiros	-			11 961 779	11 961 779	-
Outros ativos correntes	2	491 159		491 159	491 159	nota 21, 27
Caixa e equivalentes de caixa	-			28 924 470	28 924 470	-
		1 309 621		127 080 779	128 390 400	

* dado estimar-se que não difere materialmente do valor contabilístico.

	Passivos financeiros				Descrição das técnicas de valorização utilizadas
	Mensurado ao justo valor		Não mensurado ao justo valor		
	Nível de justo valor	Montante	Justo valor quantificado	Justo valor não quantificado *	
31.12.2016					
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	-		214 868 703	214 868 703	-
Empréstimos obrigacionistas - líquidos da parcela corrente	-				-
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela corrente	2		1 132 741	1 132 741	nota 26
Outros passivos não correntes	-		2 000 000	2 000 000	-
Passivos correntes					
Empréstimos bancários	-		1 890 967	1 890 967	-
Credores por locações financeiras	2		417 272	417 272	nota 26
Fornecedores	-		23 050 212	23 050 212	-
Outros passivos correntes	2	431 254	3 673 936	4 105 190	nota 27, 33
Total		431 254	1 550 013	245 483 818	247 465 085
31.12.2015					
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	-		53 413 866	53 413 866	-
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela corrente	2		15 204 920	16 749 594	nota 26
Outros empréstimos	-		1 325 632	1 325 632	-
Outros passivos não correntes	-		8 471 304	8 471 304	-
Passivos correntes					
Empréstimos bancários	-		332 303 023	332 303 023	-
Empréstimos obrigacionistas	-		147 987 525	147 987 525	-
Credores por locações financeiras	2		4 024 048	5 669 033	nota 26
Outros empréstimos	-		41 619 187	41 619 187	-
Fornecedores	-		138 586 348	138 586 348	-
Outros passivos correntes	2	41 908	14 460 243	14 502 151	nota 27, 33
Total		41 908	19 228 968	741 356 787	760 627 663

* dado estimar-se que não difere materialmente do valor contabilístico.

9.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são registadas ao custo, conforme referido na nota 2.6. O respetivo justo valor encontra-se divulgado na nota 13.

9.3. Ativos fixos tangíveis

Os terrenos e edifícios estão registados pelo seu valor revalorizado, determinado à data de 31.12.2013. A política de avaliação destes ativos, no que à sua periodicidade diz respeito, está indicada na nota 2.3.

O valor revalorizado dos terrenos e edifícios não difere materialmente do respetivo custo.

9.4. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos incluídos nesta rubrica estão valorizados pelo respetivo justo valor menos custos estimados de venda, conforme descrito nas notas 2.7, 17 e 34.

A hierarquia de justo valor está descrita na nota 2.26.

10. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
	<u>Não correntes</u>	<u>Não correntes</u>
Investimentos em subsidiárias excluídas da consolidação		
Saldo inicial	36 969 914	36 969 914
Liquidação		
Saldo final	<u>36 969 914</u>	<u>36 969 914</u>
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 34)	<u>36 969 914</u>	<u>36 969 914</u>
Valor líquido dos investimentos em subsidiárias excluídas da consolidação	<u><u>36 969 914</u></u>	<u><u>36 969 914</u></u>
	31.12.2016	31.12.2015
	<u>Não correntes</u>	<u>Não correntes</u>
Investimentos em empreendimentos conjuntos		
Saldo inicial	5 695 259	7 326 715
Efeito de alteração de perímetro (nota 4)	-5 695 259	
Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial (nota 5)	<u>195 908 535</u>	<u>-1631456</u>
Saldo final	<u><u>195 908 535</u></u>	<u><u>5 695 259</u></u>
	31.12.2016	31.12.2015
	<u>Não correntes</u>	<u>Não correntes</u>
Investimentos em associadas		
Saldo inicial	1493 139	1354 074
Efeito de alteração de perímetro (nota 4)	-1493 139	
Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial (nota 6)		<u>139 065</u>
Saldo final	<u><u>1493 139</u></u>	<u><u>1493 139</u></u>
	31.12.2016	31.12.2015
	<u>Não correntes</u>	<u>Não correntes</u>
Investimentos disponíveis para venda		
Saldo inicial	1171674	1144 569
Aquisição	5 042	18 579
Efeito de alteração de perímetro (nota 4)	-1050 414	
Variação do justo valor	<u>8 508</u>	<u>8 526</u>
Saldo final	<u><u>134 810</u></u>	<u><u>1171674</u></u>
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 34)	<u>3 989</u>	<u>15 961</u>
Valor líquido dos investimentos disponíveis para venda	<u><u>130 821</u></u>	<u><u>1155 713</u></u>

O montante incluído na rubrica Investimentos em subsidiárias excluídas da consolidação refere-se à ex-subsidiária Tarnaise des Panneaux, detida indiretamente pela Sonae Indústria, SGPS, SA em 100% do seu capital. Em 2001, o Grupo Sonae Indústria apresentou em tribunal um pedido de insolvência desta sociedade, que se encontra a decorrer desde então e que

configura uma situação de perda de controlo da entidade, razão pela qual tem sido excluída do perímetro de consolidação. A Demonstração consolidada de posição financeira inclui uma imparidade pelo valor total da participação financeira nesta sociedade.

Os investimentos disponíveis para venda são constituídos por investimentos financeiros que não cumprem os critérios para serem classificados como investimentos em subsidiárias ou em associadas e são registados ao custo de aquisição, que se estima não ser materialmente diferente do seu justo valor.

11. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	31.12.2016							
	Terrenos e edifícios	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total dos ativos fixos tangíveis
Ativo Bruto:								
Saldo inicial	646 791 354	1 370 041 227	10 931 046	13 196 327	26 896 730	10 287 939	21 556 726	2 099 701 349
Variações do perímetro de consolidação	- 545 967 605	- 1 084 104 786	- 8 457 368	- 12 973 716	- 22 926 895	- 9 512 382	- 12 933 945	- 1 696 876 697
Investimento	149 455						13 319 373	13 468 828
Desinvestimento	16 128 393	44 896 995	472 880	108 958	649 981	721 067		62 978 274
Transferências e reclassificações	1 632 069	14 330 704	469 620	14 704	169 205	162 105	- 18 391 798	- 1 613 391
Variações cambiais	4 830 922	16 865 611	142 173	15 278	132 645	1 628	421 127	22 409 384
Saldo final	91 307 802	272 235 761	2 612 591	143 635	3 621 704	218 223	3 971 483	374 111 199
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:								
Saldo inicial	377 423 482	1 034 831 385	10 313 762	12 541 503	25 818 573	9 218 418	774 498	1 470 921 621
Variações do perímetro de consolidação	- 339 676 366	- 839 839 024	- 7 912 407	- 12 402 841	- 22 092 857	- 8 456 307	- 774 498	- 1 231 154 300
Depreciações do exercício	5 870 079	24 713 179	198 250	96 203	201 901	172 910		31 252 522
Perdas por imparidade do exercício - em Resultados	3 478 160	550 325						4 028 485
Desinvestimento	15 464 338	44 567 245	471 939	108 958	647 894	720 884		61 981 258
Transferências e reclassificações						- 7 874		- 7 874
Variações cambiais	1 665 765	11 063 955	123 495	15 203	117 964	- 73		12 986 309
Saldo final	33 296 782	186 752 575	2 251 161	141 110	3 397 687	206 190		226 045 505
Saldo final líquido	58 011 020	85 483 186	361 430	2 525	224 017	12 033	3 971 483	148 065 694
	31.12.2015							
	Terrenos e edifícios	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total dos ativos fixos tangíveis
Ativo Bruto:								
Saldo inicial	694 614 035	1 377 116 456	11 741 816	13 314 019	27 941 909	9 895 357	42 172 525	2 176 796 117
Investimento		184 458		4 009			21 163 523	21 351 990
Desinvestimento	1 957 603	6 953 789	744 358	67 224	3 936 000	152 593	3 286 943	17 098 510
Reclassificação como propriedades de investimento	- 37 123 738							- 37 123 738
Transferências e reclassificações	1 396 592	28 516 269	122 414	49 006	3 118 781	560 525	- 37 769 141	- 4 005 554
Variações cambiais	- 10 137 932	- 28 822 167	- 188 826	- 103 483	- 227 960	- 15 350	- 723 238	- 40 218 956
Saldo final	646 791 354	1 370 041 227	10 931 046	13 196 327	26 896 730	10 287 939	21 556 726	2 099 701 349
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:								
Saldo inicial	399 512 236	1 016 219 363	10 764 186	12 437 562	26 599 883	8 868 508	2 304 958	1 476 706 696
Depreciações do exercício	11 295 161	48 901 305	456 370	262 521	414 069	368 453		61 697 879
Perdas por imparidade do exercício - em Resultados	31 265	79 979					36	111 280
Desinvestimento	226 069	6 238 087	726 747	62 928	3 936 185	144 444	1 530 496	12 864 956
Reclassificação como propriedades de investimento	- 30 134 419							- 30 134 419
Transferências e reclassificações		- 6 367 613	- 12 770	7 174	2 937 329	128 873		- 3 307 007
Variações cambiais	- 3 054 692	- 17 763 562	- 167 277	- 102 826	- 196 523	- 2 972		- 21 287 852
Saldo final	377 423 482	1 034 831 385	10 313 762	12 541 503	25 818 573	9 218 418	774 498	1 470 921 621
Saldo final líquido	269 367 872	335 209 842	617 284	654 824	1 078 157	1 069 521	20 782 228	628 779 728

As variações do perímetro de consolidação ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 referem-se aos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, das subsidiárias nas quais se verificou perda de controlo, à data de 31 de maio de 2016 (notas 3 e 4).

Em 2015, os montantes incluídos em transferências e reclassificações dizem respeito, principalmente, aos ativos reclassificados como Ativos não correntes detidos para venda (nota 17).

As variações cambiais resultam, principalmente, da conversão para euros dos ativos fixos tangíveis das subsidiárias cuja moeda funcional é o dólar canadiano (CAD) (no período concluído em 31 de dezembro de 2015, dólar canadiano (CAD) e rand sul-africano (ZAR).

Durante os exercícios de 2016 e 2015 não foram capitalizados juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, no âmbito das condições definidas na nota 2.10.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo tinha hipotecado ativos fixos tangíveis no montante de 133 392 714 euros (299 596 935 euros em 31 de dezembro de 2015), como garantia de empréstimos obtidos no montante de 39 578 123 euros (125 910 591 euros em 31 de dezembro de 2015).

À mesma data, não existiam compromissos assumidos para aquisição de elementos do ativo fixo tangível.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 dezembro de 2015, os ativos fixos tangíveis utilizados pelo Grupo com recurso a locação financeira apresentavam o seguinte detalhe:

	31.12.2016					31.12.2015	
	Saldo Inicial	Variações do Perímetro de Consolidação	Aumentos	Desinvestimento	Outras variações	Saldo Final	Saldo Final
Ativo Bruto:							
Terrenos e edifícios	27 240 330				- 22 118 877	5 121 453	27 240 330
Equipamento Básico	40 743 110	- 40 542 726			13 106	213 490	40 743 110
Equipamento de transporte	1 350 177			82 391	38 389	1 306 175	1 350 177
Equipamento administrativo	313 751			6 063	20 326	328 014	313 751
Saldo Final	69 647 368	- 40 542 726		88 454	- 22 047 056	6 969 132	69 647 368
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:							
Terrenos e edifícios	5 195 554		230 378		- 4 871 230	554 702	5 195 554
Equipamento Básico	26 590 337	- 27 727 497	1 178 822		2 269	43 931	26 590 337
Equipamento de transporte	1 315 898		35 377	82 391	37 291	1 306 175	1 315 898
Equipamento administrativo	302 909		3 476	4 435	19 782	321 732	302 909
Saldo Final	33 404 698	- 27 727 497	1 448 053	86 826	- 4 811 888	2 226 540	33 404 698
Saldo final líquido	36 242 670	- 12 815 229	- 1 448 053	1 628	- 17 235 168	4 742 592	36 242 670

A coluna Outras variações diz respeito a ativos que foram reclassificados como ativos fixos tangíveis próprios, na sequência da respetiva aquisição.

Os pagamentos mínimos de locação financeira são apresentados na nota 26.4

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

		31.12.2016											
		Custos de desenvolvimento		Patentes, Royalties e outros direitos		Programas informáticos		Outros ativos intangíveis		Ativos intangíveis em curso		Total ativos intangíveis	Total
		Não gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente
Ativo Bruto:													
Saldo inicial		184 848	3 771 845	14 547 305	3 225 963	63 454	2 617 771	823 418	14 610 759	10 623 845		25 234 604	
Variações do perímetro de consolidação		- 106 423	- 4 188 115	- 12 987 840	- 3 143 141	- 63 454	- 2 331 407	- 439 663	- 13 051 294	- 10 208 749		- 23 260 043	
Investimento							741 705	306 089		1 047 794		1 047 794	
Desinvestimento		37 932	160 502							198 434		198 434	
Transferências e reclassificações			655 455		36 332		- 1 028 069	- 689 844		- 1 026 126		- 1 026 126	
Variações cambiais			10 831	269 091	669				269 091	11 500		280 591	
Saldo final		40 493	89 514	1 828 556	119 823				1 828 556	249 830		2 078 386	
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:													
Saldo inicial		184 848	3 288 639	13 289 422	2 552 490	63 454	1 652 723		13 352 876	7 678 700		21 031 576	
Variações do perímetro de consolidação		- 106 423	- 3 151 659	- 12 290 302	- 2 506 444	- 63 454	- 1 505 275		- 12 353 756	- 7 269 801		- 19 623 557	
Amortizações do exercício			82 377	337 580	73 571		58 813		337 580	214 761		552 341	
Desinvestimento		37 932	160 502							198 434		198 434	
Reversão de perdas de imparidade							24 028			24 028		24 028	
Transferências e reclassificações							- 182 233			- 182 233		- 182 233	
Variações cambiais			4 184	247 642	206				247 642	4 390		252 032	
Saldo final		40 493	63 039	1 584 342	119 823				1 584 342	223 355		1 807 697	
Saldo final líquido			26 475	244 214					244 214	26 475		270 689	

		31.12.2015											
		Custos de desenvolvimento		Patentes, Royalties e outros direitos		Programas informáticos		Outros ativos intangíveis		Ativos intangíveis em curso		Total ativos intangíveis	Total
		Não gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente
Ativo Bruto:													
Saldo inicial		184 848	3 520 925	15 529 611	2 619 273	63 454	5 412 187		1 380 615	15 593 065	13 117 848		28 710 913
Investimento							1 649 684	5 413	740 632	5 413	2 390 316		2 395 729
Desinvestimento			34 666	1 071 034	14 377		3 578 859			1 071 034	3 627 902		4 698 936
Transferências e reclassificações			298 453	407 532	621 872		- 865 241	- 5 413	- 1 297 829	402 119	- 1 242 745		- 840 626
Variações cambiais			- 12 867	- 318 804	- 805					- 318 804	- 13 672		- 332 476
Saldo final		184 848	3 771 845	14 547 305	3 225 963	63 454	2 617 771		823 418	14 610 759	10 623 845		25 234 604
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:													
Saldo inicial		162 110	3 150 027	14 050 169	2 308 918	63 454	1 168 302			14 113 623	6 789 357		20 902 980
Amortizações do exercício		22 738	142 726	573 084	258 119		141 150			573 084	564 733		1 137 817
Perdas de imparidade do período							343 271				343 271		343 271
Desinvestimento				1 048 692	14 377					1 048 692	14 377		1 063 069
Transferências e reclassificações													
Variações cambiais			- 4 114	- 285 139	- 170					- 285 139	- 4 284		- 289 423
Saldo final		184 848	3 288 639	13 289 422	2 552 490	63 454	1 652 723			13 352 876	7 678 700		21 031 576
Saldo final líquido			483 206	1 257 883	673 473		965 048		823 418	1 257 883	2 945 145		4 203 028

As variações do perímetro de consolidação ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 referem-se aos ativos intangíveis e respetivas amortizações e perdas por imparidade

acumuladas, das subsidiárias nas quais se verificou perda de controlo, à data de 31 de maio de 2016 (notas 3 e 4).

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos no valor das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Custo	Total	Custo	Total
Ativo Bruto:				
Saldo inicial	37 123 738	37 123 738	1 667 281	1 667 281
Investimento	131 191	131 191		
Desinvestimento			1 667 281	1 667 281
Reclassificações			37 123 738	37 123 738
Saldo final	<u>37 254 929</u>	<u>37 254 929</u>	<u>37 123 738</u>	<u>37 123 738</u>
Depreciações de Perdas de Imparidade Acumuladas:				
Saldo inicial	30 672 761	30 672 761	442 583	442 583
Depreciações do exercício	330 221	330 221	553 094	553 094
Desinvestimento			457 335	457 335
Reclassificações			30 134 419	30 134 419
Saldo final	<u>31 002 982</u>	<u>31 002 982</u>	<u>30 672 761</u>	<u>30 672 761</u>
Saldo final líquido	<u>6 251 947</u>	<u>6 251 947</u>	<u>6 450 977</u>	<u>6 450 977</u>

	31.12.2016	31.12.2015
Rendas de propriedades de investimentos	216 344	250 000
Custos operacionais diretos	171 891	14 731

À data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas, a rubrica Propriedades de investimento compreendia o terreno e os edifícios da unidade industrial de Betanzos, em Espanha, que foram arrendados no seguimento da desativação desta unidade, tendo sido reclassificados como propriedades de investimento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Estes ativos estão registados ao custo. O seu justo valor foi determinado por entidade independente, com referência à data de 31 de dezembro de 2015, e ascendia a 6,6 milhões de euros (nível dois da hierarquia de justo valor). O justo valor foi determinado pelo método residual, no caso dos terrenos, e pelo método da

comparação, no caso dos edifícios. À data de 31 de dezembro de 2016, a Sonae Indústria estimava que o justo valor não se havia alterado significativamente.

14. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os movimentos ocorridos no valor do *Goodwill* foram os seguintes:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Ativo Bruto:		
Saldo Inicial	82 584 032	83 796 717
Variações do perímetro de consolidação	82 026 263	
Variações cambiais	- 210 687	-1 212 685
Saldo Final	<u>347 082</u>	<u>82 584 032</u>
Perdas por Imparidade Acumuladas:		
Saldo Inicial	1 700 000	1 700 000
Variações do perímetro de consolidação	<u>1 700 000</u>	
Saldo Final	<u>1 700 000</u>	<u>1 700 000</u>
Valor líquido	<u><u>347 082</u></u>	<u><u>80 884 032</u></u>

Os montantes apresentados como variações do perímetro de consolidação referem-se ao *goodwill* registado na consolidação das sociedades nas quais ocorreu perda de controlo, à data de 31 de maio de 2016 (notas 3 e 4). Tal como referido nestas notas, o investimento na Sonae Arauco, S. A. (ex-Tableros de Fibras. S. A.) passou a ser mensurado pelo método de equivalência patrimonial, que prevê que qualquer *goodwill* existente seja incluído na rubrica Investimento em empreendimentos conjuntos, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira (nota 2.2.b).

À data de 31 de dezembro de 2015, foram efetuados testes de imparidade ao montante de Goodwill registado na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, acompanhados da respetiva análise de sensibilidade, os quais não identificaram nenhuma situação de imparidade, nem permitem vislumbrar essa possibilidade em relação ao goodwill remanescente à data de 31 de dezembro de 2016, que atinge montantes materialmente irrelevantes.

14.1. Testes de imparidade

Os testes de imparidade realizados aos montantes registados na rubrica *Goodwill*, à data de 31 de dezembro de 2015, consistiram, principalmente, em determinar o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa através do método do uso e, em casos pontuais, em obter o justo valor menos custos estimados de venda de ativos específicos, determinado por entidade independente.

Os montantes registados de *Goodwill* foram distribuídos pelas diferentes unidades geradoras de caixa, agregadas em função das sinergias originadas pelas combinações de negócio respetivas.

O valor recuperável obtido é comparado com o valor líquido dos ativos das unidades geradoras de caixa agregadas, incluindo o montante do goodwill afetado e as perdas por imparidade detalhadas na nota 34.

A determinação do valor recuperável consistiu em efetuar projeções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 8 anos, para cada unidade geradora de caixa, posteriormente extrapolados através de uma perpetuidade e atualizados à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC), calculadas através da metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model) para cada unidade geradora de caixa, antes de impostos. Estas taxas consideram especificidades do mercado, incorporando diferentes fatores de risco, bem como as taxas de juro sem risco das Obrigações do Tesouro a 10 anos da Alemanha, adicionadas de um prémio de risco para cada país onde se situam as unidades geradoras de caixa.

A utilização de um período de oito anos para projeção dos fluxos de caixa teve em consideração a extensão e intensidade dos ciclos económicos a que a atividade do Grupo está sujeita.

Os fluxos de caixa considerados têm por base o Plano de Negócios do Grupo, que inclui projeções atualizadas anualmente por forma a incorporar os desenvolvimentos ocorridos nos mercados em que o Grupo atua.

31.12.2015

	Unidades geradoras de caixa		
	Península Ibérica	Alemanha	África do Sul
Goodwill	71 460 679	3 588 414	5 834 939
Taxa de desconto (antes de imposto)	9.19%	7.68%	18.13%
Taxa de crescimento da perpetuidade	1.00%	1.00%	1.00%
Taxa de crescimento (CAGR 2015 - 2023):			
Total de rendimentos líquidos	1.35%	1.27%	2.68%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.25%	1.32%	2.57%
Custos fixos	0.76%	0.61%	2.53%
Período de projeção dos fluxos de caixa	8 anos	8 anos	8 anos
Conclusões do teste	Sem imparidade	Sem imparidade	Sem imparidade

CAGR - Taxa média ponderada de crescimento.

Dos testes de imparidade realizados não resultou qualquer perda por imparidade a registar na rubrica *Goodwill* da Demonstração consolidada de posição financeira, à data de 31 de dezembro de 2015.

14.2. Testes de sensibilidade

À data de 31 de dezembro de 2015, o Grupo efetuou uma análise de sensibilidade ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa, que consistiu em testar a sensibilidade do valor recuperável das mesmas a variações razoáveis nas principais variáveis que concorrem para a determinação do respetivo valor presente dos fluxos de caixa descontados.

O teste de sensibilidade realizado à unidade geradora de caixa Península Ibérica, cujo montante de *goodwill* afeto representava 88% do valor desta rubrica registado na Demonstração consolidada de posição financeira, à data de 31 de dezembro de 2015, detalha-se como segue:

	Unidade Geradora de Caixa Península Ibérica (1)	Aumento da WACC em 1,0 p.p. (2)	Aumento anual do volume de negócios em 1,00% (3)	Redução da margem EBITDA/Volume de negócios em 0,45 p.p. (4)	Aumento anual do investimento em ativos fixos tangíveis de 2 000 000 euros (5)
Taxa média ponderada do custo do capital (WACC)	9.19%	10.19%	9.19%	9.19%	9.19%
CAGR volume de negócios [2015; Perpetuidade] (6)	1.38%	1.38%	1.00%	1.38%	1.38%
Margem média EBITDA / Volume de negócios [2015; Perpetuidade]	8.95%	8.95%	8.95%	8.50%	8.95%
Investimento médio em ativos fixos tangíveis [2015; Perpetuidade]	6 960 550	6 960 550	6 960 550	6 960 550	8 630 550
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	251 731 446	227 757 276	232 355 045	230 557 618	235 115 100
Justo valor menos custos estimados de venda (7)	3 498 000	3 498 000	3 498 000	3 498 000	3 498 000
Valor recuperável total	255 229 446	231 255 276	235 853 045	234 055 618	238 613 100
Conclusões da análise de sensibilidade	Sem imparidade	Sem imparidade	Sem imparidade	Sem imparidade	Sem imparidade

- (1) Valores considerados no teste de imparidade efetuado à unidade geradora de caixa Península Ibérica à data de 31.12.2015 (quadro de referência);
- (2) Aumento da taxa média do custo do capital em 1 p.p. em relação ao quadro de referência, *ceteris paribus*;
- (3) Foi utilizada uma taxa média ponderada de crescimento do volume de negócios de 1% em vez da taxa de 1,38% considerada no quadro de referência, *ceteris paribus*;
- (4) Foi utilizada uma margem média EBITDA/volume de negócios de 8,5% em vez da margem de 8,95% utilizada no quadro de referência, *ceteris paribus*;
- (5) Foi considerado um acréscimo anual de 2 000 000 euros ao investimento médio anual incluído no quadro de referência, *ceteris paribus*;
- (6) Taxa média ponderada de crescimento:
- (7) Ativos fixos tangíveis cujo justo valor menos custos estimados de venda foi determinado por entidade independente.

Do teste de sensibilidade efetuado à unidade geradora de caixa Península Ibérica não resultou nenhuma situação de imparidade.

O teste de sensibilidade realizado à unidade geradora de caixa África do Sul, cujo montante de goodwill afeto representava 7,2% do valor desta rubrica registado na Demonstração consolidada de posição financeira, à data de 31 de dezembro de 2015, detalha-se como segue:

	Unidade Geradora de Caixa África do Sul	Aumento da WACC em 1,0 p.p.	Aumento anual do volume de negócios em 2,5%	Redução da margem EBITDA/Volume de negócios em 0,45 p.p.	Aumento anual do investimento em ativos fixos tangíveis de 1 000 000 euros
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Taxa média ponderada do custo do capital (WACC)	18.13%	19.13%	18.13%	18.13%	18.13%
CAGR volume de negócios [2015; Perpetuidade] (6)	2.68%	2.68%	2.50%	2.68%	2.68%
Margem média EBITDA / Volume de negócios [2015 ; Perpetuidade]	14.56%	14.56%	14.56%	14.11%	14.56%
Investimento médio em ativos fixos tangíveis [2015; Perpetuidade]	2 549 063	2 549 063	2 549 063	2 549 063	3 384 063
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	67 484 864	64 168 078	60 837 141	64 477 577	62 049 974
Conclusões da análise de sensibilidade	Sem imparidade	Sem imparidade	Sem imparidade	Sem imparidade	Sem imparidade

- (1) Valores considerados no teste de imparidade efetuado à unidade geradora de caixa África do Sul à data de 31.12.2015 (quadro de referência);
- (2) Aumento da taxa média do custo do capital em 1 p.p. em relação ao quadro de referência, *ceteris paribus*;
- (3) Foi utilizada uma taxa média ponderada de crescimento do volume de negócios de 2,5% em vez da taxa de 2,68% considerada no quadro de referência, *ceteris paribus*;
- (4) Foi utilizada uma margem EBITDA/volume de negócios de 14,11% em vez da margem de 14,56% utilizada no quadro de referência, *ceteris paribus*;
- (5) Foi considerado um acréscimo anual de 1 000 000 euros ao investimento médio anual incluído no quadro de referência, *ceteris paribus*;
- (6) Taxa média ponderada de crescimento:

Do teste de sensibilidade efetuado à unidade geradora de caixa África do Sul não resultou nenhuma situação de imparidade.

O teste de sensibilidade realizado à unidade geradora de caixa Alemanha, cujo montante de goodwill afeto representava 4,4% do valor desta rubrica registado na Demonstração consolidada de posição financeira, à data de 31 de dezembro de 2015, utilizou a mesma metodologia e taxas de variação que foram utilizadas no teste de sensibilidade realizado à

unidade geradora de caixa Península Ibérica, não tendo revelado nenhuma situação de imparidade.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, de acordo com as diferenças temporárias subjacentes, é o seguinte:

	Ativos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Homogeneização de Amortizações e Depreciações			19 775 606	38 104 229
Provisões não Aceites Fiscalmente	15 837	997 568		
Imparidade de Ativos	1 057 012	1 233 414		
Prejuízos Fiscais Reportáveis	68 295	17 857 583		
Planos de benefícios definidos		2 262 330		
Anulação de Ativos Fixos Tangíveis		36 378		
Revalorização de Ativos Fixos tangíveis			977 511	14 655 358
Outras diferenças temporárias	223 353	5 970 861	1 821	2 667 909
	<u>1 364 497</u>	<u>28 358 134</u>	<u>20 754 938</u>	<u>55 427 496</u>

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Saldo inicial	28 358 134	27 754 742	55 427 496	63 291 251
Efeito em resultado das operações continuadas:				
Alterações nas diferenças temporárias com efeito em resultado:				
Homogeneização de amortizações e depreciações			- 1 990 643	- 2 345 769
Provisões não aceites fiscalmente	- 5 166	- 24 701		
Imparidade de ativos	780 052	23 617		
Revalorização de ativos fixos tangíveis			- 13 373	24 971
Prejuízos fiscais reportáveis	- 1 511 727	- 1 252 545		
Outros impostos diferidos	- 917 387	- 838 012	- 62	512
Subtotal (nota 21)	<u>- 1 654 228</u>	<u>- 2 091 641</u>	<u>- 2 004 078</u>	<u>- 2 320 286</u>
Efeito em resultado das operações descontinuadas:				
Alterações nas diferenças temporárias com efeito em resultado:				
Homogeneização de amortizações e depreciações			137 795	198 265
Provisões não aceites fiscalmente	- 116 222	161 834		
Imparidade de ativos	- 256 828	- 2 203 484		
Prejuízos fiscais reportáveis	1 438 154	4 208 698		
Anulação de ativos fixos tangíveis	- 450	- 1 070		
Revalorização de ativos fixos tangíveis			1 886 522	- 2 309 156
Outros impostos diferidos	- 1 682 926	694 494	233 460	206 964
Subtotal	<u>- 618 272</u>	<u>2 860 472</u>	<u>2 257 777</u>	<u>- 1 903 927</u>
Efeito em outro rendimento integral:				
Alterações nas diferenças temporárias com efeito em outro rendimento integral:				
Outros impostos diferidos		48 000		
Subtotal		<u>48 000</u>		
Efeito de conversão monetária	48 864	- 213 439	1 606 740	- 3 639 542
Variações do perímetro de consolidação	- 24 770 001		- 36 532 997	
Saldo final	<u>1 364 497</u>	<u>28 358 134</u>	<u>20 754 938</u>	<u>55 427 496</u>

Em conformidade com o disposto nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, o Grupo efetua anualmente uma avaliação dos ativos por impostos diferidos referentes a prejuízos

fiscais reportáveis, tendo por base projeções de resultados efetuadas para os cinco anos seguintes.

De acordo com a estimativa de resultado fiscal do exercício de 2016 e com as declarações fiscais do exercício de 2015 das empresas que registam ativos por impostos diferidos referentes a prejuízos fiscais, os mesmos eram reportados como segue:

Caducidade	31.12.2016		31.12.2015	
	Prejuízo fiscal	Activos por imposto diferido	Prejuízo fiscal	Activos por imposto diferido
2018			7 198 697	1 511 726
			7 198 697	1 511 726
Sem caducidade	243 910	68 295	59 140 176	16 345 857
Total	243 910	68 295	66 338 873	17 857 583

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os prejuízos fiscais para os quais não foram registados ativos por impostos diferidos, podem ser detalhados como segue:

Caducidade	31.12.2016		31.12.2015	
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto
2016			208 307	41 661
2017	117 849	23 570	117 849	23 570
2018	11 447 823	2 403 207	83 512	16 702
2019	119 987	23 997	119 987	23 997
2020	125 844	25 169	125 844	25 169
2021	121 939	24 388	121 939	24 388
2022	1 287 230	257 446	1 287 230	257 446
2023	456 536	91 307	456 536	91 307
2024	71 379	14 276		
2027	33 325	6 998		
	13 781 912	2 870 358	2 521 204	504 240
Sem caducidade	767 282 034	237 367 433	1 872 632 371	546 616 931
Total	781 063 946	240 237 791	1 875 153 575	547 121 171

Os ativos por impostos diferidos são compensados com o valor dos passivos por impostos diferidos nas situações em que:

i) A Empresa geradora das respetivas diferenças temporárias tenha capacidade legal para compensar os saldos ativos com os saldos passivos do imposto sobre o rendimento corrente; ou

ii) Os ativos e passivos por impostos diferidos apurados estão relacionados com o imposto sobre o rendimento a pagar à mesma Entidade fiscal:

(a) por uma entidade; ou

(b) por diferentes entidades que pretendem receber/ pagar imposto numa base líquida.

16. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica Outros ativos não correntes da Demonstração consolidada de posição financeira tinha a seguinte composição:

	31.12.2016		31.12.2015		
	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Cientes e Outros Devedores	442 298	442 298	804 270		804 270
Empréstimos a partes relacionadas			10 931 182	10 931 182	
Instrumentos Financeiros	442 298	442 298	11 735 452	10 931 182	804 270
Total	442 298	442 298	11 735 452	10 931 182	804 270

ANTIGUIDADE DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES NÃO CORRENTES E DE EMPRÉSTIMOS A PARTES RELACIONADAS

	31.12.2016	31.12.2015
Não vencido	442 298	804 270
Total	442 298	804 270

17. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em dezembro de 2015, foram reclassificados como Ativos não correntes detidos para venda os ativos fixos tangíveis (equipamentos) da unidade industrial de Souselas, em Portugal, que se encontra inativa, dado estarem disponíveis para venda imediata e existir a expectativa de completar uma transação de venda num prazo de doze meses. À data de encerramento destas demonstrações financeiras consolidadas, ainda não tinha sido realizado a venda destes ativos, que se espera concluir num breve período de tempo.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica Ativos não correntes detidos para venda, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, apresentava o seguinte detalhe:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Ativos fixos tangíveis	1 535 588	1 535 588
Ativos não correntes classificados como detidos para venda	<u>1 535 588</u>	<u>1 535 588</u>

18. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica Inventários da Demonstração consolidada de posição financeira detalhava-se como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Mercadorias	1 562 647	6 265 965
Produtos acabados e intermédios	7 667 357	34 934 682
Produtos e trabalhos em curso	587 122	710 410
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	<u>9 231 599</u>	<u>60 497 525</u>
	19 048 725	102 408 582
Perdas acumuladas em inventários (Nota 34)	<u>910 432</u>	<u>4 401 009</u>
	<u>18 138 293</u>	<u>98 007 573</u>

Os inventários do grupo são constituídos, principalmente, por madeira, placas cruas e revestidas e produtos químicos.

A comparabilidade dos valores apresentados às datas de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 encontra-se detalhada na nota 7.

19. CLIENTES

À data de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de Clientes da Demonstração consolidada de posição financeira podia decompor-se como segue:

	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Clientes	15 770 699	577 570	15 193 129	110 398 793	25 345 784	85 053 009

	31.12.2016	31.12.2015
Não vencido	11 933 384	75 066 082
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	2 468 345	5 685 626
30 - 90 dias	216 126	1 321 832
+ 90 dias	364 722	1 409 929
	3 049 193	8 417 387
Vencido com registo de imparidade		
90 - 180 dias	207 342	2 040 066
180 - 360 dias	126 980	347 692
+ 360 dias	453 800	24 527 566
	788 122	26 915 324
Total	15 770 699	110 398 793

20. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica Outras dívidas de terceiros da Demonstração consolidada de posição financeira tinha a seguinte decomposição:

	31.12.2016		31.12.2015		
	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Outros devedores	209 171	209 171	2 666 503	3 502	2 663 001
Partes relacionadas			9 298 779		9 298 779
Instrumentos financeiros	209 171	209 171	11 965 282	3 502	11 961 780
Outros devedores	94 139	94 139	1 240 236		1 240 236
Activos não abrangidos pela IFRS 7	94 139	94 139	1 240 236		1 240 236
Total	303 310	303 310	13 205 518	3 502	13 202 016

ANTIGUIDADE DE OUTROS DEVEDORES E DE PARTES RELACIONADAS		
	31.12.2016	31.12.2015
Não vencido		9 650 058
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	150 423	883 052
30 - 90 dias	15 372	243 392
+ 90 dias	43 376	1 188 780
	<u>209 171</u>	<u>2 315 224</u>
Total	<u>209 171</u>	<u>11 965 282</u>

A rubrica Outros devedores inclui saldos devedores de fornecedores no montante de 154 885 euros (1 074 469 euros, a 31 de dezembro de 2015).

À data de 31 de dezembro de 2015, o saldo da rubrica Partes relacionadas incluía um empréstimo à sociedade controlada conjuntamente Laminare Park GmbH & Co. KG no montante de 9 271 164 euros, que venceu em junho de 2016 e que vencia juros a uma taxa de mercado.

21. OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe da rubrica Outros ativos correntes da Demonstração consolidada de posição financeira, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, é o seguinte:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido
Instrumentos derivados			491 159	491 159
Instrumentos financeiros			491 159	491 159
Acréscimo de rendimentos	402 038	402 038	4 675 331	4 675 331
Gastos diferidos	<u>1 549 797</u>	<u>1 549 797</u>	<u>5 240 166</u>	<u>5 240 166</u>
Activos não abrangidos pela IFRS 7	<u>1 951 835</u>	<u>1 951 835</u>	<u>9 915 497</u>	<u>9 915 497</u>
Total	<u>1 951 835</u>	<u>1 951 835</u>	<u>10 406 656</u>	<u>10 406 656</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Grupo não detinha quaisquer instrumentos derivados de cobertura de fluxos de caixa. Os montantes incluídos no quadro

anterior referem-se a instrumentos financeiros derivados registados ao justo valor através de resultados (nota 27).

A rubrica Acréscimo de rendimentos incluía, à data de 31 de dezembro de 2015, 2 100 000 euros de estimativas referentes à venda de energia elétrica.

A rubrica Gastos diferidos inclui um montante de 827 000 euros referente à periodização de gastos com seguros (3 300 000 euros a 31 de dezembro de 2015).

22. OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (ATIVO CORRENTE)

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica Outros impostos e contribuições podia decompor-se como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Outros impostos e contribuições:		
Imposto sobre o valor acrescentado	1 741 841	3 538 442
Contribuições para a segurança social		68 407
Outros	1 504 374	1 204 446
	<u>3 246 215</u>	<u>4 811 295</u>

23. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe da rubrica Caixa e equivalentes de caixa da Demonstração consolidada de posição financeira e da Demonstração consolidada dos fluxos de caixa era o seguinte:

	31.12.2016	31.12.2015
Numerário	6 536	42 240
Depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria	<u>4 788 541</u>	<u>28 882 230</u>
Caixa e equivalentes de caixa na Demonstração consolidada de posição financeira	4 795 077	28 924 470
Descobertos bancários		<u>13 116 265</u>
Caixa e equivalentes de caixa na Demonstração consolidada de fluxos de caixa	<u>4 795 077</u>	<u>15 808 205</u>

A 31 de dezembro de 2016, o montante de caixa e equivalentes de caixa expressos em moeda diferente da moeda funcional do Grupo ascendia a 3 338 195 euros.

O saldo de depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria, que a 31 de dezembro de 2016 ascendia a 4 788 541 euros, apresenta um elevado nível de dispersão pelas diferentes subsidiárias do Grupo, localizadas em diferentes países. Existe apenas um depósito de montante superior a 1 000 000 euros, efetuado numa instituição financeira com nível de *rating* Aa1 (Moody's).

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no passivo corrente da Demonstração consolidada de posição financeira, na rubrica Empréstimos bancários (nota 26.1).

24. CAPITAL PRÓPRIO

O capital próprio consolidado é composto pelas seguintes rubricas:

24.1. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social, integralmente subscrito e realizado, atingia o montante de 812 107 574,17 euros, representado por 11 350 757 417 ações escriturais, nominativas, sem valor nominal. Nestas datas, a Sociedade não detinha quaisquer ações próprias.

As ações representativas do capital social, nas datas de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não conferem direito a qualquer remuneração fixa.

24.2. RESERVA LEGAL

A rubrica Reserva legal inclui a reserva da Sociedade-mãe constituída e utilizada nos termos dos artº. 295 e 296 do Código das Sociedades Comerciais. Esta reserva não pode ser distribuída aos acionistas, podendo ser incorporada no capital social ou utilizada para cobrir prejuízos.

24.3. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

A rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui:

- As reservas da Sociedade-mãe e a quota-parte atribuível ao Grupo das reservas das entidades incluídas na consolidação, constituídas nos termos dos respetivos estatutos ou por proposta dos respetivos Conselhos de Administração, aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas;

- Os resultados acumulados de exercícios anteriores da Sociedade-mãe e a quota-parte dos mesmos das entidades incluídas na consolidação, cuja aplicação ainda não foi efetuada;
- O resultado líquido do exercício corrente da Sociedade-mãe e a quota-parte dos mesmos das entidades incluídas na consolidação;
- Os ajustamentos de consolidação a qualquer das componentes anteriores.

24.4. OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL ACUMULADO

A rubrica Outro rendimento integral acumulado tem a seguinte composição:

- A reserva de conversão monetária, resultante da transposição para Euros das demonstrações financeiras de subsidiárias expressas em moeda funcional diferente;
- A variação do justo valor dos ativos disponíveis para venda (nota 10);
- O saldo de instrumentos financeiros derivados de cobertura (nota 27);
- O efeito da remensuração das obrigações de benefícios definidos (nota 30);
- Revalorização de ativos fixos tangíveis (notas 2.3, 2.9 e 11);
- Quota-parte do Grupo no outro rendimento integral acumulado dos empreendimentos conjuntos;
- Os ajustamentos de consolidação a qualquer dos componentes anteriores.

	Outro rendimento integral acumulado							Total
	Atribuível aos accionistas da empresa-mãe							
	Conversão monetária	Ativos disponíveis para venda	Reserva de revalorização	Remensurações em planos de benefícios definidos	Quota-parte do Outro Rendimento Integral dos Empreendimentos Conjuntos e Associadas		Imposto relativo às componentes de outro rendimento integral	
Que ulteriormente poderá ser transferido para resultado					Que ulteriormente não poderá ser transferido para resultado			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	- 31 461 322	96 733	106 260 850	- 6 260 935		1 388 833	26 238 300	43 785 859
Outro rendimento integral consolidado do período	4 275 995	8 508		- 149 140	4 416 002	-1 313 640		7 237 725
Alteração de método		- 105 241	- 99 895 009	6 218 070	52 621	33 619 135	- 25 049 855	-35 060 569
Transferido para Resultado líquido consolidado do exercício	36 592 671							36 592 671
Outros	1 706 713		1 343	- 87			- 155 063	1 863 032
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11 114 057		6 367 184	- 192 092	4 468 623	33 694 328	1 033 382	54 418 718

Outro rendimento integral acumulado							
Atribuível aos accionistas da empresa-mãe							
Conversão monetária	Ativos disponíveis para venda	Reserva de revalorização	Remensurações em planos de benefícios definidos	Quota-parte do Outro Rendimento Integral dos Empreendimentos Conjuntos e Associadas	Imposto relativo às componentes de outro rendimento integral	Total	
				Que ulteriormente não poderá ser transferido para resultado			
Saldo em 1 de janeiro de 2015	-12 361 951	88 083	107 383 926	-6 520 334	1 386 912	26 611 343	63 365 293
Outro rendimento integral consolidado do período	-14 629 067	8 526		240 357		- 48 000	-14 332 184
Alteração da percentagem de interesse	16 053	124	136 171	30 234	1 921	34 366	150 137
Transferência para Resultados transitados			-1 259 247			- 359 409	- 899 838
Outros	4 486 357			- 11 192			-4 497 549
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-31 461 322	96 733	106 260 850	-6 260 935	1 388 833	26 238 300	43 785 859

À data de 31 de dezembro de 2016, a rubrica Reserva de conversão monetária refere-se, essencialmente, à subsidiária Tafisa Canadá.

À data de 31 de maio de 2016, a reserva de conversão monetária acumulada a esta data das subsidiárias em que ocorreu perda de controlo (nota 4) foi reclassificada para resultado consolidado do exercício, no montante de -36 592 671 euros.

25. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram os seguintes:

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo Inicial	- 106 611	- 262 099
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam		- 641
Outro rendimento integral do exercício		- 521
Variação de percentagem de interesse	106 611	156 650
Saldo final		- 106 611

26. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 os empréstimos obtidos tinham o seguinte detalhe:

	31.12.2016				Ajustamento ao justo valor - 2016
	Custo Amortizado		Valor nominal		
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
Empréstimos bancários	1 890 967	214 868 703	1 890 967	216 670 580	
Empréstimos obrigacionistas					
Credores por locações financeiras	417 272	1 132 741	417 272	1 132 741	
Outros empréstimos					
Endividamento bruto	2 308 239	216 001 444	2 308 239	217 803 321	

31.12.2015

	Custo Amortizado		Valor nominal		Ajustamento ao justo valor - 2015
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
Empréstimos bancários	332 303 023	53 413 866	333 573 440	53 648 577	
Empréstimos obrigacionistas	147 987 525		150 000 000		
Credores por locações financeiras	5 669 033	16 749 594	5 669 033	16 749 594	-2 416 319
Outros empréstimos	41 619 187	1 325 632	41 954 760	1 325 632	
Endividamento bruto	527 578 768	71 489 092	531 197 233	71 723 803	-2 416 319

O valor incluído na coluna “Ajustamentos ao justo valor” refere-se ao montante que teria que ser registado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, caso as respetivas rubricas fossem relevadas ao justo valor. O cálculo deste montante consistiu em determinar a renda de locação financeira que existiria no caso de o respetivo contrato estar sujeito a uma taxa de juro de mercado (segundo nível da hierarquia de justo valor). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, este contrato de locação financeira foi excluído da consolidação em consequência da operação mencionada nas notas 3 e 4.

O perfil de vencimento destes financiamentos encontra-se detalhado na nota 28.

As taxas de juro médias verificadas para cada classe de endividamento indicado no mapa anterior, foram as seguintes:

	2016	2015
Empréstimos bancários	4.25%	4.90%
Obrigações	5.37%	4.54%
Locações financeiras	5.30%	11.66%
Outros	-	4.80%

No cômputo destas taxas de juro médias não foram considerados os descobertos bancários, por imaterialidade dos montantes envolvidos. A taxa média das obrigações evidenciada na tabela anterior, para o exercício de 2016, exclui o efeito do registo, no 2º trimestre de 2016, dos custos de financiamento iniciais previamente diferidos de 1,9 milhões de euros, devido ao seu reembolso antecipado como parte do processo de refinanciamento para a implementação da parceria na Sonae Arauco, S. A..

Em 31 de Dezembro de 2016, existiam financiamentos com diversas instituições financeiras com valor nominal total de cerca de 181 milhões de euros (representando 85% do

endividamento líquido consolidado), relativamente aos quais os respetivos credores têm a possibilidade de considerar vencida a dívida, no caso de mudança do controlo acionista.

26.1. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

A rubrica Empréstimos bancários (valor nominal) do quadro da nota 26 inclui as rubricas Empréstimos bancários não correntes - líquidos da parcela corrente, Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes e Empréstimos bancários correntes da Demonstração consolidada de posição financeira, e detalhava-se, às datas de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, como segue:

31.12.2016					
Sociedade	Não corrente	Corrente		Total	
		Parcela de curto prazo	Curto prazo		
Sonae Indústria-SGPS,SA	180 900 000	250 000	1 500 000		182 650 000
Tafisa Canada Inc.	35 770 580	140 967			35 911 547
	<u>216 670 580</u>	<u>390 967</u>	<u>1 500 000</u>		<u>218 561 547</u>

31.12.2015					
Sociedade	Não corrente	Corrente			Total
		Parcela de curto prazo	Curto prazo	Descobertos bancários	
Sonae Indústria-SGPS,SA	5 883 333	110 811 111	99 080 000	10 009 616	225 784 060
Tafisa-Tableros de Fibras, SA		65 000 000	2 400 000		67 400 000
Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos,SL			39 000 000		39 000 000
Tafisa Canada Inc.	30 630 674	466 430			31 097 104
Sonae Novobord (Pty) Ltd	14 334 570	1 769 700			16 104 270
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	2 800 000	1 200 000			4 000 000
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA				3 054 948	3 054 948
Imoplamac - Gestão de Imóveis, S. A.		729 934			729 934
Outros				51 701	51 701
	<u>53 648 577</u>	<u>179 977 175</u>	<u>140 480 000</u>	<u>13 116 265</u>	<u>387 222 017</u>

Os montantes detalhados nos quadros anteriores correspondem ao valor nominal dos empréstimos bancários divulgado na nota 26.

Os empréstimos bancários não correntes, a respetiva parcela corrente e os empréstimos bancários correntes, detalham-se como segue:

Empresa(s)	Financiamento	Data de início	Data de vencimento (com referência à data de 31.12.2016)	Divisa	Montante em dívida à data de 31.12.2016 (EUR)	Montante em dívida à data de 31.12.2015 (EUR)
					EUR	EUR
Sonae Arauco S.A. (ex-Tableros de Fibras S.A.)	Programa de Papel Comercial	julho de 2010	¹⁾	EUR		2 400 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Empréstimo Bancário	agosto de 2010	amortizado em julho de 2016, por acordo entre as partes	EUR		1 944 444
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	setembro de 2010	amortizado em junho de 2016, conforme previsto contratualmente	EUR		12 500 000
Tafisa Canada Inc.	Empréstimo Bancário (Revolving) ²⁾	julho de 2011	amortizações entre março de 2017 e maio de 2021	CAD	34 678 123	29 572 204
Tafisa Canada Inc.	Empréstimo Bancário	julho de 2011	última amortização em abril de 2016, conforme previsto contratualmente	CAD		334 117
Imoplamac, S.A.	Empréstimo Bancário	novembro de 2012	última amortização em março de 2016, conforme previsto contratualmente	EUR		729 933
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	junho de 2013	junho de 2018 Nota: programa sem garantia de subscrição	EUR	1 500 000	13 650 000
Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, S.L. e Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Empréstimo Bancário	novembro de 2013	¹⁾	EUR		39 000 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2014	amortizável entre dezembro de 2015 e junho de 2018 ⁶⁾	EUR		8 350 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	agosto de 2014	¹⁾	EUR		93 900 000
Sonae Arauco S.A. (ex-Tableros de Fibras S.A.) e Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Empréstimo Bancário	outubro de 2014	¹⁾	EUR		65 000 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Empréstimo Bancário	outubro de 2014	¹⁾	EUR		7 930 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	fevereiro de 2015	¹⁾	EUR		12 500 000
Sonae Novobord (Pty) Limited	Empréstimo Bancário	abril de 2015	³⁾	ZAR		16 104 270
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Empréstimo Bancário	junho de 2015	¹⁾	EUR		60 000 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	outubro de 2015	amortizado em outubro de 2016, conforme previsto contratualmente	EUR		5 000 000
Euroresinas - Industrias Químicas, S.A.	Empréstimo Bancário	novembro de 2015	³⁾	EUR		4 000 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Empréstimo Bancário	dezembro de 2015	amortizado em janeiro de 2016, conforme previsto contratualmente	EUR		9 999 481
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial ⁴⁾	maio de 2016	amortizável entre maio de 2019 e maio de 2021	EUR	175 000 000	N/A
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2016	amortizável entre janeiro de 2018 e julho de 2019	EUR	4 900 000	N/A
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2016	amortizável entre julho de 2017 e julho de 2018	EUR	1 250 000	N/A
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial ⁵⁾	dezembro de 2016	amortizável entre junho de 2018 e dezembro de 2019	EUR		N/A
Outros				EUR	1 233 424	4 307 567
Total				EUR	218 561 547	387 222 017

1) Por acordo entre as partes, estes financiamentos foram revogados com efeitos a partir de final de maio de 2016, tendo sido reembolsada a totalidade dos valores em dívida.

2) Este contrato obriga ao cumprimento de dois rácios financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras individuais da Tafisa Canada Inc: um rácio de "Passivo Financeiro / (Capital Próprio + Passivo Financeiro)" e outro de "Free Cash Flow / Serviço da Dívida". Estes rácios são testados trimestralmente até ao término do financiamento e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.

3) Em consequência da exclusão das sociedades mencionadas na nota 4), estes financiamentos deixaram de ser contabilizados na dívida consolidada da Sonae Indústria, SGPS, S.A.

4) As garantias associadas a este empréstimo incluem os penhores das ações das subsidiárias Megantic BV e Tafisa Canada Inc. Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. está obrigada a manter um determinado nível máximo de Dívida Financeira calculado com base nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade, comprometendo-se também com um rácio "Dívida Líquida / EBITDA" máximo para a Tafisa Canada Inc calculado com base nas demonstrações financeiras individuais desta subsidiária. O incumprimento de qualquer um destes rácios pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.

5) No âmbito deste financiamento, a Sonae Indústria SGPS, SA deu em garantia o penhor das ações da sua subsidiária Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S. A. Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. está obrigada a manter um rácio de Autonomia Financeira ("Total do Capital próprio / Total do Ativo"). Este rácio é testado anualmente, a partir de 31 de dezembro de 2016 (inclusive) até ao término do financiamento, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.

6) Em janeiro de 2017, por acordo entre as partes, o montante nominal máximo deste financiamento aumentou para 7 500 000 euros e a sua maturidade transitou para janeiro de 2020 (amortizável entre julho de 2018 e janeiro de 2020).

N/A – empréstimos que não existiam à data de 31 de dezembro de 2015.

Os montantes detalhados no quadro anterior correspondem ao valor nominal dos empréstimos bancários divulgado na nota 26.

Os contratos descritos anteriormente têm subjacentes taxas de juro variáveis, razão pela qual o programa de papel comercial, com um valor nominal máximo de 175 000 000 euros, está sujeito a alteração de taxa de juro em cada nova emissão.

À data de 31 de dezembro de 2016, os rácios associados aos empréstimos, mencionados anteriormente, cumpriam os limites contratualmente estabelecidos.

À mesma data, além das hipotecas referidas na nota 11, existiam outros ativos onerados como garantia de passivos do Grupo no montante de 27 014 465 euros (47 975 673 euros a 31 de dezembro de 2015). Estes ativos eram principalmente constituídos por inventários e contas de terceiros.

26.2. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Empresa(s)	Financiamento	Data de início	Data de vencimento (com referência à data de 31.12.2016)	Divisa	Montante em dívida à data de 31.12.2016 (EUR)	Montante em dívida à data de 31.12.2015 (EUR)
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Empréstimo Obrigacionista Sonae Indústria / 2014 - 2020	outubro de 2014	amortizado em maio de 2016, por acordo entre as partes	EUR		150 000 000

26.3. OUTROS EMPRÉSTIMOS

A rubrica Outros empréstimos do quadro da nota 26 inclui a rubrica Outros empréstimos do passivo corrente e do passivo não corrente da Demonstração consolidada de posição financeira e tinha o seguinte detalhe, à data de 31 de dezembro de 2015:

Sociedade	31.12.2015		
	Não corrente	Corrente	
	Outros	Operação securitização	Outros
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA	1 197 416	12 925 960	908 655
Glunz AG		14 645 819	78 950
Tableros Tradema,S.L.	128 216	7 020 547	22 849
Sonae Tafibra International, BV		5 523 691	
Sonae Industria (UK), Ltd.		475 656	
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA			301 231
Isoroy SAS		51 402	
	<u>1 325 632</u>	<u>40 643 075</u>	<u>1 311 685</u>

Os montantes detalhados nos quadros anteriores correspondem ao valor nominal dos empréstimos bancários divulgado na nota 26.

Empresa(s)	Financiamento	Data de início	Data de vencimento (com referência à data de 31.12.2016)	Divisa	Montante em dívida à data de 31.12.2016 (EUR)	Montante em dívida à data de 31.12.2015 (EUR)
Várias Empresas	Securitização de créditos comerciais	agosto de 2012	amortizado em maio de 2016, por acordo entre as partes	EUR		40 167 419
				GBP		475 656

26.4. CREDORES POR LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos de locação financeira		Valor actual dos pagamentos mínimos de locação financeira	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
2016		7 959 785		5 669 033
2017	492 123	6 737 214	417 272	4 935 621
2018	488 176	12 390 083	435 104	11 116 336
2019	444 764	444 764	413 495	413 495
2020	293 417	293 417	284 142	284 142
2021				
	<u>1 718 480</u>	<u>27 825 263</u>	<u>1 550 013</u>	<u>22 418 627</u>
Credores por locação financeira - corrente			417 272	5 669 033
Credores por locação financeira - não corrente			<u>1 132 741</u>	<u>16 749 594</u>

Os ativos registados ao abrigo de contratos de locação financeira são apresentados na nota 11.

26.5. FLUXOS DE CAIXA

Os montantes apresentados nas rubricas Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos e Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos, das atividades de financiamento da Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, incluem as renovações das emissões de papel comercial referidas na nota 26.1.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Outros ativos correntes	Outros passivos correntes	
	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Derivados ao justo valor através de resultados:			
"Forwards" de taxa de câmbio (notas 21 e 33)	491 159	431 254	41 908
	<u>491 159</u>	<u>431 254</u>	<u>41 908</u>

27.1. Derivados ao justo valor através de resultado

São constituídos por derivados de taxa de câmbio (“forwards”), em relação aos quais não foi aplicada contabilidade de cobertura.

A determinação do justo valor dos “forwards” de taxa de câmbio é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e a avaliações externas, quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos, e teve por base a atualização, para a data de relato, do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato (segundo nível da hierarquia de justo valor). O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação (taxa de câmbio “forward” determinada entre a data da avaliação e data de maturidade do contrato, obtida com recurso a informação de mercado).

Os ganhos e perdas correspondentes à variação do justo valor foram registados na rubrica Ajustamentos para o justo valor de instrumentos financeiros registados ao justo valor através de resultados (notas 37 e 38), a que corresponde uma perda líquida de 906 348 euros (um ganho líquido de 488 485 euros, em 2015).

Os instrumentos derivados registados ao justo valor através de resultados, detidos pelo grupo à data de 31 de dezembro de 2016, vencem integralmente durante o exercício de 2017.

27.2. Derivados ao justo valor através de reservas

Durante os exercícios de 2016 e 2015 não foram contratados instrumentos financeiros derivados registados ao justo valor através de reservas.

28. RISCOS FINANCEIROS

28.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez descrito na nota 2.27., c), no que diz respeito ao endividamento bruto referido na nota 26, pode ser analisado como segue:

31.12.2016			
	Maturidade do endividamento	Juro	Total
2017	2 308 239	8 113 825	10 422 064
2018	2 571 220	7 970 960	10 542 180
2019	38 603 796	7 073 251	45 677 047
2020	44 474 443	5 426 771	49 901 214
2021	131 868 424	1 850 572	133 718 996
2022	190 301		190 301
Após 2022	95 137		95 137
	<u>220 111 560</u>	<u>30 435 379</u>	<u>250 546 939</u>

31.12.2015			
	Maturidade do endividamento bruto (nota 26)	Juro	Total
2016	212 475 573	25 521 215	237 996 788
2017	18 931 005	19 728 444	38 659 449
2018	96 813 977	17 695 624	114 509 601
2019	115 638 391	11 735 286	127 373 677
2020	93 129 495	6 556 439	99 685 934
2021	32 695 291	2 575 337	35 270 628
Após 2021	33 237 304	1 101 422	34 338 726
	<u>602 921 036</u>	<u>84 913 767</u>	<u>687 834 803</u>

Os valores de juros indicados nos quadros anteriores foram calculados com base nas taxas de juro em vigor a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 para cada um dos valores em dívida. O valor indicado para 2017 (2016) no perfil de vencimento do endividamento bruto inclui, para além das amortizações de dívida programadas, a amortização dos valores considerados no endividamento de final de 2016 (2015) para os quais o compromisso da dívida é inferior a um ano.

O perfil de vencimento dos restantes instrumentos financeiros está incluído nas respetivas notas explicativas.

28.2. Risco de mercado

28.2.1. Risco de taxa de juro

Na análise do risco de taxa de juro, descrito na nota 2.27., b), i), foi calculado o efeito que se teria produzido nos resultados antes de impostos dos exercícios de 2016 e 2015, no caso de ter ocorrido uma variação de +0,75 pontos percentuais e de -0,75 pontos percentuais em relação às taxas de juro que foram refixadas durante esses exercícios:

Análise de sensibilidade						
2016			2015			
	"Notional" (Euros)	Efeito em resultados (Euros)		"Notional" (Euros)	Efeito em resultados (Euros)	
		0.75%	-0.75%		0.75%	-0.75%
Endividamento bruto						
EUR	-184 113 032	- 976 566	976 566	-533 109 928	-2 983 044	2 983 044
GBP				- 480 792	- 7 287	7 287
CAD	-35 998 529	- 294 174	294 174	-30 027 997	- 270 483	270 483
ZAR				-16 103 345	- 103 578	103 578
	<u>-220 111 561</u>	<u>-1 270 740</u>	<u>1 270 740</u>	<u>-579 722 062</u>	<u>-3 364 392</u>	<u>3 364 392</u>
Depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria						
EUR				1 428 027	5 691	- 5 691
				1 428 027	5 691	- 5 691
		<u>-1 270 740</u>	<u>1 270 740</u>		<u>-3 358 701</u>	<u>3 358 701</u>

Os valores de endividamento bruto incluído no quadro anterior excluem descobertos bancários e os empréstimos que não estão sujeitos a variação da taxa de juro. O montante dos depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria exclui os depósitos à ordem.

Considerando a Euribor a 6M como indicador de referência para o nível de taxas de juro do Euro, uma variação de 0,75 pontos percentuais corresponde a 16,6 vezes o desvio padrão daquela variável de 2016 (14,3 vezes, em 2015).

28.2.2. Risco de taxa de câmbio

Em relação ao risco de taxa de câmbio, descrito na nota 2.27, b), ii), foram efetuadas:

- Análises de sensibilidade aos saldos denominados em moeda diferente da moeda funcional de cada sociedade incluída na consolidação, considerando uma variação de

+1% e -1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2016 e 2015 de cada moeda, em relação ao Euro.

i) Empréstimos líquidos de aplicações de tesouraria

	Montante denominado em moeda estrangeira		Contra-valor em Euros		Análise de sensibilidade (EUR)			
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	2016		2015	
					-1%	1%	-1%	1%
GBP	280 000		327 034		- 3 270	3 270		
ZAR	17 428 273	17 428 273	1 205 514	1 028 094	- 12 055	12 055	- 10 281	10 281

ii) Outros saldos: ativos líquidos (+) e passivos líquidos (-)

	Montante denominado em moeda estrangeira		Contra-valor em Euros		Análise de sensibilidade (EUR)			
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	2016		2015	
					-1%	1%	-1%	1%
USD	-1 364 129	- 282 043	-1 294 122	- 259 065	12 941	- 12 941	2 591	- 2 591
ZAR	24 878 393	26 480 853	1 720 838	1 562 106	- 17 208	17 208	- 15 621	15 621

A sensibilidade refere-se ao efeito que a variação de -1% e 1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2016 e 2015 teriam no valor líquido das diferenças de câmbio incluídas na nota 41.

- b) Análise de sensibilidade aos instrumentos derivados contratados para cobertura do risco de câmbio identificado no ponto anterior, considerando uma variação de +1% e -1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2016 e 2015 de cada moeda, em relação ao Euro.

i) Empréstimos líquidos de aplicações de tesouraria

	Montante denominado em moeda estrangeira		Contra-valor em Euros		Análise de sensibilidade (EUR)			
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	2016		2015	
					-1%	1%	-1%	1%
ZAR	17 428 273	17 428 273	1 205 514	1 028 094	12 055	- 12 055	10 281	- 10 281

A sensibilidade refere-se ao efeito que a variação de -1% e 1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2016 e 2015 teriam na cobertura dos montantes identificados na alínea a).

ii) Outros saldos: ativos líquidos (+) e passivos líquidos (-)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os instrumentos derivados referentes a outros ativos e outros passivos atingiam montantes irrelevantes.

28.2.3. Risco de crédito

No que diz respeito ao risco de crédito, descrito na nota 2.27, a), este encontra-se refletido, essencialmente, nos montantes escriturados nas rubricas Clientes (nota 19) e Outras dívidas de terceiros (nota 20). Não se verificaram diferenças relevantes entre os valores registados nesta rubrica e o respetivo justo valor estimado.

29. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica Outros passivos não correntes pode ser detalhada como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Outros credores	2 000 000	2 277 504
Instrumentos financeiros	2 000 000	2 277 504
Outras dívidas a terceiros	1 554 341	31 312 338
Passivos não abrangidos pela IFRS 7	1 554 341	31 312 338
Total	<u>3 554 341</u>	<u>33 589 842</u>

31.12.2016	Após 2019	Total
Maturidade dos Outros Credores não correntes	2 000 000	2 000 000
	<u>2 000 000</u>	<u>2 000 000</u>

31.12.2015	2017	Total
Maturidade dos Outros Credores não correntes	2 277 504	2 277 504
	<u>2 277 504</u>	<u>2 277 504</u>

A rubrica Outras dívidas a terceiros não correntes inclui o montante de 1 119 940 euros (24 535 202 euros à data de 31 de dezembro de 2015) referente ao diferimento de rendimentos com subsídios ao investimento, e o montante de 6 193 800 euros, em 31 de dezembro de 2015, a pagar até 2017 no âmbito do processo de contraordenação instaurado pela Autoridade da Concorrência Alemã (nota 47).

30. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Diversas empresas do Grupo assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem crescente em função do número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente. Existem, ainda, subsidiárias que estão sujeitas a obrigação legal de pagar aos seus funcionários determinadas prestações pecuniárias no momento de aposentação dos mesmos.

O valor atual das responsabilidades por benefícios definidos é avaliado anualmente através de estudos atuariais realizados com base no método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos atuariais utilizados nas avaliações efetuadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram os seguintes:

Alemanha				
	Glunz AG	GHP GmbH	Tool GmbH	Impaper
	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2015
	Richttafeln	Richttafeln	Richttafeln	Richttafeln
	2005 G	2005 G	2005 G	2005 G
Tábua de mortalidade	2,00%	0,00%	0,00%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	2,30%	2,30%	2,30%	2,30%
Taxa de rendimento do fundo	2,30%	2,30%	2,30%	2,30%
Taxa técnica atuarial	1,70%	1,70%	1,70%	1,70%
Taxa de crescimento das pensões				

	Sonae Novobord	Portugal	
	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
	PA(90)-2	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de mortalidade	8,50%	3,0%	3,0%
Taxa de crescimento salarial	3,70%	3,0%	4,6%
Taxa de rendimento do fundo	9,50%	2,5%	3,0%
Taxa técnica atuarial	5,60%	0,0%	0,0%
Taxa de crescimento das pensões			
Taxa de crescimento da obrigação por despesas de saúde	0,46%		

Os planos de benefícios, constituídos em exercícios anteriores por diversas sociedades do Grupo, são os seguintes:

Portugal:

Diversas sociedades do Grupo dispõem de um plano de benefícios definidos, com fundo constituído, gerido por entidade terceira e calculado de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, com base em estudos atuariais levados a cabo por entidade independente. Estão abrangidos os trabalhadores de três sociedades (seis sociedades, em 2015) contratados até 31 de dezembro de 1994 que, a partir do momento da reforma e até ao termo da vida, receberão mensalmente uma renda correspondente a 20% do seu salário à data de reforma. Os trabalhadores abrangidos têm a possibilidade de optar pelo recebimento de uma quantia no momento de reforma, em alternativa à renda mensal.

A taxa técnica atuarial de 2,5%, utilizada no cálculo da responsabilidade por benefícios definidos das subsidiárias portuguesas, foi obtida a partir das curvas de rendimento das obrigações corporativas de cupão zero de elevada qualidade, da zona euro, acrescida de um *spread*, determinado com base no índice iTraxx Europe Main.

A duração média estimada da obrigação por benefícios definidos registada pelas subsidiárias portuguesas é de 21 anos.

Com base no estudo atuarial efetuado em 31 de dezembro de 2016, o passivo por benefícios definidos ascendia a 1 070 475 euros (2 664 044 euros a 31 de dezembro de 2015).

França:

A subsidiária Isoroy SAS está sujeita à obrigação legal de pagamento de uma quantia no momento de aposentação dos seus funcionários e que constitui uma obrigação por benefícios definidos. Dado o montante irrelevante desta obrigação, não foi efetuada uma avaliação do montante da mesma, com referência às datas de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Sociedades desconsolidadas:

A Sonae Novobord (PTY) Ltd, Glunz AG, GHP GmbH, Tool GmbH e Impaper GmbH, subsidiárias que saíram do perímetro de consolidação da Sonae Indústria, na sequência da sua classificação como empreendimentos conjuntos, à data de 31 de maio de 2016 (notas 3 e 4), dispõem de planos de benefícios pós-emprego atribuídos aos seus colaboradores. À data de 31 de dezembro de 2015, o valor atual da obrigação por benefícios definidos e o correspondente passivo, foram avaliados por estudos atuariais realizados por entidades independentes.

O principal risco a que estes planos de benefícios definidos expõem o Grupo é o risco de liquidez. À data de 31 de dezembro de 2016, os ativos afetos aos planos representavam 37% (20% em 31 de dezembro de 2015) da obrigação de benefícios definidos. Este risco é, contudo, mitigado pelo facto de as obrigações de benefícios definidos do Grupo terem um prazo médio de vencimento bastante longo, e pelo facto de os trabalhadores abrangidos não reterem direito aos benefícios no caso de cessarem a relação de trabalho com o Grupo.

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 no valor presente das obrigações de benefícios definidos pode ser decomposto como segue:

	31.12.2016			31.12.2015		
	Plano sem fundo constituído	Plano com fundo constituído	Total	Plano sem fundo constituído	Plano com fundo constituído	Total
(+) Saldo inicial do valor presente das obrigações de benefícios definidos	798 854	32 002 161	32 801 015	860 983	33 157 115	34 018 098
(+) Custo de juros		44 203	44 203	73 464	1 067 951	1 141 415
(+) Custo do serviço corrente		50 690	50 690	10 576	401 070	411 646
(+) Contribuições dos empregados					23 061	23 061
(+) Remensurações:						
Resultantes de alterações de pressupostos financeiros		288 035	288 035		512 626	512 626
Resultantes de alterações de pressupostos demográficos					- 123 008	- 123 008
Resultantes de ajustamentos de experiência		- 138 895	- 138 895	5 536	- 859 759	- 854 222
(-) Pensões pagas				33 716	1 525 970	1 559 686
(+) Atualização cambial				- 117 990	- 650 925	- 768 915
(+) Variação de perímetro de consolidação	- 759 260	-30 528 728	-31 287 989			
(=) Saldo final do valor presente das obrigações de benefícios definidos	39 594	1 717 466	1 757 059	798 854	32 002 161	32 801 015

Durante os exercícios de 2016 e 2015, o justo valor dos ativos dos planos registou os seguintes movimentos:

	31.12.2016	31.12.2015
(+) Saldo inicial do justo valor dos ativos do plano	6 543 224	7 163 812
(+) Contribuição para os ativos do plano:		
Empregados		23 061
Empregador		139 946
(+) Rendimento de juros	17 729	452 465
(+) Remensurações	38 297	- 224 247
(-) Pensões pagas		294 064
(+) Variação de perímetro de consolidação	- 5 952 262	
(+) Atualização cambial		- 717 749
(=) Saldo final do justo valor dos ativos do plano	646 988	6 543 224

Os ativos afetos aos planos de benefícios definidos não incluem ativos ocupados ou utilizados pelo Grupo nem incluem ativos mobiliários emitidos pela Sociedade e suas subsidiárias.

À data de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o valor das responsabilidades por benefícios definidos reconhecidos na Demonstração consolidada de posição financeira é detalhado como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
(+) Valor presente das obrigações de benefícios definidos	1 757 059	32 801 015
(-) Justo valor dos ativos do plano	646 988	6 543 224
(+) Efeito do limite máximo dos ativos		320 841
(=) Passivo de benefícios definidos	<u>1 110 071</u>	<u>26 578 632</u>

A sensibilidade da obrigação por benefícios definidos é a seguinte:

	2016			2015		
	-0,5 pp	Base de valorização	+0,5 p	-0,5 pp	Base de valorização	+0,5 p
Obrigação por benefícios definidos	1 898 231	1 717 466	1 557 399	34 434 122	32 002 158	29 834 089

A base de valorização refere-se à taxa técnica atuarial incluída nos pressupostos atuariais divulgados anteriormente.

31. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica Fornecedores, da Demonstração consolidada de posição financeira, apresentava as seguintes maturidades:

	MATURIDADE DE FORNECEDORES	
	31.12.2016	31.12.2015
A Pagar a		
< 90 dias	22 988 942	133 687 601
90 - 180 dias	19 533	3 114 563
> 180 dias	41 737	1 784 184
	<u>23 050 212</u>	<u>138 586 348</u>

32. OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (PASSIVO CORRENTE)

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica Outros impostos e contribuições, incluída no passivo corrente, apresentava a seguinte decomposição:

	31.12.2016	31.12.2015
Outros Impostos e contribuições		
Imposto sobre o valor acrescentado	187 864	3 189 932
Contribuições para a segurança social	231 147	1 498 194
Outros	280 454	2 330 369
	<u>699 465</u>	<u>7 018 495</u>

33. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Instrumentos financeiros derivados	431 254	41 908
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	2 511 973	5 418 520
Outros credores	<u>1 161 966</u>	<u>2 776 725</u>
Instrumentos financeiros	4 105 193	8 237 153
Outros credores	292 949	7 301 250
Gastos a pagar:		
Gastos com o pessoal	6 687 970	17 002 321
Encargos financeiros	635 463	6 503 606
Descontos de quantidade	3 506 541	15 818 462
Fornecimentos e serviços externos	553 128	8 005 824
Outros	763 925	4 977 001
Rendimentos diferidos:		
Subsídios ao investimento	168 412	4 277 243
Outros	<u>148 934</u>	<u>148 932</u>
Passivos não abrangidos pela IFRS 7	<u>12 757 322</u>	<u>64 369 806</u>
Total	<u><u>16 862 515</u></u>	<u><u>72 606 959</u></u>

31.12.2016	<u>< 90 dias</u>	<u>90 - 180 dias</u>	<u>> 180 dias</u>	<u>Total</u>
Derivados		431 254		431 254
Maturidade dos Fornecedores de ativos fixos tangíveis correntes	2 465 276	45 838	859	2 511 973
Maturidade dos Outros Credores correntes	<u>455 737</u>	<u>631</u>	<u>705 598</u>	<u>1 161 966</u>
	<u>2 921 013</u>	<u>477 723</u>	<u>706 457</u>	<u>4 105 193</u>

31.12.2015	<u>< 90 dias</u>	<u>90 - 180 dias</u>	<u>> 180 dias</u>	<u>Total</u>
Derivados	41 908			41 908
Maturidade dos Fornecedores de ativos fixos tangíveis correntes	5 109 140	61 339	248 041	5 418 520
Maturidade dos Outros Credores correntes	<u>2 211 440</u>	<u>10 510</u>	<u>554 775</u>	<u>2 776 725</u>
	<u>7 362 488</u>	<u>71 849</u>	<u>802 816</u>	<u>8 237 153</u>

34. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foi o seguinte:

Descrição	31.12.2016							Saldo final
	Saldo inicial	Varição cambial	Varição de perímetro	Aumento	Utilização	Reversão	Outras Variações	
Perdas por imparidade:								
Propriedades de investimento	2 259 929							2 259 929
Ativos fixos tangíveis	41 690 361		- 25 299 027	4 028 485			- 14 558 715	5 861 104
Goodwill	1 700 000		- 1 700 000					
Ativos intangíveis	366 436		- 319 243			24 028	- 3 923	19 242
Outros ativos não correntes	10 931 182						- 10 931 182	
Clientes	25 345 784	32 614	- 25 064 264	1 606 216		934 953	- 407 827	577 570
Outras dívidas de terceiros	3 502						- 3 502	
Subtotal perdas por imparidade	82 297 194	32 614	- 50 682 534	5 634 701		958 981	- 25 905 149	8 717 845
Provisões:								
Processos judiciais em curso	1 523 885	- 24 284	- 347 703		421 271		8 017	738 644
Garantias a clientes	549 120	- 27	- 607 393	58 300				
Reestruturações	1 492 766		- 210 000		1 282 766			
Outras	6 945 108		- 5 494 474	73 634	329 268			1 195 000
Subtotal provisões	10 510 879	- 24 311	- 6 659 570	131 934	2 033 305		8 017	1 933 644
Subtotal perdas por imparidade e provisões	92 808 073	8 303	- 59 042 104	5 766 635	2 033 305	958 981	- 25 897 132	10 651 489
Outras perdas:								
Investimentos	36 985 875		- 25 642	13 670				36 973 903
Ajuste ao valor realizável líquido dos inventários	4 401 009	11 788	- 3 354 143	1 386 275		1 521 603	- 12 894	910 432
Total	134 194 957	20 091	- 62 421 889	7 166 580	2 033 305	2 480 584	- 25 910 026	48 535 824

Descrição	31.12.2015							Saldo final
	Saldo inicial	Varição cambial	Varição de perímetro	Aumento	Utilização	Reversão	Outras Variações	
Perdas por imparidade:								
Propriedades de investimento							2 259 929	2 259 929
Ativos fixos tangíveis	48 044 432			111 280			- 6 465 351	41 690 361
Goodwill	1 700 000							1 700 000
Ativos intangíveis	30 833			343 271			- 7 668	366 436
Outros ativos não correntes	10 931 182							10 931 182
Clientes	26 228 073	- 334 577		2 587 877		1 968 626	- 1 166 963	25 345 784
Outras dívidas de terceiros	3 502							3 502
Subtotal perdas por imparidade	86 938 022	- 334 577		3 042 428		1 968 626	- 5 380 053	82 297 194
Provisões:								
Processos judiciais em curso	1 504 544	- 5 072		335 067	443 085		132 431	1 523 885
Garantias a clientes	541 547	2 637		64 615	59 679			549 120
Reestruturações	6 055 072	11 309		2 609 040	7 017 096		- 165 559	1 492 766
Outras	4 694 739			6 188 628	4 041 358		103 099	6 945 108
Subtotal provisões	12 795 901	8 874		9 197 350	11 561 218		69 971	10 510 879
Subtotal perdas por imparidade e provisões	99 733 923	- 325 703		12 239 778	11 561 218	1 968 626	- 5 310 082	92 808 073
Outras perdas:								
Investimentos	36 985 875							36 985 875
Ajuste ao valor realizável líquido dos inventários	4 165 268	- 35 296		3 833 413		2 617 868	- 944 508	4 401 009
Subtotal	140 885 066	- 360 999		16 073 191	11 561 218	4 586 494	- 6 254 590	134 194 957
Provisões incluídas na rubrica Passivos diretamente associados aos ativos não correntes detidos para venda	66 512 818		- 43 719 112	5 604 755		216 735	- 28 181 726	
Total	207 397 884	- 360 999	- 43 719 112	21 677 946	11 561 218	4 803 229	- 34 436 316	134 194 957

Na Demonstração consolidada de posição financeira, as perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

Os aumentos e utilizações/reversões de provisões e perdas por imparidade encontram-se incluídos nas seguintes rubricas da Demonstração consolidada de resultados:

	31.12.2016			31.12.2015		
	Perdas	Ganhos	Total	Perdas	Ganhos	Total
Custo das vendas	393 164	173 465	- 219 699	269 336	381 730	112 394
Varição da produção	188 237	208 917	20 680	97 000	1 253 167	1 156 167
Provisões e perdas por imparidade	4 045 743	499 730	- 3 546 013	15 634 385	20 368	- 15 614 017
Resultado das operações descontinuadas	2 539 436	3 631 777	1 092 341	5 677 225	14 709 182	9 031 957
Total (Demonstração Consolidada de Resultados)	7 166 580	4 513 889	- 2 652 691	21 677 946	16 364 447	- 5 313 499

As provisões e perdas por imparidade registadas na rubrica Resultados das operações descontinuadas, da Demonstração consolidada de resultados, estão incluídas nas seguintes rubricas detalhadas na nota 43:

	31.12.2016			31.12.2015		
	Perdas	Ganhos	Total	Perdas	Ganhos	Total
Custo das vendas (operações descontinuadas-nota 43)	310 399	708 418	- 398 019	3 563 171	1 097 866	2 465 305
Varição da produção (operações descontinuadas-nota 43)	494 475	430 803	63 672	1 702 244	96 080	1 606 164
Provisões e perdas por imparidade (operações descontinuadas-nota 43)	1 677 258	2 425 832	- 748 574	141 341	12 815 544	- 12 674 203
Resultados relativos a investimentos	13 670		13 670			
Gastos com pessoal (operações descontinuadas-nota 43)	43 634	66 724	- 23 090	270 469	699 692	- 429 223
Resultados depois de impostos das operações descontinuadas	2 539 436	3 631 777	- 1 092 341	5 677 225	14 709 182	- 9 031 957

34.1. Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os movimentos registados em perdas por imparidade podem ser resumidos como segue:

- As perdas por imparidade registadas em resultado do exercício de 2016 estão incluídas na coluna “Aumentos” do quadro em cima;
- As perdas por imparidade revertidas no exercício de 2016 estão incluídas na coluna “Reversão” do quadro em cima;
- A coluna “Outras variações”, inclui as reduções referentes a alienações e abates (no exercício findo em 31 dezembro de 2015, incluem ainda reclassificações na rubrica Ativos não correntes detidos para venda);

Os ativos fixos tangíveis são objeto de testes de imparidade, que têm por objeto as unidades geradoras de caixa constituídas pelos ativos das unidades industriais do Grupo. Os ativos das unidades industriais desativadas são testados individualmente. As unidades geradoras de caixa identificadas não incluem ativos intangíveis com vida útil indefinida, na medida em que não é possível afetar-lhes, atendendo ao seu nível de agregação, o *goodwill* registado na

Demonstração consolidada de posição financeira e divulgado na nota 14, com base num critério não arbitrário.

Os testes de imparidade realizados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, às unidades geradoras de caixa identificadas não constataram situações de imparidade dos respetivos ativos. Os testes efetuados, no mesmo exercício, aos ativos individuais das unidades industriais desativadas, identificaram perdas por imparidade no montante de 4 028 485 euros, registadas na rubrica Provisões e perdas por imparidade, da Demonstração Consolidada de Resultados. Deste montante, 3 163 484 euros dizem respeito a ativos que se encontram em situação de inatividade e que se encontram registados em Ativos fixos tangíveis, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira à data de 31 de dezembro de 2016, por um montante de 6 824 027 euros. Esta perda por imparidade foi estimada com base em avaliações independentes efetuadas numa ótica de liquidação dos ativos.

34.2. Provisões

À data de 31 de dezembro de 2016, os saldos de provisões podiam decompor-se como segue:

- Provisões para processos judiciais em curso: o montante registado de 738 644 euros refere-se, principalmente, a litígios com ex-trabalhadores de unidades industriais desativadas. Não é possível estimar o período em que estas provisões serão utilizadas;
- Outras Provisões: o montante registado de 1 195 000 euros refere-se a responsabilidades de natureza ambiental. Não é possível estimar o período em que estas provisões serão utilizadas.

Durante o exercício, não foram registados montantes significativos relativos à contabilização de provisões pelo valor atual das responsabilidades estimadas.

35. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

À data de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o Grupo detinha contratos irrevogáveis de locação operacional cujas rendas vencem como segue:

	Pagamentos mínimos de locação operacional	
	31.12.2016	31.12.2015
2016		3 817 622
2017	1 439 605	2 541 807
2018	1 047 738	1 586 953
2019	276 525	589 191
2020	41 362	82 716
2021	313	
	<u>2 805 543</u>	<u>8 618 289</u>

Durante o exercício concluído em 31 de dezembro de 2016, o Grupo registou na rubrica Fornecimentos e serviços externos, da Demonstração consolidada de resultados, rendas referentes a contratos de locação operacional no montante de 2 806 mil euros (6 243 mil euros no exercício de 2015).

36. PARTES RELACIONADAS

36.1. Os saldos e transações registados durante o exercício com entidades relacionadas, podem ser resumidos como segue:

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Outras filiais da empresa-mãe	137 543	329 705	2 320 894	4 336 246
Empreendimentos conjuntos e associadas	598 675	9 527 339	2 145 323	1 836 792

Transações	Rendimentos		Gastos	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Outras filiais da empresa-mãe	49 831	9 885	1 088 270	1 240 185
Empreendimentos conjuntos e associadas	21 889 682	23 541 236	28 627 822	20 712 963

36.2. A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Sociedade pode ser decomposto como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Benefícios de curto prazo	825 261	1 323 777
Benefícios de médio prazo	<u>1 399 949</u>	<u>215 323</u>
	<u><u>2 225 210</u></u>	<u><u>1 539 100</u></u>

O valor de benefícios de médio prazo, incluídos no quadro anterior, refere-se ao valor registado na rubrica Gastos com pessoal, do respetivo exercício, que diz respeito aos elementos do Conselho de Administração.

Às datas de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não havia benefícios pós-emprego atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade.

36.3. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Sociedade registou nas presentes demonstrações financeiras consolidadas os seguintes gastos com honorários da sociedade de revisores oficiais de contas PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda e respetiva rede internacional:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Honorários totais referentes à revisão legal das contas anuais	201 260	366 311
Honorários totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	<u>2 093</u>	<u>51 359</u>
	<u><u>203 354</u></u>	<u><u>417 670</u></u>

37. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica Outros rendimentos e ganhos, da Demonstração consolidada de resultados dos exercícios de 2016 e 2015, detalha-se como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Ganhos na alienação de investimentos não correntes	314	925
Ganhos na alienação e abate de prop. invest., ativos tang. e intang.	939 917	150 018
Rendimentos suplementares	2 087 401	1 705 464
Subsídios ao investimento	149 254	163 252
Restituição de impostos	24 844	
Diferenças de câmbio favoráveis	2 174 845	2 248 199
Ajust. p/ justo valor de instr. financ. registados ao justo valor através de resultados	250 663	786 669
Outros	<u>129 548</u>	<u>288 146</u>
	<u><u>5 756 786</u></u>	<u><u>5 342 673</u></u>

38. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica Outros gastos e perdas, da Demonstração consolidada de resultados dos exercícios de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Impostos	1 417 785	1 274 559
Perdas na alien. e abate de prop. invest., ativos tang. e intang.	337 576	248 582
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 449 985	2 287 875
Ajust. p/ justo valor de instr. financ. registados ao justo valor através de resultados	1 157 011	298 184
Outros	371 027	277 990
	<u>4 733 384</u>	<u>4 387 190</u>

39. GASTOS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Durante o exercício de 2016, o Grupo registou em diversas rubricas da Demonstração consolidada de resultados, gastos em investigação e desenvolvimento no montante de 71 794 euros (673 000 euros no exercício de 2015).

40. RUBRICAS OPERACIONAIS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

As rubricas de natureza operacional da Demonstração consolidada de resultados apresentam a seguinte decomposição quanto à sua recorrência:

	31.12.2016	31.12.2015
	Recorrente	Recorrente
Vendas	239 555 683	226 793 783
Prestação de serviços	1 301 165	1 079 710
Outros rendimentos e ganhos	4 811 068	3 042 967
Custo das vendas	125 721 193	124 407 852
Variação da produção	537 841	354 621
Fornecimentos e serviços externos	49 118 127	47 793 089
Gastos com o pessoal	27 544 328	24 550 770
Perdas por imparidade em clientes (aumentos/reduções)	- 16 050	9 728
Outros gastos e perdas	4 392 460	3 943 661
Resultado operacional recorrente antes de amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade (exceto clientes)	<u>38 370 017</u>	<u>29 856 739</u>
Resultado operacional não recorrente antes de amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade (exceto clientes)	<u>- 103 895</u>	<u>- 1 301 830</u>
Resultado operacional total antes de amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade (exceto clientes)	<u>38 266 122</u>	<u>28 554 909</u>

A classificação de itens quanto à sua recorrência é efetuada de acordo com os critérios divulgados na nota 2.25.

41. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios de 2016 e 2015 têm a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Gastos financeiros:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	10 469 313	11 044 036
relativos a obrigações não convertíveis	5 315 242	7 204 138
relativos a contratos de locação financeira	87 656	21 067
relativos a empréstimos de empresas relacionadas	256 683	3 875 155
outros	1 461	5 010
	<u>16 130 355</u>	<u>22 149 406</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
relativas a empréstimos	381 583	1 296 685
relativas a caixa e equivalentes de caixa	1 209 914	
	<u>1 591 497</u>	<u>1 296 685</u>
Descontos de pronto pagamento concedidos	1 872 557	1 681 173
Outros gastos e perdas financeiros	1 618 763	1 113 578
	<u>21 213 172</u>	<u>26 240 842</u>
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	21 036	53 992
relativos a empréstimos a empresas relacionadas	2 964 350	19 107 542
	<u>2 985 386</u>	<u>19 161 534</u>
Diferenças de câmbio favoráveis		
relativas a empréstimos	374 244	989 382
relativas a caixa e equivalentes de caixa	1 152 251	
	<u>1 526 495</u>	<u>989 382</u>
Descontos de pronto pagamento obtidos	100 893	99 525
Outros rendimentos e ganhos financeiros	94 341	92 668
	<u>4 707 115</u>	<u>20 343 109</u>
Resultados financeiros	<u>- 16 506 057</u>	<u>- 5 897 733</u>

42. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios de 2016 e 2015 são detalhados como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto corrente	8 915 632	4 104 158
Imposto diferido	- 349 850	- 228 645
	<u>8 565 782</u>	<u>3 875 513</u>

A reconciliação do resultado consolidado antes de impostos das operações que continuam com o imposto sobre o rendimento do exercício consolidado pode ser apresentada da seguinte forma:

	31.12.2016	31.12.2015
Resultado antes de imposto das operações que continuam	13 728 121	8 934 683
Taxa imposto	<u>21.00%</u>	<u>21.00%</u>
Imposto expectável	2 882 905	1 876 283
Difª. em taxas de imposto estrangeiras	(+)	1 791 203 -1 517 972
Efeito de impostos provinciais/municipais	(+)	22 082 1 926 969
Ajustamentos de consolidação	(-)	1 168 819 16 366 596
Diferenças permanentes		
Custos não dedutíveis	(+)	50 686 1 328 292
Proveitos não tributados	(-)	178 450 29 771
Prejuízos fiscais reportáveis		
Ativo por imposto diferido não registado (não conformidade IAS 12)	(-)	-3 645 560 -16 601 295
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis cujo imposto diferido não foi registado em exercícios anteriores	(+)	- 451 702
Imposto diferido revertido	(+)	1 511 726
Efeito de alteração das taxas de imposto	(+)	- 296 812
Benefícios fiscais	(-)	892 122
Outros	(+)	- 134 719 57 013
Imposto sobre o rendimento	<u>8 565 782</u>	<u>3 875 513</u>

As empresas do Grupo estão sujeitas às seguintes taxas de imposto sobre os lucros:

	2016		2015	
	Nacional	Provincial	Nacional	Provincial
Portugal	21%	-	21%	-
Canadá	15%	11.90%	15%	11.90%
África do Sul	28%	-	28%	-

43. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a rubrica Resultados depois de impostos das operações descontinuadas, da Demonstração Consolidada de Resultados, inclui o resultado líquido dos cinco primeiros meses de 2016 das sociedades que à data de 31 de maio de 2016 foram classificadas como empreendimentos conjuntos (notas 3 e 5). A Demonstração Consolidada de Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi reexpressa no sentido de apresentar nesta rubrica o resultado líquido daquelas sociedades referente aos doze meses de 2015.

Adicionalmente, a Demonstração Consolidada de Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 inclui neste rubrica os resultados das unidades industriais de Betanzos (Espanha) e Ussel (França) e da subsidiária Darbo, SAS (França), cujos ativos foram alienados durante esse exercício ou que cessaram a sua atividade no exercício ou em exercícios precedentes

Esta rubrica pode ser detalhada como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Vendas	339 858 763	826 002 909
Prestação de serviços	830 586	2 396 711
Outros rendimentos e ganhos	8 744 363	21 205 579
Custo das vendas	167 993 678	430 787 233
Varição da produção	- 2 711 434	1 005 072
Fornecimentos e serviços externos	84 495 943	216 221 499
Gastos com o pessoal	51 864 328	133 428 809
Amortizações e depreciações	20 069 407	49 780 691
Provisões e perdas por imparidade (aumentos / reduções)	- 748 574	2 818 841
Outros gastos e perdas	<u>3 206 691</u>	<u>14 393 299</u>
Resultado operacional	25 263 673	1 169 755
Resultado financeiro	- 13 888 033	- 41 115 527
Ganhos ou perdas relativos a empresas associadas	222 216	246 384
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos	74 869	- 1 621 954
Resultados relativos a investimentos	<u>- 13 670</u>	<u>- 1 621 954</u>
Resultado antes de impostos das operações descontinuadas	11 659 055	- 41 321 342
Imposto sobre o rendimento	<u>3 728 804</u>	<u>- 253 790</u>
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	<u><u>7 930 251</u></u>	<u><u>- 41 067 552</u></u>

A rubrica Outros rendimentos e ganhos do quadro anterior inclui, nomeadamente, o montante de 38 676 813 euros referente ao registo do investimento no empreendimento conjunto Sonae Arauco, S. A. pelo seu justo valor (nota 5). Inclui, ainda, o montante de -36 592 671 euros respeitante à reserva de conversão reclassificada para resultado líquido (nota 24.4) na sequência da perda de controlo, por parte do Grupo, nas entidades indicadas na nota 4.

Os fluxos de caixa referentes às operações descontinuadas, que foram incluídos linha a linha na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, detalham-se da seguinte forma:

	31.12.2016	31.12.2015
Actividades operacionais	- 10 966 545	18 901 773
Actividades de investimento	4 809 572	8 375 359
Actividades de financiamento	178 279 233	- 33 404 767

44. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.12.2016			31.12.2015		
	Resultado líquido			Resultado líquido- Reexpresso		
	das operações que continuam	das operações descontinuadas	total	das operações que continuam	das operações descontinuadas	total
Resultados						
<i>Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe)</i>	3 078 703	7 930 251	11 008 954	5 005 589	- 41 010 181	- 36 004 592
<i>Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído</i>	3 078 703	7 930 251	11 008 954	5 005 589	- 41 010 181	- 36 004 592
Número de ações						
<i>Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação, básico</i>	11 350 757 417	11 350 757 417	11 350 757 417	11 350 757 417	11 350 757 417	11 350 757 417
<i>Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação, diluído</i>	11 350 757 417	11 350 757 417	11 350 757 417	11 350 757 417	11 350 757 417	11 350 757 417
<i>Resultado básico por ação</i>	0.0003	0.0007	0.0010	0.0004	-0.0036	-0.0032
<i>Resultado diluído por ação</i>	0.0003	0.0007	0.0010	0.0004	-0.0036	-0.0032

45. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A atividade principal do Grupo consiste na produção e comercialização de painéis aglomerados de madeira e produtos derivados destes, através de instalações fabris e comerciais localizadas em Portugal, Canadá e África do Sul.

Até 31 de maio de 2016, estavam identificados os seguintes segmentos relatáveis:

Europa do Norte;
Europa do Sul;
Resto do Mundo.

Na sequência da operação de aumento de capital ocorrida em 31 de maio de 2016, descrita na nota 3, que teve como implicação a desconsolidação das entidades referidas nas notas 4 e 5, o sistema interno de relato ao órgão decisor alterou-se significativamente. O vetor geográfico de segmentação perdeu relevância e o Grupo centrou o seu relato interno nas atividades desenvolvidas. As atividades conexas à atividade principal apresentam-se materialmente irrelevantes para efeitos de relato segmental, razão pela qual o Grupo entende apresentar um único segmento.

O rédito consolidado deriva, principalmente, da produção e venda de painéis aglomerados de madeira e seus derivados.

46. CONTINGÊNCIAS

Em outubro de 2010, a Sonae Industria, SGPS, SA recebeu uma nota de liquidação da autoridade fiscal, de acordo com a qual a menos-valia resultante da liquidação, em 2006, da sua participada Socelpac, SGPS, SA, no valor de 74 milhões de euros, apenas deveria ser considerada em 50% para efeitos de cálculo da matéria coletável em sede de IRC. Por discordar deste entendimento, a sociedade apresentou impugnação judicial. De acordo com a informação disponível à presente data, o Conselho de Administração considera que a probabilidade de a referida impugnação ser julgada improcedente é reduzida, pelo que não foi efetuado qualquer ajustamento aos montantes de imposto corrente nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

A subsidiária Sonae Indústria de Revestimentos, S. A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 2 271 000 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações, com exceção do processo referente ao ano de 2013, em relação ao qual foi apenas apresentada reclamação graciosa.

A subsidiária Maiequipa – Gestão Florestal, S. A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 1 242 746 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A Sonae Indústria, SGPS, SA apresentou garantias bancárias no montante de 7 550 355 euros para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra si, tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A Sonae Industria SGPS, S.A. prestou duas fianças a favor do Instituto de Segurança Social, no montante de 5 049 804 euros e 321 858 euros, para caução de contingências que a ex-subsidiária Sonae Industria Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, SA tem com esta entidade. Estas contingências encontram-se em fase de reclamação.

A ex-subsidiária Glunz AG e outros produtores alemães de painéis derivados de madeira encontram-se envolvidos em alguns processos de contencioso instituídos por alguns clientes por danos decorrentes de alegada violação das leis da concorrência, no seguimento da qual as ex-subsidiárias Glunz AG e GHP GmbH receberam, em março de 2010, uma nota de ilicitude da Autoridade Alemã da Concorrência. Alguns desses processos já conheceram o desfecho durante os anos de 2015 e 2016, tendo sido registados os respetivos efeitos nas

demonstrações financeiras individuais de cada empresa e nas demonstrações financeiras consolidadas da participada Sonae Arauco, S. A. (em cujo perímetro de consolidação estas ex-subsidiárias estão incluídas). Nos termos do contrato de subscrição de ações da Sonae Arauco, S. A., celebrado entre a Sonae Indústria SGPS SA e as empresas do Grupo Arauco, Inversiones Arauco Internacional Limitada e Celulosa Arauco y Constitucion SA, quaisquer perdas resultantes destes processos serão objeto de compensação por parte da Sonae Indústria SGPS SA. Para os processos ainda em curso, as reclamações apresentadas especificamente às ex-subsidiárias Glunz AG e GHP GmbH ascendem a um montante de 31,5 milhões de euros de contingência máxima. Existem outros processos em que estas ex-subsidiárias estão envolvidas, conjuntamente com outros produtores alemães, cujos montantes ascendem a 65,2 milhões de euros de contingência máxima. De acordo com o parecer dos advogados das nossas ex-subsidiárias, à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não é possível estimar com fiabilidade o desfecho dos processos em curso ou o montante de eventuais pagamentos que venham a ser determinados.

47. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 21 de março de 2017.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae Indústria, SGPS, SA (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 443.396.859 euros e um total de capital próprio de 253.296.157 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 129.563.124 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae Indústria, SGPS, SA em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Valorização de Investimentos Financeiros

Conforme referido na nota 5 às demonstrações financeiras separadas, a Sonae Industria, SGPS, SA detém participações financeiras em subsidiárias e empreendimentos conjuntos no valor de 419.431.549 euros, mensuradas a custo de aquisição, as quais são analisadas à data de cada relato no sentido de serem detetados indicadores de eventuais perdas por imparidade. São efetuados testes de imparidade às participações financeiras sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o ativo possa não ser recuperado, tendo, à data de 31 de dezembro de 2016, sido elaborados modelos de avaliação da recuperabilidade de participações no valor de 209.604.247 euros, como referido nas notas 5.2) b) e c) e 5.3.

As avaliações do justo valor e do valor de uso das referidas participações, baseadas na metodologia dos fluxos de caixa descontados, foram consideradas uma matéria relevante de auditoria tendo em conta o respetivo impacto nas demonstrações financeiras separadas à data de 31 de dezembro de 2016 (perdas por imparidade no valor de 217.415.807 euros), e porque requerem um elevado grau de julgamento na determinação do respetivo valor, assente na definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas e de mercado com impacto nas projeções de fluxos de caixa, e diferenciais de justo valor de imóveis de algumas participadas.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a apreciação da existência ou não de indícios de imparidade nas participações financeiras; (ii) a avaliação da objetividade e competência dos peritos externos envolvidos na avaliação do justo valor de algumas das participações, em particular, no tocante aos requisitos de independência, tendo obtido as suas confirmações sobre este facto (iii) a reunião com um dos peritos externos com o objetivo de avaliar os métodos e pressupostos relevantes utilizados para a quantificação do justo valor da participação financeira no empreendimento conjunto, (iv) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes e metodologia utilizada nos respetivos cálculos, nomeadamente taxas de desconto e taxas de crescimento, assim como (v) relativamente ao justo valor da participação no empreendimento conjunto, a utilização dos nossos peritos internos para a análise de cenários e sensibilidade das variáveis relevantes.

Foi ainda dado particular enfoque à adequabilidade das divulgações relativas à valorização das participações financeiras em subsidiárias e empreendimentos conjuntos, em conformidade com o normativo contabilístico aplicável.

Litígios e contingências

Conforme referido na nota 29 às demonstrações financeiras separadas, encontram-se em curso diversos processos de natureza fiscal e legal, realçando-se os processos instituídos por alguns clientes por danos decorrentes de alegada violação das leis da concorrência contra duas

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram, entre outros, a identificação das situações geradoras de possíveis contingências à data de relato financeiro, a compreensão da sua natureza, inquérito à gestão sobre o julgamento efetuado

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

subsidiárias do empreendimento conjunto, Sonae Arauco, SA, da inteira responsabilidade da Sonae Industria, SGPS, SA, face à existência do direito de regresso total sobre a Sonae Indústria, SGPS, SA, concedido no âmbito da entrada no capital do outro parceiro, e em relação aos quais não é possível, à data de encerramento das contas, estimar o seu desfecho, no valor máximo de cerca de 31,5 milhões de euros e cerca de 65,2 milhões de euros conjuntamente com outros produtores de painéis de madeira.

Os litígios e contingências foram considerados matérias relevantes na nossa auditoria tendo em conta o montante associado, o elevado grau de julgamento por parte da gestão, e pelo facto de se tratarem de processos de complexa avaliação, estando o desfecho dependente de potenciais desenvolvimentos futuros e conseqüentemente, o cálculo de eventuais responsabilidades (caso venham a ser determinadas) está sujeito a um elevado fator de imprevisibilidade.

quanto ao respetivo desfecho, à natureza e situação dos processos de contencioso existentes, assim como a obtenção e análise da informação constante das respostas aos pedidos de confirmação dos processos a cargo do consultor jurídico externo. Efetuámos a avaliação da objetividade e competência deste consultor jurídico, em particular no tocante aos requisitos de independência, tendo obtido a sua confirmação sobre este facto.

Verificámos ainda a adequabilidade das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras, tendo em conta o normativo contabilístico aplicável.

Outra informação – indicadores alternativos (proporcionais proforma e responsabilidade corporativa - secções 3.5 e 5 do relatório de gestão)

O órgão de gestão é responsável pela preparação e compilação dos indicadores alternativos (proporcionais proforma e responsabilidade corporativa) incluídos nas secções 3.5 e 5 do relatório de gestão, pelo facto de a Gestão considerar que esta informação possibilita uma visão mais compreensiva do negócio subjacente da Sonae Indústria. A outra informação compreende as referidas secções do relatório de gestão, mas não inclui as restantes secções do mesmo, nem as demonstrações financeiras e a certificação legal das contas e o relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e o relato sobre outros requisitos legais e regulamentares não cobrem a informação constante das secções 3.5 e 5 do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre esta outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras e do nosso relato sobre outros requisitos legais e regulamentares, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura das secções 3.5 e 5 do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante das referidas secções é materialmente inconsistente com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão, exceto secções 3.5 e 5, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante, com exceção da apresentada nas secções 3.5 e 5, é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.



Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Sonae Indústria, SGPS, SA pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2006 para um mandato compreendido entre 2006 e 2008, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para o mandato compreendido entre 2015 e 2017.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 21 de março de 2017.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

21 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae Indústria, SGPS, SA (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 399.035.214 euros e um total de capital próprio de 110.338.155 euros, incluindo um resultado líquido de 11.008.954 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do resultado integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae Indústria, SGPS, SA em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Valorização de Investimentos em Empreendimentos Conjuntos

Como referido na nota 5 às demonstrações financeiras consolidadas, a diluição da participação financeira na subsidiária Sonae Arauco, SA (anteriormente designada por Tableros de Fibras, SA) e suas participadas, com a conseqüente alteração de controlo para controlo conjunto, resultou na revalorização do respetivo interesse de 147.304.255 euros para 185.981.068 euros à data da diluição, a qual foi baseada numa avaliação externa.

A avaliação do justo valor para a revalorização da participação, baseada na metodologia dos fluxos de caixa descontados, foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta o respetivo impacto nas demonstrações financeiras consolidadas à data de 31 de dezembro de 2016 (ganho de 38.676.813 euros), e o elevado grau de julgamento na determinação do respetivo valor, assente na definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas e de mercado.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a avaliação da objetividade e competência do perito externo envolvido na avaliação do justo valor, em particular, no tocante aos requisitos de independência, tendo obtido a sua confirmação sobre este facto, (ii) a reunião com o perito externo com o objetivo de avaliar os métodos e pressupostos relevantes utilizados para a quantificação do justo valor da participação financeira no empreendimento conjunto, (iii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes e metodologia utilizada nos respetivos cálculos, em particular, taxas de desconto e taxas de crescimento, recorrendo, nomeadamente, aos nossos peritos internos, assim como (iv) análise de cenários e sensibilidade das variáveis relevantes.

Foi ainda dado enfoque à adequabilidade das divulgações, entre outros, no que diz respeito à quantificação da referida revalorização em oposição ao preço da transação, tendo em conta o normativo contabilístico aplicável.

Litígios e contingências

Conforme referido na nota 46 às demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se em curso diversos processos de natureza fiscal e legal, realçando-se os processos instituídos por alguns clientes por danos decorrentes de alegada violação das leis da concorrência contra duas subsidiárias do empreendimento conjunto, Sonae Arauco, SA, da inteira responsabilidade da Sonae Indústria, SGPS, SA, face à existência do direito de regresso total sobre a Sonae Indústria, SGPS, SA, concedido no âmbito da entrada no capital do outro parceiro, e em relação aos quais não é possível, à data de encerramento das contas, estimar o seu desfecho, no valor máximo de cerca de 31,5 milhões de euros e cerca de 65,2 milhões de

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram, entre outros, a identificação das situações geradoras de possíveis contingências à data de relato financeiro, a compreensão da sua natureza, inquérito à gestão sobre o julgamento efetuado quanto ao respetivo desfecho, à natureza e situação dos processos de contencioso existentes, assim como a obtenção e análise da informação constante das respostas aos pedidos de confirmação dos processos a cargo do consultor jurídico externo. Efetuámos a avaliação da objetividade e competência deste consultor jurídico, em particular no tocante aos requisitos de independência, tendo obtido a sua confirmação sobre este facto.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

euros conjuntamente com outros produtores de painéis de madeira.

Os litígios e contingências foram considerados matérias relevantes na nossa auditoria tendo em conta o montante associado, o elevado grau de julgamento por parte da gestão, e pelo facto de se tratarem de processos de complexa avaliação, estando o desfecho dependente de potenciais desenvolvimentos futuros e conseqüentemente, o cálculo de eventuais responsabilidades (caso venham a ser determinadas) está sujeito a um elevado fator de imprevisibilidade.

Verificámos ainda a adequabilidade das divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, tendo em conta o normativo contabilístico aplicável.

Imparidade de ativos fixos tangíveis

Como referido nas políticas contabilísticas do grupo (nota 2.9), é efetuada uma avaliação de imparidade sempre que sejam identificadas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. À data de 31 de dezembro de 2016, existem ativos fixos tangíveis inativos relativos a unidades operacionais descontinuadas e sem perspectivas de alienação a curto prazo, no valor de 6.824.027 euros, cujo valor recuperável foi determinado através de avaliações de uma entidade externa, tendo sido registadas imparidades no valor de cerca de 3.163.484 euros, como divulgado na nota 34.1 às demonstrações financeiras consolidadas.

A avaliação do justo valor destes itens inativos foi considerada uma matéria relevante de auditoria pelo facto de não existirem transações recentes nem um mercado ativo, e conseqüentemente requerer um elevado grau de julgamento na determinação do respetivo valor.

Os procedimentos de auditoria sobre esta matéria relevante incluíram, entre outros, a obtenção das avaliações externas, assim como a avaliação dos critérios utilizados pelo consultor externo na quantificação do justo valor dos referidos bens e a sua adequabilidade para uso na determinação do valor contabilístico para fins das demonstrações financeiras consolidadas e para itens inativos. Efetuámos ainda a avaliação da objetividade e competência do consultor, em particular no tocante aos requisitos de independência, tendo obtido a sua confirmação sobre este facto.

Foi ainda dado particular enfoque à revisão da adequabilidade das divulgações relativas a estes testes de imparidade, tendo em conta o normativo contabilístico aplicável.

Outra informação – indicadores alternativos (proporcionais proforma e responsabilidade corporativa - secções 3.5 e 5 do relatório de gestão)

O órgão de gestão é responsável pela preparação e compilação dos indicadores alternativos (proporcionais proforma e responsabilidade corporativa) incluídos nas secções 3.5 e 5 do relatório de gestão, pelo facto de a Gestão considerar que esta informação possibilita uma visão mais compreensiva do negócio subjacente da Sonae Indústria. A outra informação compreende as referidas secções do relatório de gestão, mas não inclui as restantes secções do mesmo, nem as demonstrações financeiras consolidadas e a certificação legal das contas e o relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e o relato sobre outros requisitos legais e regulamentares não cobrem a informação constante das secções 3.5 e 5 do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre esta outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas e do relato sobre outros requisitos legais e regulamentares, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura das secções 3.5 e 5 do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante das referidas secções é materialmente inconsistente com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia ;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão, exceto as secções 3.5 e 5, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante, com exceção da apresentada nas secções 3.5 e 5, é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Sonae Indústria, SGPS, SA pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2006 para um mandato compreendido entre 2006 e 2008, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para o mandato compreendido entre 2015 e 2017.




b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 21 de março de 2017.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

21 março 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Acionistas da
Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A.:

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido o Conselho Fiscal apresenta o presente relatório e parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Fiscalização

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da empresa, a evolução da sua atividade e das suas participadas, tendo efetuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença de administradores, dos responsáveis operacionais da área financeira, da auditoria interna e gestão de riscos. Mantivemos igualmente estreito contacto com o revisor oficial de contas e auditor externo que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal, sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da empresa, das empresas englobadas na consolidação, e do revisor oficial de contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão das contas aos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da empresa, tendo recebido do revisor oficial de contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou as demonstrações de posição financeira individual e consolidada, em 31 de Dezembro de 2016, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, as demonstrações consolidadas e individuais do rendimento integral, as demonstrações consolidadas e individuais de alterações no Capital Próprio e as demonstrações consolidadas e individuais dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Procedeu ainda, exceto as secções 3.5 e 5, à apreciação do relatório de gestão do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 emitido pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação legal das contas consolidadas e separadas, o Relatório adicional ao Órgão de Fiscalização emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é da opinião que a informação constante nas demonstrações financeiras em apreço, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da mesma e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se informa que o relatório sobre o governo das sociedades produzido cumpre o disposto no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos serviços.

Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) O relatório de gestão as demonstrações de posição financeira, individual e consolidada, em 31 de Dezembro de 2016, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, as demonstrações consolidadas e individuais do rendimento integral, as demonstrações consolidadas e individuais de alterações no Capital Próprio e as demonstrações consolidadas e individuais dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos.
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente o Conselho Fiscal tomou conhecimento da intenção da apresentação pelo Conselho de Administração de um conjunto de propostas, nomeadamente de aplicação de resultados, no sentido de regularizar a situação de perda de mais de metade do capital da Sonae Industria, SGPS. O Conselho Fiscal concorda com a apresentação dessas propostas e recomenda aos senhores acionistas a sua apreciação nos termos legais.

Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no nº 1, alínea c) do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante de Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Maia, 21 de Março de 2017

O Conselho Fiscal,

Manuel Heleno Sismeiro

António Augusto Almeida Trabulo

Óscar José Alçada da Quinta